JACINTO FERREIRA

NO DEBATE DAS IDEIAS

qp

António Jacinto Ferreira, nascido em Lisboa em 1906, é Professor Catedrático da Escola Superior de Medicina Veterinária.

No início da sua carreira profissional exerceu as funções de Inspector de Sanidade Pecuária, em Setúbal, tendo sido também Chefe de Serviço no Instituto Bacteriológico Câmara Pestana. Pertence à Junta Nacional de Educação. Foi deputado pelo círculo de Lisboa na legislatura de 1949-1952.

Director do semanário «*O Debate*» desde a sua fundação em 1951 o Prof. Doutor Jacinto Ferreira tem desenvolvido ao longo da sua vida, desde os tempos de estudante, uma contínua e pertinaz actividade política, quer como jornalista, quer como conferencista.

Tem ocupado sucessivamente vários cargos de relevo na Causa Monárquica.

JACINTO FERREIRA

NO DEBATE DAS IDEIAS

qp

LISBOA
1973

— **Governo do povo nos Municípios e Sindicatos** (**Democracia**)

— **Governo do escol nas Províncias** (**Aristocracia**)

— **Governo do Rei na Nação** (**Monarquia**)

As **liberdades** para o Povo
garantidas
pela **autoridade** do Rei

À MEMÓRIA

de quantos, já falecidos,
deixaram o seu nome
nas colunas de
O DEBATE,
em especial
dos amigos dedicadíssimos,

ALBERTO DE MONSARAZ
MANUEL FERNANDES PELICANO
ALFREDO MACHADO
JOSÉ DE ALMEIDA PINTO DE ARAÚJO
PEDRO PEREIRA DA CUNHA

com a prece ao Senhor, para que as suas almas generosas repousem na Sua Mão Direita.

ÍNDICE

	Pág.
PREFÁCIO	9
II — *INTRODUÇÃO*	15
O mal da incultura política	17
Da oportunidade de doutrinar	21
«Politique d'Abord»	26
Revisão doutrinária	31
A meia-verdade e os seus perigos	35
Doutrinação	39
Doutrina viva	43
III — *HOMENS E PRINCÍPIOS*	47
Os homens e os regimes	49
As origens	54
Homens e princípios	58
O privilégio do mando	62
Os princípios e os seus servidores	66
Voltar ao princípio	70
O Homem, ou o seu ambiente?	74
Salvem-se os princípios!	78
O consenso unânime em política	83
O Interesse Nacional	88
IV — *MONARQUIA E REPÚBLICA*	93
O culto da competência	95
Duas objecções sem valor	99
Lição já sabida de cor	102

Há ainda outra solução! 107
Elogio da Realeza 110
A tarefa restauracionista 115
A Monarquia: regime não só de ontem mas também de amanhã 119
Apologia da Monarquia 123
Pseudodefeitos 128
Os poderes do Rei 132
O poder pessoal do Rei 138
Esclarecendo dúvidas 142
Regimes de opinião 147
Direitos ao Trono ou serviço da Nação? 151
O prestígio das Monarquias 155
Monarquia e Democracia 158
Monarquia e só Monarquia 163
A senilidade dos regimes republicanos 167
A Monarquia vista por um socialista de hoje 172
As formas de Governo 177
Do capricho da herança aos caprichos da eleição 181
Regimes bons e regimes maus 186
Revolução e continuidade 191
As nossas Repúblicas e a nossa Democracia 195

V — *LIBERDADE E AUTORIDADE* 199

Três princípios fundamentais 201
A liberdade colectiva 206
O princípio da descentralização 211
Responsabilidade 215
As liberdades reais e o seu efectivo exercício 219
Só por uma autêntica liberdade 224

VI — *REPRESENTAÇÃO NACIONAL* 229

Os poderes das Assembleias 231
Duas formas de eleições 235
Importante problema político 239
Sufrágio orgânico, sim. Mas... 242

A representação nacional
I — O sufrágio universal 247
II — O sufrágio orgânico 251
Os Corpos Intermédios 256
Partidos?! Não! 259
Corporativismo — Princípio e Doutrina 264

VII — *ASPECTOS SÓCIO-ECONÓMICOS* 283

De proletários a proprietários 285
O Bem Comum 290
Os direitos da propriedade e os seus deveres 294
O caso da Venezuela ((8-2-1958) 300
O direito à greve 304
Na Monarquia ninguém servirá de degrau para os outros subirem 307
Liberdade sindical? 311
A propriedade privada 315
A democratização do ensino 320
O viver habitual e o espírito heróico 334
A opinião pública e os seus direitos 339

VIII — *ULTRAMAR* 349

O perigo da desnacionalização 351
Integridade da Nação 366
Unidade nacional 371
A livre expressão num regime nacional ... 385
As liberdades locais 388

IX — *PÁGINAS FINAIS* 395

Prédicas de um monárquico
I — Aos monárquicos oportunistas 397
II — Aos republicanos patriotas 401
III — Aos católicos equivocados 407
IV — Aos que se dizem indiferentes 412
V — Aos que trabalham e sofrem 417
Desilusões... ou talvez não 426
Novos motivos de esperança 431

PREFÁCIO

Um dos maiores males da nossa época — tão fértil em males — é a falta de cultura, a manifestar-se em todos os ramos da actividade intelectual.

A difusão da instrução é uma coisa notável, mas a educação acusa um eclipse evidente e inegável.

Há uma grande expansão da ilustração, para o que concorrem avalanchas de revistas e magazines, mas a verdadeira sabedoria está ausente da maioria dos espíritos.

As igrejas estão cheias aos domingos e dias santificados, mas sente-se e verifica-se uma falta confrangedora de autêntica fé.

Periodicamente, todos os cidadãos de ambos os sexos vão às urnas, com o papelinho na mão, cumprir o sagrado dever do voto, mas fazem-no, na sua quase totalidade, inconscientemente, não só porque o próprio sistema assim o condiciona, como também porque, em nossos dias, reina a incultura política.

Há cada vez mais dias feriados, mas estes são inteiramente dedicados ao desporto ou à ociosidade, e as praças públicas comportam cada vez maior número de estátuas para as quais o homem da rua olha com total indiferença. É que a falta de civismo e a ignorância da História Pátria são uma triste constante dos nossos dias.

E em todas as facetas por que se encare o Homem, se encontra esta mesma desolação, que faz as pessoas cada vez mais infelizes, mais despersonificadas e mais propensas ao desespero e ao suicídio.

*

* *

Escreveu um Mestre pensador:

«O homem que não se preocupa ao menos com conhecer

como vão as coisas que a todos afectam, não atinge a sua verdadeira estatura. Por isso, quando se declara leigo em política ou inibido ante ela, deve-se pensar que se define como um ente abaixo das exigências da condição humana.»

Palavras cheias de realismo, pois todo o cidadão despolitizado é uma negação de si próprio. E por muito que custe verificá-lo, é seguro que grande parte da população portuguesa se encontra neste estado, depois de se ter acostumado a viver habitualmente (ou, por outras palavras, apenas animalmente) ao longo de quase cinquenta perigosos anos, decorridos desde 1926.

Por isso, muitos, forçados pelas circunstâncias da vida a encarar, sem preparação, os temas político-sociais, experimentam, ante os atropelos capitalistas, um justificado sentimento de revolta ou, pelo menos, de mal-estar, que os leva à aceitação do veneno socialista e, inclusivamente, do seu extremo — o comunismo, a menos que prefiram orientar-se para o que julgam ser o extremo contrário — o fascismo, geralmente chamado totalitarismo.

É que o panorama internacional está, hoje em dia, dominado pelos extremismos, e a incultura das massas não lhes permite senão oscilar pendularmente entre os dois extremos — o das esquerdas, ou seja, provisoriamente, o comunismo, e o chamado das direitas (mais vulgarmente o militarismo).

Aqui, ocorre perguntar se haverá, verdadeiramente, um totalitarismo das direitas, ou se, pelo contrário, a posição chamada das direitas, em gíria partidista, não é a inteira negação de qualquer totalitarismo.

Não será todo o regime totalitário um fruto do esquerdismo, isto é, da intolerância, do ódio, da violência — tudo bem longe de ser atributo do monarquismo, a essência do direitismo.

E se bem quisermos compreender, o fascismo e o nazismo — as duas manifestações do totalitarismo anticomunista — foram intrinsecamente das esquerdas, do ramo socialista, sobretudo o nazismo ou nacional-socialismo. É certo que o fascismo se deixou contagiar na sua ideologia pelos princípios da doutrina corporativa, mas o rótulo de corporativo usou-o abusivamente, porque toda a sua organização económico-social enfermou do defeito do estatismo, da ausência de liberdades indi-

viduais, da direcção política abertamente centralizada pelo partido único.

*
* *

À luz destes conceitos políticos foram escritos os artigos agora trazidos, por sugestão amiga, para as páginas do presente volume.

Foi a intenção de proporcionar aos que os lerem, uns rudimentos — para alguns decerto desnecessários — de cultura política, capazes de lhes permitirem ajuizar um pouco do bem e do mal das instituições políticas, e de lhes inspirar uma opção por uma terceira posição na qual se conjuguem as liberdades possíveis com a autoridade necessária, isto é, na qual impere a justiça social e com ela a almejada paz em que toda a gente fala e pela qual todos suspiram. Mas só os esclarecidos serão capazes de ajudar a construí-la, porque só estes poderão ter sempre presentes na sua inteligência as verdades políticas fundamentais e indispensáveis à sua instauração.

Lisboa, Março de 1973.

JACINTO FERREIRA

II

INTRODUÇÃO

O MAL DA INCULTURA POLÍTICA

Quando o grande Rei D. Carlos pronunciou um dia a sua histórica frase: *Sou Rei de uma Monarquia sem monárquicos*, não quis significar senão que por todo o País imperava uma ignorância total a respeito do que significava ser-se monárquico. Havia uma carência absoluta de doutrinação monárquica.

E esta carência tornava-se ainda mais notada, exactamente por se revestir de carácter escandaloso, nas altas esferas sociais da Monarquia, entre os chamados servidores de El-Rei.

O escol dos que permaneciam e permaneceram fiéis, e dos quais foi tipo nobre e raro um Conde de Arnoso, constitui uma excepção magnífica a confirmar a regra enunciada. Quantos se passaram para a República nascida? E quantos, ainda com uns restos de pudor, se recolheram à vida privada, murmurando estupidamente: «o País não está ainda suficientemente educado para receber uma República» — manifestando assim, também, a sua ignorância a respeito das instituições republicanas, que consideravam, ao contrário da verdade, regimes próprios de gente educada!

Quando foi proclamada a II República espanhola, escreveu-se no jornal «La Epoca», de Espanha: «Os governantes que provocaram o golpe de Estado de

1923 diziam-se monárquicos, mas não o eram. Desconheciam em absoluto a doutrina monárquica, embora fossem ministros de Sua Majestade Católica. Eram, pelo contrário, vítimas responsáveis de todos os prejuízos antimonárquicos. Por isso, são hoje em grande número os jerarcas mais influentes do regime republicano. As forças que em 1931 se intitulavam monárquicas constituem a maioria absoluta do actual Parlamento.

«Os ex-ministros do Rei demonstraram exuberantemente o seu amor à República. Que pena que não tenham sido republicanos toda a vida!»

Lá como cá!

Que pena que muitos que se diziam e que ainda hoje se dizem monárquicos, não tenham sido abertamente republicanos toda a vida!

Pondo de lado certos casos de bulímia política, a maioria dos que nos comprometem com as suas incongruências, com as suas contradições, com as suas incoerências, fazem-no por ignorância política. Não sabem, nunca souberam, o que é ser-se monárquico e que obrigações implica na vida pública essa declaração de fé política.

É que, na realidade, neste campo da doutrinação monárquica, não estamos hoje muito melhor do que se estava nos primeiros anos deste século.

Houve — é certo — um período de intensa doutrinação política consecutivamente ao aparecimento do Integralismo Lusitano. Mas de muitos que então aprenderam a saber porque eram aquilo que eram, alguns já passaram a outra vida, outros se esqueceram das lições que tomaram, e só um escol reduzido considera

de sua obrigação alimentar o fogo sagrado das ideias políticas, para que no lar lusíada não se extinga a chama da Tradição e sobre as inteligências não caiam em definitivo as trevas do obscurantismo republicano.

Com lágrimas de sangue choramos o abandono doutrinário a que estão entregues há tantos anos gerações inteiras.

Quem as elucida e as esclarece? A quem é permitido fazer doutrinação?

A nós monárquicos, não, que apesar de muito o desejarmos, não podemos falar em El-Rei, nem condenar os malefícios das Repúblicas, nem estigmatizar as suas vorazes clientelas, nem combater o absurdo das suas eleições repetidas e funestas.

A defesa da República nunca foi tão renhida no campo das ideias, e os frutos deste zelo serôdio vão sendo cada vez mais patentes, compensando generosamente a cegueira dos seus autores.

Quantos homens das gerações novas poderiam ser exemplares cidadãos, convictos monárquicos, mas a quem a restrição da doutrinação não consentiu que fossem mais do que pobres comunistóides?

Quantos adeptos sinceros e dedicados das doutrinas corporativas se poderiam ter formado, e que acabaram por se engolfar, por desorientação, no labirinto do partido oposicionista?

E até se os adversários da *ordem social estabelecida* registassem amanhã, por bambúrrio semelhante ao de 1910, uma vitória político-militar, só os ingénuos se admirariam de que também as forças intitulando-se presentemente corporativas, viessem a constituir a

maioria absoluta de um futuro Parlamento democrático.

São legião os que se julgam corporativistas, e que, por falta de doutrinação, cairiam, por engano afinal, no socialismo e no totalitarismo.

A doutrinação é um dever que se impõe a todos os que professam uma ideia de que não pretendam fazer apenas uso pessoal.

Todos os que sentem simpatia pelo pensamento monárquico têm obrigação de se esclarecer nas verdades que estruturam esse pensamento. Mas ninguém poderá alimentar-se desde que não se lhe proporcione alimento.

Tanto aos que, porventura, acreditem numa instauração breve da Monarquia, como aos que supõem estar ela mais longínqua do que em 1926, incumbe trabalharem pela difusão da doutrina monárquica.

Os primeiros, para que não surja segunda «*Monarquia sem monárquicos*»; os segundos, para que o ambiente se vá preparando e modificando num sentido favorável à mudança do regime político.

DA OPORTUNIDADE DE DOUTRINAR

«Ai de mim se não fizer apostolado» — disse um dia S. Paulo. Também podemos dizer, em paráfrase: Ai de nós, agora, monárquicos, porque deixámos de fazer doutrinação. Ai de nós, monárquicos, no futuro, se não retomarmos, com entusiasmo e persistência, os caminhos da doutrinação.

Como haveremos de conquistar adeptos, como haveremos de suscitar boas vontades e dedicações, se não movendo o interesse e a curiosidade, para arrastar as inteligências?

Só se pode amar o que se conhece. O desconhecimento gera, naturalmente, a indiferença. Por isso, a primeira condição da doutrinação á basear-se na verdade, e tanto quanto possível, na novidade, na originalidade.

O segredo do êxito do Integralismo Lusitano consistiu em este movimento ter trazido consigo uma doutrina original para o seu tempo, sendo o que ele queria inteiramente diferente do que todos os outros agrupamentos políticos tinham como ideário, e em repudiar o que a pasmaceira republicana dos partidos afincadamente defendia e praticava.

O bolorento sufrágio universal, adulador da igno-

rância e da inconsciência das massas, cujo esclarecimento é a todo o transe impedido por toda a parte onde as diversas formas de democracia abafam a voz dos que não aceitam este novo ópio das multidões — era inteiramente reprovado. E muitos, ao compreenderem os seus malefícios e a criminosa actividade dos partidos, a par da falta de honorabilidade do sistema, tornaram-se adeptos do voto orgânico, único que verdadeiramente pode exprimir a vontade do povo, do povo capaz de ter vontade.

E se aceitaram participar, em qualquer tempo, em campanhas eleitorais, isso nunca significou conformidade com o nefasto sistema, mas apenas a necessidade de lutar, e de lutar no único campo que lhe era oferecido, inclusivamente para à custa dele o demolir, o desacreditar, o desnudar.

A situação de hoje em pouco difere da situação prevalecente há 55 anos. O mal dos partidos mantém-se mais ou menos latente, o voto orgânico não perdeu nenhum dos seus atractivos, porque mantém a sua verdade, embora conspurcada por contínuas camadas de pintura que lhe têm sido aplicadas e lhe perverteram a verdadeira fisionomia.

A originalidade e a novidade da doutrina monárquica são inconfundíveis, e nada mais precisam do que de um «agiornamento», de uma actualização puramente formal. E porque muitos estamos convencidos de que assim é, vamos assistindo a um esforço que se antolha magnífico e cujos primórdios pouco tardarão em ser enunciados.

*
* *

É preciso, porém, ter presente, para que os resultados obtidos correspondam ao esforço a despender, que se impõe, a par da disciplina de pensamento, unidade de acção e criação de quadros, para que a continuidade também encontre a necessária garantia.

Há velhos que não aceitam de bom grado a chefia dos mais novos, e há novos que pensam, em voz alta, estarem os mais velhos já inaptos por terem perdido as suas faculdades de comando. E até argumentam, dizendo que os integralistas também lutaram contra os velhos conselheiros, o que não é inteiramente verdade, como o atesta a célebre carta de Ramalho Ortigão e a adesão à nova doutrina de muitos velhos monárquicos, com Paiva Couceiro à frente. O choque deu-se entre duas doutrinas, não entre duas gerações.

Acima de tudo, impõe-se a restauração da mística perdida. Muitos dos mais antigos, dos mais venerandos e gloriosos combatentes pelos princípios monárquicos, com a espada ou com a palavra, deploram, frequentemente, o desinteresse das gerações novas pelos fenómenos políticos, mas lastimam muito mais a perda progressiva da mística, mesmo na alma daqueles que, nos tempos da perseguição democrática, foram vítimas de atropelos e sofreram na sua carne e no seu coração a injustiça, a violência, a expressão da maldade humana em que a República foi sempre fértil.

Mas a esta perda de mística corresponde, nas camadas jovens, um predomínio da inteligência que se vai mostrando cada vez mais inclinada a aceitar

o que tem realismo, superioridade intelectual e categoria moral.

Esta perda de mística não atira por isso com a Monarquia para o rol das soluções ultrapassadas, porque cria, pelo contrário, condições favoráveis ao germinar da semente da verdade em terreno virgem, uma vez que a grande oposição republicana sofre do mesmo mal e talvez em proporções mais vastas.

Pode-se dizer que, hoje em dia, no nosso País, não há republicanos doutrinados, embora haja já muita gente que «aceita» a forma republicana de governação com o mesmo estado de espírito com que amanhã aceitará a forma monárquica.

E a guerra civil com que alguns abencerragens da «formiga branca» ameaçam qualquer mudança de regime político, não é senão um papão de grande boca, uma fera de papelão pintado, para amedrontar os menos decididos do campo contrário.

Claro que sempre nos temos rido das iras e das ameaças dos corifeus das diversas repúblicas. Não sabem muito bem que nunca tivemos medo? Temos uma doutrina e somos uma força, e queremos defender uma e outra em nome da liberdade de pensamento, em nome da liberdade de doutrinação dos princípios integrados na Civilização Ocidental.

É a própria defesa desta civilização que, afinal, exige de nós a maior difusão dos princípios monárquicos, para sua segura salvação, para sua adaptação evolutiva às modificações, se não mesmo à revolução imposta pelo Progresso e pela Técnica.

A tendência universal, nesta hora que passa, é para a personalização do Poder. Só há que escolher

entre ditaduras opressoras, do tipo «popular», e Monarquias zeladoras e respeitadoras das liberdades, como foi sempre a Monarquia Portuguesa. Os regimes intermédios, do tipo parlamentar, estão condenados ao desaparecimento dentro de um tempo mais ou menos curto.

«POLITIQUE D'ABORD»

Lemos nos jornais diários a notícia da constituição de um Grupo de Estudos, que se intitula Associação para o Desenvolvimento do País, sem *finalidade vincadamente política, mas não negando a necessidade de evolução das actuais estruturas políticas,* e preconizando, entre muitas outras coisas simpáticas e fascinantes, a democratização autêntica (!) do ensino e o fomento de *todas as formas de associação.*

Não temos de achar nem bem nem mal que uns tantos cidadãos, no pleno gozo de todos os seus direitos civis e políticos, se agrupem com uma finalidade qualquer, desde que esta, como a lei determina, não ofenda a moral nem os bons costumes.

Mas o facto de virem trazer a público um programa declaradamente político, repudiando, sinceramente ou não, a actividade política, causa-nos certa estranheza, porque entendemos que a transformação da sociedade portuguesa só poderá ser uma consequência lógica e natural da modificação da mentalidade nacional, e isso só se alcança pelos meios políticos.

A tecnocracia, por mais generosa que se afirme, é incapaz de realizar as reformas humanas que as actuais condições sociais exigem e a superstição de que a instrução, o desenvolvimento, a expansão têm

capacidade, só por si, para resolverem a soma de problemas que nos assoberbam, é pura concepção materialista, ainda que possamos vê-la perfilhada por católicos praticantes, aparentemente crentes de que o homem vive só de pão.

E quando nos referimos a modificações da ordem política, não damos a esta expressão o único sentido de mudança dos títulos de um regime para outro regime, ou a simples alteração no sistema de designação do Chefe do Estado, antes ligamos a ela todas as consequências que daí poderão e terão de resultar para a Nação, em especial uma onda de fé nos seus destinos, de grande esperança na força das realizações a impor, de inteira confiança no futuro. Cada um dos cidadãos terá de ser chamado a dar a sua ajuda para a construção deste futuro, porque ninguém pode deixar de ser interessado num Portugal melhor.

É geral inclinação dos países subdesenvolvidos considerarem o desenvolvimento a sua única finalidade histórica e cobiçarem gulosamente a vida industrializada das sociedades capitalistas tipo E. U. A., ou das sociedades colectivizadas, género U. R. S. S.

Ignora-se que à margem desta prosperidade estatal e financeira desfila na sombra um cortejo de miséria e de dissolução da própria personalidade humana. E parece também ignorar-se a reacção que começa a gerar-se no maior país capitalista num sentido que, em gíria democrática, se designa por *direitista*, e que talvez venha a trazer ao mundo umas tantas surpresas, a par de interessantes directivas.

E para lá da Cortina de Ferro, a insurreição dos intelectuais é, por si só, uma lição evidente de que

os *sputniks* e os mísseis não bastam para fazerem o homem feliz. Já se vai aprendendo que a felicidade humana não se concretiza no frigorífico e na máquina de lavar roupa, em ter automóvel e televisão na sala. Tudo isso, de certo, são agentes de bem-estar muito dignos de estimação, mas o fenómeno *hipie*, tão espalhado por aquelas terras, não deve ser apreciado apenas nas suas manifestações repelentes e condenáveis — como há pouco fez notar Gerard Leclerc em «Aspects de la France» —, porque nele se deve ver também, até pela sua extensão, uma atitude colectiva de repulsa e de inconformismo com a sociedade de massas e de consumo que integra a vida americana.

Nas sociedades humanas deste século, há uma reforma basilar a promover, e que consiste em levar os seus membros a não se conformarem abulicamente com a inferior condição de indivíduos, que lhes é imposta, para adquirirem a consciência de que são essencialmente pessoas, e restituir-lhes a dignidade de homens que, a pouco e pouco, lhes tem sido arrancada pela democracia e pelos totalitarismos.

Ora, qualquer organização que se apresente a público sem finalidade política, será incapaz de incutir nos espíritos aquelas noções essenciais, as únicas capazes de mover vontades e corações, porque são as únicas que suscitam entusiasmo, que exigem dedicação, e pelas quais vale a pena correr risco e fazer sacrifícios.

Para nós, *Politique d'abord* continua a ser o lema da transformação das sociedades, pois sabemos que toda a vida económica, social e cívica é conduzida por princípios políticos, e o próprio bolchevismo não

foi, no início, senão a sequência da vitória daqueles (bolchewiks), que consideraram a acção política, isto é, a conquista do Poder como devendo ter precedência sobre as lutas económico-sociais.

Só as grandes decisões políticas levam às grandes transformações nacionais. A História o diz e o seu testemunho é suficiente.

Se nós acreditássemos na viabilidade dos esforços dos 147 generosos fundadores (já que das intenções não queremos cuidar), não teríamos qualquer dúvida em lhes desejar os maiores êxitos.

Mas não podemos ser ingénuos a esse ponto, embora acreditemos facilmente que muitos nomes conseguirão para acrescentar aos seus. É sempre fácil aceder a entrar para organizações incolores.

Não dá trabalho, não custa dinheiro nem preocupações, e se gozam, ainda por cima, do beneplácito do Poder, então por que não?

O que é difícil, nestas condições, é conquistar uma adesão que seja filha de adquirida convicção.

Entre nós, posta de parte a ideologia marxista, só os princípios monárquicos, nesta idade da política portuguesa, terão potencial ideológico para aquela transformação política. Só por eles se chegará a garantir as liberdades do povo sob a protecção eficaz da autoridade; só por eles poderá ter realização uma redistribuição da riqueza, procurando-se para todos os colaboradores na produção uma participação justa nos seus benefícios; só por eles se chegará a pôr o desenvolvimento ao serviço do homem, e não tornando este escravo do desenvolvimento, dominando as forças do dinheiro e nunca deixando que a nação seja por elas

dominada; finalmente, só por eles se realizará uma necessária descentralização, dando poder e autoridade aos Corpos Intermédios, para que possam amortecer a Autoridade interpondo-se entre o Poder e os governados.

Só uma mentalidade política nova ou, pelo menos, instaurada de novo, poderá mover as almas, fazê-las caminhar, cantando, para os *amanhãs que despontam*, através de sacrifícios, sim, e de trabalhos, também, que então não pesarão, porque serão alegremente abraçados, porque terão o valor de um ideal.

Mas tudo isto é política. Reformas sem acção política? *Haverá sinceridade nisso*, nesses centrismos frios e desvirilizantes? Não acreditamos.

E só lamentamos as boas vontades perdidas que, naturalmente, serão dignas de melhor finalidade.

Nós continuamos a clamar: *Actividade política, sim. Partidos políticos, não!* O que parece ser exactamente o contrário do que pretendem os 147 fundadores da tal Associação de Desenvolvimento, sem ligações com a política.

REVISÃO DOUTRINÁRIA

A decisão da Causa Monárquica de criar uma Comissão de Revisão Doutrinária, decerto não passou aos olhos dos nossos amigos como um facto banal, expressão de mera rotina política.

Pode ser até que alguns se tivessem perturbado pensando que, tal como certos ingénuos (?) acreditaram a respeito do Concílio Vaticano II, a doutrina fundamental iria sofrer profunda remodelação.

Não se pensa em tal, porque a doutrina monárquica assenta no conhecimento da natureza do homem, nas lições da história e na experiência tão expressiva dos sistemas republicanos. Mas, se os fundamentos são inabaláveis, seria impossível sustentar-se que 50 anos de evolução do Mundo e de revoluções mundiais em nada tivessem modificado os princípios estabelecidos pelo Integralismo Lusitano, e que os progressos da Ciência e da Técnica em nada influenciassem hoje as antigas noções de liberdade e de organização social, as relações entre as classes e as nações, as regras da produção e da distribuição de bens, etc., etc. E até para tranquilidade, desde já, de qualquer inquietação prematura, se pode afirmar que os dados da Ciência moderna outra coisa não fazem do que confirmar muito do que foi estabelecido, como seja a necessidade

dos Conselhos de El-Rei, a descentralização como medida de combate ao urbanismo, e até a própria essência da Administração, pois, como foi dito pelo deputado inglês Kenneth Lindray na II Conferência Internacional de Parlamentares e Cientistas, reunida em Viena, em Maio de 1964, «se ao nível do Executivo é já muito difícil tomar decisões sobre questões afectas à Ciência e à Técnica, sem se aceitar o domínio dos peritos, ao nível do Parlamento isso é praticamente impossível, o que faz correr o risco de a democracia se converter em um simples simulacro».

Daí, a concluir-se que «representação inorgânica, partidos políticos, função parlamentar, etc., que são os fundamentos da democracia liberal, se encontram hoje em crise pelos imperativos da Revolução Científica» — vai apenas um passo de conclusão lógica, como o deu José Maria del Moral na revista espanhola «Arbor».

Podemos, portanto, afirmar que a «doutrina política», pura e simplesmente, é de manter inalterável, sendo forçoso, porém, ajustar os princípios da Política Social, da Política Económica, da Administração Pública, etc., mesmo em atenção ao conceito de que, hoje em dia, todo o enunciado de princípios políticos que não se faça acompanhar de um plano de acção programado cientificamente corre risco de ficar reduzido a simples manifestação retórica.

Bem compreendemos que não se pode cair no extremo oposto da confusão partidista, descendo ao pormenor e acenando hipocritamente às massas ignaras com promessas vãs, excitando apetites anormais, cuja saciedade custa sempre muito caro, mesmo aque-

las que copiosamente se enfartam. O pormenor dos programas políticos pode servir para dar alento a este ou aquele partido de ocasião, mas não é compatível com as aspirações de uma Causa que não tem pressas porque acompanha a quase eternidade da Pátria, e está segura de que dentro desta quase eternidade a sua hora há-de inexoravelmente soar, sem que jamais seja tarde.

Sem doutrina não se pode fazer propaganda; e sem propaganda não se conquistam adeptos, sobretudo nas camadas novas, que fazem depender o seu interesse do conhecimento dos fins da Monarquia de amanhã, e do que os monárquicos pensam dos grandes problemas humanos e colectivos, desde a liberdade individual à unidade nacional.

Paralelamente, toda a definição doutrinária é um penhor de independência, porque forma a divergência de pontos de vista em relação aos diferentes problemas da política e da administração entre os diversos sectores políticos.

Devemos todos ter a esperança de que o espírito de actuação prática das individualidades que hão-de assentar as bases convenientes e necessárias da doutrina, os impelirá a actuarem com toda a urgência, pois o tempo foge e, se estivéssemos anos sem fim aguardando a génese duma obra-prima, óptima, poderíamos arriscar-nos a, num momento crucial da vida nacional, nos encontrarmos desarmados para a luta no campo ideológico.

Neste caso, como geralmente acontece, o óptimo seria inimigo do bom.

Congratulemo-nos, pois, por esta decisão tão opor-

tuna, e aguardemos confiadamente os seus resultados que se hão-de traduzir num reforço da unidade e da coesão dos monárquicos, e numa multiplicação da sua actividade e da sua ânsia de proselitismo, criando élites numerosas, conscientes e esclarecidas.

A MEIA-VERDADE E OS SEUS PERIGOS

Todos os povos têm, na sua história, períodos de prestígio e épocas de decadência. E estas últimas caracterizam-se sempre, entre outros aspectos, pela perversão moral reinante, pela falta de coragem nas atitudes, pelo culto da mentira e da subserviência.

Não sabemos nós que a mentira é uma das grandes armas do comunismo — essa ruína dos povos — e que, no nosso País, no seu período de máxima decadência, há bons quarenta anos, se proclamava publicamente: *Menti, menti, que da mentira sempre alguma coisa fica!?*

E, de facto, a mentira foi, nesse tempo, e no que o precedeu, largamente usada como arma política, e ainda hoje há quem se sirva dela com a mesma finalidade, e até, devido a um singular fenómeno de auto-sugestão, acabe por se convencer da veracidade das mentiras que afirma, à força de, sem cessar, as repetir.

Nos tempos que correm, todos sabem que ainda não nos mostramos curados desse mal, mas, talvez por irmos a caminho da convalescença, certas mentiras foram substituídas por uma falta de ombridade, de desassombro, pela meia-verdade, pelo uso moderado de eufemismos não menos nauseantes.

Mas, devemos ter fundadas esperanças de que também isto passará, que havemos de voltar a considerar a lisonja uma coisa desprezível, o respeito pela verdade total dever indeclinável de todos os que assumiram responsabilidades, e voltar a ter como ponto de honra o expor-se a verdade nua e crua, mesmo, ou antes, principalmente, aos mais altamente colocados.

Entretanto, no intuito de abreviarmos o advento desse reino da verdade, convém ir registando e comentando para proveito comum as manifestações de tibieza de que todos nós formos tomando conhecimento, sempre que elas se revistam de projecção apreciável.

É isso o que hoje nos guia.

Numa comemoração pública ainda recente, um orador incitava os seus ouvintes a seguirem as virtudes do povo português, tradicionalmente consubstanciadas em três grandes amores: *Deus, Pátria e Autoridade.*

A verdade inteira seria ter dito pura e simplesmente: — Rei onde disse Autoridade.

Assim foi sempre e um grande soldado — Mousinho de Albuquerque — o frisou a propósito das campanhas de África em carta dirigida ao Príncipe Real D. Luís Filipe:

«*Tudo suportámos de boa mente, porque servíamos El-Rei e a Pátria, e para outra coisa não anda neste mundo quem tem a honra de vestir uma farda*».

E se entre portugueses traidores houve algumas vezes a esta profunda amizade, não se segue daí que ela tenha deixado de existir até ao último dia da

Dinastia de Bragança, e mesmo para além da sua soberania efectiva.

Caberia depois ao referido orador afirmar que, nos tempos decorrentes, o Rei está afastado da vida oficial, mas nem por isso os governantes que o substituem na sua função merecem, guardadas as devidas distâncias, menos veneração, menos respeito, menos gratidão, pelos cuidados e trabalhos, pelos desgostos e aflições a que estão expostos na árdua tarefa de dirigir um povo inteiro.

Isto é que seria a verdade. E a verdade manda Deus que seja dita, especialmente pelos que têm responsabilidades sociais ou políticas.

Acresce que a afirmação nem sequer é exacta, porque nunca em país algum o povo amou a Autoridade. Amou, sim, e ama profundamente, as suas liberdades, e suporta a Autoridade apenas na medida em que ela se torna necessária para garantir essas liberdades.

Por isso nesta *pequena Casa Lusitana* ele amava o Rei. Este era a garantia segura das suas liberdades, pelo exercício de uma autoridade suave, paternal e limitada, que sempre caracterizou a Monarquia Portuguesa.

E quando a Autoridade, hipertrofiando-se, lhe cerceou essas liberdades (como sob a ditadura do partido democrático, etc.), sempre ele aclamou com entusiasmo e mesmo com delírio, os libertadores, ou os que, ilusoriamente, considerou como tais.

Num outro aspecto, a frase em apreciação é profundamente perigosa nestes tempos de endeusamento do Estado — um dos terríveis males do comunismo,

ou antes, dos diversos totalitarismos. Porque o Estado é a incarnação da Autoridade, não terá sido difícil a muitos dos ouvintes assimilarem, do que escutaram, uma fórmula deturpada, mas lógica: DEUS, PÁTRIA E ESTADO.

E aí teríamos o paradoxo de um adversário do estatismo a fazer propaganda, ainda que involuntária, dos princípios que repudia, só porque a linguagem usada foi confusa ou equívoca.

Não temos, no final, que nos admirarmos disto. A meia-verdade serve sempre muito mais o erro a que deseja fugir do que a verdade límpida que pretende comodamente enaltecer.

Erro funesto. Porque, neste mundo, dar testemunho da verdade equivale a correr risco, equivale a seguir o Mestre, que a si próprio se proclamou a Verdade e a Vida.

DOUTRINAÇÃO

É indubitável que a acção doutrinária dos organismos políticos do Estado Novo se salda, passados quase 40 anos, em lamentável malogro, inclusivamente, se não mesmo principalmente, no sector juvenil. Já o havíamos feito notar há doze anos, quando episodicamente passámos pela Assembleia Nacional, ainda que as palavras então pronunciadas não tivessem recebido inteira aceitação e compreensão da parte dos dirigentes antigos e contemporâneos da Mocidade Portuguesa.

Muito pouco se opõe à propaganda comunista entre a juventude, e os êxitos que esta propaganda regista são devidos menos ao atractivo da sua doutrina — que é desumana e antinatural — do que à falta de preparação da gente nova para poder distinguir essa doutrina por baixo do invólucro enganoso do humano e do natural com que a deslealdade comunista a apresenta para alcançar os seus objectivos.

Tempos houve em que a propaganda e a doutrinação monárquicas lhe granjeavam uma grande audiência de adeptos, e disso beneficiou largamente a situação política que sucedeu imediatamente ao 28 de Maio, aquando das perturbações académicas que acompanharam a revolta da Madeira e outras,

em que à acção subversiva se opôs eficazmente e vitoriosamente, com risco da integridade física de muitos, uma contra-ofensiva patriótica.

Depois, foi-se criando à doutrinação monárquica um clima cada vez mais adverso e a organização foi enfraquecendo, e chegou-se ao quadro actual em que nem já na JUC nem na JEC — uma e outra com ampla liberdade de acção e tolerância plena — se pode confiar, porque não é raro dirigentes e filiados, contagiados de progressismo, fazerem causa comum com os agentes da subversão.

Um destes anos fez-se, entre os alunos dos 6.º e 7.º anos de alguns liceus, distribuição discreta de pagelas históricas de elevado sentido patriótico. Mas lá porque nelas se falava, como é natural, em Monarquia, logo uns tantos reitores, ardendo em zelo, as mandaram apreender, e não se dispensaram de chamar à pedra, e até de ameaçar, os rapazes responsáveis pela sua distribuição. Fossem esses e outros reitores igualmente zelosos na repressão da propaganda contrária, feita mesmo sob a simples capa de publicações pornográficas, ou inclusivamente por professores em plena aula, talvez a juventude tivesse um outro comportamento cívico.

Assim, a organização patriótica, sob o signo dos princípios monárquicos, é coisa, hoje em dia, pouco menos do que tolerada. E não regista os êxitos da organização clandestina — a comunista — apenas porque não pode lançar mão de qualquer processo de acção, visto ser nacionalista e cristã.

Basta este exemplo para ilustrar o que dizemos, até porque se nos fôssemos a alongar nesta senda,

estas notas que queremos sejam de aplauso e concordância, poderiam parecer de reparo e não-concordância. O certo, porém, é que este clima não se faz sentir apenas nos estabelecimentos de ensino.

Há talvez quatro anos, uma circular confidencial enviada às unidades militares proibia a entrada nelas do jornal «O Debate» — iniciativa sem dúvida incompreensível para com um jornal respeitador da ordem estabelecida, e inteiramente devotado a todos os princípios fundamentais da civilização cristã. Fez-se a reclamação devida para as estâncias competentes, e recebeu-se a resposta de que não havia qualquer ordem superior nesse sentido.

No entanto, a circular havia sido distribuída e só não se pôde fazer a respectiva prova, a tempo solicitada, porque, sendo ela *confidencial*, não houve possibilidade de se conseguir qualquer original ou simples cópia.

E os jornais foram devolvidos e, em alguns casos, o *ZELO* foi até ao ponto de abranger não só os que se destinavam a leitura geral nas diversas salas, como também os enviados individualmente a assinantes. No ano seguinte, o caso repetiu-se, parece que apenas circunscrito à região de Tomar, o que seria óptima pista para qualquer Sherlock Holmes que quisesse desvendar o mistério das circulares.

Ora, se a ineficácia da propaganda dos princípios nacionais pelos organismos oficiais é um facto apontado pela autoridade máxima que o poderia fazer; se a propaganda comunista é tão subtil, tão falsa, tão enganosa, que dificilmente poderá ser totalmente reprimida, parece que a resolução lógica (*Salus Po-*

puli...) é dar alento a todas as outras forças espirituais que, no plano nacional, podem cooperar com os organismos oficiais e estimulá-los, por forma a que, sem compromisso para estes, se crie uma frente capaz de levar de vencida todas as tentativas criminosas de desordem ou de quebra da unidade nacional.

Se, no recrutamento para a frente de combate, não se pergunta a ninguém se é monárquico, republicano ou situacionista, mas apenas se tem a firme resolução de se bater pela Pátria, por que se há-de, na frente interna, fazer tal descriminação, para o manejo dessa arma não menos eficaz que é a palavra?

Parece que é tempo de não mais ser pronunciada, por certas autoridades, a frase com que se pretendeu justificar o nosso ostracismo: OS «OUTROS» DEPOIS TAMBÉM QUEREM...

Não! Os OUTROS não podem querer também, porque querem coisa muito diferente do que nós queremos. Nós queremos a Pátria e os OUTROS renegam-na; nós queremos Deus, os OUTROS nem n'Ele acreditam; nós queremos a ordem gerada pela vida, os OUTROS querem a desordem; nós queremos a Nação, os OUTROS querem os partidos ou o partido.

Quem pretender colocar-nos em pé de igualdade com os OUTROS, ofende-nos, agrava-nos.

Porque nós estamos sempre presentes!

DOUTRINA VIVA

Para todas as ideologias políticas, a doutrinação constitui a pedra basilar da sua actividade. E não só porque isso representa a garantia da expansão dos seus princípios, como também porque só por ela é possível conseguir-se adeptos dedicados e convictos, capazes de darem realização àqueles princípios e até apóstolos que sejam a garantia no futuro, da continuidade da acção docente sem desfalecimentos nem adulterações ditadas quer por intuitos oportunistas, quer por tibiezas ou hesitações.

Para nós, monárquicos, que não cultivamos a demagogia nem a arte de iludir as massas, a doutrinação assume um papel primacial, pois entendemos que é da adesão das consciências, mais do que das inclinações sentimentais, que resultará a profunda transformação política que preconizamos e consideramos indispensável para bem de Portugal e dos portugueses.

A doutrina nunca poderá ser, porém, imutável e intolerável nas suas disposições e concepções. Como coisa viva que é, está sujeita a toda a evolução e adaptação. Se é certo que há nela princípios eternos, porque se baseiam na lei de Deus, e quase-eternos por se inspirarem na mais sólida tradição nacional, outros têm de ser constantemente actualizados por

se referirem a problemas transitórios, variáveis no aspecto por que se apresentam, ou mesmo, em dado momento, ultrapassados, mercê das profundas transformações económicas, sociais e políticas dos tempos presentes.

É assim que, nos primeiros tempos do regime republicano, era imprescindível fazer figurar no ideário monárquico, não uma simples alusão, mas um capítulo especial referente à Religião Católica, à reparação que lhe era devida, ao respeito e deferência merecidos não só pela natureza divina da sua missão, como também por ser a religião abraçada pela grande maioria dos portugueses. Hoje em dia, tal referência não se justifica, porque, por um lado, a Igreja dispensou toda a protecção que lhe oferecia o regime tradicional, e, por outro, a situação da Religião em Portugal já deixou de ser um problema nacional.

Há bons trinta ou quarenta anos, a ordem pública, o prestígio nacional, o saneamento da moeda, o robustecimento da autoridade, eram outras tantas questões perante as quais nenhuma organização política com aspirações à governação pública podia manter silêncio ou mostrar indiferença. Passado todo este tempo, nenhum destes aspectos da vida nacional pode ser considerado um problema presente, e as atenções do corpo cívico da Nação desviaram-se antes no sentido de se interessar mais pelas liberdades humanas e o seu legítimo exercício, pela protecção mais marcada às classes médias, por uma organização do trabalho mais perfeita e justa, pela repartição da riqueza feita em moldes humanos e cristãos.

E a doutrina, embora firme nos seus princípios basilares, tem de ir acompanhando, nas linhas gerais, estes problemas novos ou de novo postos, estes novos aspectos da vida social nacional.

Só assim ela poderá suscitar interesse, sobretudo às gerações novas, ávidas de uma directriz espiritual e intelectual, e cheias de generosidade para abraçarem uma doutrina que as empolgue e lhes satisfaça as aspirações de justiça social, de harmonia política, de equilíbrio económico para todos os membros da comunidade nacional.

Sem renegar os princípios básicos de respeito à propriedade privada, impõe-se o estudo de novas formas de propriedade; garantir um acesso mais fácil do maior número a proprietários; e pugnar por que em todos os casos o uso da propriedade seja dominado pela justiça e pela caridade.

O proletário só deixará de ser revolucionário na medida em que se tornar proprietário. Exemplos quotidianos confirmam esta regra, há muito traduzida no provérbio «*nunca sirvas a quem serviu, nem peças a quem pediu*» — pois os patrões mais exigentes costumam sair sempre dos operários menos diligentes.

A riqueza não pode ser respeitada como um fim, mas apenas considerada um meio ao serviço do Homem.

Por outro lado, quanto à propriedade rústica, será de respeitar o minifúndio, a propriedade retalhada ao máximo, constituindo um estorvo ao progresso agrícola e ao aumento da produtividade nacional, muito mais que os apregoados latifúndios e incultos?

No aspecto social, bastará o justo salário já inteiramente aceite por todas as correntes político-sociais? Bastará o operário trabalhar para o patrão? Ou convirá antes que ele trabalhe *com* o patrão?

Será o mais conveniente o salário puro, ou deveremos ir abertamente para a aceitação do salariato mitigado, para o contrato de sociedade, para a elevação *ipso facto* do operário a co-proprietário?

Como regular o trabalho das crianças e da mulher, tanto nas fábricas e oficinas, como nos serviços públicos e nas empresas comerciais?

Como encararmos as nacionalizações? Repudiamo-las em absoluto, ou aceitamo-las condicionalmente e para certas actividades, seguindo ou repudiando pontos de vista já publicamente proclamados até por muitos pensadores e sociólogos católicos?

Eis um conjunto de interrogações — que está, aliás, longe de ter esgotado os problemas — e a respeito das quais é necessário estabelecer doutrina ou actualizá-la.

E isso impõe-se por todos os motivos, especialmente porque a doutrina monárquica precisa de ser arejada. Tem que deixar de ser apenas uma promessa para os que possuem bens, e tornar-se também uma esperança para os deserdados.

Só assim uns e outros serão levados a compreender como o Rei poderá ser o protector de todos os que sofrem e a Monarquia o regime por excelência do povo, do povo que exerce uma profissão, que é chefe de família, que participa da vida de um município, e, por tudo isto, é a parte viva da Nação.

III

HOMENS E PRINCÍPIOS

OS HOMENS E OS REGIMES

Todas as doutrinas, quer políticas, quer religiosas, quer simplesmente filosóficas, aspiram à conquista das almas, à captação das inteligências, à adesão das boas vontades, como fim primário e essencial da sua actividade. É um ponto no qual todas se confundem, e só as distingue a qualidade dos meios que utilizam ao serviço dessas intenções fundamentais. Entre estes meios figura, como mais destacado, a criação do ambiente apropriado ao vicejar das ideias que as informam, e à aquisição dos sentimentos delas resultantes, o qual pode ser obtido de duas maneiras principais: ora se preconiza a apropriação violenta e agressiva de meios poderosos de acção extensa e profunda, levada a efeito por uma minoria esclarecida e ousada, capaz de impor, depois, às consciências a *ordem* estabelecida, confiando-se ao tempo a sua consolidação; ora se prefere, por meio de uma doutrinação intensa, criar um estado de espírito favorável à aplicação prática dos princípios, que venha a ser feita pelos doutrinados, um dia, por qualquer meio em posse dos referidos elementos poderosos de actuação.

Não vale a pena discutir agora qual dos dois processos poderá resultar mais eficaz e seguro, até porque, em última análise, ambos se orientam num mesmo

sentido, e, no caso das doutrinas políticas, com uma frequência extraordinária se sucedem, se sobrepõem, ou se conjugam. Derivam destes dois métodos (ou, talvez, antes eles sejam uma resultante) dois conceitos diferentes.

Para uns, todos os regimes são bons, e os inêxitos de alguns são devidos aos defeitos dos homens que os servem. E, por isso, a solução de todos os males reside na modificação dos sentimentos individuais de um povo, ainda que para isso sejam necessários séculos, e o concurso de gerações sucessivas, animadas das mesmas convicções e de igual espírito de proselitismo.

Para outros, há regimes bons e regimes maus, independentemente das virtudes dos homens que os servem, os quais podem, de igual modo, ser maus e ser bons, residindo, por isso, a chave do progresso moral, social e político, fundamentalmente, na modificação ou substituição dos regimes. Para aqueles, a questão será de homens; para estes, a questão é de regimes.

E de que lado estará a razão? Vamos procurar averiguar:

Primeiramente, interroguemos os que não escolhem regimes, para nos responderem se também os totalitários e os comunistas são bons, mesmo servidos por santos. Decerto nos respondem que não, e que nem seria possível a presença de tais servidores, e isto nos basta para, sem humilhações desnecessárias, registarmos uma primeira concessão que anula o carácter geral e absoluto do seu conceito-base.

Depois, digamos-lhes: É, ou não, verdade que os regimes são consequência da estruturação de uma ideologia ou de um conjunto ideológico?

Pois bem. Não é necessária a resposta para continuarmos. Como não é possível negar-se a existência de ideias boas e de ideias más, segue-se, logicamente, que os regimes em cuja base se patentear um conjunto de ideias sãs — esses serão, em si, necessariamente bons, e aqueles que se firmarem em ideias perversas, desumanas, satânicas — esses dificilmente fugirão à condição de maus.

E, como é lícito, ou pelo menos natural, haver divergências quanto à classificação das ideias, mas não quanto à aceitação das duas categorias extremas citadas, aí teremos outra concessão que, sem diminuir os opositores, muito nos regozija aceitar.

Mas, ainda não acabámos. Concordamos, sem hesitação, nos benefícios que podem resultar, e resultam, de facto, da transformação dos caracteres, dos sentimentos pessoais. E também não nos sentimos em cheque ao fazermos esta concessãozinha.

Mas — dizei-nos, amigos — não atribuís importância alguma à acção dos ambientes sobre os indivíduos?

É da sabedoria popular que «a ocasião faz o ladrão», e dizem todos os tratados de aperfeiçoamento espiritual que o que importa é fugir das ocasiões funestas; os próprios santos foram santos na medida em que não se deixaram cair em tentação. Não obrou assim o rei bíblico e a sua imprudência levou-o ao pecado.

Bom é, sem dúvida, por exemplo, incutir no espírito da juventude regras que a levem a guardar-se

dos perigos de ordem espiritual, moral e física, a que a podem arrastar os ímpetos incontidos da sua natureza fogosa. Porém, se saídos do seio da família, da escola, da Igreja, os elementos dessa juventude forem abandonados a todas as solicitações impudicas que se exibem nas ruas, nos teatros e nos cinemas, nas montras das livrarias, nas próprias colunas dos jornais e das revistas, poucos conseguirão atravessar incólumes os caminhos escorregadios da vida.

Este exemplo no campo moral poderia ser seguido de muitos outros em todos os campos onde eles são notáveis, apenas porque o ambiente geral os torna possíveis. É o caso, no campo social, do patrão que explora o trabalhador, só porque a lei se mostra complacente, e as condições gerais de vida a isso quase o incitam. E não é menos o caso do operário que burla o patrão, não retribuindo em trabalho o salário recebido, e toma esta atitude movido por análoga complacência e por idênticas condições de vida.

No mesmo plano podemos situar a obtenção de lucros exagerados e a adulteração da qualidade dos produtos, muitas vezes consequência das chamadas leis económicas, ou à sua sombra possíveis.

E piores, ainda, pelas suas consequências, os excessos do Poder, dos quais o mais vulgar, nos últimos tempos, por esse mundo fora, tem sido a privação das legítimas liberdades, só porque o seu exercício normal se mostrava desagradável a certos governantes privilegiados, ou ia ferir-lhes a vaidade e prejudicar o rol das suas ocultas ambições. E este aspecto é o que menos se pode levar à conta de defeito dos

homens, porque, em tal campo—a História o afirma—a mesma tendência é inata em todos («se queres conhecer o vilão, mete-lhe a vara na mão»), desde que o *clima* lhes torne possível a irresponsabilidade, o arbítrio, o abuso do Poder.

Sim! O ambiente em que se movem as pessoas tem uma influência notável no seu comportamento. E o ambiente colectivo está estritamente ligado aos regimes políticos.

Donde resulta que até nos efeitos da conquista individual das almas, tão da simpatia dos nossos contraditores, os regimes têm notável influência.

E esta é a concessão final que eles terão de nos fazer, no terreno das realidades, porque no campo das utopias não há dúvida de que os seus princípios se revestem de um simpático aspecto de superior espiritualidade. E, de concessão em concessão, de cedência em cedência, que ficará afinal? Isto apenas:

Todos os regimes são bons, à excepção dos totalitários, dos comunistas e dos que, pela sua ética, contrariem o Bem Comum.

E não será isto o mesmo que dizer-se haver regimes bons e regimes maus?

Ora, como estes, pelo seu poder e pela sua acção, superam os homens, segue-se que a questão é fundamentalmente de regimes, e só, secundariamente, de homens.

AS ORIGENS

É noção dominante de todos os que estudam e têm estudado os princípios integralistas, que, passados 50 anos, essa doutrina precisa de ser actualizada, quer dizer, precisa de ser ajustada à maneira de ser, de viver, à maneira de sentir das actuais gerações, que sofreram as consequências de duas grandes guerras mundiais, traduzidas em profundas modificações sociais, políticas, económicas, religiosas, morais e culturais.

Não se pretende com isto significar que os princípios integralistas tenham sido ultrapassados, mas sim que a um novo estilo de vida, como é o das sociedades contemporâneas, terá de corresponder um novo ambiente mental, porventura uma nova interpretação das ideias que, constituindo verdades ancestrais, hão-de por força manter a sua veracidade, através dos tempos, portanto o seu poder criador, porque a verdade é só uma e o seu reino é eterno.

Nasceu destes sentimentos a ideia de fazer encarar as verdades nacionais, há cinquenta anos proclamadas, à luz contemporânea, procurando projectá-las no futuro, e restituindo-lhes toda a sua vitalidade, toda a sua força construtiva, todo o seu poder de atracção.

Quando, há 60 anos, os republicanos portugueses

se apoderaram das chaves da governação pública, eles traziam consigo um plano concreto de realizações. Más realizações, sem dúvida, mas isso agora não interessa. Eles sabiam o que queriam, e queriam ardentemente aquilo que sabiam. E tudo foi reformado, modificado, em certos casos destruído: Família, Religião, Política, Finanças, Universidade, Corpos Administrativos.

Estaremos nós, monárquicos, neste momento, em condições de executar tarefa semelhante, em relação aos diversos aspectos da vida da sociedade portuguesa? Não estamos.

E, no entanto, declaramo-nos, como todas as forças políticas, aspirantes à governação. Para quê? Para respeitar o «statu quo»? A ordem estabelecida?

Não estamos, porque temos descurado o que queremos. Não estamos, porque não há unidade de pensamento nas nossas fileiras, porque temos esquecido a doutrinação.

Que é que convém à Nação, não hoje mas sempre?

Que é que convém aos portugueses para o seu bem-estar, não só dos vivos como também dos vindouros?

Se qualquer jovem, ansioso de orientação, interrogar, sucessivamente, dois ou três monárquicos responsáveis, sobre o que cada um pensa da Monarquia de amanhã, talvez receba três respostas diferentes, mesmo antagónicas, porque todas elas serão, à falta de um salutar código político, fruto exclusivo de critério pessoal, de modos de ver particulares mais ou menos respeitáveis.

Mas, meus caros amigos, não é assim que se faz política.

Só pode haver unidade de acção, só pode haver entusiasmo actuante, quando há unidade de pensamento, de desejo, de aspirações. E isto está dependente da existência de um *credo* devidamente estruturado, ao qual, depois de conhecido e meditado, se deu plena adesão.

Não se trata de ressuscitar mortos, trazer de novo à nossa mão o pião da infância.

Não há ideias mortas, ainda que haja umas mais em voga do que outras num dado momento. Ainda há pouco, numa revista de muita categoria, um colaborador escreveu sobre o *recrudescimento ideológico*, manifestando certa admiração pelo retorno das ideologias que pseudo-médicos-sociais de insuficiente capacidade de observação e de diagnóstico, consideravam em fase de decadência definitiva.

À semelhança da Igreja, que procura um *aggiornamento*, com respeito integral das verdades eternas reveladas e ensinadas, também nós devemos procurar, como pensamento pimordial, uma actualização do nosso ideário, por meio de diálogo que permita a confirmação jubilosa das nossas teses políticas e nacionais, e nos possa conduzir a uma fecunda codificação dos nossos princípios e a um forte reforço da vontade de os realizarmos.

*

* *

Quando faleceu o Marechal Carmona, não foram poucos os que supuseram que seria essa a hora da

instauração da Monarquia Nova. E ela não veio, não porque a Nação não estivesse preparada para isso, mas porque aos responsáveis faleceu a coragem de agir. E alguns, de mais fraca fé, desistiram e procuraram só tratar de si próprios.

Triste orientação da política e do pensamento monárquicos que levaram, durante anos, a massa dos adeptos a pensar que a realização dos seus ideais dependeria dos outros e não da sua própria acção, do seu próprio sacrifício, da dádiva total das suas pessoas.

Alguma vez se pensou nisso antes do 28 de Maio? Sirva-nos de honra, no meio de tudo isto, a todos os monárquicos (já que a alguns também tem servido de guloso proveito) o facto de a república feita por monárquicos, e por monárquicos durante largo tempo sustentada, durar já 47 anos, enquanto que a fundada pelos republicanos não durou senão 16 anos cheios de atribulações e de desgraças.

A nossa missão, na hora presente, é, portanto, voltar às origens, é voltar aos princípios, é recomeçar. Felizes os que são capazes de voltar ao princípio em qualquer empreendimento. Estes procedem assim, porque ainda encontram em si uma fé robusta e viva, uma esperança firme e inabalável. E acabarão por ter a devida compensação, porque a fé e a esperança são as fontes inexauríveis das grandes certezas.

A nossa luta será feita de desânimos e de estímulos, de entusiasmos e de depressões, de êxitos e de desilusões, mas sabemos que, no fim, haveremos de triunfar, porque temos razão, porque a Pátria não pode morrer. E não morrerá.

HOMENS E PRINCÍPIOS

Lemos, em um jornal de Luanda, um artigo muito simpático, laudatório de destacado magistrado que na província de Angola marcou um lugar proeminente, pela sua distinção, pela sua honestidade e pela sua integridade.

E o articulista dizia a certa altura: «*Se todos os monárquicos fossem como este, também nós seríamos monárquicos*».

Não gostámos da frase, e logo a equiparámos a outra que também não é raro ouvir-se: «*Se todos os católicos fossem como este, também eu acreditava em Deus*».

São frases erróneas, porque colocam em primeiro plano o comportamento das pessoas, e em lugar subordinado os princípios, invertendo, assim, a escala dos valores morais e espirituais.

Integrando-nos na lógica dos que as pronunciam, poderíamos perguntar-lhes: Sois, porventura, republicanos ou ateus porque todos os republicanos ou ateus que conheceis são honestos, bons e dignos?

Quem dera que assim fosse no campo dos ateus ou dos republicanos. Não diremos que também nós seríamos uma coisa ou outra, mas afirmamos que pssaríamos a ter por esses agrupamentos especial

consideração, tal como a temos por cada um dos que, não acreditando em Deus ou confessando-se republicano, é digno de se lhe apertar a mão.

E, graças a Deus, ainda conhecemos alguns.

E, paralelamente, conhecemos infelizmente um certo número que se dizem monárquicos ou católicos, e, às vezes, até uma coisa e outra, que se deixaram cair em tentação, perderam a sua categoria de cidadãos dignos, e só por caridade lhes estendemos a mão.

Não tem nada para a honestidade nem para a dignidade, as convicções ou simpatias políticas de cada um. Estas militam no âmbito do entendimento, enquanto que aquelas se situam no domínio da vontade.

Por isso muitos dizem e sinceramente confessam que são monárquicos, não obstante o comportamento moral ou cívico de alguns monárquicos. Como são católicos, apesar das fraquezas de tantos nossos irmãos em crenças, e até das quedas e escorregadelas de alguns ministros de Cristo.

As crenças políticas ou religiosas, e principalmente estas, não imunizam ninguém de pecar ou de transgredir, com maior ou menor gravidade. Sem dúvida que conferem uma dada resistência, variável com a firmeza dessas crenças, e há até uma certa profilaxia que a psicologia tem revelado muito útil e proveitosa para o sentido da perfeição moral. O que distingue fundamentalmente aqueles que têm princípios morais dos que não os têm, não é qualquer fundo de imunidade, mas o facto de os primeiros adquirirem consciência do mal, poderem arrepender-se, evitarem as recaídas e, porventura, preocuparem-se com a repa-

ração devida à entidade ou pessoa prejudicada com os seus actos ou palavras. Quanto aos segundos, eles, em regra, não possuem consciência do mal, e o seu egoísmo traduz tudo em bem, desde que lhes seja útil e proveitoso. E se são comunistas, nem sequer aceitam a distinção entre mal e bem.

Contudo, temos de reconhecer que as palavras do jornalista de Angola não eram destituídas de senso comum.

Neste ambiente de perversidade, de moleza moral, de ambições, de devassidão, é sempre agradável e motivo de admiração para todos os homens, mesmo os que não são honestos, encontrarem ou conhecerem alguém que se destaque pelas suas qualidades e virtudes. E logo se trata de averiguar o que poderá encontrar-se por detrás e ter sido motivo de tudo isso. E, com frequência, alguma coisa se encontra.

E, quanto a nós, confessamos idêntica admiração quando as encontramos em republicanos, que, individualistas como são, não têm motivos especiais para se prenderem com o Bem Comum; ou em ateus, que, como tais, não têm igualmente motivos superiores para amarem o próximo como a si próprios.

De alguns, que reconhecemos naturalmente bons, temos algumas vezes pensado que essa bondade que cultivam acabará por lhes fazer conhecer Deus, mais tarde ou mais cedo, porventura mesmo na sua última hora, porque sabemos que um copo de água dado em Seu Nome não ficará sem recompensa.

Todos estes raciocínios aplicam-se, como se compreende, às pessoas que são capazes de adoptar estes ou aqueles princípios, ou até de, *por princípio*, não

adoptarem princípios alguns. Só esses são susceptíveis de constituírem valores morais e de merecerem que para eles se olhe com respeito.

Para as massas, indiferentes e, quase diríamos, animalizadas, só a modificação dos ambientes poderá combater a inclinação para o mal e para os homens se tornarem lobos dos outros homens.

Neste ponto estamos, afinal, de acordo com os comunistas. A acção individual não modificou a face da Terra em 2000 anos de civilização cristã. Somente, isso não justifica que essa acção individual seja condenável e banida. Exige, sim, que ela seja acompanhada pela modificação dos ambientes políticos, morais, económicos e sociais, por forma a que prevaleça o integral respeito de cada um por si próprio e pelo seu próximo.

Quando isso se conseguir, deixará de ser necessário apontar nos jornais a existência de um cidadão digno e honrado, porque, então, já não será caso esporádico na sociedade.

O PRIVILÉGIO DO MANDO

Anda muito divulgada entre as massas pouco cultas, adeptas, por isso, de um sistema democrático anacrónico e absurdo, a noção de que o mando é um privilégio que não há direito de reservar para um ou para poucos dos cidadãos de um país — todos iguais em direitos e todos com legitimidade de acesso social.

Esta noção é fruto da mentalidade democrática e socialista, que se nutre muito da inveja dos bens possuídos pelos outros, sejam eles de ordem material ou puramente intelectuais.

Daí apresentar-se também o Poder como um benefício invejável e de que a todo o transe se procura partilhar ou comparticipar, ainda que seja forçoso assaltar a governação, para saciar — quantas vezes ilusoriamente! — essa cobiça incontida.

É um processo paralelo ao que se desenrola pela conquista dos bens pecuniários, a começar na candidatura ao emprego público que simboliza ter lugar à mesa do orçamento, e a acabar, num outro plano, na corrida aos lugares chorudos dos Conselhos de Administração. Todo este mecanismo é democracia, e da mais pura.

Não se pode dizer que esta mentalidade não tenha seu fundo de justificação, isto é, que o conceito

popular de privilégio no mando seja sempre destituído de fundamento. De facto, convém fazer uma distinção entre o poder legítimo e o poder ilegítimo, porque o privilégio quase sempre acompanha este último.

Já disse Platão, que os regimes que mais facilmente degeneram em tirania são os regimes democráticos.

Quando as massas populares, simplistas mas, em regra, boas observadoras, consideram os tiranos, os ditadores, os demagogos, os mona-arcas, facilmente se apercebem do proveito pessoal e familiar que eles, na generalidade, usufruem, ou procuram usufruir, do exercício do Poder, e da violência com que repelem a simples hipótese de serem dele afastados.

Daí generalizarem estes maus sentimentos a todos os que são investidos no mando, esquecendo-se de que há poderes inteiramente legítimos, como o dos pais na família, dos professores nas escolas, dos militares na guerra, dos juízes nos tribunais, dos gerentes nas empresas, os quais não são, em si, objecto de ódio, nem de contestação, nem ambicionados, exactamente porque são legítimos. Ninguém os cobiça, ninguém os deseja a não ser os que possuam semelhantes motivos de legitimidade para o seu exercício.

Quais são, então, esses títulos de legitimidade? O estudo, a competência, a preparação especial, o direito natural. As qualidades pessoais, de inteligência, de sensatez, de cordialidade, de honestidade não são títulos de legitimidade, embora sejam dela complemento importante e apreciável.

Ora, em todos estes aspectos, legítimos, o mando é tido como um encargo mais ou menos pesado, e

tanto maior quanto mais extensa for a responsabilidade a ele ligada.

Já o mando do chefe de família é um encargo, e tanto mais duro quanto mais numerosa ela for. Como não haveriam de o ser todos os outros, e muito mais o poder político legítimo? Um dos mais discutidos mandos é, como não poderia deixar de ser, o mando real, e esse sabemos nós todos ser um «duro ofício», confessado pela boca dos que por lei irrecusável são designados para o seu exercício. E a legitimidade que a ele anda ligada, baseia-se em todos os motivos referidos, em especial a lei natural da hereditariedade.

Não o mando absoluto, mas o mando limitado, o mando que admite e reconhece e até fomenta outros mandos — o mando que sempre foi timbre da paternal Monarquia Portuguesa e da Monarquia Nova, que todos nós monárquicos queremos e preparamos. Mando limitado pelas liberdades e poderes dos corpos intermédios ao Rei e ao Povo, tão vivas e vividas que permitiram a célebre e conhecida frase do Juiz do Povo na Casa dos Vinte e Quatro.

Se todo o Poder for dividido e repartido, recebendo cada uma das fracções a sua correspondência em liberdades locais, em liberdades profissionais, em liberdades de pensamento e de expressão, ele deixará de ser encarado como um privilégio cobiçado, porque em muitos dos seus diferentes graus será acessível aos cidadãos devidamente qualificados.

É este o mérito das Monarquias autênticas — das que não vivem subjugadas ao mito democrático (onde todos mandam ninguém manda), nem das que vivem acorrentadas ao mito contrário do mono-arquismo —

o mando de um só, sem limites nem comparticipações.

Este terá de ser um dos motivos basilares da propaganda monárquica, a contrapor às cobiças democráticas geradas pela ausência de liberdades autênticas, substituídas pela ilusória liberdade da intervenção no governo do país, por meio do voto inexpressivo e impotente.

OS PRINCÍPIOS E OS SEUS SERVIDORES

Quer na génese, quer na evolução dos movimentos políticos, têm importância basilar, ainda que não paralela, o prestígio atraente dos homens e a sedução aliciante dos princípios.

E se é certo que estes últimos, para serem servidos e realizados, precisam do concurso de homens, que acabam por, à sua sombra, se prestigiarem devido à inteligência com que os definiram, ou ao desassombro posto na sua afirmação e defesa; se é certo também que nenhum caudilho deixou de adornar a sua causa com umas tantas normas morais e filosóficas, para lhe dar foros de legitimidade ou aparências de originalidade — não é menos verdade, por outro lado, que há movimentos políticos caracterizadamente firmados em homens, e outros apenas baseados na grandeza dos princípios.

Dum modo geral, pode dizer-se que os grandes movimentos, afectando a Humanidade ou a estrutura das nacionalidades, são originados no culto dos princípios, sendo, pelo contrário, originários de sentimentos «messiânicos» os que visam apenas problemas de um momento ou de um lugar, sejam eles derivados da paz

ou da guerra, sejam referidos às liberdades, aos sentimentos ou aos interesses dos cidadãos ou das famílias.

*
* *

Na nossa História contemporânea podemos citar, como exemplos típicos do segundo sistema, o «sidonismo», e do primeiro, o «Integralismo Lusitano».

No Sidonismo, vimos um homem criar à sua volta um prestígio e uma veneração inegáveis, só porque soube incarnar e fazer triunfar algumas aspirações dos concidadãos do seu tempo. Ausência completa de princípios, na raiz desse movimento, os quais, se ele perdurasse, acabariam inevitavelmente por surgir, talvez arrebanhados aqui e além, formando amálgama ilógica, se não mesmo contraditória, deixando escancarada a porta à crítica irreverente para dizer que do conjunto os bons não eram seus e os seus não eram bons.

No Integralismo viu-se, pelo contrário, um grupo de homens sem prestígio especial, quase recém-saídos da Universidade, apresentar à consideração da consciência nacional um sistema de princípios que o seu patriotismo e a sua cultura fez ressurgir da mais genuína tradição nacional, sistema logo abraçado por um escol, e rapidamente difundido por toda a Nação.

Jamais houve, da parte destes homens, sombra de caudilhismo, ou a menor pretensão de ligarem forçadamente os seus nomes à realização ou à aplicação dos princípios que sistematizaram. E, não obstante isso, já os viram adoptados por outros movi-

mentos, pelo menos no seu enunciado, não interessando agora averiguar o bom ou o mau uso que deles tenha sido feito.

É este comportamento que representa e que deve representar a atitude de todos os monárquicos autênticos, guiando-se na política exclusivamente por princípios, em oposição aberta a todas as modalidades de idolatria, e para quem o próprio Rei, na essência da sua missão, é acima de tudo o mais estrénuo servidor do Bem Comum, verdadeiro «primus inter pares» da Comunidade Nacional.

Por isso nos indignamos quando ouvimos dizer a certos que o seu monarquismo morreu com o Senhor D. Manuel, por não terem querido ficar amarrados a cadáveres — expressão que, por si só, é, nas suas bocas, um atestado reconhecido de analfabetismo político.

Também, em consequência disso, a missão de um dirigente monárquico não é idêntica à de um dirigente republicano.

Enquanto a este, por obediência ao individualismo que abraça, é lícito deixar que a sua personalidade avulte até às últimas consequências, fazendo degrau da fidelidade de quantos o acompanharem, um dirigente monárquico necessita de possuir uma grande dedicação e um não menos equilíbrio no exercício da sua missão.

E só se desempenhará bem da tarefa a que se tenha consagrado, aquele que, consentindo embora, na sua valorização pessoal para a pôr ao serviço da sua ideologia, repudie o que, para além disso, passe

a ser apenas exaltação individual conducente em linha recta ao personalismo e ao partidismo.

Mais ou menos, graças a Deus, assim tem acontecido sempre, e pode servir-nos de exemplo o nome do maior de todos — Paiva Couceiro —, a quem teria sido bem fácil fundar um agrupamento político, como fácil foi congregar à volta das suas sublimes qualidades militares e cívicas tantos milhares de patriotas para a luta pelas armas contra a República.

Nestas condições, quando no nosso campo os homens partem para uma vida melhor, deixando, sem dúvida, mais pobres as hostes da Tradição, a sua perda é mais facilmente suportável. Permanecem inabaláveis as ideias, logo servidas por outros que vão procurando actualizá-las, difundi-las, e levá-las a serem aceites por um número cada vez maior dos seus contemporâneos, como garantia de êxito final e de definitivo benefício para a colectividade.

Este benefício só será, de facto, real e efectivo, se os princípios forem guardados com uma integridade inconsútil, sem costuras nem remendos, nem buracos, isto é, sem vaidades nem ambições, sem partidos políticos nem marechais, sem ídolos omniscientes e infalíveis.

A idolatria política — base, afinal, do mono-arquismo — é, além do mais, um pecado mortal contra o monarquismo autêntico.

VOLTAR AO PRINCÍPIO

Quando, há tempos, se discutia uma reforma da Constituição, e um deputado de convicções monárquicas expunha os seus princípios com elevação e lógica irrefutável, outro deputado de simpatia republicana, não vendo possibilidade de argumentar, só pôde abrir a boca para exclamar:

— «*Quer dizer: voltamos ao princípio, não?*»

Queria este respeitável e ilustre adepto da democracia dizer na sua que, em face dos princípios tradicionais e sempre verdadeiros e actuais, as noções do progresso indefinido e da luta de classes como fatalidade económica; da soberania do povo feita de desprezo e de escárnio; da liberdade para tudo, mesmo para assassinar, roubar, violar e sufocar as legítimas liberdades; da igualdade na miséria e na baixeza das massas afrontadas pela superprosperidade de uma reduzida minoria gozadora; da fraternidade nos campos de concentração — tudo realizações sublimes das repúblicas — teriam de cair pela base, o que, em sua autorizada opinião, seria puro e nefando retrocesso.

Não se apercebeu, o autor da frase, da riqueza de simbolismo nela contido, da abundância de conceitos dela derivados, da extensão em que poderia ser apli-

cada, com inteligência e com honestidade, a tantos aspectos das realidades políticas.

É que «voltar ao princípio» constitui o acto mais inteligente de todo o homem que se enganou no caminho, ao aperceber-se do engano, sem se preocupar com a extensão já percorrida em pura perda. É o único remédio à disposição de quem está perante uma conta errada, e não vê logo onde está o erro, ou verifica ser este de natureza fundamental. É a atitude natural da pessoa que, chegada ao fim de um capítulo, não conseguiu aperceber-se do sentido da leitura.

Sendo um facto de lamentar pela perda de tempo e de energia que representa, nunca é desprimoroso para quem o pratica, porque «errare humanum est», e porque para engano basta, às vezes, a boa fé excessiva das vítimas ou a maldade e a doblez requintada dos que as levaram a esta situação. Por isso, toda a hora é boa para rectificar posições, emendar as contas, desfazer compromissos ruinosos, sempre de fonte erguida e olhando bem em frente.

E para os monárquicos, que se prezam de se guiarem, acima de tudo, pela inteligência e pelo Bem Comum, «voltar ao princípio» é apenas serviço de El-Rei, que se cumpre sem hesitações nem murmúrios.

Mas, poderemos nós voltar, de facto, ao princípio? E como?

Na aceitação de erros que já vinham de longe e que conduziram à catástrofe?

No culto das «claques» palacianas, exímias em vénias e em valsas, mas incapazes de desembainharem a espada e de se baterem pelo seu Rei?

Numa reabilitação ou restauração do caciquismo deturpador da consciência política da Nação, e agente de um centralismo aniquilador de todas as benéficas autonomias locais?

Não. Devemos «voltar ao princípio» no culto do civismo para que a Pátria possa ser de todos os cidadãos e não apenas das «maiorias» fictícias; na extensão da aliança entre o Rei e o povo, para que este tenha cada vez mais garantias para os seus direitos, e aquele sinta constantemente as naturais limitações ao seu poder e à sua vontade.

«Voltar ao princípio», sim, na doutrinação e esclarecimento de todos os homens de boa vontade, especialmente da juventude, salvando-a dos centrismos abulizantes e menosprezadores do Interesse Nacional, e imprimindo, por essa doutrinação, o selo do patriotismo devotado nas almas dos novos de todas as condições sociais.

«Voltar ao princípio» nas nossas atitudes políticas, reassumindo uma independência hipotecada por amor da Pátria em perigo, e que, por motivo de esta já estar salva... (como afirmam os competentes na matéria), deixou naturalmente de ser necessária. Registe-se para nossa honra que dessa hipoteca, se resultou benefício individual para alguns monárquicos, não derivou qualquer vantagem para os princípios, antes pelo contrário, nem sombra de progresso na senda da restauração da Monarquia. Pelo menos à luz de um balanço actual e imparcial, só se conseguiu averbar na nossa conta ingratidão, desconfiança, desconsideração e antipatia por parte dos beneficiários directos da hipoteca.

«Voltar ao princípio», ainda, no estudo afincado

dos grandes problemas nacionais e humanos, que tão agudamente se apresentam, nesta era do voto e do veto, e demonstrar, perante os espíritos de boa fé, que só à sombra das verdades eternas, consideradas vencidas por Alfredo Pimenta (mas que só o foram momentaneamente), eles poderão ter solução satisfatória, justa e duradoura.

«Voltar ao princípio», também, no espírito de sacrifício ao serviço do triunfo dos seus ideais. Que cada um faça por eles tudo o que lhe for possível, desde o sacrifício da bolsa no seu supérfluo, ao sacrifício do tempo, das comodidades e de tudo o mais exigível, e no grau em que possa vir a ser exigido.

Por fim, «voltar ao princípio» no entusiasmo criador, na certeza de vencer, na fé capaz de suplantar todas as dificuldades.

Eis um sério programa de vida monárquica, baseado numa sentença de origem republicana.

Que na consciência de todos tenha eco a afirmação republicana de que proclamar agora as bases da doutrina monárquica equivale a pretender-se voltar ao princípio.

Retrocedamos no caminho percorrido, até ao ponto de partida. E, chegados lá, talvez nos admiremos de sermos tantos, animados todos do mesmo desejo e procurando realizá-lo pelos mesmos processos.

E iniciada, sem demoras nem hesitações, nova marcha no caminho, então seguros da vitória, nada poderá deter-nos, nem mesmo qualquer grito traidor de *Ter! Ter!...* lançado dentro das nossas fileiras. Sim. «Voltemos ao princípio» com entusiasmo e sem perder mais tempo.

O HOMEM, OU O SEU AMBIENTE?

Mal ou bem, com sinceridade ou hipocritamente, não há sistema ideológico que não proclame ser sua finalidade primordial a melhoria do homem e das condições da vida humana.

Mesmo aqueles de carácter puramente espiritual não fogem a esta regra e apenas relegam para além-túmulo a melhor parte das vantagens derivadas da fidelidade a uma norma severa de existência, seguida durante a passagem de cada homem por este mundo.

No que muitos deles diferem é nos meios preconizados para se alcançar uma tal finalidade, e esta divergência deriva, principalmente, do conceito em que têm o homem: ser isolado na Criação, ou pessoa integrada em agrupamentos naturais, seus protectores e auxiliares.

Nos extremos destes conceitos situam-se o individualismo anarquista e o colectivismo marxista, dois sistemas que repugnam à nossa sensibilidade, e dos quais nunca poderá — por mais que os seus degenerados adeptos se esforcem a afirmá-lo — resultar um aperfeiçoamento da Humanidade.

O primeiro só fomenta o egoísmo, desencadeia as paixões e estimula a animalidade; o segundo apenas atribui valor à massa e nega a mínima importância

ao homem, mesmo quando este pertence ao escol do partido, recusando-se a reconhecer nele quaisquer direitos basilares, dada a sua condição de mero acidente no espaço e no tempo.

São dois extremos a tocarem-se, dois caminhos conducentes, afinal, à total infelicidade, pois ignoram que o homem é um ser espiritual e desprezam e combatem o que nele possa representar adesão a princípios superiores, capazes de lhe alargarem os horizontes da vida terrena, limitada e transitória.

Só podem ter interesse para nós, cristãos, os sistemas que reconhecem no homem um misto de corpo e alma; que o encaram nas suas perfeições e deficiências — com a hereditariedade a prendê-lo a uma linha constante de conduta e, em oposição a esta, a vontade livre, as qualidades adquiridas, a tenderem para uma variação que tanto pode orientar-se num sentido superior, como anunciar um retrocesso desolador.

Ora as qualidades, do mesmo modo que os defeitos, e umas e outros tanto adquiridos como herdados, podem, sem dúvida, ser influenciados quer pelo clima exterior em que o homem se vir colocado, quer pelo ambiente interior, moral e intelectual, que consiga criar em si próprio. É, afinal, nesta influência que se baseiam os processos educativos, e dos quais tantos benefícios se consegue colher.

Na aplicação destes processos, entendem uns que todo o esforço de aperfeiçoamento deverá ter como objectivo directo o indivíduo, enquanto outros opinam por que, sendo ele, acima de tudo, um animal social, é sobre o ambiente colectivo que se deve fazer incidir, de preferência, o trabalho de transformação, do qual

o indivíduo virá a beneficiar, depois, por reflexo, por habituação ou por impregnação.

É natural que cada pessoa, consoante a formação do seu espírito e o seu temperamento, simpatize mais com um ou com outro destes métodos de actuação. Mas, como facilmente se compreende, não existe qualquer incompatibilidade entre eles, e até se completam ou podem completar, mutuamente, nos seus efeitos.

É certo que a simples mudança, brusca ou lenta, dos usos e costumes de um povo, não implica necessariamente a modificação dos caracteres e dos sentimentos humanos; isto só poderá tornar-se numa realidade, próxima ou remota, por meio da educação pessoal, associada àquela modificação de ambiente. Por outro lado, é igualmente intuitivo que numa tal acção pessoal isolada, embora multiplicada a cada momento, tem um andamento moroso, sem efeitos contagiantes, e encontra-se sujeita constantemente aos perigos dos factores externos adversos que lhe minarão a eficácia e se oporão à sua permanência. É preciso, por isso, também eliminar estes factores, para que o esforço de aperfeiçoamento não se execute em vão.

Erram, portanto, os que, obcecados pela miragem da conquista individual, embora aliciante, sem dúvida, proclamam que os regimes políticos ou sociais não importam para nada; e erram, igualmente, os que, cegos pelo entusiasmo do proselitismo sobre as massas, desprezam ou ridicularizam as vantagens da educação religiosa na vida social.

E erram muito mais, quer estes quer aqueles, quando, exagerando essas preferências por um método, são levados lamentavelmente a hostilizar o outro e,

até, a fazerem-lhe guerra declarada, sem se aperceberem de que, assim, cometem atentado contra o essencial preferindo-lhe o acessório.

Deste pecado contra a inteligência podem orgulhosamente declarar-se isentos os monárquicos portugueses, pois, pugnando por um regime de moralidade pública, de verdade, de austeridade, onde o culto da competência e da responsabilidade sejam a base do serviço nacional, deixam, contudo, o campo aberto à actuação dos princípios religiosos junto das consciências, em especial aos da religião católica, que, para a maioria dos portugueses, é a única verdadeira.

É que nós aceitamos, sem discussão, que o melhor sistema político-social será aquele que procure melhorar o ambiente em que o homem se move e, simultaneamente, não descure ou, pelo menos, permita a livre acção educativa sobre cada um dos seres humanos nele participantes.

E pensamos até que da harmonia e colaboração entre estes dois métodos educativos, versando simultaneamente o ambiente exterior comum a todos e a consciência moral de cada pessoa, é que será possível conseguir-se a melhoria autêntica do homem, das suas obras e das suas condições de vida. O mesmo é dizer que só pelo entendimento pleno entre os adeptos do melhor Regime e os seguidores da verdadeira Religião, esse «desideratum» poderá ser alcançado rápida e duradouramente, quer com vista à vida terrena, quer em atenção à preparação para a vida eterna.

SALVEM-SE OS PRINCÍPIOS!

Este grito vamos hoje pedi-lo emprestado aos nossos republicanos, mesmo correndo o risco de o reabilitar das troças e críticas que o rodearam no tempo ainda recente em que foi proferido. Riram-se ruidosamente muitos monárquicos de há 50 anos, por um deputado democrático ter advogado, em pleno Parlamento, a salvação dos princípios, mesmo com o risco de se perderem as Colónias, e sem se importar que as realidades depusessem contra esses princípios, argumentando que tanto pior iria, assim, para as realidades.

E no entanto — devemos confessá-lo honestamente — o tal deputado tinha razão em mais de um aspecto, pois quando os princípios são desprezados e sacrificados aos *fins*, as ideologias morrem, os sistemas deturpam-se, as instituições desagregam-se e os regimes degeneram a olhos vistos.

Se, nesta hora que passa, nos lembramos deste episódio dos anais da Primeira República Portuguesa, é porque também nós sentimos que a salvação dos princípios monárquicos exige esforço portentoso, não só da Organização Política, como da vontade de cada um dos seus adeptos.

Atacados por uns violentamente, à sombra das imunidades republicanas, e sem que a sua legítima

defesa possa atingir a necessária plenitude, porque a tal se opõe a defesa da República; abraçados por outros, apenas numa sua parte, e, por isso, lamentavelmente deturpados, sem que, igualmente, o esclarecimento dos espíritos possa ser efectuado; finalmente, esquecidos ou repudiados por alguns que os edificaram, os difundiram, os adoptaram e prestigiaram — a sua permanência, como luz, na sociedade portuguesa, vai correndo grave risco de, dentro de pouco tempo, se extinguir, e passarem à categoria de simples curiosidade intelectual.

Muitos monárquicos vão, a pouco e pouco, perdendo a fé e a esperança nos seus princípios e situando-os cada vez mais na consecução dos *fins*. E se os mais modestos se contentam em serem presidentes de Juntas de Freguesia e vereadores municipais, os mais ambiciosos desejam ser presidentes das Câmaras, governadores civis, deputados, etc., etc. E, para isso, a primeira atitude é arrumar os princípios, e depois... fazer pela vida.

Nem todos têm êxito, mas as consequências são as mesmas, e traduzem-se em abandono, desinteresse, indiferença pela doutrinação, pela propaganda, pela organização e expansão de um sistema político pelo qual se procura servir o Bem Comum e não a boa-vida individual que, em alguns casos, até poderá ser fortemente afectada.

Muitos dos que não logram êxito e outros que foram enxotados regressam a agarrar-se aos princípios (para os servirem? Para se servirem deles?) e clamam, então, que é preciso, acima de tudo, *independência*,

eles que durante tanto tempo outra coisa não fizeram do que serem subservientes e arranjistas.

Sempre os monárquicos estiveram divididos, como sempre houve facções republicanas. Já depois de 1910 houve monárquicos constitucionais e monárquicos legitimistas, integralistas e da Acção Realista, da Liga 28 de Maio e situacionistas, nacionais-sindicalistas, e o mais que toda a gente sabe.

E isto pode não ser um mal. O maior mal é o amuo, o afastamento, o isolamento, sempre que haja discrepâncias entre dirigentes e dirigidos. Que estes, desiludidos ou revoltados, vão constituir novos grupos, isso significa que não perderam a fé nem o espírito combativo e que, no futuro, continuarão a servir os mesmos princípios, logo que tenham desaparecido as questões de facto e de pormenor que se opunham a uma perfeita unanimidade de acção.

O mal não está, portanto, na divisão dos monárquicos, em grupos, mas principalmente na deserção dos monárquicos.

Gostaríamos de ter a autoridade suficiente para, nesta hora talvez única, lançar um apelo a todos os que algum dia foram monárquicos, e a cada um deles dizermos, segundo a sua condição:

«Senhores! Procurai ser ou consenti em serdes presidentes, directores, administradores, ou mesmo simples vogais decorativos de tudo o que mais vos agradar para a vossa plena realização social ou local. Mas será necessário, para isso, que vos torneis infiéis aos vossos anteriores princípios políticos, ignorando-os, renegando-os, virando-lhes a face, desprezando-os, numa palavra — traindo-os? Fazei tudo isso,

não vos esquecendo de que sois monárquicos, até mesmo fazei-o porque sois monárquicos (e esta condição impõe obrigações de ordem social), mas não procureis também *servir dois senhores ao mesmo tempo*, pois há 2000 anos que tal está declarado impossível!

«Servireis um só senhor, na medida em que fordes fiéis aos vossos princípios, mesmo usando de meios aparentemente absurdos. E até a vossa valorização ocasional poderá, se o quiserdes, trazer novos motivos de prestígio para os princípios que jamais esquecestes.»

Aos outros diria:

«Amigos! Tendes o direito de discordar, de não vos conformardes e de vos não submeterdes a uma direcção que, mal ou bem, considerais inepta. Mas não tendes o direito de renunciar, de abandonar uma actividade política a que vos dedicastes voluntária e inteligentemente. Não deixeis que entre vós se perca a coesão, nem o convívio, inclusivamente o simples contacto. Formai os grupos que quiserdes, mas não vos disperseis nem deixeis que um só se disperse.

«Um dia, esquecidas razões e motivos, discordâncias e agravos, os pequenos grupos, firmes e decididos, se reunirão para constituírem uma grande força.»

*
* *

Servir os princípios é sacrificarmo-nos. E o sacrifício pode assumir diversas feições.

Uns e outros nunca deixem de atender os seus camaradas, em especial os aflitos e necessitados. Nunca deixem de auxiliar as publicações monárquicas que são o veículo da expansão dos princípios. E se a sua condição económica o permitir, que sejam mesmo generosos. Não deixem de preencher os quadros da organização. Afirmem, sempre que isso for oportuno ou necessário, a sua fé patriótica e monárquica.

Sejamos todos profundamente dedicados aos nossos princípios. Ou, como dizia o deputado republicano: «salvemos os princípios». Não contra as realidades, mas em estreita harmonia com elas.

Na medida em que os salvarmos agora, eles serão a garantia da nossa salvação futura.

O CONSENSO UNÂNIME EM POLÍTICA

É princípio fundamental da doutrina democrática, que o Governo das nações seja, a todo o momento, o reflexo da vontade sagrada do *Povo Soberano*. Da aplicação deste princípio — puramente teórico, tanto na sua concepção, como nas possibilidades de realização — resultaria a consequência funesta de uma total impossibilidade governativa, de que é apenas pálida imagem a instabilidade reinante nos países de opinião pública muito dividida.

Rios de tinta foram consumidos no decurso de muitos anos de combate inteligente a este dogma absurdo da tirania do número, e o resultado foi, graças a Deus, frutuoso, porque ele hoje está universalmente desacreditado.

E até os próprios corifeus do sistema, declarando paradoxalmente, em alta grita, *não poder haver liberdade contra a liberdade*, vão, cada vez mais, desrespeitando, iludindo, escarnecendo e humilhando a vontade popular, traduzida no papelinho lançado dentro da urna, quantas vezes de fundo falso.

Faltava, porém, o escarmento máximo, e este foi agora anunciado na nova teoria política que corre Mundo, segundo a qual se preconiza a evidência prévia de um consenso unânime para que seja lícito efec-

tuar-se qualquer modificação nos sistemas de governo.

Como já vamos longe da maioria teórica de metade e mais um!

Não nos dizem os inventores do sistema, se para as pessoas, os actos, as palavras do governo existente em qualquer tempo e em qualquer lugar é de exigir, igualmente, o tal consenso, mas isso não admira porque ele está, por enquanto, ainda em esboço. Isto também justifica o desconhecimento do modo como deverá fazer-se prova dessa unanimidade de consciência, e de qual a entidade perante quem ela deva ser feita. Não nos interessa, contudo, o estudo aprofundado desta nova habilidade política, senão na medida em que vislumbramos ser ela uma resultante aberrativa das doutrinas antidemocráticas que vão prosseguindo na conquista vitoriosa das inteligências.

Sabemos que à ideia de maiorias e minorias andou sempre ligada a de divisão nacional, de criação de partidos, e, por consequência, de guerra civil, pelo menos latente, e deflagrando, com frequência, em desgraças e ruínas para a vida das colectividades.

A esta ideia de divisão permanente e total, opuseram sempre os doutrinadores monárquicos, a de unidade nacional, sem quererem significar com esta ideia que as sociedades a ela fiéis se transformassem num rebanho abúlico, sujeito à vontade omnipotente de uma casta ou de um só senhor.

Não. O significado desta doutrina era e é o de afastar divergências em torno do essencial, do fundamental para a nacionalidade, procurando-se que esse *essencial* se revestisse totalmente de um carácter *natural* que o levasse a tornar-se indiscutível.

Para além disto, seriam inteiramente aceitáveis as divergências, lícitas as discussões e livre a simpatia por métodos ou a adesão a processos que cada cidadão viesse a julgar os melhores.

As *liberdades* próprias a cada pessoa, a cada grupo, seriam assim garantidas pela *unidade* comum, mantida em relação aos pilares sobre que assentassem.

E que isto não é utopia, prova-o a geral aceitação resignada dos fenómenos naturais, cujos benefícios ou prejuízos não atiram os homens uns contra os outros, pois todos concordam em que a sua ocorrência é superior à vontade e às faculdades humanas.

Analogamente à Natureza que faz suceder os dias às noites e as estações secas às chuvosas, indiferente às preferências, tantas vezes insensatas, das criaturas, e até com aprazimento e final benefício de todos (porque o bem ou o mal temporais não andam ligados aos acidentes fugazes dos dias e das horas, mas a ciclos inteiros de vida), também as nacionalidades deverão estar regidas por instituições naturais, insusceptíveis de, pelos seus súbditos, virem a ser alteradas ou modificadas.

Se não é causa de indignação que o Sol nasça do Oriente e se esconda no Ocidente, por que deverá ser motivo de estranheza que, no exercício da mais elevada função pública, o filho — possuidor de especiais aptidões e da necessária educação apropriada — suceda ao pai, desde que, a todos os súbditos, a lei conceda as mais solenes garantias de governo competente, justo e independente?

Então, que não se discuta o Rei!

Se não é motivo de revolta entre os homens numas regiões fazer frio e noutras calor, e resultar daí, para cada uma delas, diferente feição económica, diferentes hábitos para os seus naturais, diferentes condições de vida, por que há-de ser inaceitável que, mercê de estes e de outros factores, cada território se regule por meio de normas privativas e especiais?

Então, que não se discuta a Pátria!

Se à humanidade são impenetráveis os mistérios da Vida, que acolhe com alegria mesmo quando vem constituir encargo, tal como os da Morte, que sofre com tristeza, mesmo quando representa libertação, poderá ser motivo de espanto porem muitos o seu pensamento e a sua esperança num Ente Supremo, e regularem o seu modo de ser e de proceder segundo um vínculo — a Religião — que a Ele os prenda?

Então, que não se discuta Deus, nem o seu culto!

E não se discutir Deus, não se discutir a Pátria, não se discutir o Rei, é o que constitui o fundamento da Unidade Nacional. Simplesmente, onde foi dito, escrito ou afirmado *unidade*, alguns, não se percebe porquê, leram ou entenderam *unanimidade*, e daí errarem totalmente.

Excluem, contudo, tais inovadores deste consenso, os actos religiosos, ou de vida religiosa, porque — afirmam, e nós estamos aqui de acordo — os direitos de Deus não podem ser limitados pela vontade dos homens.

Há então situações de excepção?

Muito bem. Isso nos basta para podermos afirmar que também os direitos da Pátria não podem depender exclusivamente das opiniões dos seus filhos actuais,

porque a Pátria, sem deixar de ser o que é, contém em si tudo o que já foi, e ainda tudo o que há-de vir a ser.

Não podem, por isso, os seus direitos depender da chamada consciência nacional, em certo momento considerada, mesmo que viéssemos a saber, com clareza, qual o processo seguro de esta se manifestar livremente e com pleno conhecimento de causa.

O INTERESSE NACIONAL

Há duas expressões de curso muito frequente em terminologia política, e sobre as quais o cidadão vulgar não possui uma noção satisfatória, nem, em regra, atinge o seu significado geral: o *Bem Comum* e o *Interesse Nacional.*

São, às vezes, usadas indiferentemente, mas a nós parece-nos que admitem uma distinção fundamental nos seus conceitos, e esta poderá consistir em que o Bem Comum deve ser considerado um dom presente, actual, enquanto que o Interesse Nacional se gerou no Passado, domina o Presente e projecta-se no Futuro, exactamente porque é *Nacional*, e a Nação tem que ser considerada constituída pelos mortos, pelos vivos e pelos que hão-de nascer.

Por outro lado, se é certo que dificilmente se pode admitir Bem Comum sem o Bem, em maior ou menor grau, de cada um dos componentes do todo, ou, por outras palavras, sem que cada um dos membros da comunidade se sinta participante dele, o Interesse Nacional pode não estar forçosamente relacionado, a todo o momento, com esta euforia geral, e, pelo contrário, exigir, nesta ou naquela emergência, os maiores sacrifícios da colectividade em geral e de cada um dos cidadãos em particular.

Pode-se portanto, definir o Bem Comum como o conjunto de factores capazes de assegurar permanentemente, a qualquer agregado populacional, a satisfação, ainda que relativa, das suas necessidades materiais, morais e espirituais.

E o Interesse Nacional?

Não nos parece, pelo que vai dito, que seja susceptível de uma definição exacta e imutável. Antes supomos que necessita a cada momento, para se concretizar, da presença de um complemento com o qual venha a conjugar-se para fornecer uma indicação cuja interpretação é sempre reservada a muito poucos.

Naturalmente, o Bem Comum é de levar em conta na definição do Interesse Nacional, porque será difícil conceber-se aquele em oposição a este, mas não poderá passar de um elemento de apreciação, porque os mortos também mandam e os filhos dos nossos filhos, que hão-de constituir a Nação de amanhã, têm igualmente os seus direitos dentro do quadro nacional.

Por isto, ainda que firmemente baseado no comportamento das gerações passadas, no que respeita à independência, ao engrandecimento, à honra do País, ao cumprimento da sua missão terrena e sobrenatural (às Pátrias também competem missões desta natureza) no concerto das Nações, o Interesse Nacional terá de ser definido em cada emergência, em cada circunstância histórica que exija um empenhamento total da Nacionalidade.

E quem terá qualidade para o definir?

Qualquer cidadão mais ou menos ilustre? Qualquer político mais ou menos hábil? Qualquer governante, desde que seja competente e honesto? Não.

Nem a ilustração, nem a habilidade, nem a competência administrativa bastam para uma definição justa e adequada do Interesse Nacional.

Discutiu-se muito — e ainda hoje se discute — se o Marechal Pétain, ao propor, na última Guerra Mundial, o armistício aos exércitos alemães vencedores, servira o Interesse da França.

Também muita gente alimentou dúvidas de que Vítor Manuel II, fazendo idêntica proposta ao comando das Nações Unidas, e alinhando com estas na luta contra o seu aliado da véspera, tivesse bem interpretado o Interesse da Itália.

Do que já não é lícito duvidar-se é que, tanto um como outro, serviram o Bem Comum dos povos que governavam, salvando-os de novos horrores, poupando inúmeras vidas de combatentes e da população civil, e precavendo da ruína completa o que restava da Economia e do Património nacionais. E se serviram o Bem Comum, *talvez* tenham também servido o Interesse Nacional.

O mesmo não se poderá afirmar de Hitler, ao levar até ao esgotamento extremo uma luta que se mostrava já há muito perdida, para todos os chefes militares esclarecidos e não fanatizados por ideias fixas. Não serviu o Bem Comum e *talvez* não tenha servido, igualmente, o Interesse Nacional. E da teatral República do Norte da Itália, de Mussolini, não valerá a pena falar, porque ao espírito esclarecido do ditador romano, decerto esse expediente não foi usado a bem da Itália, mas sim em obediência a um desforço para com quem — fiel à sua missão de zelador supremo dos interesses da comunidade — não hesitou em pro-

ceder desagradavelmente para com um seu ministro.

Por isso, dissemos que não é qualquer cidadão, qualquer político, qualquer governante, que tem qualidade para definir o Interesse Nacional, e muito menos a terá qualquer agrupamento partidário, pois a sua finalidade de existência e a sua génese são dominadas pela execução dos interesses mesquinhos e limitados, da ideologia e da conquista do Poder, quase sempre contrário ao Interesse Nacional.

Terá essa qualidade, um governante, sim, porque só o contacto prolongado e devotado com os problemas da governação confere a necessária preocupação do superior, do comum, do colectivo. E sê-lo-á com tanto mais justeza quanto mais liberto se encontrar da satisfação de outros interesses, desde os pessoais aos partidários, dos ideológicos aos sectários.

Não abundam, neste século, os governantes que consigam reunir na sua pessoa este conjunto de condições, e daí a série enorme de erros diplomáticos e políticos, escudados nas boas intenções e na vontade de acertar, de que anda repleta a história contemporânea.

Pode um ou outro, que reúna soma maior ou menor destes requisitos, ser, num dado momento, o definidor justo do Interesse Nacional, ou por suas qualidades pessoais excepcionalmente apuradas, ou por inspiração ou mandato sobrenaturais.

A existência não se pode negar, embora constitua excepção.

Mas é indubitável que o melhor, sempre e em muitas circunstâncias o único capaz de uma definição plena do Interesse Nacional, é o REI. exactamente

porque é o governante por excelência, cujo interesse pessoal e familiar se confunde com o interesse público; porque tem atrás de si uma herança excepcional de governantes excepcionais; porque não obedece a partidos ou facções; igualmente, porque até está liberto das preocupações da Administração.

A História o ensina, porque nos diz que os Reis fizeram as Nações, e as repúblicas as desfazem.

Também a inteligência o explica, sem que tenham valor, a tentar contestá-lo, os lugares-comuns já bolorentos ou a verborreia chocha dos adeptos das democracias do sufrágio universal, que teimam em sobreviver. Para estas, não há Interesse Nacional que seja digno de atenção, talvez porque a própria Nação é para elas coisa anacrónica e desprezível, a ser sacrificada numa *aurora gloriosa* à utopia da República Universal.

IV

MONARQUIA E REPÚBLICA

O CULTO DA COMPETÊNCIA

Já hoje ninguém duvida que o regime monárquico é o regime das competências, não só porque a tal respeito o depoimento de doutrinadores de todo o Mundo tem sido extraordinariamente fecundo, como também porque a dura lição dos factos nacionais e internacionais foi, e continua a ser, esclarecimento convincente até para os mais rebeldes à acção docente.

De facto, não é difícil compreender-se que o regime cuja chefia é exercida pelo representante da primeira família de uma Nação, educado e orientado especialmente para essa função, é o regime cujo condicionalismo não só permite, como também exige, que a competência instalada na base do seu sistema seja uma garantia de benéfica influência sobre todos os órgãos da Administração.

Acresce que no regime monárquico não há, normalmente, interferência de quem quer que seja na designação do seu Chefe, porque a sucessão é natural, automática e imediata, e só em casos raríssimos na História dos povos (duvidosa legitimidade sucessória ou reconhecida incapacidade pessoal) pode haver intromissão de opiniões discordantes.

Não sucede assim nos regimes republicanos, antes neles sucede exactamente o contrário, sendo forçoso,

nos períodos críticos (os quais, além dos periódicos da mecânica constitucional, são tantos quantos o ordenam os ditames da Providência e o abuso das liberdades das facções ambiciosas), inventarem-se virtudes em que nunca ninguém tinha reparado, atestar-se ruidosamente e sem convicção, competência, aptidões, etc., em um ou vários cidadãos de determinada idade, sexo e estado.

Estes, puxados então pela gola do casaco ou do dólman, a sobressaírem de entre a multidão anónima, com quem sempre andaram confundidos, não são, muitas vezes (é a História a dizê-lo), sequer pessoas honestas, obscuros servidores do seu país, mas esforçados zeladores dos interesses dos grupos que os suportam e os elevam a cargos que nunca pensaram na sua vida ocupar.

Desta base fundamental deriva nas Monarquias o culto e o respeito pelas competências, e nas Repúblicas de qualquer matiz a indiferença perante aquelas, as quais só poderão interessar na medida em que condescenderem em se integrarem na «clientela» — força que, nas democracias, constitui, ao mesmo tempo que uma necessidade premente para a manutenção do Poder, a origem inegável da Soberania.

Em regime eleiçoeiro, bem podem os competentes esfalfarem-se em preparação e endividarem-se com a aquisição de papéis, para os concursos públicos, porque os lugares em aberto estão já, em regra, destinados, não ao melhor (que não se sabe ainda quem possa revelar-se como tal), mas ao mais submisso, ao mais faccioso, ao que, em vez de estudar ou se

treinar, andou a pedir, a rojar-se, a afirmar a sua dependência.

Se não era já da clientela — o que lhe atribuiria direitos absolutos, se não houvesse outros nas mesmas condições — fica-o sendo, a partir de então, e na hora crítica será um voto mais a pesar na balança, ou mesmo um traficante precioso no caciquismo ou na «surripiadela» dos votos contrários.

Isto sem contarmos com os lugares que, por serem dos mais chorudos, não vão mesmo a concurso, visto já serem destinados a galardoar serviços na pessoa dos filhos, dos genros, dos sobrinhos e afilhados, dos «prestimosos correligionários».

Em democracia não há Dinastia, mas reconhece-se a existência de várias «dinastiazinhas» que se perpetuam no ensino, na magistratura, na burocracia e na politiquice, em gerações sucessivas.

Não nos falaram os franceses da IV República em 200 famílias que se locupletavam à custa da França?

É que o Estado republicano tem necessidade de fazer favores para receber favores, e os seus súbditos são «obrigados» a pedir favores, e julgam-se no «direito» de os receberem.

Já dizia o «profundo» sapateiro de Braga: — OU HÁ MORALIDADE, OU COMEM TODOS.

Máxima filosófica simples, mas que bem caracteriza o dilema em que vivem os «cidadãos eleitores», sem qualquer garantia de justiça quanto à participação nos benefícios comuns.

Só a Monarquia que preconizamos pode «deixar de fazer favores a alguém, para distribuir justiça a todos», porque, não precisando de favores, não tem

obrigação nem interesse em alimentar o empenho, a cunha, a recomendação.

Naturalmente, em todos os regimes, em todas as situações, há cargos que só podem ser desempenhados por «pessoas de confiança», mas além de que estes são sempre em pequeno número, também não pertencem aos quadros regulares da Administração e a eles não se chega por acesso, mas ainda mercê da «competência» e zelo demonstrados em outros cargos anteriormente exercidos.

O Sufrágio Universal é o grande agente da corrupção pública, pelos «direitos» que confere aos seus agentes, pelas obrigações a que acorrenta o Poder e pelas necessidades que cria aos partidos ansiosos por o conquistarem, ainda que mais não seja para se desobrigarem dos favores e dedicações de que são credores os seus apaniguados.

O Sufrágio orgânico não peca desse defeito. O Poder não é nele directamente interessado, da mesma maneira que ele não visa em linha recta a aquisição das chaves do mando.

E cada um dos que nele participam é ainda uma pessoa competente, pois se move num âmbito onde são perfeitamente conhecidos de quem quer, as qualidades e os defeitos dos seus diversos elementos.

Que se associe, pois, a nós, a juventude ávida de justiça, de equidade e de moralidade, a fim de, todos juntos, travarmos a batalha decisiva pela instauração de uma sociedade mais perfeita na qual os direitos mais rudimentares de todos não possam ser atropelados pelos privilégios especiais outorgados a alguns.

DUAS OBJECÇÕES SEM VALOR

«Nem sempre — diz um nosso objector — o Soberano reinante foi educado para Rei, como sucedeu com El-Rei D. Manuel II». É verdade. Mas o argumento baseia-se numa excepção, e isso basta já para demonstrar a sua precaridade. Porque a surpresa, excepção na Monarquia, é a regra em República, e se o argumento era lançado como um ponto fraco das instituições reais, ele vai recair em cheio sobre as democráticas, deixando-as aflitivamente sufocadas.

Mas, mesmo assim, a razão que pode assistir ao nosso objector é pouca, e não irá além de dez por cento, quando muito. Os restantes noventa por cento permanecem propriedade nossa.

É que, nesta hipótese, dois casos se podem dar: ou a quebra da sucessão natural do Príncipe Real surge inopinadamente, e exactamente no momento da sucessão, ou essa quebra não decorreu em circunstâncias críticas.

Nesta última hipótese, mercê das virtudes da Instituição, outro irá ocupar a sua posição, e tudo volta ao natural por forma que haverá um conveniente sucessor na hora própria.

Na primeira hipótese — tornada realidade na História de Portugal pelo crime de 1 de Fevereiro —,

a única qualidade que não terá concorrido no novo Soberano terá sido, de facto, a educação especializada. Mas não deixam de concorrer a educação geral apurada, a hereditariedade, a recta intenção, o interesse, a responsabilidade, a noção do princípio de unidade, a independência, a responsabilidade, e até aquele sublime egoísmo proveniente de o seu interesse pessoal se confundir com o Interesse Nacional.

Haverá algum chefe eleito ou usurpador que possa reunir, *mesmo por excepção*, a soma de vantagens enumeradas em relação ao Príncipe que acidentalmente foi chamado a assumir o Governo de um povo? Com certeza que não, porque muitas daquelas qualidades são exclusivas do regime monárquico, e não há sequer mono-arquia alguma que possa vangloriar-se delas.

A segunda objecção é a da *eleição papal*, porque — diz — o Papa também é *eleito*.

Ora, no Consistório não há eleição, mas apenas designação. Todos os que lá têm assento, ao mesmo tempo que podem designar, podem ser designados. Nenhum se propõe ao sufrágio dos restantes, e antes cada um gostaria, humanamente falando, de fugir ao pesado encargo de dirigir a Cristandade. Todos se conhecem uns aos outros, e não há nenhum que não possua uma noção perfeita dos deveres do cargo vago, e das qualidades e virtudes exigidas para bem o desempenhar.

Acresce a tudo isto que se trata de uma assembleia reduzida e, ainda que houvesse eleição, esta poderia ser inteligente e sensata, porque, em regra, nas pequenas assembleias domina o conhecimento perfeito do

acto eleitoral, das suas consequências e das suas exigências, a boa intenção e o espírito de bem servir o Bem Comum.

Nós nunca nos insurgimos contra o sufrágio orgânico, antes o preconizamos, como no caso das eleições municipais e profissionais, e por isso já dissemos que nós é que seríamos os verdadeiros democratas, se esta palavra não estivesse tão desacreditada e tão confundida.

Ora, nada disto se aplica à eleição do chefe da nação, quer ela seja feita por sufrágio universal (a quando da eleição directa), em que todos são chamados a escolher quem desconhecem e para o exercício de funções cuja complexidade ignoram, quer seja feita pelas assembleias parlamentares (na eleição indirecta), porque ninguém será capaz de afirmar que elas estejam possuídas daqueles predicados acima citados para as assembleias reduzidas.

Finalmente, não é lícito, pelo menos aos católicos, abstrair na designação do Sumo Pontífice pelo Sacro Colégio, da assistência prestada a cada um dos seus membros pelo Espírito Santo, que é, afinal, e em última análise, quem procede à designação.

LIÇÃO JÁ SABIDA DE COR

A larga superioridade que o Chefe de Estado hereditário tem sobre o chefe eleito, ou antes, ilusoriamente eleito, é tão manifesta, foi já há tanto tempo exuberantemente demonstrada, que até se vai tornando incómodo enunciá-la mais uma vez, e de novo a explicar.

Mas há sempre gente jovem, a ouvir pela primeira vez os ferrugentos e rançosos argumentos dos escravos do sufrágio universal, e é, portanto, necessário, ainda que penoso, esclarecer as inteligências e as consciências dos que, por estarem desprevenidos, podem acabar por ser vítimas dos profissionais da maldade, da ignorância ou da estupidez, se não das diversas acumulações possíveis destes três defeitos. Batidos no campo da competência a exigir, nesta hora da vida do mundo em que para tudo se pede uma preparação especializada, menos para o exercício da primeira função pública — a chefia do Estado — voltam-se então para o argumento de que pela eleição é possível aos povos escolher o melhor, o mais virtuoso, o mais competente, o mais capaz dos cidadãos, para ocupar tal cargo.

Pura ilusão! É a expressão mais benévola que podemos usar para semelhante sofisma, pois é fácil

verificar que, por várias razões, nunca isso poderia suceder. Primeiramente, seria preciso, para que a eleição fosse bem feita, que cada um dos que elege tivesse recta intenção, pleno conhecimento da pessoa a escolher e das obrigações que sobre ela irão recair, para poder eleger conscientemente.

Depois seria também necessário, para que realmente o eleito fosse designado pela maioria da Nação, que esta, de facto, se pronunciasse.

Ora, quem é, afinal, chamado a pronunciar-se em tais casos? Ou apenas o chamado eleitorado, constituído por quem o jogo eleiçoeiro permitiu ou quis que figurasse nos respectivos cadernos; ou os partidos políticos em designação indirecta, isto é, essas associações de interesses pessoais, para os quais o Interesse Nacional, o Bem Comum, o prestígio da Administração Pública são coisas insignificantes.

E então surge até, às vezes, «le plus bête», no dizer insuspeito do democrata Clemenceau, ou nem isso, porque o chefe designado por uma facção será sempre o chefe dessa facção, e não da comunidade, como deveria ser.

A ninguém, com respeito por si próprio, é lícito pôr em paralelo o prestígio de uma família, em quem todos têm os olhos postos, dentro e fora do País, e que durante séculos, ou gerações, suporta os encargos da governação pública, com o prestígio de uma outra que, embora honesta, digna e respeitável, não tem qualquer tradição, treino ou motivo especial a convidá-la ao sacrifício para com a Nação.

E, mal a gente se descuida, aparece então o bolorento argumento do tarado: «Se um Rei, só por ter

nascido de pais Reis, for tarado, terão os povos de o suportar à força!»

Só nos admiramos de que pessoas medianamente cultas e bem vestidas usem expressões deste teor, a que pretendem atribuir a categoria de argumentos políticos, como se os intelocutores fossem todos tolos ou usassem tanga.

Não, senhores! Nós nunca invocamos a hipótese de os presidentes serem tarados, porque não faríamos, aos eleitores, a injúria de os considerarmos igualmente tarados ou cegos do intelecto.

A que título vem, pois, a afirmação de que o filho do Rei pode ser um tarado? Claro que pode. Mas, se o for, nada o indicará para sucessor do trono. Nem nenhum pai o consentiria, nem os órgãos da Nação (porque em Monarquia os órgãos da Nação também têm o seu âmbito de actuação) o permitiriam.

Não foi assim que sucedeu, por exemplo, com o Príncipe das Astúrias, aqui ao lado, em Espanha?

Mas poderá mostrar-se incompetente, incapaz, indigno depois de subir ao trono — dirão os mais renitentes...

Ah, isso pode. E tanto como qualquer presidente eleito. E depois?

Depois é o pior. Nos regimes monárquicos, o Rei que patentear tais defeitos é deposto, com uma simplicidade igual à que presidiu à sua ascensão. E nas repúblicas acontece o mesmo?

Já se sabe que não. É da essência das repúblicas os dirigentes agarrarem-se aos cargos, e só saírem deles à custa de revoluções, guerras civis e catástrofes nacionais.

Tomemos dois exemplos contemporâneos para ilustrar estas afirmações: Eduardo VIII da Inglaterra e Hitler na Alemanha. O primeiro, Rei hereditário; o segundo, chefe do Estado eleito. Ambos se mostraram, já no exercício das suas funções, incapazes de guiarem o seu povo pelos caminhos da felicidade e da dignidade.

Eduardo VIII foi convidado a abdicar, em nome da honra da sua família e da Nação, e tudo se passou calmamente, sem convulsões nem sobressaltos.

A Hitler nem sequer alguém ousou formular tal sugestão. Surgiu o atentado e isso custou nem se sabe quantas vidas. Só a tragédia e a subversão nacional puseram fim ao seu domínio.

Ainda que as Monarquias fossem mais caras, a economia de desgraças que fazem às Pátrias é suficiente para, neste aspecto, as tornar mais desejadas e mais estimadas. Mas não são mais caras.

As fortunas que se queimam, em república, nos jogos parlamentares e eleiçoeiros são a ruína para os povos enfraquecidos e de modestos recursos. Falar em adiantamentos à distância de cinquenta anos de uma campanha ignóbil, é apenas burla intelectual, pois já toda a gente sabe que os últimos reis da dinastia do ramo Saxe-Coburgo pagavam muitas despesas a que eram obrigados pelo exercício do seu cargo, do seu bolso particular, como pagavam aos seus criados.

E quando se deslocavam para qualquer ponto do país, viajavam em carruagem atrelada a um comboio

normal, para resultar mais barato. Nem por isso ficavam diminuídos, porque tinham em si categoria e nobreza suficientes, sem necessidade de insuflações postiças e desproporcionadas.

Naturalmente, isto ainda não chega para calar os insensatos, mas a todo o tempo se poderá acrescentar muito mais.

HÁ AINDA OUTRA SOLUÇÃO!

Os políticos republicanos são, na generalidade, naturalmente extremistas. Para eles não há meio-termo e crêem, talvez com sinceridade, que as nações estão condenadas eternamente a oscilarem entre dois extremos: excesso de liberdade — excesso de autoridade.

Quando no Poder, os adeptos do reforço da autoridade amedrontam os governados com aquilo de que realmente eles, governantes, se temem — a perda dos últimos restos de liberdade, representada pelo advento do comunismo, no sentido de tornarem apetecidas as escassas liberdades que consentem.

E admitindo, embora, que umas tantas vezes o expediente dê resultado, parece que a história, à força de repetida, leva ao cansaço, e o cidadão-eleitor acaba por se louvar no irraciocínio do seu semelhante da conhecida fábula, que considerou ser improvável alguém lhe pôr duas albardas em vez de uma, cujo peso estava fartíssimo de suportar.

Por seu turno, os republicanos adeptos da concessão ilimitada de liberdade, não são menos apavorados do chamado totalitarismo, e clamando apopléticos que «o fascismo não passará», aterrorizam as massas com a mesma desgraça que seria a perda de toda a liberdade, se elas consentissem que se instalasse

na governação qualquer regime de «partido único».

O pior é que nem só de liberdade vive o homem, e quando esta chega a resumir-se na liberdade de morrer à fome, o cidadão-eleitor acaba por se conformar com a albarda, pelo menos provisoriamente.

Esquecem um e outro destes grupos de políticos republicanos, ou antes, esforçam-se por fazer esquecer e por deixar ignorar que, entre os dois extremismos a que tão afeiçoados estão ou que tanto temem, há uma terceira solução — a do governo monárquico, pelo menos para a maioria das nações que formam a nossa civilizada Europa.

Esta terceira solução, a que podemos chamar a solução do equilíbrio, porque nela se realiza uma harmonia, tão perfeita quanto o permite a condição humana, entre a autoridade conveniente e as liberdades necessárias, tem uma grande massa de adeptos esclarecidos, não obstante se oporem constantemente à sua expansão dois obstáculos formidáveis: a carência de meios de propaganda e a oposição levantada pelos governos e autoridades republicanas ao esclarecimento do povo, sob o pretexto ridículo da «defesa das instituições».

O horror à verdade e o temor de que ela triunfe, tem sido, através dos séculos, uma característica inconfundível dos homens públicos de «pouca boa vontade», que podem justamente ser simbolizados no demagogo Pilatos ao lançar a Cristo o seu «Quod est veritas».

Nós, os monárquicos portugueses, temos disso uma larga experiência, durante a qual tanto os extremismos das esquerdas, como os das direitas,

vieram sempre chocar com as nossas legítimas liberdade, com o nosso direito de doutrinação, e impor-nos muitas vezes um silêncio total, ora em homenagem à Liberdade, ora em submissão à Ordem, ora em obediência à Autoridade ou em holocausto à Unidade.

Sentiram-se os portugueses mais felizes com a onda de «Liberdade» que os afogou durante dezasseis anos a partir de 1910?

Sentiram-se igualmente felizes, mais do que anteriormente, com a penúria de liberdade que começaram a sofrer em 1926?

Parece que não. E muitos, desnorteados, desorientados, desencaminhados, são levados para campos contrários inteiramente à sua formação moral, religiosa e política, tornados joguetes de irresponsáveis e de aventureiros.

Às restrições opostas à legítima expansão das verdades monárquicas, soma-se a ampla liberdade dispensada à difusão dos erros republicanos, e o resultado final lógico é a lesão das inteligências, a ataxia das atitudes, a degenerescência dos sentimentos e convicções.

Mas, AINDA HÁ OUTRA SOLUÇÃO!

É este o grito que, a partir desta hora, deverá ecoar por todo o Portugal, rasgando as trevas mentais, dando luzes aos espíritos, restabelecendo a esperança, a confiança, o domínio da justiça, da razão e da verdade.

ELOGIO DA REALEZA

Bem poderia ser este o título de um livro recente que o ilustre diplomata brasileiro, Cardoso de Miranda, dedica a El-Rei D. Manuel II no cinquentenário do exílio deste último descendente do ramo reinante: Bragança-Saxe-Coburgo-Gota.

O título do livro é, sim, «O Último Rei», designação que não nos agrada, pelo mau sentido que ela pode ter.

D. Manuel II foi, de facto, o último Rei de Portugal, no sentido de não ter havido *ainda* outro depois dele, mas não no de ter encerrado a sucessão dos Reis na História de Portugal.

A biografia leve, sem deixar de ser perfeita, do segundo filho do grande Rei D. Carlos, é, em cada página, em cada linha, um louvor perene das Instituições Monárquicas, da Realeza hereditária, não só quanto à governação das nações, mas também quanto à excelência das relações entre os povos.

«Fala-se muito hoje — como supremo recurso preservador da Paz — das conferências de alto nível. No entanto, as Monarquias tinham já acertado com outro recurso mais poderoso, e não eventual, como o dessas conferências: a vinculação de alto nível.

«Dirão, porventura, os críticos da História que os laços dinásticos — aparentando Chefes de Estado,

ligando-se pelos compromissos familiares, confinando-se num *clã* supranacional — fracassaram nos seus propósitos, porque não evitaram e, muitas vezes, parece terem provocado as guerras e as dissenções.

«Não será exacta essa observação: sem esses laços, mais frequentes e maiores teriam sido os conflitos, as rivalidades, as destruições mútuas — oriundas de contingências económicas e fatalismos geográficos e sociais.»

Eis uma passagem do ilustre biógrafo, na qual é posta em destaque a impotência inata das repúblicas em assegurarem a paz, que não duvidamos seja por elas sinceramente procurada, mas para que têm uma negação de que o mundo republicanizado é, ao mesmo tempo, testemunha e vítima.

E o testemunho de Ferrero é invocado a propósito: «o regime monárquico deu à Europa, de 1814 até à primeira guerra mundial, um longo estágio de tranquilidade e ventura, nunca superado em época próxima da civilização cristã. A guerra entre a Alemanha e a Inglaterra — inevitável resultado da rivalidade política, industrial, comercial e colonial — foi protelada de 20 anos, pelo facto de o Imperador da Alemanha ser neto da Rainha da Inglaterra, e não se desencadeou entre tio e sobrinho: Eduardo VII e Guilherme II.»

Os piores cegos — os que se recusam a ver — negam a evidência dos factos e enchem-nos os ouvidos com frases comicieiras que a simples leitura dos jornais todos os dias infelizmente contradiz.

Mas Deus fez as nações curáveis. E temos fé em que a velha Europa há-de encontrar os caminhos perdidos e, embora à custa da sua própria carne, já

tão largamente perdida, e do seu próprio sangue, já tão abundantemente derramado, há-de reconhecer as virtudes da Realeza e os enormes perigos dos governantes improvisados, ambiciosos e maldosos.

Porque se a Realeza, como vai descrito, bem demonstrou nas páginas da História contemporânea o valor da sua acção na paz do mundo, não o fez menos no domínio da política interna das nacionalidades.

«A Realeza, já de si — diz Cardoso de Miranda — traz um carácter tradicional e litúrgico que impõe respeito, independentemente das contingências humanas — como às que estava sujeita a Rainha Vitória, com o seu físico atarracado e inestético, ou Afonso XIII, ascendendo ao trono no dia em que nasceu.»

É que: «A circunstância de um rei subir muito jovem ao trono — e para um reinado, isto é, para um período indefinido de governo — faz com que os Reis, aos olhos dos povos, não tenham idade.»

Foi assim com Afonso XIII de Espanha, foi assim com Manuel II de Portugal, e é assim, ainda hoje, com Balduíno da Bélgica, por exemplo. Os reis assentam praça quando nascem — disse o nosso grande Mousinho de Albuquerque —, e isso torna-os diferentes de todos os outros seus concidadãos.

Foi talvez por isso que o Barão de Alvito pronunciou um dia aquela frase pitoresca citada pelo autor deste livro: Há três espécies de gente: os brancos, os pretos e as pessoas reais — frase que, dentro do seu tom faceto, dá bem a noção da diferença *real* que existe entre uma pessoa real e a restante *gente*, mesmo da melhor categoria social ou intelectual.

Mesmo os republicanos sentem esta diferença, não obstante clamarem, como Fialho de Almeida, que o Rei é um homem como os outros. E esse sentimento raro o conseguem ocultar, traduzindo-o os honestos em afirmação cortês de respeito pessoal, e os outros em exacerbação de ódio ao ascendente reconhecido e sofrido.

E Cardoso de Miranda, para atestar a natural superioridade dos Reis, recorda José Maria Peman, que acha ser a intimidade do poder, desde a infância, uma das vantagens dinásticas, dando em resultado que um rei que nasceu no palácio, ao entrar no palácio após a coroação, não precisa (como acontecerá a muitos presidentes) de perguntar aos criados onde ficam os sítios reservados.

Onde o ilustre autor desmerece um pouco é na abordagem que faz da política portuguesa contemporânea. A questão de regime não está ultrapassada, ao contrário do que supõe, porque está apenas em forçada ausência do panorama político nacional.

O sentimento monárquico domina *ainda* uma grande parte da população portuguesa. E ninguém ignora que também uma grande parte do seu escol intelectual é adepto das ideias monárquicas.

Serão, apesar de tudo, minorias, como pretendem alguns? Que o sejam! Mas podem, vantajosamente, confrontar-se com as minorias republicanas.

Contudo, não se pode dizer que as massas sejam monárquicas... Pois não. Mas também não são republicanas. E se não são monárquicas por doutrina, são-no indubitavelmente pelo sentimento: pela crença em Deus-Rei das Nações; pelo respeito às autoridades;

pelo amor da família; pelo culto das liberdades; pelo apego à terra, à sua terra, à sua Pátria; pelo brio profissional; pelo respeito da propriedade alheia e defesa encarniçada da sua. Tudo isto são sentimentos monárquicos, ainda que muitos os ignorem em si próprios. Até porque o contrário são sentimentos retintamente republicanos.

E as massas actuam segundo os seus sentimentos; só o escol procede em harmonia com as ideias que alimenta.

Podemos todos estar seguros de que a Monarquia a instaurar não será *uma Monarquia sem monárquicos*, nem o Rei no seu Paço será — como D. Carlos se considerava — *o único monárquico da freguesia de Alcântara.*

E como as ideias não abstractas precisam de se corporizar; e até os sentimentos exigem imagens que os representem e os figurem, aquelas e estes concretizam-se *realmente* na Realeza — esse símbolo vivo, o menos imperfeito da unidade das nações, em especial desta unidade pluralista que é a Nação Portuguesa.

Honremos a Realeza, respeitemo-la e acumulemos sobre ela o máximo de prestígio. Muito do mais virá por acréscimo.

A TAREFA RESTAURACIONISTA

Acima de tudo o que nos possa agradar ou entusiasmar, a principal tarefa do movimento restauracionista terá de ser o reconhecimento na sociedade de uma autoridade incontestada.

Só esta autoridade poderá outorgar amplas liberdades sociais e económicas, porque só ela não poderá ter receios, só ela não temerá pela sua existência. É forçoso, desde já, não confundir autoridade incontestada com autoridade forte.

A autoridade incontestada não é forte nem é fraca. Não admite adjectivos. É, pura e simplesmente, autoridade. Existe e projecta-se para além de todos os cidadãos, os quais, por sua vez, terão de a considerar inteiramente despersonalizada, não ligada a esta ou àquela pessoa, senão acidentalmente, permanecendo no tempo, não obstante o passamento ou a transitoriedade daqueles que a vão representando periodicamente.

Não há outra autoridade incontestável senão o Rei, porque, em princípio, todas as contestações de que pudesse ser objecto seriam inoperantes, visto o Rei ser rei, independentemente da opinião de qualquer súbdito.

E até se pode dizer que estas opiniões não existirão, porque só se opina em relação ao que pode ser objecto de opinião. Ninguém tem opiniões sobre a sequência das estações do ano, sobre o calor ou o frio, porque seria tolice, porque isso excede o âmbito da inteligência e da vontade dos homens.

Como a função real também, por princípio, não pode ser submetida às diversas opiniões, logicamente ninguém perderá o seu tempo a preocupar-se com ela. E, assim, de incontestável, passará, de facto, a incontestada.

Terá de ser esta a primeira tarefa do movimento restauracionista: o restabelecimento, nos espíritos, do princípio da autoridade incontestada, respeitada e amada, não só na vida pública, como, fundamentalmente, na mentalidade de cada um.

A partir de então, será possível, com calma, com ciência e consciência, com espírito humano sobretudo, começar-se a realizar tudo o mais, à sombra da Monarquia hereditária, impregnada de espírito cristão, independente e limitada na sua actuação, em proveito dos direitos das pessoas e dos órgãos intermédios, e em atenção principalmente à ordem moral divina, que está tão acima de todos os súbditos como acima da mesma Monarquia.

São, inclusivamente, os direitos inalienáveis da Nação, e os dos seus órgãos intermédios, que limitam a autoridade real, sem que esta se sinta constrangida ou diminuída, porque isso tudo é condição essencial para que ela exista e subsista.

Serás Rei se procederes rectamente — foi desde o fundamento da Nacionalidade a saudação cheia de

significado com que eram acolhidos os soberanos proclamados. Naquele tempo, o Rei era livre, mas todos os súbditos tinham a consciência de serem também livres. Pacto implícito e pleno de gravidade, em que as dignidades recíprocas eram reciprocamente respeitadas.

Eis esboçada uma segunda tarefa do movimento restauracionista: a par do respeito e afecto pela autoridade indiscutível, a consciência dos próprios direitos e o zelo do exercício desses mesmos direitos ao serviço da Grei.

Naturalmente, estas relações entre o Rei e a Nação terão de ser reguladas por forma tal a que funcionem normalmente todos os meios conducentes a uma séria consulta e a uma autêntica representação política, o que será de transcendente importância num mundo avassalado pela mentira democrática, com todas as suas aberrações e contrafacções.

Estas são as tarefas de *ordem política,* que não poderão fazer esquecer as de *ordem moral,* tão necessárias em face de uma desmoralização constante e progressiva, operada desde há um século, e baseada sobretudo na ausência de responsabilidade que deveria acompanhar os actos de cada um; as de *ordem económica,* pela elevação necessária do nível de vida da população, mediante uma melhor distribuição da riqueza, capaz de ir esbatendo a pouco e pouco as enormes e bolchevizantes diferenças existentes entre um número cada vez mais forte de ricos e a empobrecida massa geral; finalmente, as de *ordem social,* capazes de permitirem, por uma elevada difusão da instrução, um acesso cada vez mais fácil de todos

os capazes, na escala social, o que é a maior garantia da renovação necessária das «élites».

É preciso que todos se compenetrem de que só a Monarquia, com as características apontadas, é capaz de, decididamente, à plena luz do dia, sem receios supersticiosos, sem medo da verdade, sem consideração por privilégios de legitimidade duvidosa, trazer à Nação todas as reformas de que ela necessita.

A Restauração não poderá consistir apenas no restabelecimento de um regime, ou de determinadas instituições do passado, mas, como enunciou Rafael Calvo Serer, deverá, antes, constituir uma renovação total de hábitos, de comportamento, de padrão de vida, enfim, uma tendência para a renovação total, cristã, do homem, criando-lhe os ambientes materiais e legais adequados a esta transfiguração. Independente da vontade do povo, não quer dizer que este seja sistematicamente afastado de qualquer interferência na administração pública. Pelo contrário, mais do que qualquer outro sistema, mesmo dos que demagogicamente se intitulam do povo, pelo povo e para o povo (o que é e sempre tem sido mentira), a Monarquia cristã entrega ao povo o que legitimamente pertence ao povo. Só para o bem comum ela foi instituída e não tem em vista outra finalidade que não seja o bem-estar de todos os seus súbditos.

A MONARQUIA: REGIME NÃO SÓ DE ONTEM MAS TAMBÉM DE AMANHÃ

Em boa tradução espanhola, foi-me permitido, graças à amabilidade de um caro amigo, ler há pouco o excelente livro do pensador austríaco Gustav Canaval, agora editado pelo Centro Europeu de Documentation e Informacion, sob o título «*A Monarquia, forma política de amanhã*».

O simples título desta obra poderá parecer presunçoso para muitos espíritos *bem pensantes*, que a cada passo exclamam *isto para trás não anda*, com a mesma convicção com que recitariam um artigo de fé, se alguma vez tivessem fé.

Oh! As ilusões, as aparências, o superficialismo com que tantos se deixam seduzir e subjugar!

Se alguém se dispusesse a avaliar as tendências políticas de um povo pelo que pensam as suas multidões, não tardaria a verificar os erros em que teria incorrido pela sua irreflexão.

As multidões são estéreis, infecundas. Nada delas saiu, em tempo algum, capaz de trazer lustre à história, ao progresso, à civilização.

Toda a História tem sido tecida pelo escol, pela nata da população, não se negando, porém, que este escol está longe de ser privilégio de uma classe, seja

ela a mais instruída, ou a mais abastada, porque sai de todas as condições sociais, mesmo as mais humildes, pelo mecanismo da capilaridade social.

São as minorias esclarecidas, as minorias conscientes, quem influi nos destinos dos povos e arrasta atrás de si a massa, sempre conformista com o que está, seja qual for o rótulo, porque não sabe distinguir cores nem estilos, e é avessa a todo o espírito heróico.

Para as multidões que circulam nas grandes urbes, na ida e na volta das suas ocupações, intoxicadas de manhã e de tarde pela prosa jornalística das agências e dos diários, Monarquia e República são coisas tão estranhas como o pode ser a música para um surdo de nascença.

Um inquérito junto do homem da rua, a quem fosse perguntado se é republicano ou monárquico, daria como resultado uma percentagem superior a 80% de respostas susceptíveis de serem sintetizadas numa frase: Quero lá saber disso. O que eu quero é viver e gozar a vida!

É isto em Lisboa como em Bruxelas, em Paris como em Atenas.

Em forte erro incorreria o observador que concluísse disso não ter ambiente nesses países, a ideia republicana ou a ideia monárquica, consoante o regime, monárquico ou republicano, vigente em qualquer das cidades referidas, porque os dirigentes, os governantes, os pensadores, aqueles a quem é cometido o encargo de renovar a fase das instituições políticas, nunca saem do homem da rua, mas de ambientes qualificados.

É a estes que se torna necessário ir auscultar a

opinião, tomar o pulso, ler a temperatura, para se poder emitir juízo.

São numerosos os depoimentos contemporâneos a preverem que a Monarquia será o regime do futuro pelo mundo euro-asiático, e de um futuro mais próximo de nós do que muitos julgam.

A aparente vitalidade dos regimes republicanos, pela sua multiplicação entre os povos atrasados, decadentes, subdesenvolvidos, não é senão o estado de agitação, de vida ilusória que, muitas vezes, precede a morte. Mesmo onde eles parecem mais robustos, estão mortalmente minados pelo vírus do poder pessoal.

Ainda não há muito, um autor inglês, esquerdista, situado para além do trabalhismo, muito na vizinhança do comunismo, escrevia, alarmado, que os espíritos superiores da Europa e da América já não se encontram no campo republicano, e estão, antes, a converter-se, cada vez mais, para o pensamento monárquico. Isto até nos E. U. A., país que nunca conheceu a Monarquia, mas onde o presidente tem mais poderes do que qualquer monarca europeu, só lhe faltando o princípio hereditário, pois até jura a Constituição em nome de Deus.

E o panorama actual da política americana, com o crescente fortalecimento da direita conservadora, conquistando especialmente a mocidade estudantil, não deixa dúvidas de que o futuro político da grande nação americana será bastante diferente da sua estrutura actual.

Se neste campo monárquico abundassem homens de pouca fé, bradaríamos a todos: não vos inquieteis

com o alheamento das massas. Os republicanos e, sobretudo, os comunistas, também não se inquietam com isso, embora, hipocritamente, uns e outros afirmem o contrário.

O problema está fundamentalmente ligado à existência de minorias ousadas e actuantes. A massa dará a sua adesão passiva à que vencer.

A Monarquia que há-de impor-se com a simplicidade de um facto natural (sem revoluções nem violências), não será uma simples restauração, porque será antes uma instauração. Não trará consigo o peso morto das coisas passadas e superadas, e far-se-á acompanhar, em compensação, do cortejo aliciante de tudo o que de bom tem aparecido de novo.

A roda do tempo não anda para trás. Mas, como diz Canaval, nem por isso deixa de ser uma roda que, no seu movimento lento e constante, vai trazendo de novo à actualidade o que há muito passou, e atirando para o esquecimento o que a cada momento vai passando.

As Repúblicas estão a ser lançadas no esquecimento.

Saudemos a aurora das Monarquias, que hão-de surgir, passado que seja este abominável espectáculo do poder pessoal em que já degeneraram as instituições democráticas.

A nossa missão — e bem importante ela é — consiste em estarmos prontos a todo o momento.

APOLOGIA DA MONARQUIA

Nem todos os regimes que, por esse mundo fora, se caracterizam pelo poder supremo de um só homem, transmitido hereditariamente, têm qualidades de verdadeiras Monarquias, como também não têm o carácter de autênticas Repúblicas quaisquer outros, só porque neles se faça a substituição periódica do Chefe do Estado, mediante sufrágio deste ou daquele tipo.

Convém, por isso, acentuar desde já que só nos interessam as Monarquias autênticas, as Monarquias cristãs e, particularmente, a Monarquia tradicional portuguesa.

Se o regresso das Monarquias fosse impossível — diz Álvaro d'Ors —, isso equivaleria a ter que se dar por terminado o maior e mais brilhante período da cultura ocidental. Mas, tranquilizem-se os de pouca fé, porque nada autoriza a pensar em tal. A Humanidade está sequiosa de liberdade e de segurança, e só a Monarquia reúne estas duas qualidades, porque só nela o poder é paternal, ao contrário do que sucede nos chamados regimes de força, e mesmo nas supostas democracias, em que o poder é despótico.

Todos os que, através dos tempos, têm empunhado a pena em apologia dos regimes monárquicos, são unânimes em lhes reconhecerem, como característica

principal, a de defensores e garantes da liberdade dos povos, em especial aquela Monarquia autêntica, «na qual o poder é exercido por um mando único, competente e hereditário, limitado e assistido, ética e legalmente, por representantes seleccionados dos órgãos naturais e culturais da sociedade» (Luís Maria Anson).

À organização da Nação — disse Pequito Rebelo — tem de corresponder uma função política suprema, com características de unidade, responsabilidade, continuidade, independência e interesse nacional. As duas primeiras qualidades proíbem que ela seja entregue a um órgão colectivo. A continuidade e a independência aconselham que ela seja vitalícia e hereditária. As necessidades de interesse nacional concretizam-se na elevação da primeira família da Nação, com ela identificada, e identificando com ela o seu interesse pessoal e dinástico.

Alberto de Monsaraz, no último livro que publicou e intitulou «A Verdade Monárquica», exalta a Realeza, como mantenedora das liberdades públicas, com razões profundas nas Instituições representativas, que foram criação original da nossa História.

Ora, esta verdadeira liberdade, só na Monarquia integral se poderá estender a todos, visto só nela todos terem o seu verdadeiro papel na sociedade, e todos estarem à mesma distância do Estado.

Já António Sardinha o havia acentuado igualmente: «Se, em política, nos declaramos pela Monarquia, é conveniente sempre acentuar que nos declaramos pela Monarquia social, regime que apela para a organização dos interesses e das profissões, como a única garantia eficaz da liberdade». E, a seguir, esclarece: «Só um

poder cujo titular não repouse no sufrágio nem nas aclamações da multidão, é que pode governar com todos, sem governar contra ninguém».

É bem expressivo este sentimento de fraternidade que se vê animar os doutrinadores monárquicos, e contrário ao espírito de facção, pois a cada passo afirmam a necessidade de o Rei, e a Monarquia, ser para todos e não apenas para os seus adeptos, para os seus amigos ou defensores. Encontra-se alguma coisa de paralelo no campo republicano? Não, porque o espírito de partido, de seita, e os ódios que ele comporta, a isso se opõem.

*

* *

Mas que é que, na Monarquia, merece menos aceitação da parte de um certo número de mentalidades?

Primeiro que tudo, o «princípio hereditário».

Ora, o princípio hereditário é uma das ideias mais felizes e mais fecundas da ciência política. Tem o elevado mérito de fazer desmoronar muitas das ambições desregradas que são o flagelo das Repúblicas, procurando derrubar os que estão no Poder para nele se instalarem.

«Porque se há-de correr o risco de ser governado por um imbecil ou por um perverso? Assim fala o sofisma» — disse Balmés —. E logo responde: «A razão esclarecida afirma que esses riscos, mesmo levados ao exagero máximo, são menores do que os males acarretados pelas flutuações das Repúblicas».

Os acasos do nascimento são menos perigosos do que os acasos das eleições — escreveu também Renan.

Será, porventura, mais absurda a sucessão hereditária do que a delegação de poderes — base das democracias individualistas — feita pela massa amorfa, volúvel e ignorante?

A hereditariedade não é um privilégio para uma família. É, antes, um encargo que a sociedade sobre ela lançou, para garantia da sua segurança, das suas liberdades, das quais a mais importante é a liberdade da Pátria.

Não é possível negar-se que, excepcionalmente, o acaso da eleição pode levar ao Poder um homem invulgar, dotado de grandes talentos e virtudes. Mas isso vale pouco, se considerarmos os perigos que corre a sociedade com a sua substituição. «O génio do governo eleito é flor de um dia, enquanto que a mediania do governo hereditário é garantia segura da tranquilidade e de benefícios no presente e no futuro» (José Maria Péman). E da necessidade que tem o governante eleito de, a cada momento, justificar a sua legitimidade, resultam novos perigos para a sociedade e para a Nação.

Ruy Barbosa disse que «a falada mediocridade dos Reis é contrabalançada pela força da instituição monárquica que sobrepuja a pessoa». E Montesquieu não teve receio de afirmar que uma das maiores virtudes da Monarquia era a de conseguir grandes coisas com virtudes médias.

Todo aquele que disser que a hereditariedade real proporciona indivíduos optimamente dotados, faz uma afirmação de valor duvidoso, porque a cada passo

encontramos autênticas nulidades, filhos de homens que foram ilustres.

É certo que o povo diz que «filho de peixe sabe nadar», mas este provérbio não pode ter mais valor do que qualquer outro provérbio, e seria abusivo atribuir-lhe significado político convincente. O que a hereditaridade proporciona é possibilidades de uma educação e preparação adequadas e especializadas, desde o uso da razão. E, acima de tudo, evita a eleição, certas ambições e lutas pelo Poder, outorgando ao detentor da Soberania as garantias imprescindíveis de independência, unidade e, sobretudo, de continuidade.

Foi a continuidade que permitiu a Maurras afirmar o carácter científico da Instituição Real, comparando-a com a continuidade versada pelas teorias transformistas, ao mesmo tempo que, à sombra destas teorias, condenava a democracia igualitária, destituída irremediavelmente pelo princípio da selecção natural.

Diz Félix Sardá que a Monarquia é muito mais perfeita do que a República, porque «a Monarquia exige a virtude de um homem só, enquanto a República exige uma maioria de homens virtuosos. Ora, logicamente falando, é, por isso, mais realizável o princípio monárquico do que o princípio republicano. Aquele é mais humano do que este, pois exige menos perfeição humana e acomoda-se mais à rudeza e vícios da generalidade». Como processo de demonstração pelo absurdo, é um género de argumentação inteiramente aceitável.

PSEUDODEFEITOS

O mais usado argumento contra a Monarquia é o já estafado disco do Rei Louco.

Admite-se que os Soberanos, porque são homens como os outros, possam revelar-se estúpidos ou loucos. Mas a Monarquia não é só o Rei. É também o conjunto de instituições que a completam e que podem contribuir para corrigir um acaso de nascimento, e mesmo para o eliminarem. Não são muito frequentes os exemplos de reis incapazes. E, em relação a eles, funcionou este conjunto de instituições com pleno êxito, sem sobressaltos nem tragédias nas ruas ou nas Assembleias.

Em França, apenas um rei — Carlos VI — enlouqueceu, mas não era louco antes de subir ao trono, pois, se assim tivesse acontecido, as leis do Reino, funcionando automaticamente, teriam privado o príncipe dos direitos da sucessão.

Mas os republicanos, que objectam com o rei louco, esquecem que Paul Deschanel, eleito, em 1920, presidente da República Francesa, teve de abandonar o cargo por cometer actos de loucura, e provou-se, seis meses após a eleição, que já sofria de perturbações mentais quando foi eleito, e considerado «o melhor», em harmonia com a teoria democrática individualista.

Paralelamente, o presidente Wilson, americano, foi também forçado a deixar a Casa Branca, por motivos de ordem psiquiátrica. O seu sucessor, Roosevelt, cometeu erros crassos e imperdoáveis em matéria política. Os seus amigos alegam em sua defesa que estava doente, logo, não na posse de todas as suas faculdades, o que, se absolve o homem, não absolve o sistema. Por isso, Maurras, quando lhe objectaram um dia: — E se o Rei for louco? — respondeu: — Se o Rei viesse a enlouquecer, isso seria realmente grande desgraça, porque a situação correria grave risco, então, de se tornar republicana.

Em Portugal, de 1140 a 1910, houve dois Reis e uma Rainha que abdicaram ou foram destituídos. O primeiro foi D. Sancho, que provocou graves desinteligências com a Nobreza e o Clero, tendo sido destituído em 1242. O segundo ocorreu com D. Afonso VI, que, por incapacidade sexual, teve o seu casamento anulado e abdicou em 1667, em favor de seu irmão D. Pedro II. D. Maria I perdeu as faculdades mentais, mas a situação foi imediatamente resolvida pelas vias normais do Reino, com a regência de seu filho João, mais tarde D. João VI.

Faz-se com a mesma simplicidade a substituição dos que são levados ao Poder pelos acasos da eleição?

Alguns, pouco esclarecidos, acusam as Monarquias de serem causadoras de guerras. O panorama da última conflagração, travada, de início, exclusivamente entre Repúblicas, bastaria para fazer calar esta objecção.

Há muita gente que julga ser o regime republicano menos dispendioso para as nações do que o regime monárquico. Pura ilusão! Bastaria fazer con-

tas ao custo de uma eleição presidencial, e ao desgaste que ela causa no corpo vivo da nação, para logo desaparecer essa superstição.

Mas há muito mais: O Chefe de Estado da França aufere, hoje em dia, o correspondente a 70 000 contos por ano, à parte as despesas com pessoal ao seu serviço, palácios e sua conservação, etc., tudo pago pelo erário público. Em contrapartida, a Rainha Isabel de Inglaterra foi alvo dos reparos de certa Imprensa do seu país, por ter vestido ao filho mais novo um sobretudo que já pertencera ao mais velho. E uma viagem real aos condados de Worcester e Hereford, não incluiu banquetes nem palácios especialmente preparados — a Família Real vivia no seu comboio e nele tomava as refeições.

Quando a Noruega adquiriu a independência, o Parlamento optou pelo regime monárquico, por cem votos contra quatro. Nansen, político de convicções republicanas e chefe dos radicais, mas eminentemente patriota, foi dos que votou pela Monarquia, porque, sendo mais barata do que qualquer República, era o regime que convinha a um país pobre.

E o facto de alguns membros das Famílias Reais terem a sua «lista civil» paga pelo tesouro público, encontra a sua justificação no facto de eles terem para com a Nação determinados encargos de representação.

*

* *

O defeito mais próprio das Monarquias, embora pouco frequente, é o absolutismo. Mas bastante mais

grave e mais frequente é o absolutismo popular das Repúblicas. É que — diz Álvaro d'Ors — tanto se pode chegar a esta situação mediante a conquista do Estado pela sociedade, como mediante a conquista da sociedade pelo Estado.

Mas, em qualquer caso, convirá ter presente que o absolutismo do Estado não é consequência do princípio da autoridade, mas sim da consciência da falta de autoridade, que gera o medo e, por consequência e reflexo, a violência. A violência exprime, já por si, a falta de firmeza e de legitimidade do Poder — afirmou Hipólito Raposo.

OS PODERES DO REI

Muitas pessoas que mostram certo interesse pela política, mas carecendo de sólida doutrinação, perguntam interessadas se nós, integralistas, estamos suficientemente seguros de virmos a ter sempre Reis particularmente inteligentes para corresponderem com integral satisfação à fórmula «O Rei governa mas não administra».

E nós respondemos, sem hesitar, que estamos inteiramente seguros disso, até porque aquela fórmula não se traduz em empreendimentos ultrapassando a capacidade de pessoas especialmente preparadas para governar.

Mas, ao mesmo tempo, não podemos deixar de acentuar que este preconceito de inteligência é uma aberração de raciocínio perigosamente aplicada à vida das nações, porque a História está cheia de homens considerados muito inteligentes e que foram, simultaneamente, homens maus e levaram a infelicidade aos povos que tiveram a desgraça de os suportar como governantes.

Sabe-se que não há grande criminoso que não tenha acumulado essa situação com a posse de uma forte inteligência. E ninguém negará que Satanás é parti-

cularmente inteligente, mas, apesar disso, não são numerosos os Doutores Faustos, para, pelo menos deliberadamente, se submeterem à sua direcção.

Ninguém ousará negar a inteligência de um Hitler, de um Churchill, de um Mussolini, de um Estaline, para só falar de casos recentes, mas com certeza, mesmo através das mais divergentes opiniões ideológicas, ninguém poderá sustentar que elas tenham servido à felicidade dos respectivos povos.

Esta superstição de a inteligência ser um predicado especial, porventura a qualidade máxima dos governantes, é de origem inegavelmente democrática e baseia-se na utopia, mais que conhecida, da *escolha do melhor* pelos votos da multidão —, coisa nunca realizada, nunca vista, nem susceptível de o ser, porque jamais a incompetência pôde ter êxito na escolha e designação das competências.

Não seremos nós a querer fazer o elogio da estupidez, desprezando a inteligência. Queremos apenas afirmar — e isso com plena convicção — que a inteligência, se é, acaso, uma virtude (do que duvidamos), está longe de ser a única capaz de classificar ou distinguir governantes, porque muito mais do que ela valem, para isso, a honestidade, a capacidade, a sabedoria, o espírito de justiça, a boa formação moral.

«Basta-nos um homem honesto» — foi dito, não há muito, neste País, mas sem inteira propriedade, porque essa frase se referia à escolha do chefe republicano. Às Monarquias é que basta um homem honesto, porque as virtudes da Instituição lá estão para suprirem as humanas deficiências. Mas enten-

demos por homem honesto o que possua cultura e aptidões adequadas às funções que é chamado a desempenhar.

Nas Repúblicas, a fraqueza ingénita do regime exige a presença constante de governantes excepcionais, para que não se gere a anarquia, a desordem, ou para as levantarem da miséria e da ruína em que se afundaram. Nunca ninguém disse que os Reis tinham obrigação de ser mais inteligentes do que o comum dos seus súbditos, até porque o grau de inteligência de cada um não depende de si próprio. Mas foi sempre timbre dos verdadeiros Reis não se deixarem exceder por qualquer súbdito no culto das virtudes morais e patrióticas que caracterizam o homem integral, e na dedicação pelo Bem Comum.

A essência dos princípios monárquicos não está dependente das qualidades pessoais dos Reis.

Pode o Príncipe não ser aceite pela Nação, pode mesmo ser deposto em harmonia com as leis fundamentais da nacionalidade, e os princípios monárquicos nada sofrerem com isso, serem mesmo, por isso, robustecidos.

Em certa época agitada da política monárquica portuguesa, apareceu um grupo de monárquicos que se intitularam *monárquicos sem Rei.* Foram objecto das chufas de uns, da indignação de outros, mas injustamente, porque, afinal, estavam inteiramente dentro da boa doutrina. Monárquicos por inteligência, não era a discordância em relação à pessoa do Rei que os fazia desviar de são raciocínio político e da boa doutrina, porque a hipótese de um Rei fraco (capaz de tornar fraca a forte gente) ou insuficiente, não

invalida nem destrói a excelência das instituições monárquicas.

A excepção, quando ocorre, também neste caso serve para confirmar a regra.

Se, no princípio deste século, os monárquicos dos partidos constitucionais fossem, de facto, monárquicos, as discordâncias com a actuação do Rei não os teria atirado para o campo republicano, numa exibição lamentável de falta de convicções, de educação política e, até, de coerência e de dignidade.

O personalismo deste século em que vivemos, e o culto do messianismo, fazem com que as multidões procurem homens e se desinteressem dos princípios, pois é mais cómodo e menos trabalhoso entregarem-se à tutela de um homem que consideram providencial, e lhes ofereça *pão e gozo*, do que trabalharem elas próprias para o seu bem-estar e para a garantia do seu futuro.

Daí, o advento da hora dos caudilhos, dos ditadores, dos ambiciosos do Poder, a que, neste rodar cíclico da História, há-de suceder a hora dos Reis, dos que governam limitadamente, mas que governam de facto, e não deixam, por isso, cair o mando na rua, à mercê da desordem e da subversão.

Por estes motivos, a preocupação da pessoa do governante não tem, em Monarquia, a mesma acuidade de que sofre nas Repúblicas.

O Poder Real, tal como o concebemos, é limitado, não é absoluto como o dos ditadores, nem tão dilatado como o dos chefes de Estado em regime presidencialista. E, além disso, é condicionado pela aceitação do povo, porque o Príncipe só é aclamado depois de jurar

defender e respeitar as leis fundamentais da Nação, e só é Rei depois de aclamado, e sob condição de proceder com rectidão. *Rex eris*...

Por outro lado, em concomitância com o Poder Real, outros poderes se desenvolvem que contribuem para o moderar, para o limitar, e que não sendo, contudo, paralelos àquele, são também soberanos na sua esfera de acção. É o poder dos Corpos Intermédios, hoje tão claramente postos em destaque e valorizados pelas Encíclicas Papais, e que dão a garantia do exercício das liberdades humanas — as liberdades locais, as liberdades familiares, sobre as quais o Poder Real não tem acção efectiva e directa, porque se processam em círculos diferentes.

Quando dizemos que o Poder Real é limitado, já estabelecemos uma distinção que elimina o conceito de poder absoluto e discrecionário do governante.

E quando dizemos que o «Rei governa mas não administra», damos a esta fórmula um significado de actuação superior, de última instância de todas as decisões e resoluções.

Ser o Rei a governar, não equivale a que seja ele o ministro de todas as pastas, que possua o dom da omnisciência — em que ninguém acreditaria, aliás — capaz de lhe permitir uma intervenção directa em todos os problemas nacionais e humanos.

Pretende-se apenas sugerir que é o Rei que nomeia os seus ministros e não se limita a aceitar os que lhe são impostos pelos partidos, pelas assembleias ou pelas massas eleitorais. Os ministros são responsáveis perante o Rei, que tem liberdade tanto para dispensar os serviços dos que se mostrarem incapazes ou incon-

venientes, como para ir buscar os competentes e os capazes onde quer que eles se tenham manifestado e afirmado.

É desta maneira que o Rei governa. Tal como o chefe de família que delega na esposa a direcção do lar; que delega numa professora a instrução dos filhos; no seu feitor o cuidado da herdade; no gerente a direcção do seu escritório, sem que deixe, realmente, de governar ele próprio, porque orienta tudo isto em vista a uma dada finalidade e goza do direito de substituir um ou todos aqueles em quem delegou funções — também o Rei dispõe de toda a autoridade e governa utilizando e distribuindo essa autoridade como melhor lhe apraz ao serviço do Interesse Nacional, que ele, por definição, preza acima de qualquer outro cidadão ou súbdito.

No exercício destes poderes, socorrer-se-á o Rei do esclarecimento dos seus Conselhos e, sobretudo, da assistência da Assembleias dos Representantes, onde terão assento os delegados de tudo o que na Sociedade tiver vida e projecção — Artes, Ciências, Cultura, Trabalho e Produção, Comércio, Indústria, Agricultura, Valores Morais, Religiões, Municípios, etc.

Assim, resulta uma dupla garantia para a Nação: o poder dos seus governantes é limitado por forma a que as legítimas liberdades sejam inteiramente respeitadas; e, dentro dos seus limites, o Poder é autêntico, competente, bem-intencionado e eficaz.

E isto parece ser a máxima condição da felicidade pública.

O PODER PESSOAL DO REI

Esta expressão «poder pessoal» foi tornada maldita por todos os demagogos que em suas arengas foram deseducando os seus ouvintes, nos *saudosos* tempos da propaganda, e apontando como odioso todo o poder que não nascesse da incapacidade das multidões.

O Integralismo Lusitano, cingindo-se à verdade filosófica e à verdade histórica, não repudiou o *poder pessoal do Rei;* antes o preconizou, porque não há poder algum que não seja pessoal — o que, por ignorância de uns e por astúcia de outros, foi sempre mantido fora do conhecimento dos fregueses dos comícios e das alfurjas.

A história dos nossos dias diz-nos claramente que os Reis são hoje os únicos dirigentes sem poder pessoal, o qual cresce, pelo contrário, a olhos vistos, nas Repúblicas de todo o mundo. E que disso não resultou qualquer benefício para as massas populacionais, também é coisa de destacada evidência.

À destituição dos Reis, para se consumar a entrega do Poder a núcleos de ambiciosos vulgarmente designados por partidos, tem sucedido uma anarquia geral, em que as primeiras vítimas foram as liberdades outorgadas pelos Reis e garantidas pelo seu *poder pessoal.*

Aniquilado este, tudo os povos ficaram a esperar de Assembleias, eleitas pelos mais absurdos processos. Mas, em breve, a desilusão os atingiu em cheio e os lançou na crença de que só um homem lhes poderia restituir o relativo bem-estar perdido.

Um homem, sim. Mas que homem?

Ignorando a distinção entre o poder legítimo e o poder usurpado, incapazes de escolher, de restaurar o que derrubaram à força de serem ludibriados, os homens aceitaram, então, os ditadores. É, na realidade, preciso psicologicamente que a Nação seja representada por uma pessoa (um busto de barro mais ou menos artístico, não chega) e uma só pessoa, no qual se simbolize a autoridade e a força como garantia dessa autoridade.

Foi a necessidade de criar um pouco de ordem onde imperava a desordem, para procurar a salvação da comunidade em progressivo afundamento na anarquia, que levou os povos ignorantes das virtudes do sistema monárquico, ou dele tendo já perdido a memória, a procurarem um salvador, fosse ele qual fosse e viesse de onde viesse, e a reconhecerem nele uma autoridade pessoal, visível e actuante.

Mas também esta experiência se tem revelado pouco auspiciosa. O suave poder das Monarquias transforma-se, nas Repúblicas, em ditaduras mais ou menos duras, em que o poder (naquelas sempre limitado) ora é arbitrário, ora despótico, ora tirânico. E as reacções traduzem-se no aparecimento de novos germes de anarquia, porque as ditaduras, nascidas da desordem, geram sempre no futuro a desordem (João Franco, Mussolini, Primo de Rivera, Estaline, Hitler, Baptista,

etc., etc.). E as Repúblicas permanecem, assim, sempre iguais a si próprias.

Perante este dilema desgraçado, a doutrinação apresenta-se como um autêntico acto de caridade.

É o *Misereor super turbam* que nos deve animar. Mas, nos tempos modernos, já não se poderá falar, inteligentemente, em *poder pessoal*, porque esta expressão está ligada, em nossos dias, mais do que ao poder real por tantos desconhecido, ao poder tirânico dos que se apossaram ilegitimamente do mando, e, tal como os novos-ricos, não souberam fazer bom uso dos valores que lhes caíram nas mãos.

Falar hoje em poder pessoal equivale a fazer a apologia dos totalitarismos — esse flagelo diabólico de que as nações estão ainda muito longe de se considerarem libertas.

Toda a época tem a sua linguagem própria. E as ideias que não fossem capazes de encontrar expressão adequada e receptível na linguagem de determinada época, mostrariam inequivocamente a sua desactualização. Sem repudiarmos a verdade tal qual ela se impõe na sua perenidade, devemos, contudo, procurar apresentá-la em termos cativantes, compreensíveis e atraentes.

Por isso se impõe, para eficaz propaganda, a elaboração de um código de princípios, no qual fique claramente estruturado o sistema de governo que preconizamos.

Entretanto, talvez possamos, nos nossos cadernos de doutrina, inscrever, a este respeito, o seguinte:

«O Rei governa mas não administra. Governa em harmonia com a lei que, por sua própria disposição,

está acima da sua pessoa. O Rei é o primeiro cumpridor da lei. Esta não é feita só por ele, mas por toda a Nação, devidamente representada, de modo que nunca poderá haver círculos viciosos no exercício da Autoridade Real. Esta autoridade é também limitada pela lei divina e pela lei natural, pelos direitos dos cidadãos e dos corpos sociais intermédios.

«O Rei não a exerce para si próprio, mas para o seu povo, e não é soberano para satisfação sua, mas para satisfazer as necessidades da Nação. Por isso a função real é a mais difícil de todas e a sua tarefa a mais pesada.»

Não há dúvida de que os povos sentem a necessidade de um chefe. Mas só depois de sofrerem as consequências da acção dos chefes ilegítimos ou eleitos, compreenderão as vantagens do chefe hereditário, de *poder* limitado, paternal e generoso.

ESCLARECENDO DÚVIDAS

Não é de estranhar que entre a massa dos monárquicos que querem vencer e esperam vencer, surjam, de vez em quando, dúvidas sobre a forma que hão-de revestir as futuras instituições, de modo a que fiquem defendidas tanto da anarquia da democracia do sufrágio universal, como da opressão dos totalitarismos ditatoriais — as duas forças extremistas que se defrontam no mundo de hoje.

Podem os adversários encartados de todas as formas de democracia discutir se o povo tem ou não tem direito de participar na governação, e até negarem-lhe redondamente esse direito, mas o que nem mesmo estes põem em dúvida é o seu direito a saber como é governado.

E se os dirigentes monárquicos, na expectativa de uma pesada herança que só por desgraça de Portugal deixaria de lhes cair sobre os ombros, em dias dramáticos que inexoravelmente hão-de surgir, têm o dever de manter em permanente actualização os seus projectos de constituição, de Código Administrativo, de Fomento Económico, o seu Estatuto de Educação e de legislação para o trabalho, para as sociedades anónimas, etc., etc., é lícito a cada um dos portugueses perguntar como irá ser governado, não com o intuito

de devassar coisas compreensivelmente reservadas, mas ao menos para obterem elementos de robustecimento da sua convicção e mesmo armas para a polémica, para a propaganda, para o esclarecimento de outros de boa fé e de boa vontade.

A manifestação destas dúvidas não deve ser, para ninguém, motivo de inquietação sobre o valor da doutrina, pois, longe de ser prejudicial, a sua franca exposição é, antes, benéfica, porque quanto mais discutidos forem os problemas doutrinários, mais limadas serão as suas arestas e menos imperfeitos eles acabarão por se apresentarem.

A nossa doutrina diz-nos que a Monarquia que preconizamos está longe de ser um sistema isento de imperfeições, porque imperfeitas são todas as construções arquitectadas pelo pensamento humano. Ela encontra a sua superioridade, não no confronto com a verdade e a justiça absolutas, mas no paralelo que possamos fazer com os outros sistemas. Ora o nosso, não podendo, de facto, ser considerado perfeito, mostra-se consideravelmente menos perigoso do que quantos outros têm sido imaginados.

Reputamos, por isso, necessário um esforço constante de aperfeiçoamento, e tudo o que para isso tenda é atitude louvável.

*

* *

Demos conta das preocupações de um monárquico da velha guarda, que se mostrava apreensivo pela falta de concretização de certos pontos doutri-

nários referentes ao Governo da Nação. E dizia temer, por um lado, a responsabilização do Rei pelos actos do seu Governo que livremente nomeou e, por outro, que o Rei, algum dia, persista em ignorar as realidades político-sociais do seu país e se desactualize no campo da eficiência administrativa.

Não nos parece que estes perigos sejam de temer, uma vez que a governação real não é um fenómeno isolado na orgânica nacional. Haverá uma assembleia perante a qual os ministros podem ser chamados a dar explicação das suas atitudes e dos seus actos para com a Nação, e haverá Corpos Intermédios com a sua parcela de autoridade própria em determinados sectores da vida nacional. Também haverá uma livre opinião pública, embora fortemente e inexoravelmente responsável perante a lei, o que, implicando embora a existência de correntes de opinião, não permite qualquer confusão com a existência de partidos.

Decerto, o Rei poderá nomear este e não aquele para seu ministro. Mas quem se sentirá no direito de o censurar por isso? Convidará antes os que lhe forem afeiçoados e não os considerados mais competentes? Tudo isso é possível, mas a nossa doutrina monárquica diz-nos que, sendo o Rei independente politicamente, ninguém mais do que ele está em condições de escolher livremente os melhores, onde quer que eles estejam.

O chamamento de Oliveira Martins para ministro de D. Carlos, não obstante as suas tendências socialistas, é um exemplo de que, mesmo quando o Rei não governa e é limitado a reinar, o apelo aos melhores não é um conceito vão.

Exactamente para que o Rei esteja sempre esclarecido e tenha possibilidade de sempre se elucidar, é que se admite a existência de Conselhos, porque nós nunca caímos no ridículo de atribuir à pessoa real uma omnisciência em relação à multiplicidade de problemas técnicos, científicos, sociais, políticos, económicos, militares, administrativos, etc., que tornam tão complexa a vida pública contemporânea.

Mas é necessário que a decisão, o comando, a chefia, sejam de um só, como mesmo em democracia republicana sucede nos momentos sérios para as nações. O que nas democracias se toma acidentalmente, queremos nós que, em Monarquia, seja normalidade.

Se nos momentos difíceis o *salus populi* é invocado para justificar toda a sorte de improvisos, porque não há-de este mesmo princípio ser aceite para presidir à competência, à permanência, à seriedade e, portanto, à eficiência?

Devem os conselheiros ser vitalícios e de escolha real?

Tudo aconselha a que sim, porque a condição vitalícia confere independência, autoriza a emitir opinião mesmo discordante, mesmo desagradável, sem o temor de que, por isso, se vislumbre um afastamento forçado em qualquer momento.

Acresce que o recrutamento destes conselheiros será feito em ambientes especiais — académicos, universitários, judiciais, etc. —, nos quais são timbre a lealdade, a competência, a firmeza de opiniões, a responsabilidade.

Há, por fim, a obrigatoriedade de as leis serem sancionadas pelo Rei e pelos representantes do Povo, pois não haverá lei senão em resultado da harmonia da vontade do Poder e dos súbditos, em homenagem à tradicional aliança entre o Rei e o Povo.

Todas estas garantias podem não ser ainda suficientes para colmatar as diversas fendas ou falhas do nosso sistema.

Quem as for notando que as exponha, para serem discutidas, apreciadas e se lhes procurar remédio, pois só assim se poderá ir construindo com alegria e em paz, longe das lutas partidárias que não são senão prelúdio da guerra civil em que andamos periodicamente envolvidos há mais de um século.

REGIMES DE OPINIÃO

Há bem mais de um século que os teorizantes do sufrágio universal vêm empreendendo esforços inauditos de verborreia, autênticas lavagens de cérebro a alfabetos e, sobretudo, a analfabetos, procurando convencer uns e outros de que o regime de partidos políticos, a que dão também indevidamente a designação de regime de opinião, é o mais adequado não só à garantia das liberdades individuais, como à pacífica resolução, através da arma mirífica do voto, de todos os problemas sociais, de todas as divergências e atitudes antagónicas.

E porque assim era, porque não havia regimes de opinião, mas odiosas tiranias, é que os Chefes de Estado e os Príncipes herdeiros do princípio deste século em que vivemos iam sendo sucessivamente abatidos a tiro e à bomba, no meio dos aplausos em prosa ou em verso destes apóstolos do mal, de que foi exemplo impossível de esquecer, entre nós, o vate Guerra Junqueiro. Então, os democratas achavam bem a matança dos governantes. E os «regimes de opinião» acabaram por ser implantados quase por toda a parte, com a garantia prévia apregoada pelos tribunos de que a paz, a concórdia, a harmonia, iriam reinar univer-

mente, acabando as guerras, as revoluções, os tumultos, etc.

E como se sabe da famosa fábula, reinou por toda a Terra a máxima expectativa, dispondo-se a Humanidade a gozar o prometido paraíso terreal, já que não havia desgraçado que não tivesse opinião, deserdado que não pudesse fazer ouvir a sua voz, inclusivamente eleger e ser eleito. A opinião — eis a chave da felicidade!

O inventário deste século — o século dos «regimes de opinião» — é, porém, inteiramente desolador e revoltante, especialmente no que toca a estas ilusões tão calorosamente proclamadas e tão sanguinamente impostas.

Nem menos guerras, nem menos revoluções, nem menos assassínios, nem menos desordem nas ruas.

Nem sequer há poetas nem romancistas para exaltarem os assassinatos que vão sendo cometidos, e os democratas dos quatro quadrantes agora acham mal, porque o fogo que atearam lhes está a devorar a própria casa.

Em vão os governantes e os dirigentes exibem a urna e dizem que outro jogo não vale nem pode ser aceite, porque todas as desavenças, reivindicações, protestos, aspirações ou sugestões têm a sua solução nas instituições parlamentares.

Mas quem, hoje em dia, acredita nisso?

Inclusivamente, nos E. U. A., que reclamam para si, entre outros campeonatos, o da Liberdade, a opinião jorra livremente e em abundância dos canos das pistolas, e a pouca distância da roleta das campanhas eleitorais — o autêntico espelho da opinião —, já um chefe

eleito e outro em vias de eleição deixaram, há pouco, a vida como os que outrora eram apelidados de tiranos.

Pretende-se, mesmo contra todas as aparências, que estes lamentáveis excessos não estão ligados directamente ao princípio da opinião em exercício, mas o que se sabe é que naquele país tudo é possível e que a morte do presidente, irmão do candidato agora eliminado, nunca conseguiu ser liberta do véu de mistério que desde a primeira hora a envolveu.

De resto, o assassino de Bob Kennedy é puro fruto do ambiente e das instituições americanas, sob cuja influência vivia há vinte anos. É certo que havia nascido em Jerusalém, mas não é verdade que 80% dos americanos actuais não nasceram na América?

Era jordano, de raça árabe, mas o que mais interessa é saber-se por conta de quem actuou. E decerto assim pensam as autoridades, que tomaram prontas medidas para evitar que também este fosse tão oportunamente emudecido como o foi o seu antecessor.

Por toda a parte à opinião se vai sobrepondo a violência, a pressão, a ilegalidade, a agressão. São estes os frutos reconhecidos do sufrágio universal, de cuja agonia prolongada já hoje ninguém duvida.

Os chamados «regimes de opinião», ou parlamentaristas, estão totalmente ultrapassados, e só um ou outro velhote lhes guarda fidelidade. Qualquer novo que manifestasse crença neles daria prova de reduzido discernimento e de precoce envelhecimento mental.

Daí, o lamentável robustecimento de todos os regimes anti-opinião — as ditaduras — mais ou menos encapotadas, sejam elas dos chamados proletários ou sejam de militares.

Tudo se passa no mundo como se não houvesse senão estas duas forças em face, e ambas adversas à «opinião». Mas importa proclamar que há uma terceira força para além destas duas e, até, para além dos chamados «regimes de opinião».

Fundamentalmente, a opinião não é um mal. Longe disso, porque ela representa a expressão da inteligência e da vontade humanas. O mal reside, sem dúvida, na falsa opinião, em ela ser pedida a quem não a pode dar, donde resulta opinião falsa e enganosa. A terceira força, para além de tudo o que, neste campo, presentemente nos tortura, é exactamente aquela que, baseada nos princípios monárquicos e cristãos, respeita a opinião plenamente, não lhe pergunta o que ela não sabe, nem menospreza o seu valor real no que é competente.

Não se baseia no sufrágio universal, mas no sufrágio orgânico, limitado e consciente; não é regime de opinião, mas, sim, «de opiniões».

A sua hora há-de soar quando, no último minuto das ditaduras, o equilíbrio se restabelecer e se acabar por verificar, à custa da dignidade humana, rudemente afectada, que a sufocação das opiniões não pode ser remédio para os males resultantes da sua irregular manifestação.

É para este último minuto que os povos devem ser preparados por uma doutrinação honesta e esclarecedora. Por ele esperamos e por ele lutamos.

E a nossa esperança não poderá ser iludida, como o não foi a desconfiança manifestada pelos melhores doutrinadores nos regimes chamados de opinião.

DIREITOS AO TRONO OU SERVIÇO DA NAÇÃO?

Nos recuados tempos das Monarquias medievais, o acesso ao ácume da governação dos povos era regulado pelo *direito de conquista*, e este direito considerado propriedade pessoal e, como tal, transmitido como qualquer outro, por herança, a qual, com o decurso dos tempos, foi sendo adaptada às conveniências dos povos e, muitas vezes, alterada em harmonia com os direitos nacionais nascentes, que àquele outro direito se opunham.

E a expressão *direitos ao trono* figura em todos os compêndios da História, a fundamentar muitas guerras intestinas, e mesmo guerras entre países diferentes onde reinavam membros da mesma família.

Mas a *glória de mandar* não é apenas característica dos tempos medievais, porque mesmo em nossos dias se manifesta igualmente, não no direito de conquista de territórios para a constituição da comunidade nacional, mas no *direito de assalto ao Poder*, para toda a espécie de domínio sobre as pessoas, e também esse poder tende a ser mono-árquico, e, se não hereditário, pelo menos vitalício.

A doutrina monárquica hodierna não se confunde nem com uma nem com outra destas situações. Apro-

veita da instituição tradicional tudo o que ela tinha de bom e repele todas as contrafacções totalitaristas, lesivas da dignidade humana, e todo o Poder pessoal ilegítimo.

Aproveita a *estabilidade*, por o Poder ser exercido, não por um homem, mas por uma família; aproveita a *continuidade*, considerada a transmissão hereditária do princípio da autoridade, com as garantias fundamentais da preparação prévia para o exercício do cargo e do afastamento de lutas e de agitação nacional na disputa do mando nos momentos de crise; e aproveita a *independência*, visto coisa alguma, a não ser a Providência, influir na elevação do Príncipe às funções reais.

Mas afastou, de modo quase definitivo, a noção de um direito ao exercício do Poder, inseparável de uma pessoa ou de uma linha hereditária, para transformar esse exercício num serviço a prestar à comunidade nacional e que esta tem o direito de exigir da sua primeira família, por ser também o primeiro dos serviços nacionais.

Não há direitos ao trono. Há deveres para com a nação, ocupando-se o trono e servindo-o com dedicação.

Como verdade fundamental, proclamou-se o conceito, aliás já tradicional, de que os Reis foram feitos para os povos e não os povos para os Reis.

Por um lado, esta doutrina actual monárquica não representa desprimor para a pessoa do Príncipe, e, por outro, está longe de constituir privilégio de uma família, como alguns supõem, porque é antes um encargo, e encargo pesado. O *ofício de reinar é duro*,

e sempre o foi, até nos tempos em que a desorientação de cada sociedade e de todas as nações em geral estava longe de atingir o ponto caótico contemporâneo, mesmo para o mais constitucional soberano do mundo.

O Poder Real deixou, assim, de ser um direito conferido ou assumido por uma pessoa, mas um dever cujo cumprimento se solicita numa hora crítica por parte de uma família, a mais preparada, a mais consciente, a mais digna.

Assim, também, a legitimidade terá, à luz destes princípios, de ser referida mais às qualidades dos membros dessa família para exercerem a governação do que à posição dentro dela de qualquer desses membros.

Para honra nossa, jamais se assistiu à lamúria de qualquer Rei, em face do peso que sobre os seus ombros incide pela governação do seu povo, apesar de, normalmente, só a morte os libertar desse peso.

Também os Príncipes que algum dia tenham ido espairecer os seus ócios para a doce Riviera, para a sedutora Costa do Sol ou para o mundanismo das corridas de Ascott, não podem, por patriotismo, recusar-se a assumir os encargos referidos, quando solicitados por uma minoria (são sempre as minorias que mandam e se impõem) representativa do modo de sentir e dos interesses supremos da comunidade numa hora de luta e de sacrifício.

Como não podem, igualmente, assumir por orgulho pessoal atitudes prejudiciais para o futuro da Dinastia, para o Interesse Nacional, que é património seu, mais do que de qualquer outro cidadão.

Foi baseado nestes princípios que o Integralismo Lusitano, após Monsanto, recusou a obediência ao Senhor Dom Manuel. Não queremos agora discutir se essa atitude foi oportuna, se foi fecunda, mesmo conveniente ou justa, mas apenas citar o conceito da legitimidade da desobediência do povo ao Príncipe, sempre que este, excepcionalmente, se manifeste infiel à vontade, aos desejos, ao bem-estar do seu povo. É que, num dado momento, pode acontecer que estes desejos, esta vontade, este bem-estar, sejam objectivados, não no chefe dessa família, mas em outro dos seus membros, sem preocupação de idades, não sendo lícito a qualquer dos restantes membros, mormente ao seu chefe, criar obstáculos, manifestar má vontade, levantar objecções ou, sequer, adiar resoluções e muito menos invocar direitos históricos que não se conjugam com as realidades claras desse momento.

Seria imperdoável deixar perder ocasiões, porque se é certo que a História se repete, não é menos verdade que raramente isso acontece em vida das mesmas pessoas.

O duro ofício de reinar, mesmo quando não esteja em exercício, até nestas situações, sem dúvida ingratas, terá de ser assumido em toda a sua plenitude de dureza, porque é indubitável a renúncia ser, muitas vezes, a melhor forma de servir. E o sacrifício é tanto mais admirável e tanto mais fecundo quanto maior for e de mais alto se anunciar.

O PRESTÍGIO DAS MONARQUIAS

Sem se deixar arrastar pelos ventos da História, soprando enganosamente que as questões de regime já não se põem perante os povos que vivem em regimes republicanos ou semi-republicanos, o Generalíssimo Franco resolveu convocar as Cortes em Espanha para designar como seu sucessor, na chefia do Estado espanhol, um Príncipe que há anos anda a preparar-se para exercer o *duro ofício de reinar*, a bem do seu povo, ao qual, de bom grado, embora em espírito de sacrifício, aceitou dedicar-se durante toda a vida.

Verdadeiramente, não se pode deixar de dar alguma razão aos cataventos que viram ao sabor da aragem, pois hoje em dia dizer-se que um homem tem por dever de herança imolar-se pelo seu povo; afligir-se enquanto todos podem distrair-se; estar de vigília mesmo nas horas em que todos podem dormir sossegadamente; sentir os males e as desditas de todos, ao passo que cada um nem às vezes com os próprios males se preocupa — é coisa realmente imprópria deste século egoísta.

Quem se prende, nesta era atómica, e já agora lunar, com o bem-estar dos povos?

Dizem não ser outra a sua missão os diversos ditadores que vão surgindo por esse mundo fora, a

ocultarem, na maioria das vezes, uma desmedida ambição pessoal, uma fome de evidenciação, uma mal oculta concupiscência do mando.

Dizem-no igualmente os corifeus dos muitos e diversos partidos políticos, mas assimilando o *povo* à massa dos apaniguados e filiados, pois cada uma destas facções, incluindo os «partidos dos que não têm partido», não é mais do que uma pequena sociedade de consumo ilimitado e de responsabilidade muito limitada. Mas, como as realidades se sobrepõem inexoravelmente às fantasias, e os povos sentem agudamente na sua carne (desde que se lhes diz que são soberanos) as chicotadas das democracias ou das suas filhas dilectas, as ditaduras, eles experimentam, paralelamente, uma nostalgia profunda pelas Monarquias, porque sabem que nelas havia a liberdade possível e a autoridade necessária, ordem, fé e patriotismo, caridade e justiça, alegria de viver, arte sã e literatura genial, tudo isto traduzido numa expressão — *la belle époque*, a encher de saudade os que ainda a possam recordar e a causar admiração aos que dela só podem tomar conhecimento pelas leituras.

Por isso, ao mesmo tempo que todo o mundo assistiu enlevado às cerimónias, cheias de simbolismo, da investidura do herdeiro do povo inglês, adivinhando a soma de responsabilidades e de realismo que se acumulavam por detrás do aparato exterior, não deixou, passado pouco tempo, de ser igualmente impressionado com a notícia da investidura de outro Príncipe, também jovem e portador de grandes esperanças, para presidir aos destinos da Nação espanhola.

O prestígio das Monarquias é um facto irrecusável,

e isso faz que, onde elas existiram um dia, haja uma questão de regime constantemente em aberto, a qual, para ser posta no plano dos problemas nacionais, aguarda apenas a sua grande oportunidade. Para Espanha surgiu agora essa oportunidade, porque embora o regime nela vigente seja uma Monarquia, tem-lhe faltado todas as características essenciais deste regime nos aspectos político, social, administrativo, etc.

E a Monarquia espanhola que se avizinha será nova em tudo, inclusive na linha da sucessão. Grande e gloriosa tarefa lhe competirá no restauro das liberdades individuais, regionais, locais e profissionais!

Grande missão lhe está reservada na procura do bem-estar familiar, individual e nacional!

Para muitos monárquicos convictos e dedicados, talvez demasiado puritanos, é pena que ela seja trazida por uma situação, donde poderá resultar desvirtuosamente dos seus princípios essenciais de independência e de igualdade de trato para com todos os súbditos.

Mas, tudo indica que a clarividência dos monárquicos espanhóis e do seu antigo chefe, encontrará a fórmula mais adequada de a coroa do futuro Rei D. João Carlos não ser apenas fabricada pelo Caudilho e, antes, tenha também a plenitude da legitimidade.

De facto, não basta que os súbditos sejam monárquicos. É preciso que os Reis o sejam igualmente.

E, em qualquer emergência, ser monárquico é, acima de tudo, ser patriota, zelador do interesse da Dinastia e do prestígio da Instituição Real.

MONARQUIA E DEMOCRACIA

É uma verdade incontroversa e por todos aceite, que a Nação necessita de ter à sua cabeça uma autoridade firme, capaz de assegurar a sua continuidade através a sucessão das gerações e garantir a unidade nacional sem prejuízo da diversidade de opiniões e atitudes.

Ora, tal autoridade, para ser indiscutível e contínua, deve ser subtraída à competição das facções, portanto à eleição. Deve ser hereditária. Assim, só a Monarquia representa o poder independente. A sua base não é eleitoral, pelo que ela evolui livremente, sobranceira a todas as facções e partidos; não é prisioneira nem dos suspeitos interesses destes, nem das apátridas potências do dinheiro.

Nunca será demais afirmar que é esta independência do Poder Supremo da Nação que protege de maneira eficaz as liberdades dos cidadãos e permite a livre expansão dos Corpos Intermédios, tornados, desta maneira, vivos, fortes e colaborantes.

A fórmula: «autoridade em cima, liberdade em baixo; as repúblicas sob a autoridade do Rei», revela-se, assim, inteiramente feliz, entendendo-se por repúblicas os organismos naturais, que se administrarão por si próprios, sob a orientação do Poder Central.

Só são independentes os Governos não oriundos da eleição. Esta, peia o poder que lhe é tributário, amarra-o à alta finança que sustenta as campanhas eleitorais e a propaganda, e algema-o à chamada opinião pública, forçando-o à demagogia para arrebanhar o maior número de votos e assegurar a sua submissão.

Por isso, uma das mais graves consequências dos regimes baseados no voto universal é a centralização administrativa, que mata as liberdades locais, municipais, regionais, profissionais, universitárias, as quais, a manterem-se vivas, constituiriam para o regime eleiçoeiro um perigo permanente, pois, livres da acção do Poder e independentes do orçamento do Estado, constituiriam obstáculos poderosos entre este e o Povo.

As Repúblicas têm, assim, necessidade de manter sob a sua vigilância os indivíduos e as comunidades, levando uns e outros a recorrerem ao Estado para a resolução de todos os seus problemas. E, desta maneira, o Estado Republicano torna-se sempre no Estado Providência.

Por outro lado, a descentralização é um perigo para a Unidade Nacional, porque faz nascer e crescer os movimentos regionalistas e separatistas. As regiões não conseguem fazer-se ouvir pelo Estado partidista e, como é divisa deste, pelo menos teórica, o princípio de os povos disporem de si próprios, o vírus da secessão ameaça fraccionar as Nações.

As próprias Municipalidades têm visto as suas receitas privativas progressivamente confiscadas pelo erário público, e daí não terem possibilidade de efectuar obras, mesmo rudimentares, vendo-se obrigadas

a mendigar do Estado centralizador verbas para melhoramentos, as quais retribuem depois com festas pomposas de inauguração às esquinas das ruas, dos nomes dos ministros que, em devido tempo, as concederam. E, por este mecanismo, atrás das receitas, também as populações vão emigrando para as cidades, para as capitais.

Pelo contrário, as Monarquias são agentes do rejuvenescimento da vida regional, sem quebra do zelo da Unidade Nacional.

Sendo todos os interesses legítimos autenticamente representados pelos organismos económicos e regionais, estes poderão facilmente dar a conhecer ao Poder os seus desejos e aspirações, aconselhar e propor reformas. Por seu turno, o Rei, sem entraves na sua acção, exercerá verdadeiramente uma livre soberania. Sempre foi lema dos portugueses: «Nós somos livres, o nosso Rei é livre».

Mas, então, não há participação de todos no Governo do Estado — dirão alguns. Pois não há. E não há porque isso é uma imbecilidade que salta aos olhos e em parte alguma do Mundo teve ou tem sombra de realização. Mas há participação real, de muitos mais do que nas Repúblicas, e de todos na Administração Pública, coisa que também nos regimes republicanos, de muitos partidos ou de um só partido, não se verifica.

Dissemos, no início, que à cabeça do Estado deve estar uma autoridade, um chefe, uma pessoa capaz de decidir, com independência, em último recurso. E como não haveria de ser assim no Estado, se sempre

assim foi, e é, em domínios de menor responsabilidade, como na empresa, na família, nos corpos sociais?

Em Monarquia, o Poder Supremo não é objecto de disputa. Não há, em geral, problemas de sucessão, ou só aparecem de muitos em muitos anos, porque a função de governar não é atributo de um precário homem, mas de uma família representada pelo seu chefe.

Esta permanência tem mais validade do que todas as construções jurídicas e constitucionais que são sacudidas, violadas e derrubadas a cada momento.

Paralelamente, o Rei não tem outros interesses senão o interesse nacional e o interesse familiar, e não procura, a todo o transe, sobreviver politicamente, como o fazem todos os governantes saídos das votações populares ou dos arranjos parlamentares, sem que lhes interesse a Nação ou o bem comum.

Sem dúvida que ele, como homem, não tem o dom da infalibilidade. Mas na sua educação é gravada bem viva esta convicção e, exactamente porque sabe que pode enganar-se, é levado a escutar os conselhos ou inclusivamente as rectificações aos projectos nascidos da sua decisão, ou ao seu modo de agir.

Há um pseudo-argumento muito estimado pelos republicanos e pelos democratas, segundo o qual será de recear que o Rei caia na tentação de se tornar um tirano. Ora é exactamente o Poder Real, o único que oferece garantias fortes contra a tirania. Só os governantes que não têm segurança da sua legitimidade mostram tendência para a tirania. São os que vão chegando ao Poder com ideias preconcebidas e dispondo de tempo limitado para a realização dos

seus desígnios, e se propõem impô-los com rapidez, procurando derrubar todos os entraves à sua vontade.

O Rei tem o tempo a seu favor, porque a si sucederá o seu filho, e a sua legitimidade reside na própria pessoa e nos serviços que presta e é capaz de prestar. Não precisa de alimentar ideias preconcebidas, pois o que ele não fizer o filho o fará.

A Monarquia corresponde, assim, a todas as aspirações intrínsecas da Nação: Ordem, Unidade, Autoridade, Liberdade, Progresso. Os regimes republicanos não têm qualquer possibilidade de harmonizar estes princípios.

A este poder independente, estável, só preocupado com o Interesse Nacional, com o qual se confunde o seu interesse familiar, corresponde a democracia orgânica baseada na livre organização dos indivíduos em agremiações naturais: Famílias, Sindicatos, Municípios, Províncias.

MONARQUIA E SÓ MONARQUIA

Perguntava-se há tempo o que têm ganho os monárquicos, para si colectivamente, ou para a Nação, com atitudes supérfluas e sem finalidade política positiva, caracterizadas apenas por inquietação, muito bracejamento, sem que, por isso, tivessem dado um só passo que fosse na direcção dos seus objectivos finais.

A experiência de muitos anos deve aconselhar-nos a uma acção persistente, calma, metódica, cientificamente definida e planeada, de forma a que, sem nos deixarmos vencer pela apatia e pelo quietismo, nos coloquemos também ao abrigo das tentações que solicitam para a acção cega e desorientada, sempre improfícua e geralmente infecunda.

Somos muitos, sem dúvida, mas a dispersão, o fraccionamento, o desperdício da acção tem-nos reduzido a uma pluralidade de pequenas patrulhas quase só alimentadas por personalismos e vaidades, quando não por oportunismos e egoísmos.

Que vantagens podem resultar para os nossos princípios que vamos engrossar as hostes dos republicanos chamados moderados, dos democratas cristãos que não são menos republicanos do que os outros, inclusivamente dos que se intitulam nacionalistas e

não são nem deixam de ser também republicanos?

Que nós demos o nosso apoio em bloco, sem nos fraccionarmos, a tudo o que, sendo nacional, não pode deixar de ser nosso, é para a organização monárquica ponto de honra a que sempre tem sido fiel, mesmo quando, sob regimes demagógicos, o Interesse Nacional é ameaçado. Mas se este apoio colectivo é dever patriótico, diferencia-se sobremodo do apoio individual, e é este que insidiosa e constantemente vêm arrancar ou mendigar às nossas fileiras todos os grupos e grupelhos desfalcados de valores autênticos e de influências decisivas, porque isso, ao mesmo tempo que lhes refresca as hostes, divide um possível adversário, e para imperar a melhor táctica é dividir.

Em política, é preciso distinguir entre *colaboração*, que é uma partilha de responsabilidades e de benefícios do Poder, e *apoio*, que se limita a contribuir para garantir o campo livre e para facilitar uma acção político-administrativa, sem compromissos especiais para quem o dá.

Nem apoio nem colaboração têm os monárquicos, talvez pouco prudentemente, regateado a tudo o que se apresenta envolvido em rótulos de nacional, mas o balanço feito em qualquer época tem dado sempre como resultado grandes responsabilidades para os organismos monárquicos, comprometimento para as suas doutrinas e princípios, e benefícios colectivos nenhuns (não falamos dos individuais).

Vale a pena, portanto, insistir em atitudes provadas e carecidas de aprovação?

Não será chegada a hora de clamarmos convictamente: «Monarquia e só Monarquia»?

Não será chegada a hora de reconsiderarmos nas manifestações do nosso patriotismo, e de só termos como autenticamente patriótico o que conduzir à Monarquia, quer encarado frontalmente, quer através de um percurso mais ou menos exaustivo?

Não podemos continuar a viver de esperanças, de ilusões, de miragens. Todos os detentores do Poder, desde os mais conservadores aos mais revolucionários, incluindo os comunistas (se não principalmente os comunistas) clamam por Ordem — a sua Ordem — e por Paz, mesmo que a sua Paz não seja muito diferente da paz dos cemitérios, feita de silêncio e de ausência.

Mas nós que sabemos que a Paz é feita sobretudo de Justiça, porque, como acentuou António Sardinha, é a Justiça que gera a Ordem e não é por esta gerada, reservamo-nos o direito de corresponder aos *clamores*, dando novo balanço ao *deve e haver* de situações anteriores. E o balanço, por qualquer ponta por onde se lhe pegue, não permitirá outra conclusão que não seja um apoio quando a hora nacional for grave, negociado, no qual o nosso direito à vida (vida política) seja garantido, ao menos mediante uma outorgada liberdade de doutrinação, pela palavra escrita ou falada, em reuniões públicas ou privadas.

É que, de facto, para nós, monárquicos, a primeira condição de vida e de existência é a definição cuidada e a exposição franca dos nossos princípios.

Se não dissermos com clareza, oportuna e importunamente, o que queremos na vida nacional, não conquistaremos um só novo adepto, nem firmaremos a convicção em um só dos antigos. E sem isso seremos

incapazes de promover qualquer projecto de propaganda política, porque não se pode fazer a apologia do que se ignora e não se sente.

Não basta apresentar os conceitos de Monarquia e de Rei, despidos de qualquer roupagem doutrinária como se eles fossem palavras ou ideias mágicas, capazes de, por si só, resolverem a multidão dos problemas humanos e sociais que exigem solução nas sociedades modernas.

Toda a propaganda política está dependente da existência de um código de princípios, e a aceitação deste código está, por sua vez, dependente da propaganda que dele se fizer. São dois sectores interdependentes. Daí a necessidade de dirigentes esclarecidos para a actualização constante daqueles princípios, de dirigentes com dedicação e espírito de sacrifício, para operarem a sua difusão.

Mas por detrás de uns e de outros tem que aparecer o *bloco* firme e seguro das atitudes e do seu rendimento.

Então, a Causa da Monarquia, em Portugal, recuperará a sua condição de grande e belo ideal, e, tal como há 50 anos, a mocidade cantará nas nossas fileiras o hino da esperança e dará todo o seu esforço, sem medida nem condição, porque sabe que todo o apoio ou colaboração em empreendimentos alheios — *res inter allios acta,* como um dia disse Fezas Vital — será subordinado, implacavelmente, à fidelidade aos princípios abraçados.

Só o triunfo destes, de modo integral e no curto prazo possível, poderá, em definitivo, curar os males nacionais e satisfazer os anseios do Povo.

A SENILIDADE DOS REGIMES REPUBLICANOS

Propositadamente, ou por ignorância, confunde-se, na imprensa republicana, sufrágio universal com sufrágio orgânico, isto é, confundem-se as manifestações inconvenientes das massas com os movimentos de opinião, cheios de personalidade, de qualidade, de conhecimentos, dos diversos organismos profissionais.

E a estas últimas chama-se democracia, e diz-se que a democracia está em progresso, em marcha avassaladora.

Ora, estas expressões não são tão tolas como poderiam parecer, porque, em boa verdade, isto é, com certeza, democracia, e — como diria o tal da conhecida anedota — *da boa*... Esta é a democracia dos grupos profissionais, dos agregados populacionais, municípios e freguesias, que pretendem fazer ouvir a sua voz, escolher os seus dirigentes, optar por este ou por aquele aspecto da sua vida comunitária.

E, naturalmente, isso só se pode fazer por meio do voto falado ou escrito, a exprimir, de um modo ou de outro, a livre opinião de cada pessoa.

Nós que não temos horror nem sequer receio das palavras, dizemos que isto é, sem dúvida, democracia, e como cada vez com maior convicção a preconizamos e defendemos, não podemos enjeitar o título de demo-

cratas. Simplesmente, para isto não é preciso a existência de partidos, de eleições gerais, livres ou não-livres, de guerra civil em miniatura, de lutas fratricidas à escala nacional.

Onde está a soberania do Povo, nesta feira turbulenta do sufrágio político?

Um dia, marcado com antecedência conveniente para que todos possam preparar as suas armas, desde a pena e a língua ao bacamarte e ao cacete, os cidadãos eleitores são solicitados a irem designar como seus representantes determinados outros cidadãos que nunca viram, nem conheceram, na maioria dos casos, em oposição a outros tantos cidadãos que também pretendem ser representantes e que se encontram nas mesmas condições, mais ou menos.

E em que é que se distinguem estes dois grupos de candidatos a representantes do Povo? Em bem pouco. Às vezes, em quase nada, porque os regimes chamados democráticos resolvem as questões fundamentais pela força e nada do que é principal se faz depender do voto. Com a agravante de que cada candidato é livre de, no dia seguinte à sua designação (por metade mais um dos votos, contra a metade menos um dos que o não queriam), virar a casaca e passar a proceder de modo exactamente inverso àquele por que se apresentou ao sufrágio.

E os pobres cidadãos eleitores, se chegam a ter consciência do engano em que caíram por força dos defeitos do sistema, associado à falta de carácter dos candidatos, não tem forma de se desagravar senão daí a uns tantos anos, quando for novamente convocado para de novo escolher.

E a isto chama-se *maturidade política!*

Que diferença entre este indecoroso sufrágio universal, feito de habilidades e de subterfúgios, e a autêntica democracia onde as pessoas são solicitadas a escolherem *entre os que conhecem* aqueles que julgam mais capazes de velarem pelos seus interesses e onde qualquer mandato pode ser transferido na medida em que o seu detentor se mostrar incapaz ou infiel à confiança nele depositada!

Também nós queremos que a democracia progrida, se desenvolva, e a tal ponto que deixe de ser objecto de uso das multidões ignaras e passe a ser atributo dos grupos organizados, conscientes e esclarecidos.

E é, felizmente, a isso que vamos assistindo pelo mundo além, como o indicam os *ventos da Europa*, que, ao contrário do que malevolamente se quer fazer crer, não são, em coisa alguma, favoráveis aos sistemas partidistas, e antes, por toda a parte onde há liberdade de pensar e de exprimir, denunciam, tal como há 50 ou 60 anos, esses sistemas, apontando-os como maléficos, irresponsáveis, fictícios e representando o maior ludíbrio da História.

Há pouco tempo, em França — a pátria do sufrágio universal —, um democrata desiludido, de nome Burdeau, consagrava, na «Revista da Acção Popular», um artigo pessimista às instituições democráticas.

E, agora, surge um livro do presidente-director-geral da Citroën, sr. Bercot, sob o título «O Envelhecimento do Estado Democrático», no qual se faz uma crítica impiedosa ao estatismo democrata e socialista que acaba por *coagular* a sociedade e a sufocar-lhe a voz.

E, como várias vezes aqui temos apontado, o final do Estado dos partidos é o Estado de partido único, isto é, o totalitarismo.

Vale a pena transcrever alguns períodos do escrito.

Diz o esclarecido autor:

«A forma electiva da escolha dos homens e da acção substituindo-se ao trabalho dos homens de "metier", fornece indiscutivelmene o êxito dos homens que melhor sabem manejar as assembleias. Trata-se de saber se a finalidade consiste em escolher aqueles homens, de servir esses homens, ou de escolher o melhor cirurgião, o melhor professor, o melhor método de gerir a economia ou as finanças.

«Que é a democracia? Tem muitas caras diferentes. O traço comum a todas consiste em impor a vontade de 51 homens à de 49 homens, nas decisões a tomar. Regular-se este problema por meio de uma maioria aritmética, isto é, a metade mais um, é um desafio ao senso comum.»

E o crítico diz mais adiante:

«A democracia mostra-se hoje nua, ostentando todos os seus defeitos. Já não pode ser olhada de frente. Perdeu todos os seus encantos. Envelheceu e não tardará a morrer.»

É verdade. O sistema partidista está em plena senectude. Envelheceu e debate-se contra a sua caquexia nos mais diversos ambientes. Não foi em Itália que o chefe do Governo clamou, não há muito ainda, que as instituições democráticas estavam em risco de soçobrar sob o peso das liberdades democráticas?

Se dissermos que esta frase «instituições democráticas» significa regime de partidos», e que liberdades

democráticas são sinónimos de greve, de tumultos, de anarquia, ficaremos a perceber muito bem o seu sentido.

Felizmente, por toda a parte se procura fazer esclarecer o verdadeiro panorama da democracia liberal, ou dos partidos.

Congratulemo-nos com a constante reivindicação das liberdades sindicais, corporativas, profissionais, porque estas é que são actuais e modernas, e reveladoras da autêntica democracia.

As outras são fictícias e já estão velhas. E só subsistem na medida em que os envelhecidos de espírito vão teimando em permanecer.

A MONARQUIA VISTA POR UM SOCIALISTA DE HOJE

Reproduziram as agências noticiosas certas declarações públicas do Duque de Edimburgo sobre problemas financeiros da vida da Família Real inglesa. Segundo o marido da Rainha Isabel, o agravamento do custo de vida ia pesando crescentemente no desafogo económico da primeira família inglesa, pois desde há muitos anos esta não recebia, nesse sentido, qualquer contrapartida em aumentos, adicionais, subvenções, etc.

E a imprensa jacobina logo arregalou os olhos e aproveitou a oportunidade para asnear, falando em abdicação, mesmo numa próxima proclamação da República. Houve até mesmo um instituto, dos tais que dizem auscultar a opinião pública, que abriu inquérito a ver quem desejava a República inglesa, e sofreu a decepção de verificar que só raros por ela se pronunciaram, e destes, uma boa percentagem afirmou que, se houvesse eleição para presidente, o eleito por esmagadora maioria seria o Príncipe Carlos, agora em euforia da maioridade.

Brincadeiras com coisas sérias.

Temos feito repetidas vezes o paralelo entre o custo das Repúblicas e o das Monarquias, e a con-

clusão invariável é a de que aquelas são muito mais dissipadoras, e são-no tanto mais quanto com mais insistência afirmam que são populares. Então, o espectáculo oferecido pelas Repúblicas dos países recentemente tornados independentes chega a ser verdadeiramente grotesco.

É que, em regra (e assim era na Monarquia Portuguesa), a lista civil do Rei e dos membros da Família Real a quem competiam ou podiam competir funções públicas, destinava-se ao pagamento de todas as suas despesas, mesmo as que têm origem no exercício dos cargos (criados, carruagens, secretários, etc.), e nas Repúblicas todo este pessoal é elevado à categoria de funcionários públicos e, portanto, pago pela Nação em verbas distintas da remuneração pela chefatura do Estado.

E isto parece-nos muito bem, porque, em República, os presidentes são apenas hóspedes dos palácios e seu recheio, os quais utilizam provisoriamente; não são seus donos, mas apenas seus inquilinos a curto prazo.

Por outro lado, as despesas de representação são muito mais elevadas em Repúblicas do que nas Monarquias, ainda que assim não pareça. É que cada recém-chegado precisa de se rodear de importância que, em regra, não possui, e arquitecta fazer visitas em série, internas e ao estrangeiro, e apressadamente (porque o mandato é curto e o tempo passa depressa...). E essas visitas saem muito caras à Nação, porque todo o estado-maior de que se fazem acompanhar (muitas vezes para ocultar com pompas extrínsecas a indigência do valor próprio, a que nem sequer uma reco-

nhecida tradição empresta fulgor) é principescamente retribuído.

Também os Reis fazem essas visitas, sem dúvida, mas conhece-se a simplicidade das viagens da Família Real Inglesa, como foi sempre conhecido que os Reis de Portugal nem sequer de comboio especial se deslocavam, mas em carruagem atrelada ao «Rápido» do Porto. Não há nas viagens reais qualquer propósito de fazer turismo ou de cobrar ajudas de custo, mas apenas de corresponder às obrigações de contacto com o seu povo ou um dirigente de outros povos.

Repare-se na soma de viagens pelo país e pelo estrangeiro que o presidente De Gaulle lançou na conta da França, e cujos frutos foram simplesmente nulos, se não mesmo contraproducentes,, como, por exemplo, a viagem a Montreal.

Os comentários feitos pela Imprensa internacional às declarações do Duque de Edimburgo estiveram longe de ser desatenciosos para a Família Real, e parece que só em França apareceu um artigo acre de Pierre Dominique, escrito no «Rivarol», no qual este ilustre jornalista, na sua qualidade de republicano totalitarista, se permite lançar algumas pedradas violentas ao Duque, comparando demagogicamente a situação da Família Real com a dos proletários ingleses.

No Rádio-Luxemburgo, o seu confrade Raymond Cartier compensou satisfatoriamente todas as inteligências independentes ao afirmar que «Monarquias são um factor de estabilidade, e onde os tronos subsistem não é aconselhável derrubá-los».

Mas o melhor comentário de todos foi feito na própria Inglaterra, pelo antigo ministro George Brown, um dos chefes do trabalhismo.

Escreveu este esclarecido democrata no «Dailly Mail» de 3 de Novembro que, «para qualquer país, vale mais ter um monarca do que um presidente da República eleito». E acrescentou que «as Monarquias asseguram a continuidade dos Estados, enquanto que os primeiros-ministros vão passando».

E tirando exemplo da vida industrial onde a aprendizagem é também uma instituição permanente, ele salienta que «os presidentes não fazem qualquer aprendizagem para ascenderem à cabeça do Estado, são simples políticos ou generais para lá atirados. Mas há muitas probabilidades de o monarca, ao subir ao trono, estar treinado para esse elevado posto, por ter servido durante largos anos ao lado do seu predecessor».

«A eleição — diz o chefe socialista — será boa para designar o primeiro-ministro e o partido que há-de ocupar o Poder, mas não para o Chefe de Estado, que deve estar acima dos partidos.»

E terminava com uma frase de autêntico patriotismo monárquico: «Um monarca não pode declarar que está pronto a ir-se embora. Pouco importa as conveniências pessoais dos soberanos. O que importa é que a Grã-Bretanha precisa deles.»

Uma só censura formula à Monarquia Inglesa: que ela não seja muito mais popular; que a Família Real não tenha a rodeá-la mais gente do povo.

Já tínhamos na História contemporânea o depoimento do chefe republicano norueguês, a quando da

independência do seu país. O de George Brown, agora, é mais uma achega para preciosa antologia que aguarda apenas o esforço de um estudioso. Será um serviço inestimável prestado a esta Verdade que está longe de ser uma verdade vencida, enquanto for aceite por muitas das melhores inteligências contemporâneas.

AS FORMAS DE GOVERNO

Por ignorância, por snobismo, por preguiça intelectual, mesmo por cobardia, há algumas pessoas que, não sendo desinteressadas das actividades políticas, contudo dizem-se indiferentes às formas de regime.

São atitudes só possíveis em épocas de profunda incultura cívica, de acentuada indigência mental, e em indivíduos que, embora presunçosos da sua instrução, não passam de semianalfabetos políticos.

A verdade é que, pelo menos nas nações latinas, Monarquia e República não se distinguem apenas por naquela o Chefe de Estado ser hereditário e nesta ser eleito. A cada uma destas formas de governo anda ligada uma doutrina política completa, conceitos diferentes de vida nacional, de vida social, mesmo de vida religiosa.

E isto que dizemos a respeito dos regimes, nada tem que ver com as convicções pessoais de alguns dos seus adeptos, pois bem sabemos que monárquicos tem havido em todos os tempos, a fazerem inconscientemente o jogo dos princípios revolucionários.

São os monárquicos liberais e democratas, a respeito dos quais um pensador espanhol disse que lhes parou o relógio nas ideologias do século XIX e se

mostram incapazes de tirar a verdadeira lição dos acontecimentos mundiais do nosso tempo.

Mas, afora isto, sabe-se que anda ligado às Repúblicas o grosseiro sofisma da soberania popular — a maior burla colectiva dos tempos modernos, que, adulando o princípio das maiorias, outra coisa não faz do que entregar a Nação às minorias ousadas — os partidos políticos, os quais jogam periodicamente aos dados, a vida, os bens e a honra dos cidadãos, nas chamadas lutas eleitorais pela conquista do Poder e dos cofres públicos.

Nas Monarquias, não se chama soberano ao povo, mas dá-se-lhe a consideração de ser ouvido e consultado, «de facto», no âmbito da sua competência e dos seus interesses.

Para as Repúblicas, não há passado nem futuro — há apenas presente, que é preciso viver febrilmente, gozar, ainda que para tal seja necessário destruir muito e nada construir.

Mas às Monarquias anda ligado o culto da tradição, o estudo do modo como ao longo da vida nacional os diferentes problemas foram encarados, solucionados, e também o estudo das fórmulas que hão-de conduzir o agregado nacional a viver cada vez melhor, nas suas gerações futuras.

No jornal brasileiro «Estado de São Paulo», escreveu-se há pouco: «Não há maior perigo para um país do que tratar com menosprezo as suas tradições. Mais cedo ou mais tarde, terá de pagar com elevados juros o descaso a que votou os ensinamentos que as gerações passadas lhe legaram. Tanto na administração pública, como na política municipal, estadual

ou federal, o melhor meio de se actuar com acerto está em olhar para trás e observar o que os antepassados fizeram nesta ou naquela circunstância, e procurar agir com o mínimo de probabilidades de errar. Nem outro poderia ser, no fim de contas, o objectivo da ciência histórica».

Num último aspecto, às Repúblicas anda sempre mais ou menos ligado o princípio laico e laicizante, enquanto às Monarquias anda, pelo contrário, ligado o princípio religioso.

E se nestes regimes em que há uma religião oficial a sinceridade de sentimentos religiosos exibida por muitos pode ser motivo de fortes dúvidas, mesmo assim é preferível à ostentação pública de impiedade, pelo ambiente que cria e que permite manter-se, em contraste com o agnosticismo e mesmo com a hostilidade religiosa das Repúblicas.

O divórcio estabelecido entre Deus e a Sociedade é funesto para esta e para os indivíduos que a compõem.

A Monarquia, por sua própria essência, é, pois, um baluarte do pensamento cristão, e tanto assim a tem considerado o espírito revolucionário, essencialmente ateu, que é contra as Monarquias que ele tem sempre dirigido os seus primeiros ímpetos.

Imprudente é, por isso, considerar as expressões: o Trono e o Altar; a Cruz e a Espada objecto de crítica por parte do pensamento católico, pois não só correspondem a realidades inegáveis da História de Portugal, na sua aliança e na sua comunidade de objectivos, como também estão longe de represen-

tarem tentativas de subordinação da Religião aos objectivos de qualquer política.

Haverá, em relação às Repúblicas, quaisquer outras fórmulas equivalentes, capazes de as substituírem? Não há. E esta circunstância é, por si só, suficiente para, no campo religioso, estabelecer diferença fundamental.

Erradamente pensam os cidadãos que se desinteressam das formas de governo, e declaram estupidamente que «acatam respeitosamente o regime que o povo escolher», porque não só o povo jamais escolheu regimes, como também estes são fundamentais para a instauração de princípios morais, sociais, económicos e outros por que possam bater-se esses idealistas desinteressados e ingénuos.

Mais erradamente actuam os responsáveis pela orientação dos povos, quando sustentam ser a hora presente de domínio do económico e do social, com menosprezo do político.

Já Richelieu deixou escrito: «Nada é mais preciso para governar um Estado do que a previsão, já que com ela se podem evitar muitos males que, uma vez ocorridos, só com grandes dificuldades poderão ser eliminados. Por isso os homens de Estado devem pensar que o futuro é mais importante do que o presente. Com os males e os inimigos do Estado sucede o mesmo que com os males individuais: é melhor e mais fácil impedir que surjam do que sufocá-los, uma vez em acção».

Todo o governante que se declarar indiferente perante as formas de governo, abdica, «ipso facto», a sua condição de homem de Estado.

DO CAPRICHO DA HERANÇA AOS CAPRICHOS DA ELEIÇÃO

Ninguém poderá, com verdade, acusar-nos a nós, monárquicos, de considerarmos a Monarquia um regime perfeito.

Sabemos bem, todos os que o abraçamos conscientemente, que, não obstante as suas muitas virtudes, o regime tradicional é um regime imperfeito, por estar na dependência da condição humana. Consideramo-lo, sim, o mais perfeio em face da imperfeição original do Homem.

Um dos seus maiores defeitos, que é, simultaneamente, a sua maior virtude, por paradoxal que pareça, reside no sistema hereditário que caracteriza a Monarquia autêntica e a diferencia da simples Mono-arquia. A hereditariedade é uma fonte de caprichos, dizem os detractores da Monarquia, e o génio não se herda. É verdade. Mas também não se herda a mediocridade — coisa que se têm esforçado por demonstrar todos os adeptos dos caprichos da eleição.

E a História, imparcialmente estudada, afirma que nas Monarquias cristãs, mesmo os Reis que, como pessoas, não se mostravam sempre inteiramente respeitáveis e louváveis, foram, em regra, como governantes, amigos do Bem Comum, preocupados com a

elevação do nível moral e material do seu povo, e não se pouparam a sacrifícios pelo engrandecimento da Comunidade Nacional.

É que, se, na verdade, toda a criatura humana que vê a luz do mundo traz em si uma incógnita que só é desvendada progressivamente com a vida, e se prolonga até à morte, não é menos certo que a educação pode melhorar muito uma natureza mal dotada, atenuando-lhe defeitos e cultivando-lhe qualidades.

Por isso, Balmés disse um dia: «Aos olhos de uma filosofia superficial, a Monarquia hereditária é uma estupidez incompreensível; mas aos olhos de uma filosofia profunda é uma das maiores e mais felizes instituições da ciência política».

Que importa ter havido um ou outro mais inferior, se essa noção de inferioridade resulta muitas vezes apenas da comparação com gigantes que foram os grandes Reis das grandes nações, seus construtores e seus engrandecedores?

Na História de Portugal, é possível tomar-se conhecimento de Reis apagados, que só parecem inferiores em comparação com os que fundaram a Nacionalidade, ou a lançaram na Conquista, na Navegação, na dilatação da Fé, na Restauração, na Consolidação do Império.

Até a Igreja, de instituição divina, contando no seu activo um certo número de Papas que pagaram forte tributo às fraquezas humanas, conta igualmente muitos outros que quase passaram despercebidos, ofuscados pelo brilho e esplendor de tantos sábios, santos e grandes governantes da Cristandade, orgulho

dos fiéis de todos os tempos, e motivo superior de acção de graças a Deus, pela assistência prestada à Sua Igreja, em confirmação da promessa de estar com Ela até à consumação dos séculos.

Por isso, nós somos monárquicos, não porque tenhamos o regime hereditário como bom em absoluto, mas porque é reconhecidamente bom em relação a qualquer regime republicano ou de poder não-hereditário. É que consideramos o génio do governante eleito uma flor bela, mas que murcha rapidamente, enquanto que a possível mediania do governante hereditário é a árvore viçosa que garante a tranquilidade e os benefícios no presente e no futuro.

É sob a Monarquia, e não sob a República, que basta *um homem honesto e digno*, segundo a frase conhecida de Salazar.

Venham os adeptos dos caprichos da eleição folhear à vontade e com toda a boa vontade as páginas da História Universal, para nos dizerem de quantos presidentes de Repúblicas se podem orgulhar os povos, mesmo quando eles permaneceram no lugar dez, quinze ou vinte anos, em curiosa negação dos princípios republicanos e democráticos.

E se nos alegarem que a muitos não foi possível evidenciarem-se pela reduzida permanência no lugar, registaremos essa afirmação como a confissão de erros fundamentais do sistema electivo, sem esquecermos os outros traduzindo-se na corrupção, na venalidade, na inveja, que, pulsando nos baixos sentimentos humanos, vicejam no ambiente propício das lutas eleitorais.

Os erros resultantes das eleições presidenciais — e já não falamos das outras — são sempre mais

funestos para as nações do que os provenientes da sucessão hereditária. Por esta garante-se na governação a unidade, a continuidade, a competência e a responsabilidade.

E pela eleição que é que se garante?

Disse-o um dia Larnaude, decano da Faculdade de Direito de Paris: «O regime electivo conduziu à desordem que todo o mundo sente e a uma incompetência desoladora e cheia de perigos».

Em sistema monárquico, os Reis, homens como os outros no tocante à sujeição a erros e vícios, podem ser corrigidos e beneficiados nas suas deficiências pelas virtudes reconhecidas da Instituição Real.

Em República, homens medianamente virtuosos, honestos e inteligentes, são, mercê dos terríveis defeitos do sistema, arrastados no rodopio da corrupção, das ambições partidárias, do desinteresse nacional, e o nome de muitos tem ficado indelevelmente ligado às épocas de decadência nacional, no aspecto político, moral e económico.

Quem será capaz de demonstrar que a massa, inculta e ignorante das obrigações inerentes ao cargo de Chefe de Estado, tem competência para escolher, entre tantos que desconhece, o melhor para essas funções, de que não possui qualquer noção?

Nunca da escolha resultou surgir o melhor, nem sequer um que possamos considerar bom.

Por isso, a inteligência e a experiência aconselham

a que entre os caprichos da hereditariedade, devidamente atenuados, e os da eleição, cada vez mais exacerbados, encarados mesmo como dois males, optemos pelo menor. É este um dos motivos por que somos monárquicos.

REGIMES BONS E REGIMES MAUS

A caraterística de bom ou mau com que possam ser assinalados os regimes, não implica necessariamente que consideremos aqueles a fonte perene de todos os bnefícios colectivos, e estes a origem fatal de todas as desgraças.

Ela refere-se apenas às possibilidades assinaladas ou, pelo contrário, neles inexistentes, de facultarem a plena efectivação dos fins terrenos e eternos do Homem e de bem servir o interesse da colectividade — meio dessa efectivação — o qual geralmente designamos por Bem Comum.

Não há regimes perfeitos porque todos eles, frutos da insuficiente inteligência humana, hão-de forçosamente ressentir-se da imperfeição original.

E o Homem, mesmo quando verifica ter conseguido realizar o melhor possível, é levado pela noção ideal de perfeição que possui — sem dúvida por ser ele próprio a imagem e semelhança da Perfeição Absoluta — a reconhecer os defeitos desta e daquela ordem na obra que empreendeu e levou a cabo.

Não é, portanto, através do prisma da perfeição que devem ser apreciados os regimes políticos, mas, antes, devem ser comparados à luz das menores imperfeições que possam, na realidade, apresentar.

Neste campo, não pode haver classificações absolutas.

E mesmo dentro do relativo, não é lícito a ninguém supor que os regimes bons modificam «por magia» o modo de ser dos povos, ou transformam automaticamente as condições de vida dos agregados nacionais.

Muitos dos que entendem ser a questão apenas de homens, perdem o seu tempo a argumentar inutilmente contra este ponto de vista, porque nunca, pelo menos na medida em que somos conhecedores, algum adversário da sua tese reivindicou para os regimes bons qualquer virtuosismo de modificações maravilhosas.

Os regimes criam, assim, o ambiente, ou simplesmente o modificam, e isso basta para justificar a sua importância, porque, em matéria de governação pública, o ambiente é tudo... e o resto quase nada.

Nas suas *Cartas a um céptico*, diz José Maria Péman:

«Em 14 de Abril de 1931 (dia da proclamação da última República espanhola) caminhava-se de modo diferente nas ruas de Madrid, as pessoas instalavam-se de outra maneira nas poltronas dos teatros, e pedia-se, até, com entoação diferente, uma limonada em qualquer café da "Gran-Via".»

E continua o lúcido doutrinador: «Esta transcendência das formas de governo, cuja mutação sacode por inteiro a vida de um povo, poderá ser negada pelos políticos e pelos intelectuais; mas, acima das suas doutrinas, existe nas massas um fino instinto secreto que as leva, fatalmente, a carregar de um significado último e decisivo as palavras — Monarquia

e República — e a condensar nelas sistemas e fisionomias de vida diferentes e inteiramente opostos».

Porque é que, nesse dia, a multidão se permitia espezinhar os jardins da Moncloa, desrespeitar os sinais das luzes reguladoras do trânsito e tomar, em público, atitudes indecorosas?

Apenas porque o clima político se havia modificado. E o clima que os regimes proporcionam constitui, de facto, o seu mais eficaz elemento de acção.

Esmeram-se os néscios e os levianos na celebração do *entusiasmo popular* com que, regularmente, é acolhido o advento dos regimes maus, sem se aperceberem de que isso representa, quase sempre, apenas um extravasamento da animalidade, durante longos anos contida pelas normas humanizantes e caritativas de uma civilização que nessa hora fraquejou.

É certo que os regimes maus podem, excepcionalmente, ser servidos por homens bons, quer dizer, homens de boa formação moral, de recta intenção e devotados ao bem do próximo. E este facto, sem conseguir alterar a essência das coisas, pode muito bem modificar, e às vezes modifica, na verdade, o aspecto sob o qual elas se apresentam.

Todavia, convém que não haja, a este respeito, ilusões profundas. Quando um bom regime é levado a admitir ao seu serviço homens incompetentes e perversos, a força própria dos princípios salutares sobre que assenta a sua estrutura pode ser suficiente para, no momento histórico próprio, lhe permitir recuperar a vitalidade e a integridade.

Paralelamente, quando um regime mau é servido por homens bons, as manifestações corrosivas da sua

ancestralidade levam à inutilização inexorável das boas vontades oferecidas e ao retorno da ética que o assinalou desde a origem.

A passagem dos homens bons pela direcção dos regimes maus pode ser comparada à acção do analgésico em organismos atacados de afecções dolorosas: durante certo tempo deixa de se sentir a dor, mas quando ela volta traz intensidade reforçada.

Para desnaturar os regimes e privá-los das suas características próprias, será necessária a acção hostil e continuada de homens de mentalidade adversa, os quais, atacando-os nas suas bases, lhes alterem a essência, conservando-lhes embora, em muitos casos, a aparência.

A História refere alguns exemplos desta transformação lenta, mas também nunca se esquece de nos dizer que o seu resultado final se traduziu na morte desses regimes.

É o caso da Monarquia tradicional, minada durante longos anos pelo liberalismo maçónico.

E só é de lamentar que os homens bons ao serviço dos regimes, maus, nem sempre — por escrúpulo ou por honestidade mal compreendida — façam uso das possibilidades que num dia, ou mesmo hora, as circunstâncias puseram ao seu alcance, para bem da Nação.

O contrário caracteriza, em regra, a acção dos perversos que, sem escrúpulos e sem hesitações, realizam metodicamente aquilo que as suas convicções deles reclamam.

Não acreditam, estes, apesar da sua actuação, que a *questão* seja de homens, e tanto assim é que pro-

curam modificar os regimes no sentido mais favorável aos desígnios ocultos que alimentam.

Os incrédulos poderão contestar alegando que tantos anos de vida contemporânea deste ou daquele país, não se adaptam ao raciocínio desenvolvido. Mas não se esqueçam de que a existência das nações não se mede pela mesma unidade que a das pessoas, e de que a história dos acontecimentos só é possível fazer-se sem paixões perturbadoras, passados que sejam sobre eles, pelo menos, algumas dezenas de anos.

E para os ingénuos, que muitas vezes têm tentado servir lealmente os regimes maus, reserva essa mesma história quase sempre a designação piedosa de honestos e bem-intencionados, o que já não é muito mau para quem falhou na vida.

Esquecem eles que, como escreveu um ilustre pensador, «é perigosamente ilusória a pretensão de salvar um náufrago deixando-se arrastar com ele na mesma corrente do erro».

REVOLUÇÃO E CONTINUIDADE

Num dos números de «Nuestro Tiempo», o escritor espanhol Jesus Pabón faz um estudo interessante sobre as Revoluções e as suas consequências, o qual muito se aproxima de outro, sobre Revolução e Restauração, devido à pena de Rafael Calvo Serer, e publicado em volume pela «Biblioteca do Pensamento Actual».

Como ensinou Marañón, em «Los afrancesados», a «Revolução é sempre um episódio retrógrado». Retrógrado, não progressivo, porque o progresso tem por base a continuidade. E continuidade é a antítese de Revolução.

Assim proclamou também Ortega y Gasset (que, com toda a sua fama de simpatizante com os diversos revolucionários, não foi, afinal, menos severo do que Marañón, para as revoluções) ao escrever, em «La rebelión de las massas», que «as revoluções tão apressadas em proclamar direitos, têm sempre violado aquele direito tão fundamental no homem que é a própria definição da sua substância: o direito da continuidade».

Se há pretensão de criar uma ordem nova, e não de manter uma desordem, o que continua é já uma restauração, uma instituição, uma reconstrução, até

ao dia em que o germe revolucionário criado na origem dessa ordem, e nela sustentado, de novo se insurja contra um passado quando, em seu entender, ele se mostrar demasiado dilatado. A essência do espírito revolucionário foi denunciada — também por Ortega y Gasset — como reconduzindo, no extremo, o homem ao orangotango.

O contágio do espírito revolucionário, atingindo mesmo os que se esforçam por manter perante ele um estado refractário, têm levado a um uso perigoso do termo «revolução», sem se aperceberem muitos de que prestigiam a palavra e preparam os seus correligionários para aceitarem a ideologia adversária. Foi talvez o que aconteceu ao fascismo e ao nazismo, cujos adeptos se passaram, em larga escala, para o comunismo, e com certa lógica, visto o seu espírito ter sido preparado pelo culto da violência, pelo totalitarismo, pelo desrespeito dos direitos do homem, pelo agnosticismo, embora, acidentalmente, o patriotismo fizesse parte também do ideário assimilado.

Por isso, a ânsia de renovação que caracteriza o nosso tempo não deve ser simbolizada na palavra «Revolução», mas antes nesta outra: «Restauração». Não significativa de conservantismo, porque do passado apenas as noções fundamentais de Deus e da Sua Doutrina, da Pátria e da sua integridade, de Rei e da sua independência, são de conservar integralmente. Nem de saudosismo que é sentimento de ultrapassados, voltados contra o futuro; nem de reaccionarismo que é atitude apenas de carácter negativo, como o é a contra-revolução anacrónica; nem mesmo de variante revolucionária a somar à revolução triunfante.

O significado da palavra «Restauração» deve para nós ser dirigido ao Homem. O que é preciso, nos tempos que correm, é restaurar o Homem. Restaurá-lo nas suas liberdades, nos seus deveres, na sua qualidade de pensante, de chefe de família, de ente sociável, de criatura com uma finalidade natural e sobrenatural a atingir.

Quer o indivíduo soviético, simples algarismo na contagem geral, quer o cidadão americano, não menos escravo da máquina e da massa, não convêm como tipo do Homem restaurado.

Entre o cidadão-soberano com o direito de, periodicamente, eleger e demitir seus governantes, e o cidadão-escravo do Estado ou de uma oligarquia odiosa que deste se apossou e lança mão de todas as violências para não o largar, deve situar-se o Homem, gozando do direito de expressão, do direito de associação, do direito de representação e de designação dos seus administradores no plano colectivo, seja dos agregados familiares, seja do agregado profissional, seja ainda de outros a determinar e a regular.

E isto não constitui concessão oportunista da nossa parte, porque já há muitas dezenas de anos o lema do exercício democrático do sufrágio, nos planos municipal e profissional (aqueles em que ninguém pode ser considerado incompetente, desinteressado ou mal-intencionado), está aceite definitivamente no campo monárquico. Por isso, a Restauração não pode ser considerada um simples retrocesso, pela oposição da Reacção à Revolução, e ressuscitando as causas remotas da revolução. Terá, antes, de encarar os problemas humanos da actualidade e aceitar a terrível herança

da Revolução Universal procurando refazer, reconstituir, restaurar, e também estabelecer, instituir, criar muito de novo.

Iniciado este processo na Sociedade portuguesa de hoje, poderemos então dizer durante longos anos: «A Restauração continua!»

AS NOSSAS REPÚBLICAS E A NOSSA DEMOCRACIA

Já escrevemos atrás: «Nós é que somos os verdadeiros democratas, porque preconizamos sinceramente a participação do povo na administração pública, na medida em que as suas aptidões o permitem e o recomendam».

Nada há que retirar nesta afirmação, mas isto não significa também que nós queiramos adornar-nos com a «maquillage» democrática, encadeados pelo fulgor atirado sobre as massas com a pseudovitória das democracias em luta armada contra uma facção do espírito totalitarista.

Deste fulgor resultou não haver regime estabelecido ou força política aspirante ao Poder que não procurasse agregar a si o título de democrata, e surgiram assim as democracias populares a «camuflarem» o totalitarismo comunista, as democracias cristãs, as democracias liberais e socialistas, etc. Não faltaram até as democracias orgânicas — talvez as únicas em que ninguém acreditou, porque mostravam na própria designação um germe de contradição — dado que a democracia clássica é essencialmente inorgânica.

Toda a gente esclarecida logo notou que tais regimes nem eram democracias nem eram orgânicos, e

daí, talvez, não se ter insistido em semelhante título, o que foi, certamente, o melhor.

Como disse um pensador italiano dos nossos dias, a democracia é semelhante a um saco que toma a forma do objecto que se lhe meta dentro, seja o socialismo, seja o comunismo, o liberalismo, a monarquia ou a república. E o seu conceito etimológico de governo do povo está há muito ultrapassado pelos factos, o que não é, no fundo, senão a consequência do absurdo que, como vício de origem, para sempre a assinalou.

Um amigo nosso, todo entregue a uma louvável revisão de ideias e de expressões, dizia-nos há tempo:

— Nós, afinal, na essência dos nossos princípios, não somos antidemocráticos; nós somos, sim, contrários à democracia do sufrágio universal, isto é, adversários do votismo, daquele sistema que determina ter tanto valor, para a condução da governação pública, o voto esclarecido do sociólogo, do sábio, do filósofo, como o papel impresso lançado inconscientemente num recipiente qualquer pelo mais apagado analfabeto. É isto que nos repugna, como pessoas bem formadas, moral e politicamente.

E tanto assim é que no nosso ideário admitimos inteiramente a forma democrática de governação para o Município, onde, e só aí, ela pode ter a sua expressão verdadeiramente séria e aceitável.

Da mesma maneira, nós podemos declarar-nos republicanos, porque a Monarquia pressupõe na sua constituição a existência de pequenas repúblicas, que lhe estão subordinadas. É que a Monarquia, sendo um regime mais perfeito, contém em si repúblicas,

enquanto que a República não pode conter monarquias, porque o mais não cabe no menos.

Para nós, o governo democrático é um governo primitivo, próprio das sociedades humanas elementares — o concelho — e que, logo à concentração destes em aglomerados mais importantes, como as províncias ou os distritos, deverá ceder o lugar ao governo aristocrático, considerada esta noção, não como o monopólio do mando em certos sectores, para uma classe — a classe nobre — porque damos à aristocracia o significado de uma selecção naturalmente efectuada em todos os sectores da actividade nacional, a qual conduza à criação de um escol de virtudes cívicas, morais e intelectuais.

Por sua vez, o conjunto destas províncias ou distritos, transcendendo largamente o quadro dos interesses locais ou regionais, terá de ser governado por um monarca, por um Rei, fiador do Interesse Geral, pela sua independência, pela sua especial preparação e pela sua recta intenção.

Por isso, nós, embora não demos vivas à República, somos dos mais fiéis adeptos e defensores das diversas repúblicas nacionais.

Por isso, nós, ainda que não se nos embargue a voz ao pronunciar a palavra democracia, somos os mais dedicados democratas, porque não sujeitamos aquele sistema político ao desprestígio que para ele resulta do constante atraiçoamento dos princípios em que se baseia, como fazem os adeptos do sufrágio universal.

Assim, nós não somos, em princípio, antidemocratas nem anti-republicanos. Somos, sim, contrários à

extensão das repúblicas e das democracias a ambientes que excedam a sua natural actuação, a sua competência, a sua capacidade de servir o Bem Comum. Para os Municípios, administração republicana — portanto democracia.

Para o País, Governo nacional, portanto Monarquia. Mas, em ambos os casos, competência, honestidade, responsabilidade, autoridade e liberdade.

V

LIBERDADE E AUTORIDADE

TRÊS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Durante largos anos, as doutrinas políticas opostas ao liberalismo, à utopia do sufrágio universal, sem negarem o valor das liberdades humanas, adoptaram, para súmula expressiva da sua posição neste campo, o lema: *liberdades possíveis, reguladas pela autoridade necessária.*

Nos tempos modernos, em que a governação dos povos por toda a parte está descaindo para o tipo tirânico — degenerescência fatal das democracias do sufrágio universal e, particularmente, das Repúblicas, e que, esperamos firmemente, e Deus assim o queira, será o tipo de instituição predecessor das Monarquias novas — convirá reformar esse lema, enunciando-o antes da seguinte maneira: *liberdades necessárias, reguladas pela autoridade suficiente.*

Por um lado, as tiranias caracterizam-se exactamente por um excesso de autoridade e pelas restrições da liberdade, e aos ouvidos das vítimas que são, afinal, toda a população consciente, torna-se, por isso, insuportável a exaltação excessiva do princípio da autoridade. Por outro lado, a liberdade é, sem dúvida alguma, necessária ao homem, criado livre e deixado até por Deus livre na sua actuação temporal, e aspirando à libertação definitiva na Vida Eterna. Nada há

no mundo que supere a liberdade. Nem a saúde, nem a integridade física, nem o dinheiro, nem a sabedoria. Pode mesmo dizer-se que estes bens, estes dons, só valem na medida em que estão ao serviço da liberdade humana, pois o homem sente-se tanto mais livre quanto mais abastado, mais são, mais sabedor for. Neste elogio da liberdade não queira ver, seja quem for, qualquer infidelidade a princípios anteriormente e constantemente expressos, porque, como já tivemos ocasião de escrever, não há a mínima oposição entre a liberdade reclamada pelos republicanos e as liberdades preconizadas pelos monárquicos.

De facto, se definimos liberdade como sendo a faculdade de cada um poder transformar em actos os seus desejos, as suas aspirações, desde que não vão colidir com igual faculdade dos seus concidadãos, facilmente se compreende que ela tem de ser regulada para que haja pelo menos relativa justiça no seu usufruto.

Liberdade será, assim, o somatório das liberdades, e isso exclui a simples noção de incompatibilidade.

Porém, para que haja liberdade, necessário é que haja, paralelamente, uma autoridade a garanti-la, e que essa autoridade não faça como o macaco da fábula e acabe por comer todo o queijo dos ratos... para satisfação da justiça.

É preciso que esta autoridade seja independente, que a ninguém deva o ser autoridade, nem corra, a todo o momento, o risco de ser destituída por qualquer organismo ou instituição que se arrogue funções de soberania.

Ora, a autoridade culta, esclarecida, independente, interessada plenamente no Bem Comum e no bem de cada um, só a Realeza a pode conferir.

Por isso, como os factos contemporâneos o estão demonstrando, e os espíritos mais esclarecidos o vão compreendendo, só em regime monárquico hereditário poderá haver liberdade autêntica, equilibrada, servidora do homem e da sociedade em que está integrado.

A garantia da liberdade tão extensa quanto possível, quer na sua profundidade, quer na variedade das suas manifestações, deverá ser, portanto, o primeiro princípio político a reger os agregados humanos civilizados.

Mas os agentes da autoridade, mesmo em Monarquia, são homens, sujeitos, por consequência, às contingências da condição humana, às imperfeições, às tentações, entre as quais é de temer o uso imoderado do poder e, mesmo, o abuso da autoridade a resvalar também para a tirania.

É necessário, por isso, que, sem quebra dos princípios, a acção governativa seja filtrada, que haja diques eficazes entre a vontade dos governantes e os governados. Daí a conveniente actuação dos Corpos Intermédios (Municípios, Corporações, Sindicatos), mas Corpos Intermédios independentes, para que possam ter acção eficiente; não designados pelo Poder, mas eleitos directamente pelos seus próprios agremiados, pelo povo, em última análise.

Estes Corpos Intermédios, revestidos de uma certa fracção de autoridade que neles é delegada pelo Poder Central para ser exercida no âmbito da respectiva

jurisdição, fraccionam, por assim dizer, a acção deste Poder e dulcificam as suas disposições.

Fácil é concluir-se deste raciocínio que a liberdade só será perfeita na medida em que a autoridade for moderada.

Como última fiança desta moderação, impõe-se a fiscalização dos seus actos, no sentido de serem respeitadas as leis fundamentais da Nação e de que coisa alguma afectando o povo possa ser promulgada sem o consentimento do mesmo povo (impostos, guerra e paz, etc.). Mas, quem poderá exercer estas funções de fiscalização? Não directamente os governados, porque estes, sendo parte interessada, são, por definição, incompetentes.

Estão perfeitamente indicados para essas funções os Corpos Intermédios, como representantes natos dos governados, e investidos de uma capacidade especial que lhes advém da sua independência e da autoridade de que estão revestidos.

Este princípio da fiscalização do Poder aflora já o problema da representação nacional, e a verdade do que vai afirmado é tão flagrante que a própria chamada soberania do povo se viu obrigada a aceitar a intervenção de organismos intermédios fictícios — os partidos —, dada a impossibilidade total de o povo ter intervenção directa na governação ou na orientação da governação.

E dizemos que esses organismos são fictícios, porque não são naturais, não representam tendências humanas (família ou profissão) e não podem, por isso, ser investidos de qualquer parcela de autoridade, visto os seus aderentes serem elementos desagregados e,

em regra, recrutados sob o signo do egoísmo, quando não da ambição.

Há, portanto, nas relações entre governantes e governados, três princípios fundamentais, cujo inteiro acatamento garante o equilíbrio dessas relações e afirma a eficiência das instituições.

São eles:

1.º — Que haja liberdade, tão lata quanto possível;

2.º — Que a autoridade seja, por consequência, moderada e limitada;

3.º — Que os actos dos governantes sejam devidamente fiscalizados, de modo a serem respeitados os direitos humanos e as leis fundamentais da Nação.

Porque cremos que só na Monarquia, tal como a desejamos, estes princípios fundamentais da sociedade política poderão ser convenientemente realizados, é por isso que somos monárquicos e afirmamos a nossa reprovação quer por situações de tirania em que há sufocação das legítimas liberdades humanas, quer por manifestações de anarquia e de desordem, em que as próprias liberdades são ilusórias e destituídas de qualquer garantia eficaz.

A LIBERDADE COLECTIVA

A conhecida Lei dos Retornos formulada por Vico mostra, a cada momento, a justeza dos seus princípios, e em especial nesta idade do mundo em que as transformações das estruturas político-sociais se processam a um ritmo acelerado.

Nunca se falou tanto em liberdade como nestes nossos dias, talvez porque o homem, sentindo-se cada vez menos livre, aspira ardentemente à sua posse, mesmo sem saber o que seja liberdade e sob que forma poderá usufruí-la.

Uns falam em liberdade referindo-se à *liberdade interior* de cada um — dom divino conferido ao Homem e que caracteriza a pessoa, proporcionando-lhe a possibilidade de ele ser tudo aquilo para que foi criado.

Referem-se outros às *liberdades concretas*, limitadas, em harmonia com as conveniências do Bem Comum, e que são próprias à actuação do homem em sociedade, como cidadão, como chefe de família, como profissional.

Finalmente, fazendo um barulho infernal, falam muitos na *liberdade-mito*, na liberdade absoluta, na liberdade *para tudo*, que uns tantos espertalhões inventaram para uso próprio, como arma de domínio sobre

os restantes. Também lhe chamam *liberdade individual*, e à sombra dela, como se disse em frase célebre, têm sido cometidos e continuam a cometer-se crimes abomináveis.

Talvez por motivo deste falatório, um pensador contemporâneo pôde afirmar que liberdade é coisa que não existe ou, pelo menos, que nunca ninguém fez prova de que existisse.

É a tal liberdade individual que engrinalda as bandeiras das facções políticas chamadas democráticas, como se democracia e liberdade fossem irmãs siamesas, impossíveis de separar por qualquer modo.

Assim o escreveu Knehnelt-Leddihn: «Democracia é um conceito político (e não social) que responde à pergunta — *Quem deve governar?* da seguinte maneira: *A maioria dos cidadãos, sempre politicamente iguais, seja por si próprios, seja pelos seus representantes* (democracia directa ou indirecta). A liberdade não tem, pois, coisa alguma a ver com a democracia. A liberdade é o postulado do liberalismo, enquanto que igualdade e governo da maioria são exigências da democracia. O liberalismo só responde à pergunta — *Como se deve governar?*, dizendo: *Da forma que o indivíduo goze da máxima liberdade possível e compatível com o Bem Comum.* Tantas obrigações quantas as necessárias; tanta liberdade quanta possível».

E Fred Wilhelmsen confirma este raciocínio, ao dizer que «a liberdade absoluta nunca pode ser a meta da vida política; tal liberdade não só estorva e torna impossível a vida quotidiana de qualquer comunidade política, mas também produz, pelo contrário, uma tirania feroz. Na ordem política, a liberdade divide-se

em liberdade de escolher e liberdade de se desenvolver, as quais só são possíveis mediante a pluralidade de instituições que emanam da própria comunidade e não do Estado».

Ora, o conceito moderno de liberdade, o conceito avançado, como poderíamos dizer, tende precisamente a afastar-se do fim pessoal, individualista, e a orientar-se para uma finalidade comum. Deixou de ser considerado um bem particular, para ser antes qualificado como um bem colectivo.

Como diz Karl Jaspers, «a liberdade nunca será real enquanto for puramente individual; o indivíduo só é livre na medida em que os outros o forem».

Já há bons anos, Charles Maurras havia emitido um conceito semelhante quando afirmou que «de todas as liberdades humanas, a mais importante é a liberdade da Pátria».

Em homenagem a esta noção colectiva de liberdade, é intuitivo que a própria liberdade de pensar e de falar tem de buscar os seus limites.

E F. Wilhelmsen vai mesmo mais longe, e defende o princípio de que para alcançar a sua finalidade que é o Bem Comum, a sociedade política terá inclusivamente de limitar «*a liberdade de se poder pôr em dúvida os fundamentos em que assenta a própria comunidade*».

Ou, por outras palavras — ainda que isso pese duramente aos democratas — é lícito e até se impõe que haja liberdade contra certa liberdade.

Se investigarmos a génese do movimento libertário, verificaremos que os homens buscaram a civilização ou fugiram à barbárie, institucionalizando

firmemente a sua vida por intermédio de organismos chamados, por isso, naturais — Municípios, Grémios, Províncias, Universidades, Ordens Religiosas, foros e privilégios, etc. —, ante os quais a tirania dos conquistadores encontrava um freio poderoso, porque estas instituições eram independentes do Estado.

E quando e onde estas instituições não existiram ou não existem, caía-se, e cai-se ainda, na anarquia ou na tirania, como se verifica exuberantemente nas sociedades tribais da África, da Ásia ou da Oceania.

Assim, um raciocínio simples e claro mostra à evidência que a liberdade foi inicialmente de tipo colectivo e baseada nas instituições naturais referidas. Ao tornar-se individual, a democracia do sufrágio universal teve como primeira preocupação eliminar ou neutralizar essas instituições ou, pelo menos, enfraquecê-las na sua autonomia e na sua independência.

Ressurgiram as tiranias para não se cair na anarquia, e a liberdade tornou-se um mito, uma coisa que se deseja, em que se acredita, mas que ninguém vê, de que ninguém goza, excepção feita à liberdade interior, atrás referida.

Mas agora que a liberdade volta a ser tida como um bem colectivo e não individual, ela não poderá deixar de se situar em instituições naturais, onde o dinamismo humano possa acolher-se para se defender da acção dos Estados modernos, cada vez mais ameaçadores de toda a qualidade de liberdades, cada vez mais centralizadores e absorventes.

Para os monárquicos, essas instituições naturais são os Corpos Intermédios, a cuja protecção já os nossos antepassados clamaram: NOS LIBERI SUMUS!

Essa liberdade colectiva será o somatório das liberdades concretas que são o autêntico reflexo daquela liberdade com que Deus nos criou.

E pensamos que nessa liberdade colectiva trazida de novo à actualidade para defesa da pessoa humana, também os iludidos adeptos da liberdade individual hão-de encontrar a satisfação dos seus anseios de independência plena, hão-de encontrar a verdadeira liberdade.

O PRINCÍPIO DA DESCENTRALIZAÇÃO

É hoje uma verdade incontestável e incontestada que a centralização administrativa foi uma arma inventada pelos regimes chamados democráticos, com a finalidade de sujeitar a nação aos interesses dos partidos, criando clientelas eleitorais oportunamente manejáveis.

Na nossa doutrina monárquica avulta, pois, o princípio da descentralização, não por simples espírito de contradição, mas como meio eficaz de reparação e de restituição às Províncias e aos Municípios dos seus direitos tradicionais de se administrarem a si próprios.

E a descentralização é, afinal, a base da democracia integral, porque, desta forma, os súbditos são muito mais solicitados a interessarem-se pelos problemas da sua *república*, a contribuírem directamente com a sua intervenção para que eles sejam inteiramente resolvidos, adoptando as soluções para isso mais convenientes. Assim se concretiza uma forma de participação dos cidadãos na administração do agregado nacional.

A feliz fórmula: «Monarquia na Nação; Aristocracia (governo dos melhores) na Província e Democracia no Município», diz tudo isto com notável simplicidade.

Da descentralização resulta, de facto, uma diversificação acentuada, porque deve supor-se que cada Município seja orientado por normas próprias, dado que seria absurdo sujeitar à uniformidade, indistintamente, concelhos urbanos e concelhos rurais, marítimos e de montanha, agrícolas, industriais ou essencialmente turísticos.

Unidade e uniformidade são coisas diferentes e nunca houve incompatibilidade entre a unidade e a legítima e extensa variedade, subordinada esta às circunstâncias reais.

E não é de aceitar o argumento modernista de o Estado ser um só e de haver uma só Constituição, ser a Justiça administrada pelo Governo Central, etc., porque tudo isso é do foro da governação e a descentralização só põe em causa o sector da administração. O mesmo se pode dizer a respeito da proclamada facilidade contemporânea das comunicações, porque essa antes recomenda que, por isso, se conceda aos povos a possível autonomia de administração.

É conhecido o aforismo dos antigos habitantes do Cáucaso que queriam ser governados pelos seus eleitos e, se tivessem de ser roubados, queriam sê-lo pelos seus ladrões.

É, aliás, da sã doutrina político-social que ao Estado deve caber apenas aquilo que os outros organismos não possam fazer, tendo, assim, a missão de suprir as deficiências ou as responsabilidades gerais. É a missão supletiva que tão brilhantemente foi defendida pelo Papa João XIII na sua Encíclica «Mater et Magistra», a qual não foi, afinal, senão a confirmação das anteriores, dos Pontífices Pio XI e Leão XIII.

Não se pode ignorar que o progresso técnico exige, muitas vezes, estudos de planificação à escala nacional, o que implicará certas medidas de centralização, tornada, assim, um mal necessário, mas nos quais a participação das autarquias locais não pode ser desprezada, nem esquecida, enquadrada no plano geral organizado.

Independentemente do regime de descentralização mais ou menos largo que possa ser adoptado, não se deve perder de vista a necessidade de todos os órgãos nacionais se subordinarem ao Estado e à Lei, e a sua actuação ser objecto de vigilância e conveniente inspecção, sem perda, todavia, da sua livre iniciativa.

E este mesmo regime de descentralização administrativa (não de descentralização política, bem entendido, sobretudo em regime republicano) poderá tornar-se extensivo às Províncias Ultramarinas, dada a diferenciação de cada uma delas entre si e à diversidade que caracteriza os seus diversos grupos étnicos.

Mediante a descentralização, muitos problemas da vida local poderão ser rápida, clara e precisamente resolvidos sem a necessária hipertrofia dos órgãos centrais, nem a deslocação dos representantes locais em dispendiosas peregrinações pelos Passos Perdidos ou pelas antecâmaras dos Gabinetes Ministeriais.

Centralização nem sempre é, ou quase nunca é, como alguns alegam, rapidez, decisão, competência, porque não poucas vezes é, antes, irresolução, caos, improvisação, paralisia motora.

Entregar às Corporações locais, e não ao Estado, a maior soma possível de faculdades e de atribuições,

é a melhor forma de cultivar o civismo e o interesse dos povos pelos seus problemas.

E isto é verdadeira democracia, no melhor sentido desta discutida palavra.

RESPONSABILIDADE

No «Nosso ideário», figura como disposição, quase a finalizar, o seguinte:

«*Será tornado praticamente eficiente o princípio da responsabilidade para todos os que exercem funções públicas ou quase públicas, de que dependa o bem-estar moral ou material das pessoas ou da Nação.*»

Talvez poucas pessoas tenham prestado a estas aspirações a atenção que elas, indubitavelmente, merecem, ou tendo, de facto, atentado nelas, acabassem por perguntar a si próprios a que título apareciam elas, de alcance tão limitado, ali, no meio de princípios de larga projecção.

Se considerarmos o panorama do mundo, nestes tempos que vão decorrendo, podemos verificar que entre quase todas as pessoas investidas de autoridade reina uma completa ausência da noção de responsabilidade. E esta ausência chega a tornar a sua actuação verdadeiramente perigosa.

Desde o simples agente da autoridade policial que, na rua, dá ordens, não com o pensamento nas disposições legais, mas dominado apenas pelos seus sentimentos e reacções pessoais, até ao juiz que lavra uma sentença condenatória, a qual se verifica, passado

algum tempo, ter sido um erro terrível; desde o professor que classifica sem consciência o trabalho dos alunos, ou conduz sem critério pedagógico um interrogatório, até ao contínuo que, por descuido, perde a documentação de um candidato a qualquer lugar representativo do seu futuro — ninguém, em regra, sente o peso da responsabilidade, que deveria andar sempre ligada ao exercício de qualquer função, de que dependa o bem do público, considerado sob qualquer aspecto.

Quem pode, facilmente, incriminar o médico, o advogado, o engenheiro, etc., que, por *erro de ofício*, prejudicou gravemente, na vida ou na saúde, na liberdade, na fazenda, a pessoa que confiadamente se lhe entregou?

Se o simples agente da autoridade tivesse sempre presente que a cada acto seu, como autoridade, anda ligada uma determinada responsabilidade, que a todo o momento lhe poderia ser exigida pelo cidadão prejudicado, não assistiríamos a tantas coisas irritantes ou revoltantes, quase sempre acompanhadas do *quem manda sou eu.*

Se toda a gente soubesse que lhe assistia o direito (fácil e gratuito, mas também responsável e fundamentado) de apelar das decisões de um professor, de um chefe, de um patrão, estes seriam mais conscienciosos e cautelosos no manejo da vara do mando e não se ouviriam tantos clamores.

Se cada contínuo, cada amanuense, cada funcionário, ao receber um processo ou um requerimento, tivesse a consciência de que o seu pão quotidiano respondia por cada um desses papéis — esperança do

pão dos outros —, decerto não se registariam desaparecimentos, extravios, delongas e espera de meses nos respectivos despachos.

Podem dizer-nos que, às vezes, é impossível destrinçar responsabilidades. Mas isso só poderá afirmar-se na medida em que se pretender ocultá-las, porque desde que haja uma pessoa ofendida nos seus direitos, nos seus bens, na sua dignidade, tem de haver, concomitantemente, um responsável.

E ele aparecerá sempre, quando se estabelecer que, em casos obscuros, será responsável o chefe de repartição ou serviço, o director do estabelecimento de ensino, o superior hierárquico, no sector onde a ordem moral ou legal foi alterada.

Parecerá a alguns que não, mas a noção de responsabilidade efectiva anda estritamente ligada à forma de governo.

Em República, o povo é o soberano, e daí a responsabilidade ser totalmente dele em tudo o que acontece, porque é ele a nomear o Chefe do Estado, os deputados, os vereadores da Câmara, os vogais da Junta. E como tudo o mais deriva disto, não há responsabilidade porque o *povo não pode ser incriminado — é soberano.*

Por isso, em França, por exemplo, depois da sua queda em face dos exércitos alemães, não houve responsabilidade para os causadores da derrota. E voltaram ao Poder os mesmos Reynauds, os mesmos Herriots, Pierre Cots, Thorez e Blums.

A Bélgica, que é uma monarquia, encabeçou um responsável pelo mesmo motivo, embora tortuosamente, e devido a manejos partidistas.

Mal ou bem, o Rei é sempre o primeiro responsável do seu país.

Daí resulta que, no seu próprio interesse, em sua legítima defesa — digamos assim — se vê obrigado a dividir a responsabilidade (na medida em que ela é divisível) por todos aqueles a quem comete também funções de autoridade, de que ele é o representante máximo.

E daí uma rede de entidades responsáveis, donde só resulta benefício para o povo.

Quanto maior a noção de responsabilidade, tanto maior o cuidado com que cada qual exerce a função que lhe compete.

A Monarquia é o regime da responsabilidade e, portanto, o regime das garantias pessoais dos cidadãos.

AS LIBERDADES REAIS E O SEU EFECTIVO EXERCÍCIO

Liberdade e Poder são dois atributos de valor sempre directamente proporcionais entre si.

Quem mais poderoso é, sem dúvida de mais liberdade desfruta na vida.

Fundamentalmente, porém, todo o Poder procede de Deus, porque só Ele é Omnipotente, só Ele é o Todo-Poderoso.

Em consequência, teremos de aceitar que também só Deus é inteira e absolutamente livre, uma vez que a plenitude da liberdade tem de ser concebida em acumulação com a totalidade do Poder.

É assim, guardadas as devidas proporções, na ordem humana, e nem a inteligência nem a Revelação opõem qualquer obstáculo a que aceitemos esta noção lógica quanto à essência deste atributo divino.

Podemos, portanto, afirmar que toda a liberdade nos vem, igualmente, de Deus, e por isso a submissão do homem à lei divina, longe de representar uma limitação das suas liberdades, é antes a garantia de um estado espiritualmente cada vez mais livre, visto que à fonte das liberdades nunca alguém poderá ir buscar motivos próximos ou remotos de escravidão.

Há quem pense que o Poder não é de Deus que

procede, mas antes reside primariamente no Povo, pensando outros ainda que este seja apenas o depositário do Poder conferido por Deus.

Mas nós não acreditamos nem em uma nem em outra destas superstições político-filosóficas, e para isso temos fortes motivos humanos e mesmo sobrenaturais.

Quando Jesus Cristo, na presença de Pilatos, deixava sem resposta as perguntas que este Lhe dirigia, o governador increpava-o dizendo: — «Ignoras que tenho poder para Te mandar crucificar ou dar liberdade?» E o Réu retorquiu a isto: — *Nenhum poder teríeis em Mim, se não vos fora dado do alto.*

Dado do alto — frisemos — e não transmitido de baixo, quer directa quer indirectamente.

No aspecto sobrenatural, basta-nos esta afirmação de quem não podia enganar-se. Pelo lado puramente humano, quem um dia inventou esta teoria, tal como os que, ao longo das gerações, a têm glosado ou aplicado, procederam sempre tão em desarmonia com ela que, nos tempos modernos, o *Povo Soberano* é uma simples imagem poética ou mera figura de retórica comicieira.

Logo na raiz, partindo do princípio de que o Povo, no seu conjunto, era incapaz de mandar, ou incompetente para o fazer, impuseram a delegação do Poder que lhe atribuíram e de cuja posse ele, aliás, nunca se apercebeu nem no tempo nem no espaço.

Mas, por um lado, consideravam, para esse fim, povo apenas uma minoria a que deram a designação de *eleitorado*, e, por outro, atribuíram o direito de mandar apenas à maioria dessa minoria, cujas deci-

sões, ainda por cima desrespeitadas, acabaram por ser, em nossos dias e por toda a parte, objectos de burla, de troca e de traficâncias.

Nem poderia deixar de assim acontecer, porque *Poder incapaz* ou *Poder incompetente* são expressões absurdas, e Poder que endossa, sem termo, a sua autoridade, é Poder que a si próprio se anula.

Por tudo isto, não acreditamos em que o Poder reside no povo, mas sim em que ele procede de Deus, directamente *do alto*, sobre cada um dos que têm a missão de mandar, quer no Estado, quer nos grupos naturais anteriores ao Estado.

Em boa verdade, dificilmente se poderá dizer que as consciências, as famílias, as corporações, os municípios, etc., gozam de liberdades, se lhes não for atribuída uma fracção do Poder, ou, por outras palavras, se o Poder de cada nação — o agregado humano mais extenso — não for convenientemente *descentralizado*. É esta a chave do problema.

Não há liberdades autênticas sem o exercício concomitante de certos poderes, e este exercício só pode ser uma realidade quando o Poder está suavizado, está limitado.

E, agora, cabe perguntar-se:

— Qual será o regime político (símbolo e proprietário do Poder) que mais garantias pode dar de proporcionar a referida descentralização — garantia das liberdades?

Não será, decerto, o totalitário, porque esse, pelo contrário, procura concentrar em um grupo restrito, às vezes num só indivíduo, todo o mando, e absorver

todas as liberdades, incluindo a da própria consciência dos seus súbditos.

Também não parece que o possam ser as democracias, que começaram exactamente por destruir ou enfraquecer os agregados profissionais, as famílias, as repúblicas locais ou municípios, e acabaram por exercer violência sobre as consciências, invocando a sua necessidade de se defenderem e de evitarem a criação de *liberdades contra a Liberdade.*

As democracias, porque necessitam periodicamente de recorrer à grande burla designada por actos eleitorais, recusam largar de mão qualquer parcela de Poder, o que equivale a dizer que recusam outorgar, reconhecer ou respeitar qualquer liberdade concreta. E fazem-no para, na ocasião propícia, poderem os detentores do Poder figurar de generosos e amigos do povo, entregando-lhe então o que lhe era devido há muito e que os grupos naturais da nação teriam realizado à custa das próprias liberdades e do poder de realização de que seriam dotados.

Só o regime monárquico, porque o seu Poder é natural e independente da eleição e, portanto, de clientelas, está em condições de reconhecr e até de estimular as liberdades dos grupos naturais referidos, e de *deixar de fazer favores a alguns para poder distribuir justiça a todos* — fórmula que, parece, quanto mais é proclamada pelos outros regimes como lema da sua actuação, menos, na realidade, se sente que seja executada.

Só um regime cujo Poder não lhe tenha sido emprestado pode delegá-lo, em parte, operando a

descentralização, porque, mesmo no domínio privado, ninguém pode ceder o que possui por empréstimo.

É o exercício honesto das liberdades legítimas que cria homens activos, conscientes, ousados e empreendedores.

A falta de liberdades transforma-os em pedintes, abúlicos e incapazes, coisa que poderá servir à maravilha ao governante momentâneo, mas que seria uma catástrofe para o governante permanente e que se continua na sua descendência: — o Rei.

Por isto e pelo mais que já foi dito, à Monarquia cristã, paternal, limitada mas não diminuída nos seus poderes, compete a classificação de o *melhor regime político*.

Os factos do passado e do presente, devidamente interpretados, confirmam à saciedade essa classificação.

SÓ POR UMA AUTÊNTICA LIBERDADE

Não nos recordamos já a propósito de que acontecimento Rocha Martins dizia para Hipólito Raposo, nos tempos em que ainda era, como este, adepto fervoroso da Monarquia:

— Só tenho um caminho — ir para casa. Continuarei a bater-me pela liberdade.

E o castiço prosador de «Amar e Servir» respondeu-lhe, sem alterar a voz:

— Pois eu permaneço na trincheira. Continuarei a defender as liberdades.

O episódio é autêntico e foi-nos referido pelo malogrado dirigente do Integralismo Lusitano, tão devotado, ao longo da sua agitada vida, à luta pelas liberdades humanas, selando com os seus sacrifícios a fidelidade a um ideal a que entusiasticamente se dedicou.

E, apesar da disparidade de atitudes dos seus protagonistas, não será injúria dizer-se que, tanto um como outro, no fundo, aspiravam ao gozo do mesmo bem, divergindo apenas nos caminhos para o alcançarem e nos métodos de o conservar e o usufruir.

É que uns entendem sinceramente por liberdade a possibilidade conferida a cada cidadão de poder intervir directamente na designação do governo do

seu país, independentemente do grau de poder que por esse governo possa ser exercido.

Para outros, pelo contrário, o que menos interessa é aquela intervenção directa, pois mais importante do que isso é que o Estado ou os governos sejam limitados na sua actuação pelos direitos reconhecidos a outros agrupamentos humanos de grau inferior e, por consequência, às pessoas que os compõem.

Na verdade, que poderá servir a qualquer cidadão ter parte na designação dos governantes, se estes, uma vez instalados, e apenas por efeito desta sua qualidade, exercerem uma intervenção indiscriminada na vida social, profissional, espiritual, política e mesmo familiar de todos os cidadãos sem excepção dos que os designaram?

E não constitui remédio apeá-los e alcandorar outros, porque a questão não é de homens. O sucessor, e todos os sucessores, não actuarão em seu nome, mas em nome da lei, que se torna, dia a dia, mais absorvente nas chamadas democracias.

Que interessa a liberdade política, se, por mor dela, as liberdades pessoais se tornam cada vez mais restritas em vista de o Estado moderno alargar a sua influência a todas as esferas da actividade humana?

Em contrapartida, se todos os cidadãos souberem que no campo social a soberania do Estado está limitada pela das profissões organizadas, como o está no campo administrativo pela soberania dos Municípios, e no campo económico pela das Corporações, e no das actividades morais pelos direitos invioláveis e inalienáveis da Família e da Igreja, decerto se sentirão muito mais tranquilos no exercício das suas iniciativas,

e esta tranquilidade é que é, afinal, o reflexo da liberdade.

A verdadeira liberdade de cada um não consiste em poder fazer tudo o que quer, mas antes em estar ao abrigo de fazer o que não quer, ou de lhe fazerem os outros o que quiserem.

A primeira daquelas concepções de liberdade é característica do individualismo liberal que deslocou as fronteiras da limitação dos governos e as transferiu dos organismos sociais para os indivíduos, dando a estes ainda a liberdade de movimentos condicionada por tais organismos, menos para sua sufocação do que para sua protecção. E assim o homem, à força de ser libertado, foi deixado isolado e indefeso.

E, de degradação em degradação, todas as liberdades outorgadas ao indivíduo e provenientes da dissolução dos seus agrupamentos naturais têm ido a cair nas mãos do Estado, tornado assim senhor absoluto e discricionário das vidas, da fazenda, do pensamento e até da alma dos seus súbditos.

É a liberdade republicana, na sua expressão máxima, puro mito, sem concretização palpável, e trazendo, como consequência, na afirmação de Benjamim Constant, «a total submissão do cidadão, para poder a nação triunfar, e a conversão da pessoa em escravo, para o "povo" poder ser livre».

A intervenção dos cidadãos na governação pública, segundo este conceito, resume-se, afinal, a emitirem um voto, que raramente lhes é respeitado, cada quatro ou cinco anos, voto esse que, perdido entre a massa dos milhões de votos, fica destituído de qualquer significado. E daí o desinteresse, que se traduz numa

abstenção eleitoral cada vez mais volumosa, e a que só o enxertamento no sistema de motivos extrapolíticos e, ultimamente, com particular insistência dos de ordem religiosa, consegue ir dando alguma atenuação.

A segunda noção de liberdade é a que caracteriza a doutrina tradicional e orgânica. Ela põe limites ao próprio Poder Real e condiciona-o pelo procedimento recto e pelo respeito por todos os direitos fundamentais do povo — direitos concretos e consagrados pelo seu exercício e pelo acatamento de que sempre foram alvo.

Isto não significa que, sob o impulso de circunstâncias excepcionais, a acção do Poder Central não possa alargar-se até aos domínios das comunidades de grau inferior, mas isso terá de se fazer sempre com inteira anuência destas e sem desrespeito pela sua soberania peculiar.

Chamam alguns doutrinadores a esta forma de liberdade, «as antigas liberdades», e nada haverá que objectar a tal designação, desde que a tomemos, não no sentido de velhas, de ultrapassadas, de objectos de simples veneração histórica. Antigas, sim, mas no sentido de exercidas e respeitadas durante larguíssimos anos, e nunca substituídas satisfatoriamente. Antigas, sim, mas tal como o Sol que nos ilumina ou a Terra que nos sustenta, sempre actuais.

Não é de admirar que tanto um como outro dos interlocutores referidos, apaixonados pela liberdade, sob qualquer forma simbolizada, fossem igualmente adversários das ditaduras, sobretudo daquelas que, à força de durarem, procuram afanosamente perdurar.

Elas representam, em última análise, uma forma

de interferência mínima dos cidadãos no governo da Nação e uma forma de intromissão máxima do Poder Central, dos governos, nos diversos aspectos da vida dos seus súbditos. Um, solicitado pelo seu liberalismo e, porventura, pelo seu maçonismo, ingressou nas hostes republicanas; outro, esclarecido pela sua formação tradicionalista e católica, permaneceu onde sempre esteve, embora retraído, voluntariamente ignorado, mas sempre lutando, sem se deixar confundir com os seus inimigos de ontem, que também o seriam num amanhã em que pudessem pôr à prova, mais uma vez, a inconsistência dos seus ideais libertários.

A liberdade autêntica é só uma — é a que se traduz em realidades e não em abstracções; em benefício para todos e não apenas em baixas satisfações transitórias para alguns.

A exemplo de Hipólito Raposo, nunca esmoreçamos no combate pela sua conquista. E, mesmo nas horas de mais rude incompreensão, guardemo-nos de nos confundirmos com os caçadores de quimeras que, sem a noção do terreno que pisam, correm, a cada momento, o risco de se lançarem no abismo.

Ao lado destes jamais poderemos lutar. E, a caminharmos por eles guiados, preferiríamos, sem hesitação, estacionar, por mais longo que se presumisse ser o tempo de expectativa.

VI

REPRESENTAÇÃO NACIONAL

OS PODERES DAS ASSEMBLEIAS

Há uma diferença fundamental entre um ideário político e um programa de governação.

Enquanto aquele se cinge a um certo número de princípios que convém sejam tão sucintos quanto possível, para serem facilmente apreendidos e assimilados, e até para poderem servir de «slogans» de propaganda — o programa de governação já tem que ser levado a enfrentar questões de pormenor e a ajustar ao contacto das realidades e dos obstáculos os diferentes aspectos do corpo de doutrinas construído.

Ainda neste há que distinguir o programa honesto — aquele onde se anuncia apenas o que o estudo das condições sociais, dos costumes, etc. permite tornar viável e aplicável — e o programa desonesto — aquele que, para atrair adeptos, tudo promete, demagogicamente, mesmo o quase impossível, pois é isso exactamente o que mais atractivos encerra e mais adesões faz afluir.

Do tipo dos primeiros são os programas monárquicos; do tipo dos segundos são os republicanos, e, entre nós, os que ficaram conhecidos pelo epíteto desprimoroso de «bacalhau a pataco», são um exemplo histórico e não muito longínquo do que pode a má fé

dos políticos e a boa fé das multidões ignorantes.

Um dos pontos mais difíceis de um ideário monárquico é conciliar a tradição com a actualidade. Não é que uma e outra se oponham na sua essência, mas a verdade política nacional tem os seus direitos e a actualidade política mundial anda prenhe das mentiras democráticas, republicanas, comunistas, libertárias, ateístas, internacionalistas, progressistas e individualistas.

Assim, uma Assembleia de Representantes é sempre a expressão do direito nacional de fiscalização das actividades governamentais, de fazer ouvir a sua voz, de decidir, mesmo, em determinadas circunstâncias.

Nos regimes democráticos, diz-se que a sua Assembleia é deliberativa, ainda que no fundo os deputados não deliberem coisa alguma, limitando-se a cumprir as determinações dos directórios dos partidos em que estão filiados, directórios quantas vezes ao serviço do estrangeiro ou das forças inimigas do interior (maçonaria, plutocracia, etc.). E quando um deles consegue a maioria absoluta sobre os outros, à custa, muitas vezes, das maiores roubalheiras eleitorais, a governação transforma-se em ditadura, a que a Assembelia serve de simples capa, e que só tem sobre as autênticas ditaduras o benefício de se poder gritar: — «Ó da guarda!»

Mas, de facto, e em regra, as deliberações saem da Assembleia, os governos são seus mandatários e podem ser, por ela, demitidos. Das suas latas faculdades deliberativas, aliadas à incompetência que as caracteriza, tem resultado o caos em que tantos países se debatem, já se debateram ou virão a debater-se.

Nos regimes tradicionalistas, nas Monarquias autênticas, o governo compete ao Rei, aos seus ministros e aos seus Conselhos, mas a administração está entregue ao povo, por intermédio dos seus Municípios, das suas Corporações e Organismos de diversos graus. As Assembleias dos Representantes são, nestes regimes, designadas não-deliberativas.

Mas isso não significa estar-lhe vedado deliberar sobre qualquer coisa e que os seus membros se limitem a fazer discursos de louvor, de congratulação, de assentimento, e a aprovar sempre o que lhes é proposto pelo Governo. Assim, na aprovação da lei fundamental, em matéria de impostos, em matéria de paz e de guerra, de cessão ou aquisição de territórios, a Assembleia, legítima e não suposta (como nos regimes democráticos) representante da Nação, não pode deixar de ser deliberativa. Pode ser até que, num período de transição, esteja indicado outorgarem-se-lhe mais alguns poderes, porque não se deve ignorar nem desprezar a existência de um século inteiro de enganos e embustes designados por soberania do povo.

São, de facto, bastante mais deliberativas, no sentido rigoroso da palavra, as Assembleias derivadas do sufrágio orgânico (do puro, não do deturpado), ainda que, nelas, os seus poderes sejam limitados pelos outros poderes. Nas Monarquias autênticas, todo o poder é limitado — mesmo o do Rei —, o que livra os cidadãos das tiranias, e isso não é motivo para se dizer que o Rei não delibera. É mesmo neste regime, e só nele, que o Rei, embora não administrando, governa verdadeiramente.

Do mesmo modo, a Assembleia dos Representantes que preconizamos é limitadamente deliberativa, no âmbito da sua competência regulada pela lei fundamental da Nação, mas, dentro deste âmbito, é-o de facto, sem qualquer sofisma, escamoteação ou ludíbrio. E as suas deliberações obrigam o Governo, e até o Rei, porque este é o primeiro zelador do cumprimento das leis em todo o agregado nacional.

DUAS FORMAS DE ELEIÇÕES

Nós não somos contra o voto. Reprovamos, sim, o voto universal, isto é, a opinião de qualquer, *sobre tudo*, até, e principalmente, sobre o que ignora, como acontece nos regimes plebiscitários, condenados mesmo pelos melhores democratas, porque entendem que o povo é ignorante na resolução dos problemas transcendentes da governação pública. E como remendo do sufrágio inventaram os deputados, que são uns tantos, dados como competentes, nos quais os cidadãos incapazes podem delegar a sua incapacidade e, teoricamente, corrigi-la.

A nossa doutrina afirma que a representação nacional só ganha, só se valoriza, na medida em que se limite à consulta a cada um, sobre as matérias da sua competência. E em que matérias é que, em geral, todos são competentes? No foro profissional, no da administração local, no dos interesses familiares.

Daí para cima, sem dúvida, muitos outros serão competentes, quer no âmbito provincial, quer no nacional, mas então já se trata de escol, de selecção de capacidades, que não deixarão de ser apreciáveis e devidamente aproveitadas.

Também, segundo a nossa doutrina, os cidadãos estarão agrupados — não artificialmente em partidos,

criadores de clientelas e ávidos do Poder —, mas em organismos naturais: Sindicatos, Municípios, Províncias, Corporações, etc., a que se dá a designação de Corpos Intermédios, porque, possuidores estes Corpos de uma certa fracção de autoridade para resolverem os seus problemas específicos, são realmente intermediários ao Poder Central e ao Povo, tornando muito mais branda e moderada a autoridade e garantindo o exercício efectivo de um certo número de liberdades.

Todos os que pensam, mesmo honestamente, que entre ditadura e regime de partidos, não há outra solução, mostram o seu erro profundo e a sua ignorância das coisas políticas, confundindo totalitarismo com democracia orgânica — a democracia autêntica.

Sabemos bem que estes princípios corporativos foram abusivamente usurpados pelos regimes de partido único, essencialmente plebiscitários ainda por cima e, portanto, cultivando o erro sufragista muito mais do que tradicionalmente o faziam os regimes de pluralidade partidista, e aquele abuso tem levado muita gente a antipatizar cegamene com o sufrágio orgânico.

Mas a chave da autenticidade de representação nacional pelos Corpos Intermédios, livremente eleitos pelo Povo, reside no cumprimento de alguns requisitos fundamentais, sem os quais não haverá independência política.

É assim que a representa:ão nacional deverá abranger todas as comunidades locais, profissionais, sociais, universitárias e culturais, tornando-se, por assim dizer, uma fotografia fiel do conjunto das actividades nacionais.

Num mundo a tender cada vez mais para a especialização, não faria sentido que qualquer destes representantes fosse além dos assuntos em que é competente, salvaguardando-se o princípio de que o Bem Comum não é resultante, precisamente, da soma dos interesses privados, e não pode, por isso, ficar subordinado a estes.

Paralelamente, o Estado não deve tentar servir-se da representação nacional e transformá-la em cliente do Poder, porque então, em vez de ele ser claramente informado da situação real e dos problemas dos diferentes Corpos da Nação, seria apenas constantemente lisonjeado e aplaudido.

E desde que seja assente como princípio fundamental da orgânica constitucional que não haverá lei sem a aprovação do Povo, nem a haverá sem o consentimento do Rei, devidamente assistido e esclarecido pelos seus Conselhos, e pela noção, que nele é natural, do Interesse Nacional, a participação efectiva do Povo na Administração é real e muito mais eficiente do que em qualquer regime de partidos.

Se adicionarmos a isto que os diversos Corpos vivos da Nação estão no direito de substituir periodicamente, nos órgãos legislativos, os seus representantes que se mostrarem infiéis, inactivos ou incapazes, é fora de dúvida que a nossa concepção de democracia é bastante superior à pulverização e inconsciência do voto que caracteriza a democracia individualista ou do sufrágio universal.

O sistema partidista vicia o sufrágio, porque confunde a representação social, regional e económica com uma ideologia política, à qual acaba por se

sobrepor e fazer esquecer os reais interesses da vida nacional. Faz assentar a política na ideologia e não no Bem Comum. É por isso que o Sindicalismo sempre foi adversário da Democracia.

E, igualmente em harmonia com este raciocínio, pôde um dia Charles Maurras dizer que pouco haverá que mudar no sufrágio universal. Haverá, sim, que alterar a sua competência. Em vez de pretender dirigir a Nação, o sufrágio deve tender para a representar. Deve eleger representantes e não governantes, o que significará não suprimir o sufrágio, mas reorganizá-lo.

Recusá-lo ao nível do Estado, organizá-lo e desenvolvê-lo ao nível da representação profissional e local, tal é o nosso ponto de vista.

E como se pode fazer a selecção de valores para os diversos órgãos da Governação? A actividade dos representantes nos Órgãos Intermédios, a existência de Assembleias Provinciais e duma Assembleia Nacional, dão garantias plenas de escolha frutuosa, baseada não apenas no palavrório oco a armar à captação do voto inconsciente, mas, acima de tudo, nas faculdades de estudo e de realização de cada um, no valor profissional e administrativo, na capacidade de oposição aos abusos da burocracia e da tecnocracia, de que tanto enfermam os regimes totalitários e ditatoriais.

IMPORTANTE PROBLEMA POLÍTICO

Não será exagero afirmar-se que a forma de representação nacional constitui o mais importante problema político posto à consideração dos cidadãos, porque se relaciona com o modo como eles serão solicitados a participar na governação pública e na fiscalização dos actos do Poder.

Não admira, portanto, que à roda dos diversos modos que esta representação pode revestir, se tenha desenvolvido em todos os tempos um interesse primacial, levando as concepções de uns a concretizarem-se na representação do indivíduo, da massa amorfa, no sufrágio universal, e as de outros a orientarem-se para a representação dos grupos naturais, na Nação organizada, ou seja, no sufrágio orgânico.

Como é humano, cada uma destas concepções admite diversas modalidades, tantas quantas o permitam a imaginação humana e a experiência dos inêxitos sofridos.

No campo do sufrágio orgânico, não há ocasião de falar em inêxitos, porque nunca ele foi posto em prática nos nossos tempos, ao contrário do que sucede no do sufrágio universal, onde falar de inêxitos é uma espécie de eufemismo, visto que aos seus repetidos

insucessos mais se pode aplicar a designação de decepções, se não mesmo de total ruína ideológica.

Não se infira destas palavras que a concepção do sufrágio orgânico seja puramente teórica, uma vez que se baseia na tradição nacional e na realidade da existência de agrupamentos naturais da sociedade, tão actuais hoje como sempre.

O Dr. Mário Saraiva, com fortes e já antigas responsabilidades em matéria doutrinária, formulou a hipótese de uma variante que, não deixando de considerar o Município como a base da representação política — chamemos-lhe assim, por comodidade —, permitisse torná-la mais larga e expressiva para os concelhos mais populosos.

Quanto a nós, esta fórmula, além de particularmente inteligente, não foge à ortodoxia do pensamento integralista, e se alguém quisesse acusá-la de transigência com o «número», não seria difícil responder-lhe, como primeiro argumento, que o «número» também é uma realidade que não queremos nem podemos esquecer, para não incorrermos no mesmo erro de que acusamos o individualismo: o menosprezo das realidades humanas e das realidades nacionais.

Mas nem sequer há sombra de transigência com o individualismo, ao aceitar-se que a representação dos Municípios seja harmónica com a sua importância populacional, que o mesmo será dizer, com a sua importância no conjunto nacional.

Seria, pelo contrário, bastante mais estranho atribuir-se uma importância representativa a um concelho rural igual à que se atribuísse aos de Évora e Coimbra, aos de Lisboa e Porto.

Assim, atribuindo-se aos Municípios um número de «deputados» variável com a sua categoria, parece-nos estar inteiramente dentro dos princípios da representação nacional feita por intermédio deste agrupamento fundamental, e cremos que não possa haver séria objecção à sugestão feita.

Até pode acontecer que alguns individualistas de boa fé (que ainda os há, apesar de tudo) achem que dessa maneira a distância que os separava de nós fica consideravelmente encurtada, dando, assim, plena razão ao nosso propósito de, na Monarquia de amanhã, haver lugar para todos os homens de boa vontade e de boa fé, mesmo republicanos, porque o que poderá, então, unir-nos, será muito superior ao que possa surgir a procurar separar-nos.

SUFRÁGIO ORGÂNICO, SIM. MAS...

Segundo a opinião de alguns «videntes» da política nacional, deverá, num futuro breve, caminhar-se para a institucionalização do regime corporativo, saindo-se, assim, da experiência até agora existente e de há anos ensaiada.

Embora ignoremos o grau em que estas opiniões representam apenas a inclinação, as tendências, os desejos, até mesmo o palpite das pessoas que as exprimem, vale a pena dedicar-lhes algumas considerações, pois o tema é sempre merecedor de atenção, mesmo quando o pretexto possa revelar-se insubsistente. O silêncio a este respeito poderia ser tomado à conta de adesão total e geral à «facilidade» com que foi exposto o pensamento de adopção de novas fórmulas político-sociais, sem o sustentáculo doutrinário e docente, há tanto tempo reclamado pelos mais previdentes e prudentes.

Naturalmente, ninguém, por mais mal-intencionado que fosse, esperaria que nesta tribuna se estranhasse ou condenasse essa evolução da situação política resultante do 28 de Maio. Sempre a considerámos lógica e necessária, fazendo incidir as nossas críticas essencialmente, e quase exclusivamente, sobre a democratização e a republicanização do regime, realizadas com

desvio aterrador da doutrina proclamada pelos seus dirigentes mais responsáveis e das bases fundamentais sobre que ele se constituiu. Será por motivos semelhantes a estes que muitos doutrinadores proclamam não ser a política dos povos orientada pela lógica, mas apenas por conveniências, interesses e ambições, a que outros chamam, cinicamente, «as realidades», as quais, quando não esbarram com um poder independente e forte que lhes possa servir de freio e de árbitro, facilmente perturbam, corrompem e imperam.

Por isso, temos dito e diremos «apoiado!» a tudo o que seja substituir na vida política portuguesa os princípios nefastos da Revolução Francesa, pelos outros da nobre tradição portuguesa, verdadeiros, honestos e naturais, garantidos por uma experiência secular que apenas necessita de ser adaptada às circunstâncias contemporâneas da vida social.

MAS, não podendo deixarmo-nos embalar por palavras sonoras, nem por retóricas balofas de alguns ignorantes encartados e diplomados, não aceitamos a designação de «corporativismo» para qualquer coisa que dele só tenha o verniz exterior e em camada tão leve que o mais ligeiro contacto com a aspereza das realidades o faça estalar sem possibilidades de restauro.

É que, em nossa opinião, para se entrar afoitamente em regime corporativo, necessário é, além do consciencioso trabalho de esclarecimento das duas últimas gerações chegadas à vida e privadas já da doutrinação do Integralismo Lusitano (a doutrina corporativa portuguesa), proceder-se a uma remodelação profunda dos inúmeros aspectos da vida nacional,

dando-lhes autonomia, noção das responsabilidades, consciência e independência.

Assim, perguntamos:

Poder-se-á conceber uma representação de Municípios num país, onde todos os presidentes destes órgãos da administração local são nomeados pelo Poder Central? Seria, então, destes funcionários que sairia um representante (possivelmente sugerido por aquele mesmo Poder), a quem, em última análise, competiria defender dos actos e dos excessos governamentais os interesses locais e os direitos dos povos, de quem, em teoria apenas, se poderia dizer delegado?

Compreende-se, desta maneira, que, para institucionalizar o regime corporativo, seja uma das primeiras medidas prévias a tomar a modificação do actual Código Administrativo, restituindo às «repúblicas» locais a sua autonomia, de que há tanto estão privadas. De resto, desde que se elimine o «bluff» das eleições gerais, deixará, naturalmente, de interessar ao Poder Central tudo o que constitua centralização e, portanto, domínio e coacção.

Poder-se-á admitir uma representação de Universidades, por intermédio dos respectivos reitores ou mesmo dos directores dos diversos estabelecimentos de ensino, se tanto uns como outros são nomeados pelos Governos, e até estes últimos deixaram de ser representantes dos Conselhos Escolares junto das entidades superiores, para serem antes delegados destas junto daqueles? Acresce, neste campo, o divórcio completo dos estudantes em relação à vida escolar e cultural, o que tem tornado a Universidade quase inteiramente em repartição antipática de que se foge apres-

sadamente, para nunca mais voltar, quando se sente o «canudo» do diploma debaixo do braço.

Poder-se-á aceitar como boa uma representação do trabalho, por intermédio de Sindicatos sem força nem atribuições reais, e sujeitos à aprovação dos seus corpos directivos pelos Governos, quando não são, inclusivamente, submetidos ao regime de Comissões Administrativas, por estes mesmos nomeadas?

Por fim, poder-se-á fazer representar a Produção, por intermédio de Grémios, em idênticas condições das referidas para os Sindicatos, ou por Juntas ou Comissões Reguladoras, que são outras tantas repartições públicas, dirigidas por funcionários, cobradoras de taxas, agentes de fiscalização e concessoras de licenças e autorizações?

A essência de um regime corporativo é a mesma da de um regime democrático, e pode sintetizar-se na criação de limites ao exercício do Poder Central, mercê da fiscalização dos actos deste, do zelo pelo cumprimento das leis que a todos, mesmo ao Poder, obrigam, e do condicionamento de autorizações para as realizações que impliquem sacrifícios gerais conducentes ao Bem Comum.

Ora, tudo isto só é de possível realização quando os cidadãos a quem é cometida esta difícil e espinhosa, mas também honrosa, missão, se sentem a coberto das humanas e inevitáveis más vontades que a sua actuação possa suscitar nos poderosos ou nos detentores do mando. E também quando aqueles possuem noção segura da sua independência e sentem atrás de si o conforto e o apoio de organismos fortes, conscientes da sua missão, e incapazes de deixarem

imiscuir vinte e cinco, na sua Casa, destinada a albergar apenas vinte e quatro...

Assim, poderemos ter Corporatismo, e poderá ser institucionalizado de forma a inspirar confiança, a criar civismo, a garantir um sadio progresso social e nacional. Reconhecemos que a passagem de um regime de desordem para outro de ordem; de um regime de licença para outro de autoridade; de um regime de mentira para outro de verdade, não pode ser obra a efectuar bruscamente, quer no tempo, quer na aplicação ideológica. E, por isso, a intervenção dos Governos e o estabelecimento de situações transitórias se torna uma necessidade legítima ou, pelo menos, uma conveniência desculpável.

MAS, impõe-se proclamar, desde já, o que se deve entender por regime corporativo normal, sem mesclas de acção ditatorial, nem confusões com partidismos políticos mais ou menos numerosos.

Que não se saia do anacronismo do sufrágio universal, para se cair em mistificações do sufrágio orgânico, desacreditando este e contribuindo para a reabilitação, por natural reacção das massas, do sistema democrático, que a inteligência repele, que o raciocínio não aceita e as realidades da experiência contemporânea em absoluto condenam e desacreditam.

A REPRESENTAÇÃO NACIONAL

I — O SUFRÁGIO UNIVERSAL

O problema da representação nacional é um dos problemas mais delicados em todos os sistemas políticos.

De facto, desde o seu próprio enunciado — a dar o sentido de uma substituição de pessoas ou entidades por outras pessoas, junto de terceiras pessoas ou junto de outras entidades — até à sua realização prática, pela indicação de quem tem categoria para representar e para ser representado, e como se efectua a transmissão do mandato, o problema é eriçado de dificuldades.

E não falamos já nos obstáculos a vencer pelos representantes honestos para bem se desempenharem da sua missão, dado que cada um deles representará diversas pessoas, e cada uma destas o terá na conta de delegado seu para a defesa dos seus pontos de vista e dos seus interesses, e se sentirá burlada se assim não acontecer.

Se considerarmos a Nação constituída por simples indivíduos, não há dúvida que a representação nacional só poderá ser autêntica na medida em que cada

um de todos os indivíduos nacionais for chamado a dar a sua representação. É o *sufrágio universal.*

Mas, para que esta representação fosse autêntica, mesmo dentro do critério individualista, seria necessário que «todos» os indivíduos dessem essa representação, e não apenas o chamado «corpo eleitoral» (muitas vezes apenas uma parcela da população), e seria necessário ainda que o «mecanismo» da manifestação da «vontade popular» em circunstância alguma a traísse ou a desprezasse.

Seria preciso, finalmente, para que tudo isto se revestisse de autenticidade, que entre os representados e os representantes não se metessem de permeio essas organizações de interesses e de assalto ao Poder, denominados «partidos políticos», e que todo o processo de representação fosse efectuado com conhecimento de causa, com calma, em ambiente não perturbado por paixões, por lutas de ambições, pelos excessos e mentiras da «propaganda».

Os partidos políticos são, pelos seus fins e pelos seus meios, no dizer de Jesus Fueyo, «corpos antidemocráticos que sequestram o Poder dentro da constituição formalmente democrática». Já se tinha dito as piores coisas destes organismos políticos, mas nunca ninguém havia sonhado apelidá-los de antidemocráticos.

Pois este jurista espanhol afirma que eles «surgiram por toda a parte, do desenvolvimento ou da consolidação das organizações de reclamo estabelecidas para a provisão por sufrágio de cargos públicos, para a formação de convenções ou para a constituição de assembleias parlamentares, e que o Estado é, para os

partidos, uma colossal rede de posições de poder, de influência e de lucros, na qual se entra por direito de conquista eleitoral».

E a tal ponto os partidos dominam a representação individualista que o princípio desta representação acaba por ser falseado, e o eleitor não designa qualquer representante por ser pessoa merecedora da sua confiança, graças às qualidades morais ou intelectuais que possui, mas apenas porque é o candidato de um partido e está vinculado à sua disciplina e à sua ideologia.

Os partidos, pelo culto do ódio político a que se entregam e pela sementeira de rivalidades que fomentam, são verdadeiros agentes da guerra civil, primitivamente nos espíritos e depois nas ruas e nos campos de batalha.

Se da pluralidade de partidos passarmos ao partido único, veremos que também este filia a legalidade da sua existência no sufrágio universal, e é tão escravo da mentalidade partidista como aqueles que toleram a concorrência e promovem as lutas partidárias. São suas características a limitação do círculo dos dirigentes, os quais, com ligeiras variantes, são sempre os mesmos, e, além disto, também o burocratismo, o profissionalismo político e a subordinação dos princípios aos interesses da organização—tudo em comum com o que reina no sistema pluripartidista.

Mas, independentemente dos malefícios dos partidos, o sufrágio universal é, em si, um absurdo, porque além de negar representação aos analfabetos e à juventude, etc., exclui ainda, muitas vezes, categorias inteiras de cidadãos, pondo-os à margem da sociedade

política, o que lhe tira logo as características de universal. Além disso, não reconhece a realidade das diferenças morais, intelectuais, etc., tudo nivelando pela rasoira da chamada igualdade, duma igualdade inexistente e impossível de existir.

O processo do sufrágio universal está há muito inteiramente instruído e a sentença condenatória foi também, a seu tempo, pronunciada com ciência e consciência.

Nunca é de mais repetir-se que, perante ela, vale tanto a opinião (o voto) do sábio como o do ignorante; o do virtuoso e honesto como o do devasso e desonesto; o do ladrão como o do homem honrado. Tudo é reduzido a números, e estes somados para darem a desejada maioria. E a parte dos representáveis que não alcançou a maioria? Esses, constituem a chamada minoria, à qual não são reconhecidos direitos políticos e fica, na maior parte dos casos, sem representação.

Por todos os seus defeitos, a representação nacional baseada no conceito individualista, não é, de forma alguma, a representação nacional autêntica, mesmo que ela fosse capaz de se abster de burlas, de habilidades e de atropelos.

Nem mesmo com os remendos do voto de qualidade, e da representação de minorias, a Nação pode alcançar, por este sistema, a realização do direito de todos intervirem naquilo que a todos interessa — a vida pública.

Daí o sistema partidista ter caído por toda a parte no maior descrédito e ter sido causa do aparecimento das ditaduras, com suposto remédio para a crise de autoridade do Estado e para o mal-estar social, perante

o qual o parlamentarismo provou a sua rotunda incompetência. Remédio suposto, dizemos, porque, a par de alguns alívios iniciais — não por sua virtude própria, mas, principalmente, pela eliminação dos partidos e da excitação eleitoral e ainda pelo afastamento das clientelas vorazes —, logo se fizeram sentir malefícios maiores, ligados a excessos de autoridade, a carência de liberdades, e, como o sistema eleitoral se manteve em vigor, novas clientelas surgiram, e com elas a sementeira de ódios, de paixões, e as lutas fratricidas.

A incultura das massas e a acção negativa dos chamados órgãos de opinião pública, na sua maioria mais ou menos enfeudados às forças do dinheiro que tem no sistema partidista o seu ambiente predilecto, não tem permitido que o sufrágio orgânico seja encarado como a expressão humana daquela autenticidade de representação.

Só uma «élite» disso se tem apercebido, e os meios de difusão do seu pensamento são muito reduzidos e reprimidos.

II — O SUFRÁGIO ORGÂNICO

Vimos que, para uns, a comunidade nacional é apenas a soma aritmética dos indivíduos com iguais direitos. E teria uma vontade, a manifestar-se por «sufrágio universal» das vontades individuais.

Há, porém, outra concepção, segundo a qual a comunidade nacional é de sentido plural e orgânico e baseado na existência de instituições chamadas

menores, e a representação nacional, parte de uma base corporativa, por forma que não são representados os indivíduos, mas as instituições ou corporações, nas quais vigora, por sua vez, um «sufrágio orgânico».

Este sufrágio orgânico não exige propaganda para se manifestar ou efectuar, pois todos os que nele participam são plenamente esclarecidos sobre os seus interesses e sobre quem melhor os poderá zelar e defender. E também não exige, por isso, a formação de «partidos», como órgãos intermediários à «vontade nacional» e à sua representação final. Mas nada se opõe a que aqueles grupos menores se agreguem em ligas ou federações, ou os indivíduos procurem novas agremiações, segundo a comunidade dos seus interesses (cooperativas de consumo, de habitação, etc.), as quais poderão ter, assim, o carácter de grupos intermediários aos indivíduos ou aos grupos menores e superiores.

Desta maneira, a Assembleia dos Representantes, ou Assembleia Nacional, funcionará como um «órgão de órgãos», constituído pelos representantes das instituições elementares da comunidade nacional. E estas instituições elementares são, fundamentalmente, a Família, o Sindicato, o Município e outros organismos a estas equiparados, como as Universidades, os grupos culturais, religiosos, desportivos, etc.

É nesta última concepção que baseamos a Monarquia futura, e por isso dizemos que ela será, além de «popular» (por se apoiar no consenso dos grupos menores ou populares da Nação), também «representativa», porque terá como expressão política a repre-

sentação dos grupos naturais, e ainda «limitada», porque a autoridade do Rei será limitada pelas liberdades próprias destes grupos, exercidas no âmbito da sua inviolável influência.

Disto resulta a Monarquia tradicional ser — na expressão de L. S. Agosta — «a representante dos interesses e da vontade permanente da Nação, consolidada na História, consentida consuetudinariamente e revalidada na sua instauração, como o órgão representativo da comunidade nacional, tal como esta se projecta no passado, no presente e no futuro, com uma responsabilidade histórica e um destino comum».

Por um lado, a Monarquia representa a Nação como valor histórico; por outro lado, a Assembleia dos Representantes tem a delegação da vontade e dos interesses actuais do povo. E da aliança e entendimento destas duas instituições se alcança um justo equilíbrio entre o permanente e o transitório, entre o histórico e o actual, o unitário e o plural, o vinculado ao destino eterno da comunidade nacional e o que se manifesta pelas exigências e necessidades quotidianas.

Enquanto o sufrágio universal ignora que a igualdade original dos homens está perturbada por diferenças de educação, de inteligência, de carácter, de qualidades de trabalho e de valor moral, o sufrágio orgânico reconhece, pelo contrário, essas diferenças, mas não lhes atribui valor de maior importância na comunidade nacional, porque cada um só é solicitado a actuar no quadro da sua competência. Mas a todos é reconhecida a condição humana e nacional, e, por

isso, o direito de intervirem activamente na administração pública — no que é de todos e a todos afecta.

É, além do mais, um processo inteligente de fazer prevalecer a opinião e a vontade das chamadas minorias selectas sobre o arbítrio caprichoso e volúvel das massas desorientadas ou mal orientadas. Não nega a ninguém a participação responsável na vida pública; pelo contrário, vincula todos a essa participação e dá-lhes dela consciência perfeita.

O voto familiar incute uma noção de responsabilidade para com os vizinhos, tal como o voto emitido por um grupo profissional, sem intuitos políticos, vem sobrecarregado de responsabilidade moral, e o de uma Universidade ou de qualquer outra corporação cultural não se pode desligar de uma grave responsabilidade intelectual.

Desta sorte, a massa sofre uma hierarquização no sentido de conferir a cada pessoa certa dose de responsabilidade social e o sufrágio vai-se depurando por uma cadeia de selecções.

E ninguém poderá dizer que a Assembleia dos Representantes não é uma autêntica representação do povo. Estarão nela representadas as corporações e as associações naturais pelo povo constituídas, as quais, por sua vez, têm a representação de cada indivíduo, como chefe de família, como elemento de uma autarquia local (freguesia ou município), como membro de uma profissão organizada em sindicatos e mesmo como possível participante da actividade de outros organismos já referidos.

Naturalmente, uma estrutura desta natureza não pode nascer perfeita ao primeiro jacto, nem pode ser

isenta de defeitos logo nos seus primeiros tempos, tanto mais que determinadas tentativas, sinceras ou não, de sufrágio orgânico, foram envenenadas por dois vírus, qual deles o mais nocivo: o do sufrágio universal e o do totalitarismo, e deturpadas pela «glória de mandar». E, assim, degeneraram activamente, até se terem tornado caricaturas de um processo, o mais inteligente, de representação política e social. Por outro lado, é preciso educar corporativamente, porque por cima da estrutura jurídica, qual esqueleto imprescindível e fundamental, é necessário um ambiente de adesão colectiva por parte das forças sociais.

Sem o apoio da consciência comunitária, uma tal estruturação resultaria perfeitamente inútil, por desenraizada e, consequentemente, artificial.

OS CORPOS INTERMÉDIOS

A concentração do Poder na pessoa de um só governante é princípio condenado não só pela sã filosofia política, como também pela simples e esclarecida razão humana.

O processo inicia-se, nas democracias, pela tirania do número, pela tirania irresponsável de muitos, a preceder a tirania de um só, visto em tais regimes tudo estar na dependência do voto, das organizações partidárias, da prática eleiçoeira, como é da própria essência da sua natureza.

Daqui à anarquia, à desordem total, vai apenas um passo, e desse passo, as Repúblicas só têm podido defender-se, exactamente à custa da referida concentração de poderes, recorrendo às ditaduras mais ou menos totalitárias.

Porém, outro tanto não poderá acontecer na Monarquia popular, por que nos batemos, pois nelas o povo está inteiramente ao abrigo desta «glória de mandar» dos ambiciosos, pela própria existência de órgãos intermédios, revestidos de autoridade, não só efectiva em si, como também limitadora e cerceadora dos possíveis abusos do Poder Central ou dos seus agentes.

Ao exercício desta autoridade anda ligado o usufruto das liberdades locais, das liberdades profissionais, das liberdades económicas. São os Municípios, são os Sindicatos, são as Corporações — as autênticas Corporações — que dentro do seu âmbito desfrutam de parcelas de soberania, tão zelosamente respeitada pelos outros poderes como orgulhosamente defendida pelos seus dirigentes.

São estes Corpos Intermédios os autênticos representantes, porque representantes naturais, do Povo, da Nação, defensores dos seus interesses, do seu bem-estar, das suas liberdades. São, em boa terminologia política, as «repúblicas da Monarquia», os depositários das liberdades públicas e individuais, por seu intermédio inteiramente vividas, respeitadas e fomentadas.

Pio XI, na sua encíclica «Qudragesimo Anno», preconizou a reforma da vida colectiva através da reconstrução destes Corpos Intermédios autónomos, de sentido económico e profissional, «não impostos pelo Estado, mas de direito próprio», e afirmou que «seria injusto e gravemente perturbador da ordem social atribuir a uma maior e mais alta sociedade aquilo que pode ser feito pelas comunidades menores e inferiores».

E João XXIII, na encíclica «Mater et Magistra», diz mesmo: «Julgamos necessário que os Corpos Intermédios... gozem de eficaz autonomia em face dos poderes públicos... Não é menos necessário que estes Corpos se apresentem como uma verdadeira comunidade. Significa isto que os seus membros hão-de ser considerados e tratados como pessoas e estimulados a participarem activamente na vida deles».

É a possibilidade de a Nação colaborar sob esta forma no exercício do poder, a que alguns sociólogos dão o nome de liberdades públicas. Nesta forma de participação, a sociedade organizada exprime pelas Corporações as necessidades reais, objectivas, concretas, de cada âmbito em que elas se manifestam.

Não há sufrágio universal a exprimir fantasias individuais, criações da imaginação ignorante e incompetente. Há, sim, sufrágio orgânico, limitado, diferindo do outro essencialmente, não apenas no nome, mas nas qualidades de competência, interesse e recta intenção que o anima, e, por consequência, da importância de que realmente se reveste.

Cada cidadão adquire o direito de votar nos Corpos Intermédios a que pertence. E este seu direito de voto torna-se extensivo à faculdade de designar representantes, não só perante a Corporação, como perante o Estado, sempre que estes não sejam directamente indicados pelos Conselhos eleitos.

Os Corpos Intermédios são, na sociedade organizada, os agentes efectivos da distribuição do Poder, evitando que ele se concentre demasiado nas mãos de quem o exerce superiormente.

Só a Monarquia, adoptando-os e perfilhando a sua existência e perfeito funcionamento, é capaz de assegurar à colectividade um futuro de liberdades e de autoridade, humanamente harmonizadas, sob cujo signo os povos vivam com a dignidade que lhes é própria e de há muito deixaram perder.

PARTIDOS?! NÃO!

O processo do sufrágio universal está, há muito, devidamente instruído, e, à face da inteligência contemporânea, condenado sem apelo nem agravo possíveis.

Mas as sucessivas *lavagens do cérebro* que os adeptos do diabólico sistema de partidos constantemente aplicam às massas ignorantes, incultas e cheias de boa fé, obrigam a que, oportuna e importunamente, se aborde este tema, e que também constantemente insistamos na doutrina clara, pura, objectiva da sua condenação.

Entre nós, não faltam arautos da desgraça a tecerem o panegírico dos regimes partidistas, a proclamarem a democracia, parece que em oposição à democracia orgânica que foi sempre doutrina oficial, até há pouco tempo, pelo menos. E visionam primaveras políticas, num entusiasmo saudosista e anacrónico por lutas parlamentares, em que a vítima foi sempre a Nação. Até já se preconizou, numa ostentação de primarismo político, a nossa integração nos ventos que sopram do Ocidente Europeu, como se todos nós não estivéssemos a assistir, aterrados, à passagem do tufão, insalubre e demolidor, vindo dessas bandas e que não poupa nem pessoas nem bens.

Não era, decerto, ao vento moderado e renovador que vem, agora, soprando da vizinha Espanha, a que esses palradores se queriam referir, porque esse vento, para eles, não terá, naturalmente, feição... ocidental.

Bem sabemos que, uma vez aceite o sufrágio universal e as eleições de deputados, com base em representação individualista, é muito difícil obstar à formação de partidos, e a experiência dos últimos trinta anos, no nosso País, é suficientemente eloquente a respeito dos tratos que tem sido possível dar à imaginação e dos recursos a que foi necessário lançar mão para manter arredados da governação pública essas minorias partidistas que se criam, ressuscitam e se multiplicam a quando de cada consulta eleitoral.

Enquanto não se der às autênticas forças nacionais a qualidade de representantes da Nação, dos seus valores morais e espirituais, do seu trabalho e da sua produção, da sua tradição e dos seus interesses locais e familiares, a fauna dos partidos não cessará de medrar à custa do alimento próprio que, de quatro em quatro anos, lhe é facultado, ainda que hiberne, felizmente, nos períodos intermédios.

E a parte sã da Nação, a que soube compreender a lógica das verdades proclamadas pelo Integralismo Lusitano, depois vitoriosamente adoptadas por Salazar, pergunta, evidentemente preocupada:

Iremos nós entregar à voracidade das clientelas partidárias o património financeiro laboriosamente acumulado em quarenta anos de sacrifícios de todos?

Iremos nós assistir à dissipação, em novos trinta suplementos do «Diário do Governo», de um equilíbrio

orçamental que há tanto tempo garante a relativa estabilidade da nossa moeda?

Se não foi possível, até hoje, *fazer justiça a todos*, poderemos esperar que isto seja conseguido em plena disputa dos partidos, ansiosos por fazerem sentar os seus marechais e os seus filiados à mesa farta do orçamento?

Iremos nós ceder aos desmandos do socialismo e do anarquismo, a produtividade da nossa economia, já de si tão débil, porque não tem mercados extensos nem investigação técnica ou científica?

Teremos de imolar à opressão democrática, na sua total pureza (ou impureza...), as poucas liberdades reais que ainda usufruímos, sacrificando-as às bacanais e às orgias desordeiras anteriores a 1926?

Não! Em política não se anda para trás. E regressar ao sistema anacrónico de há 40 anos, sem tirar nem pôr, seria, positivamente, andar para trás.

Não podemos atraiçoar o sangue, o suor e as lágrimas, vertidos ao serviço do nosso Ultramar, deixando que nele tripudiem os agentes internacionais, à sombra do falso direito dos povos a escolherem o seu destino.

O período de quarenta anos que temos vindo a viver, se não pôde ser eliminador suficiente das toxinas revolucionárias, que ao menos não tenha sido incubador de novos vírus, produtores de tóxicos ainda mais nocivos.

É que certos abencerragens do sufrágio universal, durante muitos anos camuflados de nacionalistas, de religiosos e, até, de salazaristas, julgam ter chegado a hora *de dar de beber à sua saudade*, agora que uma

vontade forte se apagou e deixou de os dominar, a *bem da Nação.*

E também alguns fracos, possuidores de uma doutrina de verdade política, municipalista, tradicional, monárquica, corporativa, parecem incapazes de a defenderem, e dir-se-ia estarem prestes a capitular, por falta de coragem para a luta, para a defesa dos seus princípios, a todas as horas e em todas as emergências.

Mas nós, nesta hora, interpretando o sentir de muitas centenas de milhares de portugueses monárquicos, clamamos:

Não! Não queremos partidos!

Não aceitamos que a Verdade e o Direito se possam definir pela maioria de votos das massas, dos ignorantes, dos maus, dos perversos, dos criminosos, dominando o escol dos esclarecidos, dos competentes, dos virtuosos e bem-intencionados.

Somos uma força e temos uma doutrina.

E esta doutrina diz-nos que, para usufruirmos mais liberdades, não são precisos os partidos. As autênticas liberdades municipais, corporativas e humanas, confiamo-las da Nação organizada e não das promessas vãs da democracia individualista.

Para vencer o capitalismo, não precisamos dos partidos. O Estado Corporativo é o protector nato do trabalhador contra os potentados financeiros, exploradores do sangue humano, sem que seja necessário o *direito à greve,* verdadeiro atentado contra a economia nacional e o bem-estar das populações em geral, que nada têm que ver com as desavenças entre patrões e operários, nem são responsáveis por elas, e que o

Estado protector deve resolver, com a sua autoridade e a sua recta intenção.

Repudiamos os partidos, porque os consideramos um autêntica burla política, à custa da qual se ludibriam as multidões, chamando-lhes soberanas.

Somos contra todos os partidos, mesmo contra os partidos monárquicos, católicos ou de católicos.

É já tempo de a representação nacional ser entregue, não aos políticos — fauna parasitária indesejável —, mas aos que trabalham, aos que pensam, aos que produzem, aos que sofrem, aos que lutam, aos que estudam e, no ambiente familiar, educam as novas gerações e asseguram a perenidade da Pátria.

CORPORATIVISMO — PRINCÍPIO E DOUTRINA

O século passado destruiu, sem as substituir por coisa alguma, as corporações antigas que eram, para o operário, uma protecção; e assim, pouco a pouco, os trabalhadores isolados e sem defesa têm-se visto, com o decorrer do tempo, entregues à mercê dos senhores desumanos e à cobiça de uma concorrência desenfreada.»

Assim falou, em 1891, o imortal Pontífice Leão XIII, na sua Encíclica *Rerum Novarum*, que tão grande interesse despertou nas camadas sociais de todo o mundo. E, quarenta anos depois, outro Papa, Pio XI, escrevia, na Encíclica *Quadragesimo Anno*, com que celebrou o aparecimento daquela, estas outras palavras:

«Assim como as relações de vizinhança dão origem aos municípios, assim os que exercem a mesma profissão ou arte são, pela própria natureza, impelidos a formar associações ou corporações.»

Palavras estas que são uma afirmação sem dúvida autorizada do pensamento natural e humano do espírito associativo do homem, e não da sua pulverização

individualista. E ainda, em 1945, o Pontífice Pio XII escrevia ao presidente das Semanas Sociais da França:

«*A Corporação pode oferecer à nossa época uma orientação e uma lição preciosamente significativas. Acima da distinção entre patrões e operários, que ameaça tornar-se cada vez mais em implacável separação, existe o próprio trabalho, tarefa da vida pessoal de todos, com o fim de proporcionar à sociedade os bens e os serviços que lhe são necessários ou úteis.*»

E isto, escrito há vinte e oito anos, só veio confirmar a primitiva palavra de Leão XIII:

«*As corporações . . ., desprezadas escarninhamente pelo liberalismo do século passado, como coisas da Idade Média, são agora resgatadas pela admiração dos nossos contemporâneos que, em muitos países, tentam fazê-las reviver como feliz concepção.*»

Com a citação do pensamento de três ilustres Pontífices quase consecutivos da Igreja abri estas considerações, e fi-lo propositadamente para vincar, desde o início, quanto o Corporatismo é fundamentalmente católico e tem o seu alicerce na pura doutrina do Cristianismo. Outras poderia citar, e como auxílio para adquirirmos a noção segura de que à luta de classes — dogma da ideologia marxista, seja ela socialista ou comunista — é possível opor vitoriosamente, no domínio da inteligência e da razão, outra doutrina — a da harmonia, a da colaboração das classes, capaz de oferecer às camadas mais aban-

donadas os benefícios a que têm direito pela sua condição humana, sem o prejuízo que fatalmente resulta para todos das lutas sociais, desordenadamente conduzidas.

É este o lema do Corporatismo: — harmonia de classes, com respeito mútuo dos respectivos direitos e cumprimento integral dos deveres de cada uma, tudo orientado pelo Bem Comum, como aspiração suprema do agregado nacional.

E sendo isto tão simples, tão humano e tão inofensivo, não se compreenderia o ardor com que as forças do socialismo e da democracia se encarniçam contra o Corporatismo, se não fora a consciência segura que elas têm de que do triunfo e restauração desta doutrina resultará a sua total ruína ideológica.

De facto, no dia em que as classes operárias se sentirem satisfeitas no que respeita às suas necessidades essenciais, tanto materiais como morais, o socialismo será coisa sem sentido, uma vez que ele recruta os seus adeptos quase exclusivamente entre os descontentes e os justamente revoltados contra as injustiças sociais. Por isso, cultiva a insatisfação e combate a caridade, que acorre a atenuar, ainda que em grau limitado, os males provenientes destas injustiças.

Do mesmo modo, o capitalismo, isto é, o sistema da exploração do homem pelo homem, sente que a instauração de uma ordem social em que o operário seja interessado na vida das empresas como colaborador nato e interessado nos seus proventos, seria o fim do seu reinado e do seu sistema desumano. E, pondo em campo os poderosos elementos de propaganda de que dispõem, visto que têm a seu favor

o dinheiro e o poder, não se cansam de iludir as pessoas, por forma tal que estas se têm mostrado até agora pouco simpatizantes com o corporativismo, sem verem que, procedendo assim, fazem o jogo dos seus inimigos e desprezam os meios de reabilitação postos ao seu alcance.

No segundo quartel deste século, floresceram pelo mundo alguns regimes totalitários, que certos espíritos pouco esclarecidos confundiam com os regimes corporativos. O Corporatismo é, de facto, anti-individualista e antidemocrático. E como o totalitarismo também apresentava estas características, a mentalidade do homem da rua, de boa fé, influenciado pelas propagandas citadas, concluiu imediatamente que totalitarismo e corporatismo eram uma e a mesma coisa, o que é um erro profundo e lamentável.

O Corporatismo é antidemocrático porque é contra o sufrágio universal, isto é, contra a faculdade concedida a todo o cidadão de intervir (ainda que apenas ilusoriamente) em todas as designações de governantes, sem nada perceber disso. E preconiza a limitação desta interferência na vida pública, apenas ao ramo em que cada um for competente, seja ele o municipal, o profissional, ou mesmo o nacional, mas como fenómeno real e efectivo, e não apenas burlesco, de um papelinho sem significado deitado num recipiente quase sempre com fundo falso.

Em contrapartida, o totalitarismo é antidemocrático porque priva os cidadãos de todas as liberdades, de toda a interferência na administração pública, concentrando o mando no Estado, ou antes, numa só pessoa que domina por inteiro o Estado e a Nação.

Ora, como veremos, o totalitarismo é, desta maneira, a negação do Corporatismo, que assenta no respeito e até na reivindicação das liberdades dos grupos naturais e na sua independência em face do Estado. Quase todos esses regimes totalitaristas já desapareceram, porque a sorte das armas lhes foi adversa, e com eles caiu o seu pseudocorporatismo, o que continua a ser aproveitado por uma propaganda vesga e sem respeito pela verdade, para afirmar que este sistema está ultrapassado por ter falido nas nações que o adoptaram.

Que é então o Corporatismo?

O Homem é um ser naturalmente sociável, o que equivale a dizer que procura instintivamente o grupo, a convivência humana.

Por isso, um autor ilustre pôde escrever: «O pensamento corporativo não é de ontem nem de hoje — é de sempre, de todas as épocas e de todos os povos».

Mesmo no mundo moderno, todos os sociólogos estão de acordo em que existe uma solidariedade nata entre Capital e Trabalho, ao contrário do que proclama o princípio da luta de classes. Esta é que é artificial, porque deve a sua existência à estrutura defeituosa da empresa capitalista.

Este conceito da luta de classes teve o seu fundamento científico nas doutrinas biológicas do século passado, segundo as quais o que dominava no mundo vivo era a luta pela vida e o triunfo do mais forte. Tiveram larga audiência estas teorias, e ainda hoje circulam nos compêndios escolares, mas com uma grande tendência a serem substituídas, pois o

estudo das simbioses vai mostrando cada vez mais que, no mundo animado, é a associação que domina todos os fenómenos vitais.

Quer dizer: ao fundamento científico errado da luta pela vida, que enformava o marxismo, sucede o conceito autêntico das associações animais e principalmente o das simbioses, princípio que também pode fundamentar solidamente o conceito da colaboração entre os seres vivos, especialmente os racionais.

Neste quadro (da sociabilidade), diz o Professor Teixeira Ribeiro, nas suas lições de Direito Corporativo: «O homem esbate-se, e surge, em vez do indivíduo, a força do grupo e da organização em que se integra». Ao reconhecer, portanto, que a sociedade se organiza em grupos naturais, o Corporatismo respeita e sanciona uma verdade da sociologia e assume uma vantagem manifesta sobre o liberalismo ou o socialismo, que partem da existência de uma sociedade composta de indivíduos isolados e sem afinidades mútuas.

E como na base da organização natural está, além da vizinhança de habitação (Município), a vizinhança de ocupação (Sindicato), são estes organismos as células primaciais do Corporatismo, quer eles sejam operários ou patronais. Nestes agrupamentos tem que existir a noção da solidariedade, de companhia, para haver unidade de grupo. Todos os que nele se integrarem devem fazê-lo voluntariamente, em plena consciência das vantagens que daí resultam, e sentirem que há um objectivo a conquistar para benefício comum, do qual todos virão a partilhar e para o qual, por isso, todos deverão contribuir.

Desta maneira, os Sindicatos não representam o termo da Organização Corporativa, mas apenas um primeiro passo para a organização do trabalho. Associação livre, na profissão organizada, tal era a fórmula dos primeiros arautos dos princípios da *Rerum Novarum*, entre os quais o Conde Alberto de Mun era talvez o mais destemido e o mais dedicado.

Que os interesses de uma classe se opõem aos de outra, é um facto, mas isso não pode constituir princípio de desordem. Se não fosse um facto, não valeria a pena andar à procura de meios capazes de lhe dar remédio e de reduzir ao mínimo os seus efeitos. O erro está em se acirrar esse antagonismo e levá-lo até à luta aberta, como pretendem os sindicalistas revolucionários.

Já Pio XII acentuou: «É erro capital crer-se que as duas classes são inimigas natas, como se a Natureza tivesse armado os pobres e os ricos para se combaterem mutuamente em duelo obstinado».

Naturalmente, nestes organismos-base, os seus aderentes não poderão tratar senão dos respectivos interesses imediatos, e bom é que assim seja, porque daí resulta a consciência da utilidade do Sindicato, e também não poderá deixar de ser assim, porque a massa dos cidadãos é dos seus interesses imediatos que tem intuição segura e só uma «élite» que se destacar, mesmo no domínio do trabalho, adquire a noção de outros interesses acima dos imediatos, interesses de grau superior e cuja consideração é fundamental para o respeito e a garantia daqueles. Estes são os dirigentes ou, pelo menos, a nata de onde os dirigentes sairão.

Deixemos agora de parte a questão de se saber se o sindicalismo deverá ser vertical ou horizontal, isto é, se deverá englobar indivíduos do mesmo ofício ou profissão, ou antes, segundo a mesma actividade produtora, dado que é a falta de especialização no trabalho que caracteriza a moderna produção industrial.

O que convém acentuar vincadamente é que não há, nem poderá haver, incompatibilidade entre espírito sindical e espírito corporativo. Actualmente, os factos poderão depor contra esta harmonia, mas apenas no campo industrial e não no agrícola. Neste domina a empresa familiar ou de espírito familiar, enquanto que naquele prevalece o espírito capitalista. Daqui resulta que o mal reside na defeituosa organização da empresa industrial, que deve ser transformada no sentido de cada unidade de trabalho ser nela um colaborador e não um simples servidor. Desde que todos os seus membros, qualquer que seja a respectiva categoria económica, venham a ser possuídos de um sentimento de solidariedade, já o operário não se terá na conta de inimigo do patrão, nem este sentirá necessidade de se defender daquele.

E este sentimento de comunidade adquire-se ou fomenta-se associando o operário aos lucros, sob qualquer modalidade mais justa e satisfatória, dando-lhe o direito de intervir na vida social e técnica da empresa, com as suas sugestões nos Conselhos de Empresa, enfim, incutindo-lhe princípios de responsabilidade, de consideração, de interesse, de propriedade, até. É inegável que o Corporatismo só poderá vingar

se na sua base forem criadas a solidariedade e a compreensão entre o Capital e o Trabalho.

Mas se, paralelamente, não se puser em prática uma inteligente política social, o seu êxito ficará comprometido, à míngua de realizações práticas capazes de moverem os incrédulos e de taparem a boca aos adversários.

... ...

É com base nestes organismos elementares que surgirão as Corporações. Mas não hão-de surgir por encanto ou por magia.

Como acentuou o Professor Marcello Caetano: «A Corporação só nasce quando se reúnem, num Conselho, representantes dos empresários, dos técnicos, dos empregados e operários, para discutirem os problemas económicos e sociais do seu ramo de produção, desde que essa discussão seja orientada num sentido conciliatório, inteligente e de mútuo entendimento».

As Corporações serão, assim, constituídas pelos representantes dos Sindicatos, operários e patronais, pertencentes à mesma profissão ou ramo económico, e como verdadeiros órgãos públicos dirigirão e coordenarão a produção e o trabalho em harmonia com o interesse comum.

Tornam-se assim organismos com autoridade própria, onde cada membro, sacrificando embora um pouco da sua liberdade, encontra meio de defesa da sua dignidade profissional e amparo necessário à vitória sobre as dificuldades que surjam. Não têm por finalidade, já, resolver reivindicações de classe, mas atender a finalidades mais altas, de ordem econó-

mica e social, afectando os seus participantes e tendo sempre em vista o bem da colectividade nacional. Por outras palavras: o Sindicato situa-se no plano de interesse privado, enquanto que a Corporação se enquadra já no plano de interesse nacional.

É o que o sociólogo espanhol Aspiazu sintetiza na frase: «Corporação é uma organização unitária do segundo grau, de forças produtoras cu culturais do país». As do primeiro grau são, como já dissemos, as do tipo Sindicato. Sem pretensão a exibir erudição, mas apenas para notarmos como as diversas opiniões dos doutrinadores a este respeito coincidem, vale a pena alinhar mais algumas opiniões sobre a Corporação.

Diz Jarlot: «A Corporação é, numa profissão ou num ramo de profissão, o corpo público encarregado de regular numa dada área a sua actividade comum e de a representar junto dos poderes públicos».

E ainda o Professor Marcello Caetano acrescenta: «A Corporação reúne no seu seio todos os que, sendo empresários, técnicos ou operários, participam, em certa forma, de actividades produtoras, para que da colaboração saia o entendimento na solução dos problemas económicos e sociais».

Diz o Professor Pires Cardoso que «o sistema corporativo assenta na coordenação das funções e interesses individuais, por meio de organismos com carácter público e representação na estrutura política do Estado».

Para Saleron, «regime corporativo é aquele que, reconhecendo a associação como um fenómeno estruturalmente ligado à natureza humana, organiza este

fenómeno dando aos grupos sociais quadros jurídicos em que são definidos os seus poderes».

Por fim, a União Católica de Friburgo definiu-o como «o modo de organização social que tem por base o agrupamento dos homens segundo a comunidade dos seus interesses naturais e das suas funções sociais, e, por coroamento necessário, a representação pública e distinta desses diversos organismos».

Em todas estas definições encontramos palavras, expressões, ideias preciosas para caracterizarmos o regime corporativo e lhe podermos atribuir umas qualidades-base, essenciais à sua plena compreensão e aceitação.

Da expansão das Corporações resulta a Nação Corporativa, não o Estado Corporativo, como acentuava, muito sensatamente, o grande escritor e doutrinário Hipólito Raposo.

É que, em face do Corporatismo, «o Estado deve limitar-se a promover, sancionar, aperfeiçoar e corrigir as realizações de iniciativa privada». Assim escreveu a este respeito o publicista Pereira dos Santos. E acrescenta: «Este método é o mais seguro, o mais racional, o mais eficaz, e aquele que respeita melhor a iniciativa individual. É por este método que se forma o corporatismo de associação, fruto da iniciativa privada, sustentada e encorajada pelo Estado, o que é uma fórmula incontestavelmente superior ao corporativismo de Estado, nascido directamente dos textos legais e submetido a uma tutela estreita dos poderes públicos».

Também o Padre Quelhas Bigotte afirma, na sua obra sobre *A Igreja e a questão social*, que, «se ao

Poder cabe a função e a obrigação de estabelecer estatutos de direito público, assumindo assim uma posição nos diversos campos da economia, da moral e da sociologia, ele não pode imiscuir-se na vida interna das organizações, sem fortes motivos e fins mais altos a atingir».

Até mesmo as peias burocráticas a regularem a actividade profissional lhe são prejudiciais, pois qualquer aparência, só que seja, de sujeição de carácter político, seria porventura o suficiente para arrefecer as iniciativas individuais independentes e comprometer a organização.

E isto é assim, porque «o Corporativismo não é uma simples fórmula orgânica, nem a mera realização de certos actos, gestos ou ritos: o Corporativismo representa uma atitude nova, moral e mental, perante os problemas económicos e sociais, conducente à transformação da mentalidade das classes dominantes nos regimes de capitalismo exacerbado» (Marcello Caetano).

Quer dizer, ainda, o Corporativismo não é apenas uma questão de leis e organização; é sobretudo uma obra de transformação de ideias e de orientação moral. Mas o que ele deve ser, por essência e natureza, é independente dos poderes do Estado.

Uma organização corporativa que fosse um simples ramo da administração do Estado, poderia manter-se, poderia mesmo entrar nos hábitos dos cidadãos, mas correria o perigo grave de viver uma vida apenas artificial e que não resistiria à mais pequena contrariedade.

Dois exemplos de Sindicalismo podem vir a propósito.

É do conhecimento geral que os Sindicatos no país mais capitalista do Mundo — os Estados Unidos da América — têm um poderio enorme, sejam eles dos mineiros, dos ferroviários ou dos trabalhadores portuários. Chegam mesmo a impor-se à autoridade do Estado e a apresentar-se como outro Estado, capaz de fazer oscilar o poderio daquele.

Paralelamente, na Itália fascista, o Sindicalismo oficial, exactamente porque era oficial, mostrou-se sempre com pouca vitalidade, não por falta de espírito sindical, como o mostra o facto de, logo a seguir à queda do fascismo, terem surgido rapidamente Sindicatos independentes.

É certo, poderão objectar-me, que em nenhum destes países existiu regime corporativo, mas os exemplos servem para demonstrar que a organização corporativa, mesmo nos seus órgãos elementares — os Sindicatos — ou é natural e goza de prestígio, tornando-se útil e frutuosa, ou é artificial e não serve para nada, senão para desacreditar os princípios e cobrar quotas dos membros da respectiva profissão.

É mesmo de recomendar que o Estado não tenha constantemente que intervir para impor disciplina ou resolver conflitos latentes nos Sindicatos independentes, pois, em caso contrário, entraria a dominar (ainda que o não quisesse) as corporações, que acabariam por se desvirtuarem e se transformarem em simples órgãos do dirigismo do Estado.

«A Corporação não pertence ao Estado nem lhe está mais subordinada do que qualquer outra activi-

dade privada; tem personalidade jurídica e capacidade para procurar o próprio bem; elabora as leis e os regulamentos para si própria, com autoridade que lhe pertence e não cedida pelo Estado; por fim, designa com inteira liberdade, e sem quaisquer peias ou sujeições, os seus dirigentes e representantes. No sistema corporativo, o interesse particular subordina-se ao geral. Não é o Estado que efectiva tal subordinação; são os corpos representativos das próprias funções sociais a integrarem-se no Interesse Nacional» (Marcello Caetano).

Isto não significa que o Estado esteja inibido de exercer uma acção supletiva complementar e coordenadora das Corporações, com vista ao Bem Comum. Estas, por sua vez, devem colaborar com o Estado, fazendo assim, simultaneamente, a afirmação plena da sua independência perante este e a sua subordinação ao Interesse Nacional.

É por isto que, como diz Jarlot, o sistema corporativo suporta um Estado forte, definidor de direitos e árbitro de interesses, mas limitado na sua actividade, mas controlado. Nunca o verdadeiro Corporativismo suportará o Estado totalitário, porque este é a negação formal das liberdades profissionais e o esmagamento da dignidade do homem.

Para alguns doutrinários, como Baconnier, a instituição de repúblicas profissionais (ou Corporações) implica a existência de um poder político bastante forte para poder suportar a existência delas e capaz de ocupar, perante elas, o lugar de árbitro, e, perante os seus inimigos, o de juiz.

E, navegando nestas águas, muitos pensam que o

sistema corporativo não é aplicável sob regimes republicanos. Dá-o a entender o citado Baconnier, à volta de cujas palavras se pode raciocinar da seguinte maneira:

A Corporação, tornada uma instituição poderosa, apresentar-se-á perante o Estado como uma força pouco suportável para os que forem possuídos de espírito dominador e totalitarista. Se o Estado for forte por se ter apenas tornado forte, e não por ser naturalmente forte, acabará por não tolerar a Corporação ou tender para a subjugar.

Ora, em regime republicano, o Estado ou é fraco, andando ao sabor da opinião pública, que o mesmo é dizer, sujeito aos tombos derivados da oposição dos partidos e das campanhas jornalísticas, ou é forte porque se tornou forte e pode não tolerar qualquer força que lhe limite a sua força.

Além disso, se, como vimos também, é forçoso que toda a actividade das Corporações seja regulada pelo Interesse Nacional, ocorre perguntar: — E quem é árbitro, o depositário desse Interesse Nacional?

Em regime monárquico é, incontestavelmente, o Rei, por mandato histórico. E quem o será nos regimes republicanos?

Poderá sê-lo, por excepção, um Chefe eleito, ou que se imponha, mas, em regra, não o é, porque à eleição preside, em princípio, o acaso e o imprevisto, e condiciona a falta de continuidade, de responsabilidade, de independência, e até, muitas vezes, a de preparação para o cargo. E ninguém poderá dizer que disto tudo possa sair a noção nítida do que é o Interesse Nacional e da melhor maneira de o servir.

Mas ainda que se admita a sério esta incompatibilidade, isso não implica que cada um dos que são sinceramente adeptos do regime corporativo deixe de insistir na doutrinação e procure fazê-la triunfar, pelo menos nos espíritos e nas inteligências, e mesmo preste a sua colaboração a tudo o que seja realizações nesse sentido, as quais contribuirão para se criar um ambiente pré-corporativo, guardados que sejam os princípios de deturpações ou de inovações comprometedoras.

Na doutrinação importa ter presente que o Corporatismo não é, nem poderia ser, dada a sua natureza de empreendimento humano, isento de defeitos. Sem dúvida que os terá, mas isso importa pouco, porque tudo o que é obra do Homem é insuficiente. O que interessa principalmente é a sua comparação, não com o bem absoluto ou a perfeição completa, mas com outros sistemas já experimentados ou com os princípios que os informam.

E, nessa comparação, os que são adeptos esclarecidos do regime corporativo, não têm que temer coisa alguma.

Uma das maiores objecções — maiores, não porque tenha um valor superior, mas apenas porque é mais repetida e mais impressiona os desprevenidos — feitas contra o sistema corporativo, anda por aí sintetizada da seguinte maneira:

No regime corporativo, cada Corporação trata dos interesses do seu ramo de actividade — económico, cultural, religioso, administrativo; mas quem trata, então, do político? Já uma vez respondi a esta objecção, e penso que não será demasiado insistir neste

ponto, numa época em que o espírito político adquiriu foros de coisa independente, quando afinal ele não é mais do que a resultante das actividades normais da Nação.

É como se perguntássemos: — No corpo humano, o coração trata da circulação; os pulmões da respiração; os intestinos da digestão; o cérebro do pensamento. Mas o que é que trata da Vida?

A vida humana é, de facto, o resultado da actividade normal conjugada de tudo o que existe no corpo humano, e não é, por si, coisa alguma de independente.

Em regime corporativo, a representação nacional baseia-se nas realidades nacionais, e não em supostos direitos ou fantasias.

Na Assembleia dos Representantes do Povo, não haverá técnicos nem políticos, mas apenas pessoas conscientes, esclarecidas e livres. Com certeza, não pretenderão os contraditores cair no absurdo de considerar o económico, o cultural, o religioso, o científico entregue aos que trabalham, estudam, rezam ou pensam, e o político aos outros que não trabalham, não estudam, não rezam nem pensam, isto é, aos vadios, ladrões ou loucos.

Tal como na Família tornada uma síntese, também na Corporação nascem propriedades novas e novos sentimentos e interesses que, não sendo propriamente os de cada um dos seus membros, tão-pouco lhe são forçosamente adversos. Assim na profissão, na Corporação, em todos os organismos de síntese esse fenómeno se verifica, o qual um alto espírito comparou ao fenómeno natural da água que, sendo a síntese

do oxigénio e do hidrogénio, possui novas qualidades, diferentes das de qualquer destes dois gases seus constituintes.

Por isso, não se pode dizer que a preocupação de cada Corporação seja forçosamente apenas o interesse estrito da sua actividade. Vimos que ela deveria ser orientada para o Interesse Nacional, e aí temos a base de uma actividade política, em que o geral pode brotar do conjunto harmónico dos especiais.

E tanto assim é que, se num dado país desaparecesse o cultural, o económico, o religioso, também logo desapareceria ou deixaria de ter significado o político, por ausência de base séria.

De resto, em pura doutrina corporativa, distinguindo-se administração de governação, o exercício político deve ser da competência exclusiva de certos órgãos ou instituições, dotados de faculdades tanto mais latas quanto mais independentes forem dos interesses puramente económicos ou locais, até chegar a um órgão de independência máxima — o chefe natural — cujas atribuições e seu exercício não estão à mercê de escolha ou de designação fortuita. A ele compete todo o poder político, devidamente assistido e esclarecido.

VII

ASPECTOS SÓCIO-ECONÓMICOS

DE PROLETÁRIOS A PROPRIETÁRIOS

A noção de que os trabalhadores ou, pelo menos, certos trabalhadores permanentes, devem ser interessados na produção, como indiscutíveis colaboradores natos das empresas, tem feito grandes progressos no mundo das ideias sociais. Uns a admitem sob a influência dos ideais de justiça e de amor do próximo, fundamentalmente proclamados pela Igreja através de notáveis encíclicas papais; outros a suportam *à contre-coeur* como um mal menor, sob a influência do medo suscitado pelas reivindicações operárias, agitando a bandeira da foice e do martelo; outros, porventura, se curvarão vencidos pela força somada destes dois sentimentos tão actuais.

No nosso País, a doutrina social católica e a nobre tradição nacional de o poder dos Reis ser uma afirmação de protecção paternal, sobre o povo que via neles os seus defensores naturais, levaram o Integralismo Lusitano a adoptar esta doutrina de justiça e de reparação social, inscrevendo-se no seu ideário.

É certo que este não lhe dedicou o estudo profundo que merecia, talvez pelo melindre de, em plena sociedade capitalista, preconizar uma disposição daquela natureza, que iria forçosamente, como foi, escandalizar o egoísmo dos bem instalados.

Enunciado o princípio, mandava a boa táctica aguardar a oportunidade de o equacionar.

Decorreram algumas décadas que permitiram muito caminhar na compreensão dos fenómenos sociais, e hoje mesmo os que se negavam a aceitar a ideia de distribuir uma parte dos lucros pelos seus colaboradores directos, são forçados a reconhecer que entregam ao Estado uma parte muito superior à que voluntariamente poderiam ter cedido.

É que os Estados socialistas ou socializantes arvoraram-se em *protectores* dos proletários e arrancam às entidades patronais somas astronómicas, que depois *generosamente* fazem redistribuir pelos trabalhadores sob a forma de subsídios, assistência ou previdência, mas em reduzida parte apenas, porque a outra, a maior, a tomam eles para si, como retribuição dos encargos gerais e burocráticos inerentes à *protecção*.

Talvez isto seja um mal que a Providência consente como meio de castigar os orgulhosos e ambiciosos, e, ao mesmo tempo, de ir abrindo o coração dos mais egoístas. Estes, certamente, depois de duramente sangrados pelo Estado, já não sentirão tanta repugnância em largarem da mão o que é devido e justo, representando, afinal, menos daquilo que hoje em dia lhes é violentamente, e sem apelo, levado dos cofres bem-amados.

Já muitas empresas, raciocinando sabiamente, se defendem, aplicando parte dos seus lucros em benefício colectivo dos empregados, como seja em bairros de moradias, infantários, cantinas, refeitórios, etc., mas de tudo isto — convém não esquecer — o trabalhador é simples usufrutuário e apenas na medida em

que está ligado à empresa, faltando-lhe até a garantia de que, por sua morte ou incapacidade, esses benefícios sejam igualmente dispensados à família.

Para alguns, uma tal aplicação de lucros é a mais aceitável, porque muitos trabalhadores são de uma imprevidência notável, tornando-se incapazes de assegurar o seu futuro e, até, de prover ao regular sustento dos seus.

Isto é verdade, mas apenas em casos excepcionais, e não pode constituir base de um critério, porque esses pecados ou vícios não são exclusivos de determinada classe ou condição social, mas uma consequência quase sempre do ambiente deletério dos grandes centros. Ao lado dos que gastam na taberna, na jogatina, nos divertimentos ou no lupanar, a féria de uma semana inteira, existe, felizmente, a maioria dos que, sem serem santos, podem ser apresentados como chefes de família de padrão mediano.

O que é preciso é estar-se prevenido contra as objecções interessadas dos que, através de tudo, pretendem furtar-se ao cumprimento dos ditames da justiça social.

O que é preciso também é fomentar a tendência de todos os trabalhadores para se tornarem proprietários, a qual já existe nos ambientes rurais de certas regiões do País, onde não há, em regra, família que não seja dona, pelo menos, da sua casa e de uns palmos de terra cultivável.

E só há uma maneira normal de isto se conseguir — é atribuir ao trabalhador o seu justo salário.

E que será o *justo salário*?

Será aquele que satisfaça, à risca, as necessidades próprias e as do agregado familiar?

Pode ser e pode não ser.

Em certos casos, um salário desta natureza poderia ser injusto para a empresa e, em outros, poderia ainda ser injusto para o trabalhador, quando o seu esforço levou à produção de uma maior valia de que não tirou benefício algum.

De resto, o princípio de que o trabalhador é solidário com a empresa, tanto se aplica às fases de prosperidade como às fases de crise, e é apenas a estas últimas que o capitalismo o tem associado, privando-o até do pão de cada dia, nos casos extremos.

Mas, dir-se-á: Então o trabalhador com filhos ou pais inválidos a seu cargo, pode ganhar apenas tanto como ganha o que não tem ascendentes ou descendentes a sobrecarregá-lo?

Não queremos dizer isso, mas simplesmente emitir a opinião de que ao salário familiar deverá ser estranha a entidade patronal, a quem apenas interessa o trabalho prestado e o seu correspondente valor actual ou potencial.

E como a situação do trabalhador com encargos de família não pode ser desprezada, deverá o suplemento necessário ser-lhe atribuído por uma organização nacional e independente, segundo um critério a estabelecer.

Não cabe nos limites de um curto artigo abordar o *modus faciendi* da participação nos lucros, pois, por um lado, é preciso prever os casos de insuficiência de lucros em empresas nascentes ou nas que constituem uma simples tentativa de resultados incertos;

e, por outro lado, não se poderá deixar de limitar as excepções, para que estas não venham a constituir regra utilizável pelos menos escrupulosos.

Muitos patrões, daqueles que já hoje usam distribuir gratificações de fim de ano (forma de participação nos lucros, é certo, mas que não entusiasma os beneficiados, pela contingência de que se revestem), dariam um passo neste bom caminho se encontrassem garantias de actuação.

E estas poderiam limitar-se, de início, a uma abstenção, por parte do Estado, na cobrança de *verbas sociais* às empresas que assim procedessem e a uma vigilância sobre a concorrência, para que os encargos por algumas voluntariamente assumidos não constituíssem motivo de ruína futura.

Se é certo que toda a lei é ineficaz quando as consciências não estão devidamente preparadas para a sua aceitação, não é menos verdade que a modificação dos sentimentos individuais, mesmo em larga escala, não consegue ter projecção geral sem o reconhecimento de uma lei que a sancione e a consagre.

O BEM COMUM

Para muitas pessoas, o Bem Comum é apenas uma frase de efeito político, imoderadamente usada e pronunciada em ocasiões agitadas da vida política.

E supõem tratar-se apenas de uma frase, porque, compreendendo que «comum» deveria ser qualquer coisa afectando o total dos participantes, nunca conseguiram aperceber-se da mínima parcela de benefício próprio proveniente dessa fonte quase mitológica.

Na realidade, o Bem Comum, se é certo que não pode constituir regalo individual, deve, contudo, reflectir-se, de qualquer forma, sobre cada membro da comunidade, a menos que tenhamos de o considerar «comum» apenas a um grupo, a um partido, a uma facção, e que tenha de passar a ser referido com letra pequena e sem relevo.

Em regra, como tudo o que é valioso, ele só se assegura à custa de sacrifício, que pode atingir uma classe, uma geração ou uma categoria social. Pode mesmo atingir a totalidade de um povo quando tiver de ser concretizado em liberdades, em independência nacional (a primeira de todas as liberdades, segundo emane riqueza, poderio, alimentos ou, simplesmente Maurras), ou na conquista de novos territórios donde

e até mais modernamente, donde resultem novos mercados.

Mas, num caso ou noutro, os sacrifícios são sempre aceites como uma provação passageira que há-de render, em prazo mais ou menos curto, juro de cem por um.

Quando Churchill anunciou ao povo inglês, em frase que a propaganda tornou conhecida de todo o Mundo, não lhe poder prometer, por então, mais do que suor, sangue e lágrimas, todos entenderam que assim tinha de ser, mas esperançados em que só o seria por um período reduzido, para cujo encurtamento o seu esforço e a sua disciplina poderiam também ser decisivos. Um prometido benefício geral derivado do «Bem Comum», mas a alcançar apenas em dias longínquos e hipotéticos, pode até tornar-se em malefício, bastando para isso que o tempo, na sua acção erosiva e tão inexorável como imprevista, o desactualize, o envelheça.

E assim teríamos uma geração ou, porventura, várias, a suportar longos sacrifícios com vista a uma ilusão, a uma miragem, e que, ao dissipar-se, deixaria os peregrinos desta vida ainda mais sequiosos do que já antes estavam. E isto não é fantasia, pois a história dos tempos modernos anda cheia destas desilusões, como anda igualmente repleta da tão decantada expressão.

Não. O Bem Comum não pode, paradoxalmente, concretizar-se, na prática, em mal permanente de todos, mesmo que se sustente convictamente estar no cimo do Calvário a redenção da Pátria.

Não basta que o Bem Comum se traduza em ordem pública, porque esta não é um fim, mas apenas uma condição para, tranquilamente, se poder estudar e produzir.

Não basta, igualmente, que se revele em maior riqueza, se esta não for equanimemente distribuída.

Não basta ainda que dele derive maior poderio no concerto das nações, porque disso mal se apercebe a massa da população.

O que é preciso é que, passado o período da provação, todos o sintam sob a expressão de um mais alto nível de vida, de maiores liberdades, de menores encargos tributários, de maior segurança ou de mais apurado progresso moral. Uma herança comum, por maior que seja, é como se não existisse, desde que não vá resultando dela qualquer benefício para cada um dos herdeiros.

Ora, cada geração é sempre a herdeira do esforço das gerações predecessoras, e em tanto mais elevado grau quanto mais acentuado tiver sido aquele esforço. Mas é, igualmente, a depositária da honra e da dignidade de todas as gerações passadas e vindouras, e cabe-lhe, por isso, reparar, na medida do possível e do razoável, as dissipações, a desorientação, os erros que, cometidos por ela ou por outra, possam vir a afectar o bem-estar da que se preparar para lhe suceder. Mas tudo tem o seu condicionalismo, e a resistência humana ao sacrifício sendo, naturalmente, limitada, não poderá nem deverá ser provada até um grau extremo, sob pena de dar resultados contrários. Sobretudo, seria preciso que, nas horas amargas, todos pudessem verificar a justa e razoável distribuição

das privações e, também, a proporcional usufruição dos raros benefícios. Também seria preciso evitar a aparência de que uma oligarquia mais ou menos avantajada se destacasse na fuga às primeiras e na preferência com que lhe fosse atribuído o gozo dos segundos, como se constituísse uma casta privilegiada em face do BEM que deveria ser COMUM e se tornaria, assim, pouco menos do que privado.

OS DIREITOS DA PROPRIEDADE E OS SEUS DEVERES

O direito de propriedade constitui um dos princípios básicos da civilização cristã em que vivemos. É, por um lado, forte estímulo ao egoísmo da natureza humana, levando o homem a um trabalho mais intenso e mais produtivo, na ânsia de possuir e de usufruir os benefícios e os prazeres da posse. E, por outro, é a garantia da unidade, da coesão e da permanência familiar, pela transmissão, duma geração a outra, do produto sucessivamente acumulado e aumentado do labor dos antepassados.

Já a sabedoria de S. Tomás estabeleceu que o homem tem muito mais gosto em fazer render aquilo que é seu, exclusivamente, do que qualquer outra coisa que seja de todos, embora nela tenha também a sua parte.

A propriedade é, portanto, um direito natural do Homem e da Família, e é ainda um direito social, pois representa uma forma — a mais perfeita — da retribuição devida ao trabalho acumulado para benefício próprio e colectivo.

É, por isso, um princípio intangível, e não há que o discutir, sejam quais forem as circunstâncias a ponderar.

Mas, sendo a propriedade também um direito social, segue-se ser ela estabelecida igualmente para serviço da sociedade e, estando dirigida para um fim que é o desenvolvimento da vida humana, estão-lhe inerentes certos deveres de que não poderá alhear-se, sob pena de se tornar ilegítima e inconveniente.

Entre estes dois limites — a propriedade privada existe para benefício do Homem e da Família, e existe ainda para bem da comunidade —, é que o direito de propriedade pode e deve ser reconhecido, marcando assim um campo largo, dentro do qual as iniciativas se podem desenvolver livremente.

Se um prédio se mantém com escritos meses sucessivos, porque o senhorio só o alugará por determinada quantia, essa propriedade deixará de servir os fins sociais que sobre ela impendem, mormente num período de crise de habitação mais ou menos agudo. Há atenuantes, bem sabemos, mas o princípio não se modifica.

Se uma herdade deixa de ser cultivada, por desleixo do seu dono, se é insuficientemente ou irracionalmente cultivada ou submetida a métodos de cultura que não aproveitam à comunidade e são geradores de massas de proletariado, deve caducar o direito de posse, pela razão acima apontada. O mesmo em relação a uma unidade industrial que por má administração, por desactualização de métodos ou de instalações, não dá o rendimento de desejar e priva a colectividade dos produtos que lhe deviam ser oferecidos, e os seus operários de uma melhoria justa e natural.

Raciocinamos, evidentemente, na base de que à propriedade cumpridora é dispensada a justa e conveniente protecção.

Já não estamos em tempo de aceitar — embora essa noção impere largamente — a propriedade como o direito de cada um fazer o que quer do que possui, não como meio de vida, mas como processo de ganhar dinheiro. É, afinal, a noção-base do capitalismo moderno, no qual o dinheiro se tornou o fim de muitos, em detrimento da finalidade primacial que é a de constituir apenas um meio de vida.

O dinheiro tem também uma função social a desempenhar, e já na *Rerum Novarum*, o imortal Pontífice, seu autor, disse que, sugeridas as suas necessidades e o que a decência impõe, o supérfluo deve ter um destino determinado — o serviço dos que menos possuem. E por supérfluo deve entender-se tudo o que passa além do necessário e do conveniente, em cada momento e em cada lugar. Deve-se mesmo contar, quanto ao conveniente, com algumas reservas para o futuro, sendo até lícito um certo destaque quando as obrigações sociais o imponham. Mas, em face da miséria geral, a conveniência aconselha exactamente à moderação, e nunca à ostentação que melindra e escandaliza.

Em todos os casos em que, por parte dos cidadãos, ocorra incompreensão ou infidelidade aos deveres que a propriedade impõe, cabe aos poderes públicos, como representantes da colectividade lesada, limitar os respectivos direitos ou mesmo determinar a sua privação total.

Por outras palavras o afirmou Pio XI na sua encíclica «Quadragesimo Anno», dizendo que «a autoridade pública, inspirada nas verdadeiras necessidades do Bem Comum, pode determinar, à luz da lei natural e divina, o uso que os proprietários podem e não podem fazer dos seus bens».

Não se admirem os leitores das citações sucessivas da doutrina da Igreja, porque, neste campo, ela nos serve de escudo valioso contra a fácil acusação de *comunista* que muitos gozadores da vida a dormir de dia e a dissipar de noite, não se pejam de fazer aos que labutam em defesa dos princípios básicos da civilização cristã, mas não dos seus privilégios injustos ou da plenitude afrontosa das suas «burras» e dos seus cofres.

Também nos poderíamos escudar com o exemplo da *Lei das Sesmarias*, e nisso nada haveria de anacrónico, porque neste, como em muitos outros aspectos da vida humana, teremos de nos inspirar em certos conceitos da Idade-Média, quando a riqueza andava longe de constituir fim em si própria e não era mais do que meio ao serviço da humanidade viva.

Nos nossos dias, há um conflito de propriedade, porque se verifica a concentração anormal de bens nas mãos de um pequeno número de pessoas, em contraste com uma insuficiência quase geral.

A solução para este mal não está em dar os bens a quem não tem, e desapossar deles os seus actuais possuidores. Também não está em anular a propriedade privada, ficando o Estado o único proprietário, porque isso é contrário à natureza humana. Está, antes, em exigir da propriedade o cumprimento dos seus

deveres sociais e em proporcionar a todos o acesso a ela.

Ao princípio comunista da abolição da propriedade privada, oponhamos nós, monárquicos, o princípio da generalização da propriedade, por forma a que cada proletário possa tornar-se um proprietário.

Porque somos corporatistas, não queremos colaborar na enfermidade do corporativismo contemporâneo — diagnosticada por Paul Chanson — que é a de recusar uma revolução no direito de propriedade, não no sentido de preparar o comunismo, mas de contribuir, pelo contrário, para que ele seja impossível para sempre.

Para isso, será necessário encontrar novas formas de propriedade, capazes de preencher justamente a função essencial dos bens terrenos.

Deve caber-nos a nós essa honra, porque a Monarquia é o único regime independente das forças do dinheiro e o único com capacidade revolucionária para aplicar os direitos, sem medo de perder as eleições seguintes ou de ter que as burlar descaradamente.

«O regime social — disse Pio XI —, tal como qualquer outra constituição da vida social, não é absolutamente imutável, e a História é disso fiel testemunha.»

A doutrina monárquica portuguesa é, no aspecto social, largamente baseada nos ensinamentos pontifícios, e neste transe da humanidade, em que uma sede intensa de justiça social se faz sentir, ela pode retomar o grande ascendente sobre os homens de boa vontade, que já caracterizou a sua doutrinação sindi-

calista e corporativa, actualizando os seus princípios à luz das realidades presentes e colocando-se à cabeça das reivindicações justas e humanas, fugindo embora aos demagogismos enganosos e ilusórios para os próprios que os alimentam.

O CASO DA VENEZUELA
(8-2-1958)

Todos os que, mais ou menos, nos dedicamos a contribuir para o Bem Comum, faremos bem em nos determos um pouco em face dos recentes acontecimentos ocorridos na Venezuela à volta da deposição do ditador Gimenez.

Conquistado o Poder por um golpe de Estado, há cinco anos, logo o vencedor, alegando que o povo venezuelano não estava em condições de fazer uso das liberdades a que tem direito todo o ser humano, como pessoa que é, impôs a sua vontade como única lei, esmagando as vontades de todos os seus concidadãos.

É este um princípio generalizado entre os ditadores deste século, os quais *decretam* não estar o povo em condições de usufruir certas liberdades, e resolvem, por isso, *sua sponte*, privá-lo de todas. E, à parte a legitimidade desta resolução, acontece quase sempre esta coisa incongruente: os mais privados das liberdades são exactamente os intelectuais, isto é, a facção do povo que mais conscientemente poderia usar delas.

Mais tarde ou mais cedo, as liberdades cerceadas acabarão por ser postas à disposição das massas, as quais, não tendo sido educadas nem treinadas no seu

uso, abusam delas, tornando-se cada cidadão um autêntico aprendiz de feiticeiro, capaz de abrir todas as torneiras, mas ignorando a forma de deter a inundação que provocou.

Toda a violência gera violência, seja esta mansa ou brava, e é violência inegável cercear as liberdades humanas, desde que, para isso, não haja motivo justificado, o qual, exactamente pelo seu carácter anormal, terá de ser sempre transitório.

E a massa humana tem um instinto deplorável para se aperceber do estado de anarquia que se segue ao das restrições, e de cevar, nessa ocasião, todos os seus ódios e más vontades, todas as invejas e animosidades, patenteando quantos maus sentimentos são capazes de perturbar o coração humano pervertido.

Há, de facto, um instinto ancestral das massas, que lhes dá uma noção actualizada do ambiente em que nada é lícito, ou em que tudo é impunemente praticável.

É principalmente contra a modificação do ambiente que os governantes devem estar prevenidos, no sentido de evitar que atrás deles surja o delírio.

O Governo Gimenez era um Governo «forte», mas caiu na «fraqueza» de transigir. E o ambiente modificou-se, porque todo o Governo forte que cede a imposições lavra a sua sentença de morte. Tais Governos terão de ser fortes até ao fim, até que se apercebam de que chegou a sua hora de desaparecerem.

Não se amansam as feras atirando-lhes com carne, e carne, muitas vezes, inocente. E o gesto do ditador venezuelano, sacrificando alguns dos seus colaboradores mais dedicados, não teve outro efeito senão o

de alentar a populaça, de a levar a maiores audácias e a formular mais largas exigências.

É exactamente uma das maiores graças que Deus pode dispensar a um governante de boa fé e de recta intenção, o esclarecimento da sua inteligência sobre a hora conveniente para se afastar, causando o menor dano possível à colectividade e produzindo o menor abalo na vida social do povo que dirige.

Parece, porém, que essa graça só é, ou tem sido, concedida aos Reis, ou porque só estes a pedem com humildade e desejo de acertar, ou porque só eles são dignos de a receber, por governarem ao serviço da Grei, e não em obediência a cobiças e a ambições.

E, assim, vemos um Afonso XIII de Espanha, ao saber que até a Guarda Civil, em que confiava plenamente, só lhe garantia a sua segurança até ao próximo porto de mar, sair do país deliberadamente.

E, assim, vemos Humberto de Itália abandonar a sua pátria, para evitar a guerra civil entre duas facções, e não porque a isso o forçasse um plebiscito escandalosamente viciado e cuja rectificação fácil seria de efectuar.

E vemos ainda um Leopoldo da Bélgica renunciar ao trono, quando se viu na iminência de graves conflitos traiçoeiramente conduzidos e baseados em falsidades e calúnias de proveniência republicano-maçónica.

Jamais se viu um ditador abandonar pacificamente o Poder, por se ter convencido da sua impopularidade ou por ter recebido essa indicação através duma eleição desfavorável — coisa que nunca acontece aos ditadores, por motivos de que anda cheia a história das

consultas eleitorais, em todos os tempos e em todas as latitudes.

Só o sangue, só a ruína acompanham a queda dos ditadores.

Oh, glória de mandar! Oh, vã cobiça! Tivessem eles, na sua generalidade, apenas o desejo de serem úteis aos seus compatriotas, em renúncia da própria personalidade, e não deixariam de preparar o futuro, por forma a que a sua sucessão ocorresse sem alterações de ambiente e tivesse apenas o carácter de um fenómeno natural na vida da Nação.

O caso da Venezuela vem demonstrar, mais uma vez, que, na generalidade dos países da América do Sul — nações jovens e exuberantes de vida — o dilema Anarquia-Ditadura se mantém como norma da vida pública.

Nos países da Europa, que já atingiram há muito a maturidade e têm fundas raízes na Tradição, entre a Rua, com os seus excessos de liberdade e os seus desequilíbrios, e a Ditadura, cultivando a autoridade excessiva e o desequilíbrio de sinal contrário, situam-se as Monarquias. Nestas, a harmonia, entre a Autoridade e a Liberdade, é a regra, os abalos são reduzidos ao mínimo, porque reina nelas a competência. E o mando não é tocado de concupiscência e ambição, porque é limitado pela Lei Moral e pelos legítimos direitos das pessoas e dos agrupamentos naturais.

O DIREITO À GREVE

Consideramos que a produção é um acto solidário entre patrões e trabalhadores, e as quebras que a esta solidariedade possam ser infringidas por qualquer das partes, não podem, por forma alguma, anular este princípio fundamental.

A luta de classes é uma falsidade filosófico-social e só se torna realidade nos regimes capitalistas, em que o homem é tornado lobo do homem e, para sobreviver, defende-se do seu semelhante usando de todos os *golpes*, lícitos ou não-lícitos. Por isso, o direito à greve é um direito anacrónico, visto ter características de execução de justiça pelas próprias mãos.

Nas sociedades modernas, ao Estado cabe distribuir justiça, e nesta distribuição deverá, logicamente, incluir-se a justiça social, porque é mais grave roubar o trabalho, como factor originário da produção, do que roubar pão ou tecidos — simples bens de consumo imediato.

E porque se supõe garantida esta distribuição de justiça, a ninguém é lícito fazê-la por próprias mãos, pois incorrerá, por sua vez, nas penas da lei.

A greve, como meio de pressão dos operários sobre os patrões, ou mesmo como acto de represália daqueles sobre estes, é, portanto, um acto de justiça primitiva,

ainda que não de uma pessoa, mas de um grupo de pessoas ou de uma classe social inteira.

E dizemos justiça, porque não encontramos outro termo mais ajustado, pois das greves resultam graves injustiças para a totalidade da população que sofre na sua economia geral e para cada pessoa em especial, sendo com frequência o menos afectado o patrão, que muitas vezes está ausente, ou é impessoal, como no caso das sociedades anónimas. Naturalmente, estas considerações têm aplicação adequada também à paralisação do trabalho provocada pelos patrões, usando do *lock-out* ou do expediente de despedimentos maciços.

Mas poderá objectar-se: Se isso é assim, como se compreende que tal direito esteja reconhecido em todo ou quase todo o mundo civilizado?

É verdade! Mal se compreende. Mas explica-se pelo facto de em quase todo o mundo civilizado o regime de sufrágio universal dominar a governação pública e o direito à greve fazer parte, por um lado, da técnica de captação de clientelas eleitorais, e, por outro, ser uma arma política de que todos os partidos ambicionam utilizar-se, em dado momento, contra um adversário mais forte nas pugnas eleiçoeiras.

Se fizermos um balanço às greves que por todo o mundo têm sido declaradas nos últimos dez anos, verificaremos que talvez nem 10% delas tenham tido como móbil a *necessidade* de impor aos patrões o último argumento em favor da melhoria das condições de trabalho ou da sua remuneração.

Acresce a isto que o liberalismo político ainda prevalecendo por toda a parte, embora profundamente

degenerado, deixa os operários entregues aos poderes do dinheiro, isto é, não distribui justiça social, e confere-lhes o direito de defesa, em obediência aos mesmos princípios que autoriza um camponês ter cão de guarda e a posse de uma arma de defesa, em zonas não regularmente policiadas.

Por isso, também, na economia moderna, a greve é um anacronismo, visto aquela exigir uma colaboração cada vez mais intensa e mais sincera entre os diferentes factores da produção.

Também, em Monarquia popular, tradicional, orgânica, o direito à greve não poderá ser reconhecido.

Além de tudo o mais que vai dito, porque a Monarquia não se desinteressa da justiça social e porque as desinteligências entre patrões e trabalhadores nunca poderão chegar ao extremo da *justiça* imposta por qualquer das partes discordantes.

E os operários não terão também de que se arrecear, porque na Monarquia o poder é independente, é justo, é dirigido ao Bem Comum, e não às potências do dinheiro. A Monarquia, não dependendo dos azares do sufrágio universal, não precisa de assegurar clientelas, nem de captar as simpatias dos plutocratas que se proponham financiar as despesas eleitorais das facções em luta.

Por isso, na Monarquia popular e tradicional que preconizamos e por que trabalhamos, o direito à greve não poderá ser reconhecido. Seria, além de tudo o mais, uma disposição social e jurídica inútil para aqueles a quem fosse outorgado.

NA MONARQUA NINGUÉM SERVIRÁ DE DEGRAU PARA OS OUTROS SUBIREM

A onda de indiferentismo que vem avassalando há tempo a vida cívica dos povos encontra a sua justificação, em grande parte, nas desilusões do *povo soberano*.

Aduladas as massas pelos propagandistas das democracias, fazendo crer ao povo que ele, sob o império da Realeza, era burro de carga pura e simplesmente, e acenando-lhes com a miragem de uma *soberania* que as levava ao estado progressivo de serem elas a designar quem as havia de governar, acreditaram nessas patacoadas e deixaram-se arrastar às atitudes mais deploráveis.

Não tardou muito que, por toda a parte, os mais honestos e inteligentes começassem a verificar o logro em que haviam caído e reconhecessem que a sua *soberania* era uma mentira ignóbil, pois nunca elegiam quem queriam, mas apenas quem era indicado por uns grupos estranhos denominados partidos, e das outras liberdades autênticas de que usufruíam nada restava de apreciável.

Os mais espertos procuraram tirar destes *partidos* o máximo proveito, consoante as suas ambições, contentando-se uns com mesquinhos lugares de contínuos,

de serventes, de burocratas, mas aspirando outros a lugares chorudos ou a posições de mando e de predomínio.

E assim se tornou patente um outro aspecto do logro, o qual consistia na ascensão vertiginosa de certos cavalheiros até dado momento apagados, ou no enriquecimento não menos rápido de certos pelintras, cravas ou caloteiros.

E daí nasceu um sentimento de renúncia e de amargura, próprio das pessoas que se sentem intrujadas, e que se traduz, com frequência, na expressão: *Não estou disposto a servir de degrau para outros subirem.*

E esta abstenção só tem sido vencida pelo medo. É certo que, a acompanhar a acção dos propagandistas das democracias, logo surgiram vozes lúcidas a contrabaterem essas teorias. Mas o seu clamor não foi ouvido, como era próprio da circunstância. A espíritos enlouquecidos não se pode pregar raciocínio, ponderação e calma.

De resto, as palavras *Liberdade, Igualdade e Fraternidade,* ainda que muito cristãs, eram apadrinhadas pelo Diabo, e tanto assim que foram dirigidas ainda mais contra a Religião Católica do que contra as Instituições Tradicionais. Daí o êxito que tal padrinho lhes fez alcançar, pois, como foi profetizado por Jesus Cristo, *os filhos das Trevas mostram-se mais diligentes do que os filhos da Luz em todos os tempos.*

Mas o reino das Trevas nem sempre poderá prevalecer, e aos homens que se mantêm fiéis às verdades eternas — *Deus e Rei* — compete batalhar, pelejar por que nos espíritos dos seus irmãos de *boa vontade* se

faça a verdadeira luz, mesmo a verdadeira luz política.

E a todos os desiludidos, aos saudosos das suas liberdades, aos arrependidos de antigas actuações, é mister, em espírito de caridade para com eles, para com a colectividade e para com a Pátria, dizer-se-lhes que o indiferentismo, a abstenção, a apatia nada resolvem e nada criam.

E até em reparação de erros cometidos é forçoso voltar à vida cívica, pugnando pela restauração da Monarquia — garante de todas as legítimas liberdades humanas, e onde *ninguém serve de degrau para outros subirem.* De facto, nunca é demais insistir no aspecto de honesta democracia de que se revestirão as instituições monárquicas, restringindo o sufrágio aos ambientes profissional e municipal, isto é, àqueles sectores em que todos são competentes, interessados e conhecedores de quem melhor poderá defender os seus interesses.

E esta soberania, exactamente porque é limitada (como limitado é todo o poder em Monarquia), é autêntica e não suporta a interferência de qualquer outra soberania, porque, nas *repúblicas do Rei,* manda o Povo, e nas Casas dos Vinte e Quatro, nunca houve lugar para um vigésimo quinto, fosse ele quem fosse.

Mercê desta restrição da democracia aos únicos ambientes em que ela é aceitável, porque só aí poderá ser honestamente exercida, toda a ascensão dos valores nacionais na escala social se faz à custa dos próprios méritos, revelados através da palavra, de obras de estudo, de atitudes, mas sem que o chamado eleitorado exerça o papel de trampolim para o salto dos ousados e dos ambiciosos.

Assim, a intervenção na vida pública, por parte de cada cidadão, nada terá de especial nem de extraordinário, porque se confunde com a intervenção própria de cada indivíduo no campo da sua actividade sindical ou da sua actuação familiar, estendida esta até ao agregado paroquial e municipal em que está integrado.

E, a contrastar com o que sucede nos regimes republicanos, quem, de facto, mandar directamente em cada um dos cidadãos, será quem a maioria deles quiser, tanto no município como na profissão. Não haverá grupos para o assalto ao Poder, ainda que seja lícita a formação de toda a classe de grupos reunindo indivíduos da mesma opinião, das mesmas simpatias e gostos, das mesmas aspirações e intenções.

A par da liberdade de pensamento e de expressão, a liberdade de associação para fins lícitos será outra das antigas liberdades a restituir ao Povo, para que delas possa fazer o melhor uso, com vista à realização dos seus fins humanos e sobrenaturais.

LIBERDADE SINDICAL?

Está sobejamente demonstrado, ao longo dos duzentos anos de idade da democracia partidista, que esta só mostra interessar-se pelos Sindicatos na medida em que julga que eles lhe possam servir de trampolim para os seus desígnios. E, se alguma vez finge aceitar uma ordem corporativa, curvando-se perante as realidades iniludíveis, é com a intenção oculta de a afogar ou de fazer dela *correia de transmissão* dos interesses partidários dos regimes do sufrágio.

Por seu lado, a miragem do comunismo já não pode ocultar a sua face de verdadeira escravatura, só se distinguindo da que a precedeu em ser movida pela técnica. E não há forma de se vislumbrar o advento da tal aurora de prosperidades, dos *amanhãs que cantam*, nem sombra de justiça social nas sociedades por ele dominadas mesmo há já quase cinquenta anos.

A chamada ordem corporativa não tem tido, até agora, larga audiência no mundo dos trabalhadores, devido a preconceitos proclamados pelos *democratas*, acusando-a de enfeudada ao tradicionalismo e, principalmente, ao catolicismo.

Não têm alcançado por ela, os trabalhadores, participação directa nos Governos das respectivas Nações. Mas alguma vez a obtiveram sob a democracia do sufrágio universal?

Para nós, a justiça devida neste campo às classes trabalhadoras — a nobreza do século XX, como lhes chamou o Conde de Paris — só será possível numa Monarquia Popular, porque a ordem corporativa implica uma ampla descentralização pela atribuição às Corporações e aos Sindicatos de um certo número de poderes avaramente retidos pela centralização que caracteriza os regimes de opinião.

Esta atribuição não implica por forma alguma a sujeição ou a subordinação dos Sindicatos aos Governos, estando até aceite por todos os teorizantes do Corporatismo que a representabilidade social dos organismos profissionais anda inexoravelmente ligada à sua independência. A verdadeira confiança dos trabalhadores nos respectivos Sindicatos só pode ser adquirida por livre eleição dos seus dirigentes. Se estes são impostos de cima, o Sindicato deixa de ser representativo.

A par disto, todo o organismo profissional deve romper a menor vinculação a qualquer poder político, para que não seja quebrado o respeito pela personalidade de cada um dos inscritos.

Baseado neste princípio, o sociólogo espanhol Ernesto Juliá (vd. *Nuestro Tiempo*, Julho-Agosto 1966) julga-se autorizado a repudiar a ideia do Sindicato único e a preconizar a liberdade de associação.

A nós, parece-nos sem fundamento o raciocínio do referido sociólogo, porque, sendo unos os interesses

de determinada profissão, não se vêem motivos para a multiplicidade de associações suas representativas. Isto equivale a admitir-se a legalidade partidária. De facto, que motivos se poderiam invocar para esta multiplicidade? Convicções políticas dos filiados? Crenças religiosas? Diferenças rácicas? Isso e tudo o mais seria inteiramente inaceitável, até porque a desvinculação de qualquer compromisso político é uma das características basilares dos Sindicatos, que só serão chamados a participar no sector Administração Nacional, ficando reservado aos escalões mais elevados da organização a representação nos Órgãos Legislativos, como elementos reais da vida nacional.

Se os fins dos Sindicatos não podem deixar de ser o interesse profissional e o interesse nacional, e o interesse dos trabalhadores seus filiados, à sombra destes princípios não há justificação para a multiplicidade ou liberdade sindical.

Mas, estamos de acordo que já a haja na dispersão dos regimes partidistas, até porque ao sufrágio universal convém inteiramente a divisão orgânica, para que mais facilmente possa reinar.

Também concordamos com Ernesto Juliá na sua afirmação de que o Sindicato, para ter força, se deve sempre apoiar na base, e não receber essa força do alto. Para isso, impõe-se que no seu seio impere a democracia, mediante a participação dos filiados na resolução dos problemas do trabalho que directamente os afectam e que, quotidianamente, se apresentam nas suas sedes locais. Para isto, será necessário que os dirigentes proporcionem uma informação completa, exacta, dos termos dos diversos problemas, peçam

pareceres, convoquem pequenas reuniões dos grupos mais interessados, para se conseguir acordos, e dêem esclarecimentos sobre as repercussões que podem ter as diversas medidas adoptáveis.

Esta democracia é a verdadeira democracia, a única possível e racional, consistindo em cada um dar opinião livre sobre aquilo que entende.

E a unicidade sindical, longe de a molestar, só servirá para a fortalecer pela coesão que lhe imprime.

A PROPRIEDADE PRIVADA

Passou este ano de 1967 o Centenário do «Das Kapital», de Karl Marx.

De facto, em 1867, o *profeta* da revolução social fazia publicar, em Londres, o primeiro volume da obra que marcaria a passagem das doutrinas socialistas, da sua fase utópica para a fase do socialismo científico.

No decurso destes cem anos, as realidades positivas, económicas, sociais se encarregaram de atirar com as *profecias* marxistas para a vala comum das coisas ultrapassadas, graças, em grande parte, à aplicação que delas começou a ser feita na Rússia, há precisamente também cinquenta anos.

É bem certo que nada há melhor para aquilatar do valor de qualquer princípio político-económico-social do que observar os efeitos da sua aplicação. E estes efeitos têm-se mostrado desastrosos e continuam a mostrar-se tal, porque revelaram a utopia da sociedade de abundância e, sucessivamente, outras tantas fantasias ou sonhos, como o da sociedade sem classes, a ditadura do proletariado (porque quem governa hoje nas *repúblicas populares*, não são os proletários, mas uma nova classe dirigente), o pacifismo (com a Rússia e a China transformadas em gran-

des potências militares), a economia colectivista, a abolição do lucro e da livre concorrência e, sobretudo, da propriedade privada, hoje em via de reabilitação, depois da desilusão completa a que tem conduzido as socializações no plano nacional e o desapossamento no plano das economias familiares.

Cinquenta anos de comunismo não foram até agora suficientes para fazer desaparecer nos russos o gosto da propriedade, embora o que eles, presentemente, têm o direito de possuir se resuma aos objectos de uso pessoal e de mobiliário das duas divisões que geralmente são adstritas a cada família, e ainda à caderneta da Caixa Económica cujo montante cada súbdito da Soviécia está autorizado a legar aos seus descendentes.

Os habitantes da cidade e os operários, um pouco mais privilegiados, dispõem também de meios de transporte individuais, como bicicletas e motos, cabendo aos altos funcionários, aos intelectuais e aos artistas o direito a possuírem um carro. Mas os recentes contratos concluídos pelo Governo de Moscovo com firmas estrangeiras, nomeadamente a Fiat, vão, sem dúvida, pôr o carro particular ao alcance de um maior número de pessoas num futuro ainda, para muitos, difícil de enxergar.

Alguns privilegiados (onde estás tu, igualdade?!) podem ser donos de vivendas no campo ou nos arredores das cidades, mas a título muito precário. Certos novos-ricos abusaram, no entender das autoridades, deste direito, na ditadura de Kruschtchev, e viram as suas casas confiscadas, por «terem sido adquiridas,

não à custa do trabalho honesto, mas por força de ganhos ilícitos no mercado negro».

Apesar de tudo, ainda subsistem bastantes destas propriedades, com o seu jardim e árvores de fruto e resguardadas dos olhares invejosos por um murete protector. Também estas casas podem ser objecto de herança.

No plano social, a posse de bicicletas, motos, carros e vivendas, não pode deixar de assumir certa importância, mas estes sinais aparentes de riqueza, por serem relativamente raros, não exercem verdadeira influência na vida económica daquele país.

No domínio agrícola, a propriedade individual atribuída aos Kolkozianos (sem deixar de ser propriedade do Estado) constitui apenas 2,5% da superfície cultivável, e cada propriedade não excede 2,5 hectares. Nela, o agricultor pode possuir uma vaca, criação e ovelhas, cabras e porcos, e vender os produtos no mercado Kolkoziano, que é ainda um mercado livre, onde a economia de direcção central não tem podido exercer senão uma fiscalização muito relativa.

Assim, estas pequenas explorações, cujo total não excede 6 milhares de hectares nos 190 da superfície arável da Rússia, desempenham, graças ao poder criador da propriedade privada, uma influência considerável na economia soviética, fornecendo cerca de 17% da produção global, atingindo 39% do leite, 40% das frutas, mais de 40% das batatas e 68% dos ovos.

A F. A. O., no seu relatório de 18 de Outubro de 1962, dizia: «Cerca de um terço da produção agrícola da U. R. S. S. provém do sector privado. As batatas deram um rendimento de 115,7 quintais neste sector,

contra 66 no sector comunitário; os legumes, 148,8, contra 80,9; o girassol 13,3, contra 7,6.

Kruschtchev quis atentar contra estes resíduos de propriedade individual agrícola, mas os efeitos desta ofensiva foram desastrosos e, a partir de 1964, os sucessores do *homem do sapato* puseram-se a anular as suas medidas, e já em Novembro de 1965, os próprios jornais russos podiam anunciar que, em Taschkent, 65% dos seus 1 200 000 habitantes eram abastecidos pelo comércio privado e apenas os restantes 35% eram pelos armazéns do Estado.

Neste país — pátria do colectivismo — a propriedade privada não cessa de aumentar o seu prestígio.

E no Congresso dos Kolkozianos, marcado para 1966 e depois transferido — «et pour cause...» — para 1967, já se prevê que eles irão pugnar por novas concessões, como o engrandecimento da superfície das suas propriedades, o direito a possuírem diversas vacas, etc.

A propriedade privada não foi, na sessão do Soviete Supremo, objecto de qualquer apreciação, nem dos costumados ataques.

Por isso os chineses esbravejam e dizem que o regime de Moscovo se está a aburguesar, o que é nitidamente verdadeiro.

É que, como escreveu Charles Maurras, «ninguém pode dizer *eu* sem dizer *meu*. Sem propriedade, o homem é um condenado à morte».

E acrescentou, a explicar: «Possuir é dispor de si próprio, é poder resistir aos outros e exercer uma influência, ainda que mais não seja, por reacção. A pro-

priedade confere autoridade, pelo menos, sobre os bens da terra e os frutos do trabalho».

A propriedade privada é um estímulo constante para o trabalho e para a produtividade, é a garantia da liberdade, sendo apenas necessário, nas sociedades modernas, que ela seja insofismavelmente colocada ao serviço do Bem Comum.

Se fosse necessário mais algum argumento a somar à multidão dos tão conhecidos, a começar no instinto de posse mesmo das crianças ainda sem uso da razão, esta *demonstração pelo absurdo*, efectuada durante 50 anos por uma Economia Colectivizada à escala mundial, seria a demonstração mais flagrante do erro da tese marxista.

Uma nova classe de possuidores se sobrepõe à antiga, a atestar que a ditadura do proletariado terá como paradoxal desfecho o desaparecimento do proletariado, pelo menos do proletariado que a instituiu e por quem serão, afinal, distribuídos os benefícios do progresso técnico e da propriedade colectivizada.

Mas para esta cabal demonstração não era necessário encher o mundo de ruínas e de luto, nem teria sido necessário provocar a histórica fome russa de 1922, a qual, no dizer do Prof. Bento Carqueja, «ficará sendo o símbolo horrendo da destruição da riqueza operada pelo bolchevismo», que não trouxe nem mais justiça nem mais pão e muito menos acréscimo de liberdade.

A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO

I

Esta expressão — democratização do ensino — tem corrido e continua a correr mundo, cantada por uma legião de cegos condutores de cegos e acolhida pelas multidões como um elixir capaz de lhes proporcionar o gozo máximo de bens e de serviços nesta sociedade de consumo em que estão mergulhadas.

Faz já parte do sistema do ludíbrio de todos por todos, que é uma das características mais destacadas das comunidades república-democráticas,

E, contudo, se reflectirmos um pouco, breve verificaremos que a tão batida expressão é, como muitas outras do vocabulário democrático, inteiramente vazia de sentido.

De facto, ensino e democratização são coisas, no fundo, antagónicas, porque quem diz ensino, diz caminho da selecção, diz intenção de diferenciar, diz tendência para a distinção.

É uma noção radicada no espírito dos pais afectuosos, que se preocupam com a educação dos filhos, dando a este termo, não o significado de aprendizagem de boas maneiras, da aquisição de princípios de respeito, de obediência, de delicadeza, de caridade, mas

o de instrução, uma instrução maior do que a primária que é acessível a todos — a única versão autêntica do ensino democrático —, mas uma instrução superior, mesmo a superior, a que confere título e habilita a cargos elevados, a situações destacadas. É também uma noção radicada nos próprios estudantes, os quais, interrogados que fossem a este respeito, declarariam a um por um que nunca se dispuseram a seguir um curso superior com a intenção de se democratizarem — excepção feita aos que não soubessem o que pensam nem percebessem o que dizem, que também já vai havendo disso mesmo pela Universidade, em indício forte de democratização...

Todos procuram a Universidade com a intenção de se distinguirem da massa dos seus convizinhos, para alcançarem um diploma profissional, para se superiorizarem, o que equivale a dizer que é para se aristocratizarem, já que nos tempos modernos a aristocracia do espírito e da inteligência suplantou o prestígio da aristocracia do sangue, outrora derivada sobretudo do esforço ao serviço da Conquista e da Navegação.

Porque não é senão um anseio de aristocracia a tendência para cada um se libertar do trabalho, mesmo do trabalho salariado, e procurar uma profissão liberal e uma concomitante ascensão na escala social.

O ensino democratizado procura-se, afinal, que seja um ensino de massas, ensino igualitário, indiferenciado, ao alcance de todos, sejam pouco ou muito inteligentes, sejam ou não aplicados, mesmo ociosos, não dotados de memória e de fraca vontade, inclusivamente abúlicos na totalidade. E daí a necessidade

de, democraticamente (agora, sim!), se irem reduzindo as possibilidades de uns se destacarem dos outros, eliminando as faltas, as provas, as chamadas, a escala das classificações.

Isto sim, isto é que, por ser a destruição do próprio ensino, se pode chamar democratização do ensino. Democratização e ensino são palavras de certo modo antagónicas.

É por isso que, em alguns países, em que a instrução das massas tem sido levada longe, tanto quanto possível, o que equivale a dizer, onde o ensino corre sérios riscos, se pensa já a sério na criação de super-universidades, destinadas exactamente a distinguir, a elevar os que possuem qualidades intrínsecas, porque a necessidade de sobressair é inata no homem e inteiramente justificável por parte dos que se sentem capazes de um maior esforço e almejam alcançar o êxito. E isto enquanto é tempo, porque a tendência última será para as próprias capacidade e competência começarem a mostrar acanhamento de se revelarem, porque o seu reconhecimento acabará por ser, à face dos direitos democráticos, uma afronta intolerável para a ignorância e a mediocridade das massas, bem cimentadas e niveladas em plano inferior.

Há bastantes anos, também, dois estribilhos tiveram largo curso no nosso País: o da dignificação da República e o da civilização do Carnaval.

A República acabou, de facto, por ser dignificada, mas dela não ficou senão a sua estrutura e aparência exteriores. Também o Carnaval foi civilizado à força e acabou por ficar reduzido a uma apagada data de calendário.

À democratização do ensino não sucederá coisa semelhante por esse mundo fora, porque ela tem contra si as realidades da natureza humana. Se ela tivesse êxito, do ensino não restaria, dentro de breves anos, senão o vago perfume da cultura, semelhante ao aroma exalado por velhas ânforas vazias.

II

A vulgarização do ensino é um fenómeno autêntico, iniludível, ao qual não se pode fechar os olhos, porque com isso nada se resolve. Pelo contrário, é preciso encará-lo bem de frente e procurar remédio para os malefícios dele resultantes, sem esquecer que dele também a sociedade, que o gerou, pode tirar alguns benefícios.

O verdadeiro cancro do ensino superior chama-se «democratização», escreveu Michel Dacier, em «Écrits de Paris», já em Agosto de 1968.

E acrescentou: «Na origem desta situação há uma ideia justa, qual é a de que a economia da sociedade moderna tem cada vez mais necessidade de trabalhadores muito qualificados em todos os seus sectores. É, portanto, necessário dar aos jovens um ensino sólido e apropriado».

Esta é, de facto, a outra feição deste fenómeno hodierno. Na opinião de Dacier, é preciso criar estabelecimentos intra ou extra-universitários que preencham esta necessidade moderna, porque é desservir o Interesse Geral e o interesse dos estudantes fazê-los entrar em multidão nas Faculdades, onde um grande

número deles só perdem o seu tempo e fazem perder o dos seus colegas.

Mas esta opinião parece-nos insuficiente ou demasiado simplista, porque não basta abrir estabelecimentos, sendo também necessário apetrechá-los suficientemente, sobretudo em pessoal docente. E um dos maiores males derivados da apresentação em massa de estudantes nas Universidades, consiste em não se lhes poder ministrar ensino, porque não se improvisam professores com a mesma facilidade com que aceita a matrícula de alunos.

Isso não implica discordância da necessidade de os Estados corresponderem ao fomento do ensino, criando novas Universidades, novas Faculdades, sobretudo descentralizadas, o que não só contribuirá para valorizar as capitais de distrito ou cidades de menor importância onde forem instaladas, como irá desmassificar o corpo discente, furtando os estudantes, numa certa medida, à propaganda dissolvente em meios ociosos.

Essa tendência é um facto já bem conhecido, quer no estrangeiro quer no nosso país.

A isto poderíamos chamar a política de expansão que teria a vantagem de neutralizar alguns malefícios que a pletora escolar exerce sobre os próprios alunos. Mas, como dissemos, mantém-se o problema dos professores. Para já, esta carência, associada à necessidade de entregar muito ensino aos assistentes, traduz-se numa baixa de nível, num envilecimento que é, afinal, da essência de todos os fenómenos democráticos.

E esta política de expansão, na opinião de alguns

pedagogos, nem sequer contraria a norma do «numerus classus» adoptada por algumas Universidades, que assim apenas admitem o número de alunos para que têm capacidade de ensino. Ainda que não falte quem considere aquela norma inteiramente retrógrada, e opondo-se à necessidade, já referida, de promover a formação do maior número de técnicos possível, ela, opondo-se à democratização, garante, por isto, um nível de ensino caracterizando-se por uma grande seriedade.

«A Universidade de massas — é ainda Michel Dacier quem o afirma — só serve para fazer degenerar o ensino e preparar a subversão geral pela proletarização sistemática dos estudantes que alberga».

Esta política de «diluição» das massas académicas num maior número de Faculdades nada tem de antidemocrática, mas exige, como complemento, uma política paralela de recrutamento de professores e uma modificação das condições actuais de prestação de serviço, para que não aconteça ser, em breve, esta profissão a dos homens que não servem para mais nada.

Nesta era de espantosa inversão de valores, a Universidade vê-se e deseja-se para preencher mesmo os seus actuais reduzidos quadros, porque as empresas privadas e os próprios serviços oficiais pagam melhor aos técnicos e aos cientistas recém-formados.

A par desta política de «diluição», a democratização do ensino exige como antídotos também uma política de «selecção» e uma política de «corporatização».

A selecção não pode deixar de ser feita por meio de exames. Pena é que os actuais exames de aptidão sejam encarados como um «frete» por candidatos e examinadores, e sejam objecto de uma benevolência geral que não se conjuga de modo algum com a intenção que os instituiu. Não é que estejamos a defender aqui o exame como instituição nacional, mesmo quase como um rito solene, que leva, como já foi dito, os professores a interrogarem durante quatro meses o que ensinaram em não mais de cinco. Mas o processo de selecção tem que prevalecer, embora modificado na sua forma, de modo que seja simples, que possa ser evitado quando desnecessário e dispensado quando o professor, pelo conhecimento que adquiriu do aluno, ao longo do ano lectivo, não julgue necessário submetê-lo a nova prova final.

Já dissemos algo sobre as bolsas de estudo, para demonstrar que elas têm tendência a transformar-se de processo selectivo em agentes de anti-selecção: «Corruptio optima pessima».

Já vimos escrita uma sugestão para a criação de cursos super-superiores. Não resolveriam a questão da democratização senão na medida em que, sendo seleccionadores por natureza, fossem dedicados a obter especializados para a investigação e para as carreiras docentes. Por fim, a corporatização será o antídoto político contra as consequências internas da massificação.

A situação de estudante é uma condição transitória que não confere, por isso, carácter profissional nem consente a sua organização em associações profissionais. Sindicatos de estudantes são coisa tão estra-

nha como o seriam Sindicatos de doentes — já foi dito por autoridade competente.

Mas isso não implica que, mesmo transitória, a situação de estudante não desfrute de certas liberdades, uma vez que se trata de elementos constituintes desta corporação chamada Universidade, à qual deverão ser atribuídas todas as liberdades corporativas.

Foi sempre prerrogativa das Universidades a eleição dos seus reitores, por forma democrática (a democracia, ao nível das Corporações e dos Municípios, é uma das bases da Orgânica Nacional), os quais funcionavam como delegados da Universidade junto dos Poderes Públicos, e não como delegados destes junto daquela.

Além disso, a Universidade deve ter a faculdade de designar o seu pessoal docente pelas vias que julgar mais convenientes, pois é ela a mais interessada no próprio prestígio, que depende, em grande parte, do prestígio pessoal dos seus professores.

O acesso aos lugares superiores deve ser reformado de modo a excluir a prestação de provas públicas — espectáculo que está dentro do quadro da democratização, mas que, em regra, não traz benefício algum ao ensino.

Será, na verdade, recomendável sujeitar um assistente, mesmo um professor extraordinário, com anos seguidos de docência, a sofrerem tratos em competições públicas, na presença dos seus alunos, confiantes no seu anterior ensino, que pode ser acusado publicamente de errado, de insuficiente, não actualizado ou mal orientado? Alguns opõem a isto o receio dos chamados «feudalismos», que se traduzem no facto

de o professor universitário poder vir a ser o único a dispor da plenitude do poder professoral: passagem no exame de licenciatura e de doutoramento, a escolha dos futuros assistentes, dos futuros agregados, dos seus sucessores.

Mas não é verdade que tudo isto se verifica mesmo em regime de provas públicas?

A solução mais equilibrada parece ser a manutenção dos concursos, mas feitos perante um júri qualificado, sem a presença do chamado «público» que, em 90 por cento, é inteiramente estranho aos assuntos em discussão e só lhe interessa o processo dialéctico e as fases de combate dos contendores.

Muito inteligentemente, a lei espanhola de 1965 estabeleceu que a passagem a professores catedráticos não seja feita por concurso de provas públicas, mas por selecção entre os professores agregados.

Quanto aos estudantes, deve ser-lhes assegurada a representação nos Conselhos Escolares que tratem assuntos de seu interesse, como horários, programas de ensino, exames, planos de estudo, etc.

A questão dos horários é primacial para os estudantes, porque estes precisam de conciliar ao máximo os seus interesses escolares e extra-escolares, e aproveitar frutuosamente os espaços vazios das aulas ou das suas actividades profissionais. O cábula, isto é, o que transforma o seu tempo de trabalho em tempo de ociosidade, não conta.

O estudante de hoje conhece o valor do trabalho e não ignora que a actividade intelectual é uma das mais desgastantes e necessita de uma contrapartida

em repouso e em exercício físico, para que o rendimento não caia totalmente.

Aos que se temerem de certas liberdades concedidas aos estudantes diremos que o remédio para os excessos de liberdade não é o corte total dessa mesma liberdade, mas a sua regulação em dose justa e adequada, tal como o remédio para os alcoólicos não é o corte total do álcool.

Qualquer tentativa de corporativismo universitário com os estudantes ausentes da administração escolar, com os próprios professores acostumados há muito a nada decidirem, seria inteiramente condenada ao malogro.

O que está indicado, neste campo, é vir encaminhando a vida universitária para um grau conveniente de autonomia, no que toca ao contrato do pessoal docente, administração, regime dos alunos, ordem e disciplina académica.

Assim, como Corporação autêntica, melhor poderá colaborar com os governantes, dentro de um espírito verdadeiramente independente e responsável.

III

Há pouco tempo reuniu em Roma um Congresso Internacional de Estudantes, organizado pelo Instituto para a Cooperação Universitária.

Estiveram nele representados onze países europeus e o tema tratado foi: «A Crise da Universidade. Suas causas e solução».

No relatório final foi afirmado que «a crise da Universidade é devida à incapacidade das instituições académicas para enfrentarem o incremento do número de estudantes e ao desvio da Universidade dos fins institucionais por pressões políticas ou económicas que limitam, ou suprimem na prática, a sua liberdade».

O primeiro relatório a ser lido foi o do representante alemão, que censurou os professores por usufruírem de um poder ilimitado que, muitas vezes, não só coarcta a liberdade estudantil, como até a tritura.

O delegado irlandês afirmou que o nó da crise universitária é o aspecto económico. A Universidade é só para ricos. A feição democrática é lá assegurada por uma ampla representação estudantil no claustro universitário.

O belga de Lovaina informou que, nesta Universidade, há actualmente 24 000 alunos inscritos. Não se cabe nas aulas! E o pior é que os professores são, na sua maioria, destituídos de vocação para as funções docentes.

O estudante italiano apontou a grande desarmonia existente entre a sociedade actual e a velha estrutura docente. A autoridade científica e pedagógica do corpo académico está em crise. Terminou opinando, num rasgo de visão inteligente, que o actual protesto estudantil, a estender-se por toda a parte, é estéril e infantil.

O delegado inglês, por sinal do sexo feminino, pôs, no seu relato, bastante optimismo e alegria, afirmando que, em Oxford, tudo corre bem, tudo está perfeito. Há autonomia, os professores têm uma actualizada vocação para o ensino; os alunos têm a sua

representação, conseguem o que solicitam e (caso raro para os tempos que decorrem!) estudam! Só é pena que o ensino se estenda apenas a 4% da juventude do país, em idade escolar.

Na Finlândia, são poucos os estudantes e poucas as Universidades. O problema deste povo — disse o delegado — é sobreviver em face da Rússia. Não há lá problemas universitários.

Por fim, os delegados espanhol e francês bateram a mesma tecla — pletora de estudantes, Universidades insuficientes e falta de autonomia.

A análise cuidadosa destes depoimentos insuspeitos permite-nos tirar uma conclusão bastante clara: um dos principais aspectos da crise da Universidade reside no «incremento do número de estudantes», na afluência das massas aos estudos universitários, para que estes não estavam preparados nem em instalações nem em pessoal.

E a prova é dada pela Inglaterra, onde «tudo vai bem», porque, entre outras coisas, só 4% da juventude do país estuda na Universidade, e também pela Finlândia, onde há poucos estudantes e muitas preocupações.

Em resumo: o mal reside na «democratização do ensino».

Democratização do ensino não é sinónimo de acesso dos melhores, independentemente da sua condição social ou financeira. Isto sempre foi possível graças à acção da Igreja, dos Estados e da munificência Real e dos diversos Mecenas. Em Portugal são exemplo disso, Viana da Mota, Columbano e Malhoa, e tantos outros.

As bolsas de estudo são o grande engodo da democratização, mas já hoje se reconhece que a sua distribuição e manutenção estão longe de satisfazer plenamente à finalidade de garantirem o acesso aos capazes com fracos recursos, porque não faltam os medíocres a mendigarem junto dos professores a concessão do «catorzezinho», para que não lhes seja tirada a bolsa.

Duplo logro, na finalidade do subsídio concedido e nas classificações atribuídas por espírito de beneficência, mas que vão colidir com a justiça distribuitiva em relação à colectividade estudantil.

Esta mesma democratização tem que ser responsabilizada pela quebra progressiva e notória do rendimento do aproveitamento escolar, porque a massa dos não-qualificados afoga e inibe a plena manifestação dos mais dotados.

Malapata tem este sistema que, onde se instala, tudo deteriora e decompõe! É que a democracia, o sistema do domínio das massas, é, por sua essência, contrário aos princípios da organização, da hierarquia (porque pretende ser igualitária), e nunca poderia deixar, por isso, de ser destruidora, factor de desordem e de confusão.

A democracia política lançou o mundo no caos em que se debate.

Também os alemães, depois da derrota, se propuseram democratizar o Exército, mas a forte adesão à disciplina e à hierarquia que caracteriza o povo alemão fez frustrar as tentativas de infiltração do civil no militar.

Pretenderam alguns clérigos democratizar a Igreja, e a amostra de confusão e de desordem por cada

cabeça querer dar a sua sentença bastou para eloquente lição. Ainda não foi extirpada a moléstia, mas todos os que acreditam no Espírito Santo e na sua assistência à Igreja de Cristo estão tranquilos a este respeito.

A democratização do ensino é, por sua vez, o maior responsável pela crise da Universidade. Sem dúvida! Mas este diagnóstico que fazemos não tem por finalidade arrumar o assunto.

É forçoso reconhecer que este fenómeno é inelutável e o que é preciso é enfrentá-lo resolutamente, procurando-lhe a terapêutica conveniente por forma, pelo menos, a neutralizar os seus efeitos nocivos.

O VIVER HABITUAL E O ESPÍRITO HERÓICO

Para a mentalidade materialista do burguês conservador e pacifista, o ideal máximo da existência consiste em *viver habitualmente*, isto é, em não se ralar, em comer bem e digerir sossegadamente, em engordar e gozar enquanto é tempo.

Esta baixa mentalidade é, porém, fonte de grandes perigos, porque na vida das nacionalidades, como, afinal, na das pessoas, abundam as épocas e as situações em que se impõe o recurso ao *espírito heróico*, para vencer e triunfar. E este não se improvisa nos momentos críticos, nem se instaura de um dia para o outro, antes tem de ser cultivado demoradamente, com carinho e persistência. De contrário, será como a árvore desprezada, que irá definhando e só dará frutos escassos e insípidos na hora da colheita.

É preciso estar-se sempre preparado.

Há anos, Plácido de Abreu, um aviador de «élite», mordia o solo, em plena cavalgada de beleza, num aeródromo francês, no decurso de arrojada competição desportiva. Todos os que o conheciam e admiravam deploraram tão profunda fatalidade, e não faltou quem asseverasse que o brioso e destemido oficial havia concorrido ousadamente a essa competição, mesmo sabendo que os meios de que dispunha eram insufi-

cientes e inadequados, pois não lograra obter os que julgava indispensáveis.

E, na hora em que o seu corpo mutilado baixava à terra que o viu nascer, uma voz se ergueu a dizer: «*É preferível termos cem bons aviadores a possuirmos um "ás" de aviação*».

Erro crasso de psicologia, infeliz fala, que assim pretendia opor ao risco do espírito heróico e de aventura o comodismo atraente do viver habitual.

Esquecia-se nessa sentença — tão pouco auspiciosa — que o herói, o que não preza demasiado a própria vida, é um índice iniludível da existência de um planalto moral para cuja formação os tais cem e mesmo muito mais funcionários de qualquer ramo, apenas hábeis e sabedores, nunca são suficientes.

Um elevado ambiente moral tende sempre forçosamente a destacar um dos seus componentes — o *herói;* como uma comunidade piedosa e fervorosa faz sempre sobressair o *santo;* uma corporação fortemente contagiada de saber e do desejo de conhecer, obriga a surgir o *sábio;* e uma sociedade penetrada de profundo sentimento emocional gera sempre o *seu poeta* que canta essa emoção e polariza as almas, reduzindo os corpos à sua verdadeira condição de simples invólucros carnais destas.

No século XV, Portugal teve sábios, santos, poetas e heróis.

Se estendermos agora a vista ao longo do panorama da vida portuguesa, poderemos perguntar: Onde estão, entre nós, nos dias de hoje, depois de longos anos de *viver habitual,* os Sábios com poder criador,

capaz de arrancar à Natureza os segredos centuplicadores do esforço dos combatentes pela Pátria?

Onde estão os Santos que, com a cruz numa das mãos e a espada na outra, galvanizem os corações, gritando que DEUS O QUER e que a luta contra o infiel é o mais eficaz meio de dilatar a Fé de Cristo?

Onde estão os Poetas, não para coleccionarem verborreias louvaminheiras, mas para cantarem em estrofes arrancadas à sua inspiração patriótica, toda a beleza do amor pátrio, levado até, quando necessário for, ao sacrifício alegre da própria vida?

Onde estão, mesmo, os Heróis que, como um d'Annunzio (oh, este também era poeta!), se sintam arrastados talvez num impulso quixotesco, mas belo e sedutor, a irem projectar sobre territórios isolados da Mãe-Pátria a sombra das suas asas de voluntários da aventura, com a Cruz de Cristo bem destacada — sombra traduzida em esperança e lenitivo para uns, em ameaça e apreensão para outros, mas também em afirmação indubitável de virilidade perante todo o Mundo?

Oh, sim! O espírito heróico não foi ainda totalmente abafado pelo *viver habitual*, e temos a prova disso agora nas afirmações de Fé e na oferenda de tantos que acorrem a bater-se no Ultramar.

Ele existe, sim, mas apenas como um germe, quase confinado naqueles núcleos de pensamento que, no meio da frieza, do cálculo e das medidas ajustadas da vida habitual, se esforçam por manter o ambiente próprio do amor ao sacrifício.

E é este ambiente que se torna forçoso criar e sustentar, e generalizar, para que, espontaneamente,

sem interferências amortecedoras, nem comandos diminuidores da personalidade, o espírito heróico se possa manifestar exuberantemente e dar frutos.

CLIMA, lhe chamou Mussolini, na sua linguagem expressiva de filho do povo, guindado pelo talento a condutor, ainda que mal sucedido, de um povo inteiro.

«Clima», sim, para a revelação das melhores virtudes militares, afastando dos seus naturais cultores a vizinhança deletéria das comissões, das benesses e das sinecuras amolecedoras; «clima», para a explosão do zelo apostólico e missionário, furtando o clero ao aburguesamento e ao espírito de burocracia na cura das almas; «clima», para a maturação dos frutos do espírito, ao sol e ao ar livre, isto é, em liberdade e sem medo; «clima», enfim, para a prestação do trabalho manual, com alegria e com ardor, mediante a sua justa remuneração e o afastamento de todos os motivos que possam dar a noção errada e perigosa de que não vale a pena.

Escorraçado das almas o ambiente morno da *vida habitual*, veremos ser mais considerado um herói do que uma multidão de cidadãos eleitores devidamente recenseados; um santo do que uma confraria inteira de devotos mais ou menos untuosos; um poeta autêntico do que uma academia inteira de venerandos escribas ou rimadores fáceis; um sábio do que um quadro completo de técnicos distinguindo-se pelo seu zelo, assiduidade e exemplar comportamento.

E assim, em qualquer emergência grave para a vida nacional, poucos serão os que não respondam — PRESENTE! — ao aliciante rufar dos tambores convidando à luta pelos lares e pelos altares.

Fomentar o contrário é promover a castração psíquica de uma raça que foi alfobre de heróis, impregná-la de pacifismo eunuco, levar os seus filhos a renunciar ao património acumulado em sete séculos talvez por medo à morte — à morte que é a única certeza da vida e que tem mais suavidade, mais brevidade e menos fealdade quando nos toca em pleno esforço de doação do que no aviltamento de um leito de dor e de amargura, reduzido o homem a um despojo sem aprumo nem vontade própria.

VIVER HABITUALMENTE?

Mas, no final, talvez possamos aceitar esta expressão, e não a repudiar de modo absoluto. Podemos aceitá-la, se, por tal for possível entender-se, em relação a um povo que tanto tem a defender e alguma coisa ainda a reclamar — não o ambiente morno e desvirilizante do gozo e do prazer, mas um estado permanente de alerta, uma disposição constante ao sacrifício, um convite premente à distinção, com repúdio total da foice razadora e incitadora à mediocridade e à simples vida animal.

Sim. Que seja este, hoje e sempre, o *viver habitual* de todos os portugueses de lei.

A OPINIÃO PÚBLICA E OS SEUS DIREITOS

Num discurso dirigido, em Fevereiro de 1950, aos jornalistas católicos, aquando do seu Congresso Internacional, realizado esse ano em Roma, S. S. Pio XII disse:

«*Onde não aparecer nenhuma manifestação da opinião pública, onde, sobretudo, houvesse que se registar a sua real inexistência, fosse qual fosse a razão a explicar esta ou o seu mutismo, aí se deveria ver um vício, uma doença, uma irregularidade da vida social.*»

E depois, ainda, o Padre Santo confirmava:

«*Afogar a voz dos cidadãos, reduzi-los a um silêncio forçado, é aos olhos de todo o cristão um atentado contra o direito natural do homem, uma violação da ordem do mundo, tal como Deus a estabeleceu.*»

São palavras e ensinamentos do Chefe da Cristandade, como sempre inteiramente justas e oportunas, porque se filiam no equilíbrio perfeito entre os direitos de Deus e os do homem, considerado este quer como pessoa, quer como elemento dos seus agrupamentos naturais.

Há, porém, por esse mundo fora, pessoas que, à falta de outras ocupações, se dedicam a brincar com coisas sérias, e a opinião pública também não escapou

aos seus trocadilhos, pretendendo diminuí-la ao designá-la por «opinião que se publica».

O pior foi ter havido «interessados» que imediatamente aproveitaram essa descoberta para a porem ao serviço dos seus desígnios, esquecidos ou procurando ocultar que mesmo a simples opinião que se publica é uma fonte certa de opinião pública.

Que vem a ser, então, opinião pública?

Sem pretendermos gravar definição, julgamos ser lícito dizer-se que opinião pública é a voz esclarecida da Sociedade, expressa através das assembleias políticas, da Imprensa, do livro, da rádio, etc. Em todos os tempos a sua importância levou os ambiciosos do mando a deturpá-la, a envenená-la, da mesma forma que os mandantes sempre se sentiram tentados a sufocá-la, em holocausto aos seus interesses pessoais e políticos.

A mais actual manifestação deste sufocamento consiste na apropriação pelos Estados totalitários de todos os meios de expressão. E naqueles países onde ainda certas garantias dos cidadãos são atribuídas nos diplomas legais — quase sempre tornados letra morta, porque os Estados que os elaboram são solícitos em exigir o cumprimento das leis, mas não cuidam, por seu turno, de satisfazer às cláusulas que lhes dizem respeito —, pesa, com muita frequência, sobre a livre expressão das opiniões, a arma poderosa e irresistível da censura prévia.

Tomemos para exemplo vivo destas afirmações o que se passou na França e na América — dois baluartes da Liberdade e dos Direitos do Homem.

Na França, depois da depuração consecutiva à «libertação», uma grande parte dos jornais existentes foram expropriados e ficaram na posse dos socialistas e dos católicos republicanos. Mas, apesar deste quase monopólio, a mordaça dos órgãos do regime sobre a liberdade de Imprensa apertou-se cada vez mais.

A informação foi censurada ou sufocada pelo Estado, sendo a tirania assegurada pela agência informadora oficial.

A pressão sobre os restantes jornais não-enfeudados estendeu-se cada vez mais e o lançamento de pesadas multas, por isto e por aquilo, não era a sua modalidade menos vulgar.

Na América, também apareceram queixas cada vez mais frequentes contra a pressão crescente da Administração sobre os órgãos da Imprensa. E a reacção dos grandes jornais foi-se tornando cada vez menos expressiva, o que constituiu sintoma de evidente gravidade.

Outrora, os jornais de Washington preocupavam-se em criar uma opinião, confrontando as diversas informações recolhidas nas esferas governamentais e discutindo-as nas suas colunas; presentemente, resignam-se a encher o espaço com as informações oficiais, sem as controlarem nem sequer as comentarem.

A apropriação dos órgãos da Imprensa, por compra destes ou por suborno ou corrupção dos que os dirigem ou redigem, é um mal profundo, muito superior à socialização da medicina, que por todo o mundo tem feito correr rios de tinta. Tal apropriação representa a anulação da crítica, e a crítica é a seiva vivificante do Estado.

O Prof. Garcia Escudero, da Universidade de Madrid, em interessante estudo publicado na revista espanhola «Arbor», exprime-se a tal respeito desta maneira:

«*Onde o Estado manejar de modo absoluto os órgãos da opinião pública, o fecundo diálogo Estado-Sociedade desaparecerá. O que chegar ao Estado como opinião pública será o mesmo que dele saiu e, nestas condições, acabará por morrer de inanição, porque se falta ao Estado o alimento — Sociedade —, ele terá de se alimentar das reservas do próprio organismo, as quais não podem durar indefinidamente; todo ele asfixiará numa atmosfera tão rarefeita.*»

O sufocamento da opinião pública pode conduzir inexoravelmente as Nações a grandes desgraças.

Foi ainda Pio XII quem afirmou:

«*Se não tivesse faltado a possibilidade de corrigir a actividade dos poderes públicos, o Mundo não teria sido arrastado para o torvelinho desastroso da última guerra.*»

A ninguém mais do que aos homens de Estado, prudentes e esclarecidos, convém que se estabeleça o diálogo a que se refere Garcia Escudero, porque, sem ele, o salutar efeito de uma crítica honrada, exercida por homens honrados, acabará por ser eclipsado por «uma propaganda incondicionalmente panegírica, que a ninguém engana e chega a fazer duvidar da própria verdade que acaba por ser tomada como mentira de propaganda».

Não se deve esquecer ainda que da sufocação da opinião pública, não só no campo da política, como nos da arte, da literatura, da economia, da sociologia

e até da filosofia, resulta um clima de receio, resulta a noção feita de que «não vale a pena» e perde-se a vontade de escrever, e tudo isto pode ser o prólogo de marasmo intelectual e da morte à nascença de tantos valores que poderiam revelar-se e enriquecer a cultura nacional e, mesmo, a universal.

Sem dúvida, a opinião pública tem os seus direitos, e ingorá-los, esquecê-los ou negá-los é deseducar um povo, é empobrecê-lo, é cortar a ordem dos valores humanos.

Ao lado da ordem, da disciplina, da obediência, também as liberdades devem ser consideradas um valor dos que mais importa considerar e acarinhar.

Tudo o que seja atentado contra elas terá a sua repercussão funesta na vida dos Povos, se não no presente, seguramente no futuro.

*
* *

Se, como dissemos, sempre os detentores do mando se sentiram tentados a sufocar as manifestações da opinião e não raros cederam a essa tentação, convém não confundir sufocamento com a vigilância cuidadosa que ao Estado, pelo menos em princípio, cumpre exercer sobre ela.

Na realidade, devendo ser o Estado o guardião do Bem Comum, sobranceiro a todas as teorias, a todas as doutrinas, a todos os interesses de grupo, cabe-lhe o dever de condicionar e regular aquelas manifestações e, até, de as depurar, sempre que elas mostrem sinais de adulteração ou de corrupção.

Sobre a opinião pública actuam forças opostas, todas afirmando a pés juntos que operam no sentido de a orientar e todas clamando que cada uma das contrárias é funesta, prejudicial e deformadora. Se somarmos a isto a circunstância várias vezes verificada de o Estado ter uma doutrina política, abraçar uma confissão religiosa, ser adepto de tal ou tal escola filosófica, cairá então sobre a opinião pública o cúmulo da desorientação, de que ela acabará por se defender pela única arma que possui — o desinteresse, prólogo do seu aniquilamento total.

Quando assim acontece, os Estados esquecem a sua missão de defensores do que é essencial à vida da Nação, ao progresso da Sociedade e ao bem-estar dos cidadãos, para se preocuparem exclusivamente com a defesa de si próprios, dos princípios que abraçaram ou instituíram e que consideram infalíveis e indiscutíveis, o que nem sempre se mostra justo nem defensável.

Ao Estado só deve ser lícito o uso dos seus meios de acção em defesa do que é fundamental para o Homem, para a Civilização e para a Nacionalidade, deixando livre a explanação de métodos e de processos, de esquemas e de programas que, segundo as diversas mentalidades, melhor possam conduzir à efectivação e aperfeiçoamento daqueles princípios fundamentais. Tornar-se «parte» numa controvérsia em que por sua natureza é «juiz», constitui contra-senso de que, mais tarde ou mais cedo, toda a colectividade sofrerá as desastrosas consequências.

Mas a defesa da opinião pública não pode limitar-se a levantar barreiras defensivas, a reprimir, a evitar.

Bem sabemos que é característica da formação burguesa o entrincheiramento, pensando que assim, melhor do que lançando-se ao assalto, defende o seu estimável corpo. A inteligência diz-nos, porém, que só poderá ser eficaz a destruição das doutrinas erróneas, se houver possibilidades de preencher o vácuo que isso provoca em certos espíritos, com a oferta de outros princípios tão aliciantes, igualmente sedutores, também satisfatórios embora em aspectos diferentes, como os daquelas doutrinas perversas.

Mas não é ao Estado, nem aos poderes dele derivados, nem à Polícia, que compete uma tal iniciativa, até porque ela, a surgir nestas condições, seria contraproducente, por só gerar desconfiança e desinteresse. O que lhe compete é, antes, fomentar o bem, acarinhando as manifestações da opinião que venham a produzir-se dentro do quadro acima traçado, ao mesmo tempo que reprime as outras, as que dele exorbitem, o desconheçam, ou lhe dirijam ataques dissolventes. Não basta neutralizar o mal. É preciso, paralelamente, tornar conhecido ou deixar que se conheça o bem.

Pode ser importante submeter a censura o que se escreve ou o que se diz, mas não é menos importante que se escreva e que se diga, que se façam livros, jornais e revistas, peças teatrais, etc., que se crie beleza, que se preste culto à verdade, ainda que ela doa a muitas pessoas de categoria e bem situadas. E este culto à verdade não pode nem deve ser minimizado a pretexto de defender outros valores, como a ordem, o prestígio da autoridade, a obediência, etc., porque isso constituiria autêntica traição do Estado

à sua missão educativa e fomentadora de tudo o que seja valor nacional e moral.

Quem assume a responsabilidade de orientação, não pode deixar de estar habilitado a discernir entre o que é «dizer mal», por princípio e finalidade, e o que é apenas «falar do mal», isto é, o que representa deformar a realidade com propósito maléfico, e o que se limita a ser descrição necessária dos aspectos maus da realidade, com a intenção de tirar disso os ensinamentos humanos que eles comportam.

O conhecimento do mal nem sempre será um mal, e até poderá, muitas vezes, tornar-se num bem, pela reacção salutar que contra aquele é susceptível de se originar.

A virtude não reside na ignorância, a que vulgarmente se chama a inocência, mas sim na recusa em aderir ao mal ou de com ele contemporizar. O mérito não está relacionado com o conhecimento; está-o com o querer, com a vontade. Compreende-se que, desta maneira, a desorientação da opinião pública tanto pode proceder de um excesso de liberdade, como de um excesso de repressão.

Mas, perante quem tem responsabilidades morais e políticas, podem pôr-se, como caso de consciência, as perguntas:

Será permitido deixar em liberdade de actuação os poderosos meios modernos de difusão do pensamento?

Será remédio corrigi-los imediatamente?

E o mal que produzem será assim susceptível de neutralização? Ou não será antes como a seta despedida que já não volta ao arco?

Em consciência, também, poderá responder-se:

O mal que causam as armas de fogo ou as navalhas é reconhecido por toda a gente. Como, porém, possuem o seu carácter útil, ninguém ainda se lembrou de proibir a sua venda, e basta, para defesa da Sociedade, condicionar o seu uso mediante disposições legais. O mesmo sucede com tantos medicamentos que, com uma frequência notável, são transformados em venenos a ingerir ou ministrar a outrem; mas como também são manifestamente úteis, há leis reguladoras do seu emprego e da sua aquisição.

E quando acontece que essas leis são transgredidas, ninguém perdeu por isso a cabeça, a ponto de causar males muito maiores com proibições e racionamentos.

Assim se deve pensar a respeito das liberdades, e quando se verificar abuso delas, não obstante o seu condicionamento legal, seja isso levado em desconto dos benefícios reais que o seu gozo proporciona permanentemente.

A salvação exige uma margem de risco — diz Garcia Escudero: «A liberdade produz bastantes males imediatos que o tempo transforma muitas vezes em bens».

Esterilizar, pode equivaler a tudo destruir, porque, ao mesmo tempo que se matam os germes maléficos, se destroem por igual os benefícios.

O ideal, nas Sociedades, é, portanto, a existência de uma lei dura, mas justa, que, dando garantias de expressão, dentro do ambiente moral e nacional, garanta igualmente a Sociedade contra os malefícios da desorientação, quer vinda do estrangeiro, quer nas-

cida por degenerescência no seio das nacionalidades.

Há, porém, épocas anormais em que, ao lado da lei reguladora, se necessita de um organismo repressor, o qual será benéfico ou maléfico, consoante o espírito que o anima e o uso que dele se fizer, isto é, consoante for posto ao serviço do interesse comum ou se dedicar à defesa de interesses privados; consoante se dedicar à vida da Nação ou apenas à defesa de uma facção.

Esse organismo tem, nos nossos dias, o nome de Censura, e chamava-se, antigamente, Mesa Censória. No futuro, não sabemos que nome virá a ter, mas decerto não será nenhum destes, porque qualquer deles é antipático e de reminiscência odiosa para quantos (e é às vezes uma população inteira) lhe têm sentido a sua acção.

Mas, a manterem-se as condições actuais da vida mundial, nenhum programa político poderá, sensata e sinceramente, prometer que não recorrerá a tal organismo, por maior que seja o respeito que da sua doutrina resulte pelas liberdades dos cidadãos.

VIII

ULTRAMAR

O PERIGO DA DESNACIONALIZAÇÃO

Tal como nas famílias os filhos crescem, se desenvolvem e, atingindo a maioridade e a independência económica, passam, em regra, a governar-se por conta própria, assim também na vida dos povos que foram e são pais de outros povos, os territórios filhos se vão desenvolvendo e engrandecendo até surgir a fase natural de maturidade económica e cultural que os leva a constituírem unidades diferenciadas e bem caracterizadas. Nem sempre isto significa o separatismo, pois também na família assim não sucede, e até a amizade e o afecto somam às vezes novos elos; e o património comum, ainda que partilhado nos benefícios, raro é destroçado, sendo antes regra que se desenvolva com a incorporação de novos elementos de trabalho e de inteligência.

O separatismo só surge, nos povos como nas famílias, quando os responsáveis fecham os olhos às realidades, quando se recusam insensatamente a reconhecer o direito, gerado pelo tempo e pela vida, e pretendem dominar, concentrar e subjugar, preferindo que se salvem os princípios a que se salvem as colónias — como opinava um indefectível republicano da nossa praça.

Nos povos que, como o português, se estendem por territórios ultramarinos e tiveram a infelicidade de perder, ainda que transitoriamente, o vínculo da Realeza a ligar à Mãe-Pátria as terras distantes, tornadas diferentes mesmo nos que foram colonizá-las, mercê de uma progressiva acção do clima e dos hábitos, dos cruzamentos e das relações de vizinhança — o maior perigo que pode atingi-los, neste aspecto, é o da desnacionalização dos próprios filhos lá instalados e dos seus descendentes.

Contra ele devem os governantes estar prevenidos e dispostos a actuarem sem preocupação de prestigiar pessoas ou regimes, porque acima de tudo isso, que é transitório e, muitas vezes, apenas «vanitas vanitatum», está a Nação, que é eterna, e a sua unidade inviolável.

Ora a desnacionalização tanto se pode operar por via interna como por via externa, ou, por outras palavras, as causas de desapego à Mãe-Pátria tanto podem ter origem nesses territórios longínquos (longe da vista, longe do coração — diz o povo), como serem lá introduzidas por medidas ou atitudes imprudentes provenientes da Metrópole e tendo a sua origem quer em manifestações de fraqueza, quer em ostentações inoportunas e desnecessárias de força e de poderio.

O mal da desnacionalização nunca provirá dos indígenas, que só excepcionalmente adquirem a noção de Pátria e, quando a atingem, é sempre com a insuficiência de nada poderem ligar ao território que habitam ou de terem que a relacionar a outro de onde provém o mando e a autoridade.

À fase de ocupação militar, tão brilhantemente realizada sob a inspiração do grande Rei D. Carlos, seguiu-se a de ocupação económica, não menos louvavelmente conduzida por exploradores e comerciantes, por colonos e criadores.

Durante largos anos, a África era terra de desterro, e quem para lá ia voluntariamente, curtia saudades da «sua terra», para cá enviava ou colocava os lucros do seu trabalho e, quando podia, regressava, a procurar descanso e remédios para o fígado e para as sezões. Eram os africanistas, segunda edição dos brasileiros.

O clima era inóspito, o convívio difícil, a vida cheia de perigos trazidos pelos homens, pelos animais, pelas plantas e até pelos insectos e micróbios.

Em cinquenta anos, tudo se modificou, e presentemente assiste-se ao desenvolver da fase de fixação. O que cada um lá ganha, lá enterra; a ocupação económica acentua-se e progride, porque, onde chega o homem, desaparece a floresta e, com ela, a caça e as feras, os insectos e as doenças; o número de brancos e suas famílias é cada vez mais elevado, e a vida de sociedade vai-se tornando cada vez mais fácil, com as suas visitas, reuniões, tertúlias e clubes, tanto nas cidades do litoral como nas vilas do interior; os recursos económicos são enormes, de colocação pouco difícil e, em certas circunstâncias, de cotações elevadas que proporcionam fartos lucros.

De tudo isto resulta a formação de uma classe média, de uma burguesia constituída não só por funcionários, como já também por comerciantes, indus-

triais, agricultores e membros de profissões liberais sem dependência oficial.

E os filhos desta burguesia lá nascem, crescem e se educam em liceus e escolas. Uns vão adquirir conhecimentos mais profundos a Universidades estrangeiras, outros procuram para esse fim a Metrópole. Mas tanto estes como aqueles sentem que a «sua terra é lá», e para lá fogem logo que se podem libertar.

É certo que o estudante universitário de Coimbra ou de Lisboa experimenta idênticos sentimentos em relação à sua província natal, mas as consequências derivadas ou deriváveis de um e de outro fenómeno não são perfeitamente idênticas. Em muitos casos, até os pais se sentem já deslocados na Metrópole, quando acontece virem por cá e, passados poucos dias, só não regressam se não podem. É que, tendo, depois de quinze ou vinte anos, perdido o contacto com os amigos, não conhecendo os locais de reunião, já não contando parentes e não tendo ocupação habitual, a vida torna-se aborrecida e a Metrópole perde todo o encanto em comparação com a ridente Província a que se afeiçoaram.

É nesta fase de fixação, a qual teria forçosamente de se prolongar ainda por algumas décadas, que a Metrópole tem de exigir dos seus governantes uma atenção especial, quer quanto aos governadores, em quem delega os seus poderes, quer quanto à necessidade de acompanhar o progresso vertiginoso desses territórios, auxiliando-os nos seus empreendimentos e procurando antever-lhes as consequências, a fim de se evitarem motivos de desnacionalização e se

tomarem as disposições conducentes à anulação dos que forem surgindo.

*

* *

Dividimos em externas e internas as causas possíveis de desnacionalização, abrangendo, na primeira designação, todas os que, provenientes do Poder Central ou local, pudessem ter efeito perturbador nos sentimentos dos portugueses do Ultramar, em relação à Metrópole; classificámos de internas as derivadas das próprias condições de evolução dos territórios e da mentalidade dos seus naturais ou assimilados, mas susceptíveis de só se manifestarem como tais na medida em que forem deixadas entregues a si próprias, sem atenuantes ou antídotos.

Começaremos por apreciar alguns dos primeiros. Um dos factos que mais choca tanto portugueses como estrangeiros, é a existência de barreiras alfandegárias entre a Metrópole e os territórios nacionais de Além-Mar.

Se lá é tanto Portugal como cá, não se compreende como possam estar sujeitas às leis aduaneiras as trocas comerciais entre territórios que se abrigam sob uma bandeira comum. Ainda há poucos anos se fazia referência, em documento tornado público, à estranheza de certa firma estrangeira, a qual, a propósito de certas dificuldades de pagamento, argumentara para uma congénere angolana: — Não dizem vocês que são aí tão portugueses como os que estão na Metrópole? Porquê, então, essa falta de escudos portugueses?

Na realidade, certos factos parece contradizerem as doutrinas e os princípios... As barreiras alfandegárias são uma espécie de consagração, «avant la lettre», de todo o espírito de separatismo e de emancipação, pois permitem gravar no subconsciente dos industriais, comerciantes, agricultores, etc., a noção de uma economia angolana ou moçambicana autónoma e não solidária com a total economia portuguesa, de cujo conjunto terá de ser participante.

Alguém nos afirma que esta estranha política pautal está mitigada, mas isso será ainda pior, pois equivale a dizer que subsistiria o princípio irritante sem se tirar dele o proveito correspondente e previsto.

Que desta fonte provirá para o erário avultada receita, não seremos nós quem o porá um momento em dúvida, mas pensamos que a desejar-se, de facto, suprimi-la, não seria difícil operar a sua substituição por uma taxa de produção ou de consumo ultramarinos — coisa em que os peritos financeiros não encontrariam qualquer obstáculo insuperável.

Igualmente fácil remédio poderia ter outra causa — e esta directa — de desnacionalização que é o actual regime de licenças dos funcionários ultramarinos, que leva a reduzir substancialmente os vencimentos daqueles que se deslocam até à Metrópole, quando o que todos reconhecem como justo e conveniente era serem-lhes antes acrescidos, visto uma deslocação larga implicar sempre determinadas despesas imprevistas.

Disto resulta o funcionário fugir ao gozo da licença na «sua terra» e deixar que se passem dez, vinte, trinta

anos sem retomar contacto com ela, esquecendo-a, desinteressando-se, alheando-se.

Outras nações com menores responsabilidades neste campo, não só facilitam as viagens à Metrópole, como até obrigam o funcionário a efectuá-las, com o que ainda fomentam um intenso tráfego marítimo e aéreo entre os diferentes territórios da mesma comunidade nacional.

Assim, tudo indica que se deveria fazer entre nós, determinando-se que o funcionário natural da Metrópole, pelo menos até certa idade, devesse gozar cá parte da sua licença disciplinar.

Neste ambiente de «não importequismo», em que vamos vegetando, não é de admirar que muitos portugueses assimilados em novas paragens geográficas sintam pouco interesse pelo que se passa na Metrópole, à excepção das flutuações governamentais, pela influência directa que exercem na administração local e na vida económica do Ultramar. A agravar este desinteresse, cometeu-se o erro de considerar um princípio patriótico a «neutralização» política do Ultramar e, ao tentarem realizá-lo com afinco digno de melhor causa, não se aperceberam os «neutralizadores» de que estavam quebrando mais um laço de afeição de portugueses distantes do coração da Pátria, sobretudo dos que se mantinham fiéis à Tradição Nacional, pois, ao contrário dos outros, estão menos expostos a deslizar para as fórmulas de desagregação individualista e libertária.

Talvez com aquela mesma finalidade, foi determinado, em 1947, que todos os funcionários que desejassem publicar livros ou artigos, fazer confe-

rências ou palestras de teor não científico, literário ou técnico, deveriam submeter os seus escritos à apreciação do respectivo Governador, o que, sendo sobremodo vexatório, teve por principal e quase único efeito levar quase todos à renúncia dessas actividades intelectuais.

Se nos lembrarmos de que a grande massa das pessoas cultas nas Províncias Ultramarinas era então, e é ainda hoje, constituída por funcionários, facilmente se poderá concluir quanto tal determinação encerra de ruinoso para a vida do espírito daqueles territórios e, portanto, para a sua desnacionalização.

Segundo os princípios dessa medida, o Governador-Geral é a «única entidade em condições de poder encarar os problemas da administração pública da Colónia, de um plano superior», pelo que só a ele deverão ser os problemas apresentados, sem «as consecutivas e injustificadas perturbações da opinião pública». Este peregrino conceito de que o conhecimento perturba e a ignorância é que dá calma e equilíbrio, será defensável em vários campos, como o da sanidade corporal ou o da infidelidade conjugal, mas nunca no da governação dos povos, porque, neste sentido, opinião pública e povo são inteiramente sinónimos.

Será caso para perguntar se a entidade referida também é a única em condição para encarar «de um plano superior» os problemas que lhe disserem respeito pessoalmente...

Sem termos a pretensão de resenhar todas as influências desnacionalizantes extrínsecas, mas de responsabilidade nacional, até porque isso não seria

necessário para dar uma noção segura do problema, não queremos deixar ainda de fazer referência às iniciativas do Poder Central que se traduzam em inferiorização dos brancos locais em face dos indígenas.

Não temos citado exemplos do que afirmamos para não se poder pensar que estas considerações serviriam para explicar ou mesmo justificar palavras ou atitudes de insubmissão, mas, neste aspecto, parece-nos conveniente fazer uma leve referência que, pelo seu carácter típico, é suficientemente esclarecedora.

É preciso que tudo o que sai daqui para lá constitua uma «élite» dentro da respectiva classe ou condição social, para que aquele prestígio não sofra quebra, e antes, na medida do possível, vá sendo progressivamente robustecido. Outro exemplo deriva da excessiva protecção dispensada, em certos casos, aos indígenas, a qual começa a traduzir-se no aparecimento de pretos ricos ao lado de brancos pobres. Daqui a tornar-se o preto patrão do branco vai apenas um passo, porque, lá como cá, quem vale é quem tem.

Ao indígena tudo é dado, desde as sementes aos animais reprodutores e às vacinas; o branco, se não tem de pagar tudo, paga, pelo menos, muito, o que lhe reduz consideravelmente os proventos. E, no fim, o indígena recebe a pronto o valor dos produtos da sua colheita que entrega, enquanto que o agricultor branco espera às vezes seis meses e um ano pelo dinheiro. E isto, onde não há praticamente crédito agrícola e um banco de fomento é apenas projecto de longínqua realização, tem grande importância. Por isso, um destes, num gesto de compreensivo humo-

rismo, requereu há pouco para ser considerado indígena, a fim de poder melhorar a sua condição económico-social. Pode dizer-se que foi um gracejo, mas que revela um estado de espírito que está mesmo longe de ser esporádico. E como a culpa é sempre do Governo...

É por isto tudo que na Administração Ultramarina deve haver todo o cuidado em limar arestas vivas, em não levantar animosidades, em não descontentar.

Bem bastam, para nossa atribulação, os factores intrínsecos que, sendo fatais, não podem evitar-se, mas exigem diagnóstico pronto e terapêutica oportuna e eficaz.

*

* *

A história das nossas duas grandes Províncias Ultramarinas — pelo menos destas — é dominada por um facto actual de importância enorme: a existência de um número cada vez maior de naturais, que não são mestiços, frutos de uniões acidentais entre europeus idos de cá e as mulheres indígenas, mas são antes brancos, filhos de famílias europeias regularmente constituídas, os quais lá vão crescendo e não tardarão em fundar novos lares.

E estes portugueses não podem ser considerados de segunda classe, como em hora de infeliz inspiração os designou pessoa de excepcional responsabilidade, porque se lá é tanto como cá, Portugal, o mesmo critério deve ser aplicado aos homens que povoam esses territórios, guardadas embora as condições de civilização, de intelecto, de sangue, etc.

O pior, porém, é que a legislação se vai embebendo desta distinção que nem sequer é racial, em vez de procurar atenuar as consequências deste fenómeno tão importante para a integridade futura da Nação Portuguesa, encarada no seu conjunto. E, assim, esta segregação inconcebível vai sendo atiçada, aparecendo já em provas de exames agrupados à parte os indígenas pretos, os brancos autóctones e os naturais da Metrópole.

Não é difícil aceitar-se que pessoas nascidas e criadas a milhares de quilómetros da Mãe-Pátria, sem nunca a terem visitado, sem já estarem a ela presas por quaisquer laços de sangue, pouco afecto por ela poderão ter. Como já escrevemos uma vez, o patriotismo é uma forma de amor, e não há amor sem conhecimento. Se ainda por cima a Metrópole os considera com direitos inferiores aos dos outros cidadãos, só porque lá nasceram, e isso em consequência de um plano que ela própria concebeu, não será de admirar que estes cidadãos de além-mar, não reconhecendo qualquer superioridade cívica ou intelectual nos que são designados por seus superiores, sintam nascer em si o desejo de conquistarem, *por qualquer forma*, uma plenitude de direitos humanos e nacionais.

Se acontece que esses rapazes e essas raparigas vêm fazer na Metrópole os seus estudos universitários — já que os liceais são todos feitos lá — poderão ainda adquirir uma formação satisfatoriamente portuguesa, pelo contacto com outros estudantes de todo o Portugal, os quais ficarão, pela vida fora, companheiros de curso, e pela vivência, durante pelo menos cinco anos, de um ambiente *só* português. Mas quando,

pelo contrário, acontece, e está acontecendo frequentemente, que ao saírem do liceu vão para Universidades estrangeiras, nomeadamente as Sul-Africanas, então somam ou podem somar na sua formação intelectual novos motivos de desnacionalização, mesmo sem disso se aperceberem ou a isso aderirem deliberadamente.

Por isto nos parece que a ideia frequentemente exposta, da criação de Universidades Ultramarinas, deve ser de afastar em definitivo, porque uma Universidade é sempre um centro de independência cultural que seria erro grave criar e alimentar.

Em lugar disso, convirá antes oferecer bolsas de estudo na Metrópole a todos os estudantes finalistas dos liceus ultramarinos lá nascidos e sem família cá, a fim de que o motivo económico não possa ser invocado para a preferência pelas Universidades estrangeiras. Será dispendioso, mas, como será também bastante rendoso, no fim sairá barato.

A iniciativa tão feliz de deslocar até às províncias de África alunos dos cursos superiores, no sentido de fazer nascer no espírito desses rapazes um interesse sincero por aqueles territórios afastados, tem de ser seguida de uma outra iniciativa a realizar sem prejuízo, ou mesmo com prejuízo desta, a qual é a de proporcionar aos filhos de portugueses brancos, nascidos em território ultramarino, visitas demoradas à Metrópole, aos seus monumentos, aos lugares históricos, onde lhes serão dadas curtas mas claras elucidações sobre o seu significado e as glórias que uns e outros nos permitem evocar, honrando, ao mesmo tempo, os por-

tugueses que nelas afirmaram a grandeza do nome que todos usamos.

Ninguém ignora que já uma vez isso se fez sob o signo da Mocidade Portuguesa. Necessário é que se faça todos os anos e, preferivelmente, que a iniciativa não tenha qualquer rótulo de política partidista ou ideológica. Se a neutralização política do Ultramar é, como demonstrámos, um erro, a neutralização política de iniciativas patrióticas é uma virtude, além de marcar um signo de lógica na mentalidade neutralizante.

E, para compensar o aumento de famílias civilizadas autóctones, é de desejar que se prossiga no esforço de colocar no Ultramar o excesso demográfico metropolitano, procurando-se, assim, que os laços sentimentais de união continuem a ser alimentados durante largos anos, pelo menos, por uma parte considerável da população.

*

* *

Uma outra causa intrínseca de possível desnacionalização reside no paralelo que possa ser feito entre o progresso dos nossos territórios e o dos mandatos ou nações vizinhas. Estão estes últimos prenhes de riqueza, de recursos da técnica, e daí advém para os seus habitantes um bem-estar económico notável e um grande alívio de encargos fiscais.

Por que não temos nós nível de vida semelhante? Não são as nossas terras tão produtivas como aquelas?

Por que não temos liberdade de vender directamente e livremente o nosso algodão, o nosso café, os nossos minérios, a nossa copra ou o nosso açúcar? Aproveitarão as restrições à economia geral ou irão antes beneficiar «trusts», grupos industriais, etc.?

Para que não surjam estas e outras interrogações colectivas, forçoso é prosseguir na política de fomento iniciada, embora adaptando-a às necessidades mais prementes, às obras mais oportunas e mais rendosas, e regulada em harmonia com a capacidade económica das populações. Lá, ainda mais do que cá, seria erro grave sacrificar a geração presente às futuras; aquela poderia insurgir-se e estas não agradeceriam, passadas muitas dezenas de anos.

*

* *

Este facto de as Províncias Ultramarinas estarem a começar a ser povoadas por gente branca definitivamente fixada ou já lá nascida, gozando de plena independência económica, é o mais importante para a vida da Nação, nestes tempos que decorrem, e exige a adopção de uma mentalidade política governativa, orientada no sentido de, por um lado, se lhe atenuarem as consequências lógicas, e, por outro, evitar-se tudo o que possa conferir-lhe qualidades novas lesivas, mais tarde ou mais cedo, à unidade nacional.

Acresce que a filosofia da História nos ensina não haver Impérios republicanos capazes de resistirem a grandes provações (a França o mostra à saciedade) e as viagens de soberania serem apenas ilusórias

perante populações a quem se ensina constantemente — porque isso é da essência das Repúblicas — que a soberania reside no próprio povo, tanto assim que é solicitado a manifestar periodicamente a sua vontade e a designar os que hão-de governá-lo.

INTEGRIDADE DA NAÇÃO

Por vozes responsáveis do Governo foi publicamente anunciada a intenção de se proceder a uma revisão constitucional englobando diversas disposições de ordem política e, em especial, de política ultramarina.

E esse anúncio não pode deixar de ser interpretado como um convite explícito à opinião pública, para que, nesta tribuna oficialmente reconhecida que é a Imprensa, e as razões por que entende dever aplaudir, ou antes, fazer reservas às medidas propostas.

E nós não podemos deixar de agradecer este convite, porque, não havendo neste regime, republicano e democrático, qualquer vislumbre de oposição organizada, forçoso é consentir-se e até desejar-se que os cidadãos, individualmente, manifestem as suas opiniões quando elas não coincidem precisamente com as dos governantes que se vão sucedendo.

Sobre as modificações da Constituição, há, como se sabe, dois modos de ver diferentes. Segundo um, que não deixa de ter muita razão, uma Constituição Política é um contrato fundamental, propriedade da Nação, sério, inviolável, obrigando tanto os que mandam como os que têm por dever obedecer.

E não pode, por isso, ser constantemente modificada ao sabor das conveniências políticas dos que governam, ou a ser violada pela inquietação político-social dos que se insurgem, revoltam ou desobedecem. Para que haja confiança, por parte da comunidade, nos seus Governos, é essencial que esta mesma comunidade sinta que tem liberdades claras e insofismáveis, e que, comportando-se em harmonia com as disposições legais, não sofrerá nem nessas liberdades nem na sua propriedade, incluindo na propriedade o sagrado direito ao trabalho e ao emprego.

Opinam outros que um povo em evolução permanente não pode ser regido por disposições rígidas que, a partir de certo momento, se tornam anacrónicas, e a lei fundamental da Nação terá de ir acompanhando a evolução natural da sociedade.

Será assim? Talvez seja. Mas não tanto quanto muitos pretendem. Em qualquer caso, o que é necessário é encontrar o ponto de equilíbrio entre estas duas opiniões opostas.

*

* *

Desde a grande doutrinação do Integralismo Lusitano, não se têm cansado os monárquicos portugueses de clamar pela descentralização administrativa e de denunciar a centralização, demonstrando, sem qualquer receio de réplica, os seus nefastos resultados.

Todas as Repúblicas são, por natureza, centralizadoras, e vivem perante um dilema permanente: ou centralizam avaramente para que a nação se confunda

com o partido ou com os partidos, ou, em nome da liberdade, conduzem uma acção descentralizadora, desastrosa, que compromete, *à la longue*, a unidade nacional.

Em conferência que pronunciámos em Lourenço Marques, há alguns anos, mas que já não fomos autorizados a repetir na Beira, por a isso se ter oposto o então Governador, comandante Peixoto Correia, tivemos ocasião de afirmar que às Províncias Ultramarinas deveria ser concedida autonomia administrativa e económica, tal como às Províncias Metropolitanas, mas que, sem perigo nacional, isso só poderia ser concedido por um regime capaz de aplicar plenamente o princípio da subsidiariedade, isto é, pelo regime monárquico.

Somos, portanto, suficientemente objectivos para podermos notar nas medidas propostas certos perigos, sem incorrermos em pecado de contradição.

Não temos dúvidas, pois, em afirmar que o poder regional preconizado sob regime republicano pode vir a ser fortemente atentatório da Unidade Nacional.

Não é aconselhável, no plano dos factos, pensar segundo uma lógica monárquica e aplicar os resultados desse raciocínio em regime republicano.

O regime monárquico é, por sua essência, agregador, enquanto que o republicano é também, por natureza, desagregador.

Enquanto que, por isso, a Monarquia pode distribuir, generosamente, liberdades locais e regionais, sem perigo para a Unidade Nacional, as Repúblicas são a isso fortemente avessas, e, quando armam em gene-

rosas, perdem a acção, embora os republicanos venham depois dizer que se salvaram os princípios.

Em Itália foi-se para esse caminho e os separatismos logo surgiram, tanto mais que a unidade italiana é ainda muito recente. Em Espanha reconhece-se que não se pode ir para aí, por causa dos movimentos separatistas, mas quando amanhã, no país vizinho, governar, de facto, a Monarquia, talvez isso já seja possível e até aconselhável.

O exemplo da Inglaterra é bem frisante, pois tem conseguido manter, graças à instituição monárquica, e não obstante os surtos socializantes e libertários, uma comunidade com todos ou quase todos os territórios a que concedeu autonomia.

A França, pelo contrário, perdeu politicamente todo o seu frondoso império colonial, e as relações que ainda mantém com algumas antigas possessões são de simples carácter paternalista. E a concessão de autonomia administrativa às regiões, longe de atenuar o separatismo, como o bretão, irá, com certeza, agravá-los, porque isso é que está na lógica dos acontecimentos.

Poderá o génio português afrontar os perigos da descentralização, da *autonomia administrativa e política* concedida sob regime republicano?

Dir-se-á que é uma experiência. Mas quem é que está autorizado a fazer experiências no corpo vivo da Nação, mormente quando se vai contra a sua tradição e os ensinamentos da sua história?

As nossas Províncias Ultramarinas são, duas delas, muito mais vastas do que o território europeu. Têm possibilidades económicas muito mais extensas e a

densidade de população pode tornar-se, de um momento para o outro, explosiva. Se não existirem motivos fortes de unidade — e as Repúblicas só excepcionalmente não são regimes de desunião nacional, pelo culto dos partidos e das eleições, em que tudo é posto em jogo, desde a Constituição ao Chefe do Estado — cada uma delas pode tornar-se, de um momento para o outro, num novo Brasil.

E não lhes faltarão incentivos, ajudas e cumplicidades internacionais para atingirem esta finalidade. Isto, aliás, já foi uma vez anunciado, imprudentemente, por S. E. o Cardeal Cerejeira, uma vez que foi a Angola, chamando a esta Província o Brasil do futuro.

Se os resultados forem, assim, desastrosos, como poderão ser reparados?

Talvez, em face deles, muitos acabem por se convencer da indispensabilidade de restaurar o regime monárquico, para salvação da Unidade Nacional, por ser o único capaz de conciliar estas liberdades, generosamente outorgadas, com a autoridade agregadora, conciliadora e acolhedora.

Deus escreve direito mesmo sobre linhas tortas, o que é preciso é que, chegada a hora, não tenham muitos de reconhecer que, afinal, demasiado tarde aprenderam ou que erraram ao repudiarem aquilo que durante décadas foi publicamente ensinado com ciência certa e patriotismo inegável.

UNIDADE NACIONAL

A unidade é uma aspiração constante e suprema da Humanidade.

O homem é, em si, uma unidade. A família, que é a base das sociedades, é também uma unidade. E quando esta unidade nela é quebrada, eis que deixa de ser família, para ser apenas ajuntamento mais ou menos numeroso de pessoas na mesma casa. Da reunião das famílias nascem agrupamentos populacionais, cada vez mais fortes e poderosos, sem que deixem de ser unidades, embora de grau mais complexo, como os povoados, as freguesias, os municípios, as províncias, até atingirem um grau superior, chegado ao qual todos os seus componentes aspiram a constituir uma Nação, unida, livre e independente.

No próprio sentimento religioso, a noção de Deus, Uno, Senhor e Criador, domina a pluralidade de divindades, concebida hoje apenas por raras e atrasadas populações.

S. Paulo pregava aos Efésios: «Só há um corpo e um espírito, como também uma só esperança, a que fostes chamados pela vossa vocação. Só há um Senhor, uma fé e um baptismo; um só Deus e Pai de todos...» E nos Evangelhos não faltam alusões à unidade. Escutemos o apelo de Cristo: «Pai Santo, pelo Vosso

nome, guardai aqueles que me entregastes, a fim de que sejam um só, como nós... Para que todos sejam um como nós, ó Pai!»

São palavras do Evangelho da missa votiva pela unidade cristã.

E, na parábola do Bom Pastor, também vamos encontrar a aspiração fervorosa de Cristo a que um dia haja um só rebanho e um só Pastor.

A própria essência da Pessoa Divina, concebida como uma Trindade, segundo a Fé cristã, não anula a noção de unidade, antes a impõe, como dogma, como fundamento basilar da Fé.

Inclusivamente, o princípio chamado democrático de os povos terem o direito de dispor dos seus próprios destinos (o qual só tem sido aplicado *aos outros* e não há maneira de os vermos a gozar dele, países como a Polónia, a Hungria, a Lituânia, etc.), não é senão uma homenagem à unidade política de populações já com a consciência segura de uma unidade geográfica, de uma unidade étnica, cultural, linguística, etc., e que não se conformam com a pluralidade que lhes é imposta e a que andam agregados.

Há pessoas a quem esta palavra *unidade* causa apreensões e receios, porque vêem nela um intento de opressão, capaz de obrigar toda a gente a pensar da mesma maneira, a proceder do mesmo modo, a falar a mesma linguagem, a movimentar-se no mesmo sentido.

Mas quaisquer abusos cometidos à sua sombra, não podem justificar a mínima aversão a esta palavra.

Toda a unidade implica diversidade. À própria

unidade de Deus anda ligada a diversidade das Suas Três Pessoas.

A unidade do espírito não exclui, antes postula o exercício das três faculdades fundamentais, da memória, do entendimento e da vontade.

A unidade do corpo pressupõe e exige mesmo uma infinidade de funções, de reacções, todas conducentes à finalidade comum. E nos próprios seres inferiores, mesmo nos de estrutura mais rudimentar, qualquer indivíduo, isto é, qualquer ser vivo que não possa sofrer divisão sem perda da sua vida, encerra, muitas vezes, numa só célula — como as bactérias —, aquela soma admirável de funções e de actos elementares diversos que lhe garantem a sua nutrição, o seu crescimento, a sua adaptação, a sua reprodução.

Também nas sociedades, que não são outra coisa senão *corpos organizados*, a unidade pressupõe uma variedade de atitudes, de opiniões, de actividades, sem as quais ela não poderá manifestar-se ou sequer existir, como não se manifesta na imensidade dos grãos de areia duma praia que, não obstante estarem todos juntos e serem todos iguais, na forma, no aspecto e na constituição, não se ligam para formarem qualquer agregado estável e harmónico.

No entanto, este princípio da unidade não tem projecção ilimitada. E, no plano do convívio humano, o seu limite são as Nações.

Poderão os que se intitulam cidadãos de todo o mundo perguntar: E por que não um só agregado humano, uma só Nação?

Essa aspiração esporádica de internacionalismo é utópica, porque, a separar a humanidade e a contrariar

a sua unidade geral, interpõem-se as raças, as línguas, os climas, as produções, os hábitos dos povos.

E, assim, como não seria possível juntar numa só orquestra e pôr a tocar simultaneamente nela um número ilimitado de músicos, à espera de se obter uma harmonia de sons, também não devemos esperar unidade da utopia internacionalista, em que todos os povos fossem regidos pelas mesmas leis que um deles elaborasse e fizesse cumprir, independentemente dos usos e costumes dos outros. Compreende-se, assim, facilmente que o limite mais alto da unidade, política e social — se situa na *Unidade Nacional.*

*
* *

Não se deve confundir unidade nacional com a aberrante exigência de unanimidade de opiniões no agregado nacional, que é a tendência de todos os regimes totalitaristas, ainda da afeição de muitos que se dizem nacionalistas.

Adoptam estes regimes ditatoriais o lema: «Quem não é por mim é contra mim», inteiramente dentro da tendência para o endeusamento que caracteriza os ditadores, porque só perante o Ente Absoluto — DEUS — é legítimo invocar esse princípio.

De facto, a noção de Deus como Ser Absoluto não permite qualquer opção diferente do Sim e do Não, porque perante o Absoluto não há condicionalismos, não há hipóteses, não há circunstâncias a ponderar nem alternativas a propor.

Quem não é por Ele é contra Ele. E tanto assim

é que, neste aspecto, os homens se dividem em cristãos e ateus, em crentes e descrentes, não havendo lugar para qualquer agrupamento de anticrentes, porque se subentende que ser descrente é desprezar Deus, e desprezar Deus é ser contra Ele, sem qualquer atenuante que possa valer de explicação.

Sabemos que há pessoas apenas indiferentes à ideia de Deus e outras que são, mais do que isso, inimigos, odientos e rancorosos contra tudo o que diz respeito a Deus e à Religião. Mas, não há dúvida de que tudo isso são modos diferentes de se ser contra Deus.

E não sei qual deles será o pior. Ou antes, sei. Sei, porque o Divino Mestre fez a sua escolha dizendo a uns tantos: «Conheço-vos e sei que não sois nem quentes nem frios. Por isso vos lanço da minha boca para fora, porque me causais náuseas».

Cristo não se insurgiu particularmente contra os seus inimigos e até pediu ao Pai que lhes perdoasse, porque não sabiam o que faziam. E o chamamento que faz a muitos que O perseguem, tantas vezes apenas porque O desconhecem, tal como fez um dia a Saulo de Tarso, na estrada de Damasco, atesta eloquentemente que ao ódio corresponde com o Seu amor, e é este sempre o vencedor.

A legião moderna dos convertidos parece indicar, sem dúvida, que a indiferença consciente é bem pior do que a hostilidade.

Quem odeia Deus, crê, afinal, n'Ele. Ninguém odeia o nada, o que não existe. E, por mais paradoxal que pareça, o ódio a Deus é um acto de fé, *sui generis*. Só Deus sabe, porém, os motivos do ódio manifestado,

e só Ele tem possibilidade de destrinçar entre os requintadamente maus e os transviados, os desiludidos ou *enganados*.

Este parêntesis serve apenas para ilustrar a afirmação que fiz de que a nenhuma criatura humana é lícito apropriar-se de princípios de ordem divina, porque, além de presunção, pode, em certos casos, ser blasfémia!

Mas, o que é certo é que os ditadores promovem o próprio endeusamento, procurando fazer crer aos seus contemporâneos que são diferentes dos outros homens, proclamando pela própria boca, ou pela dos seus turiferários, sinais de predestinação. Muitas vezes fazem alarde da amizade ou da consideração dos que o povo tem como santos, e não raro chegam a insinuar um bafejo divino que lhes garante protecção especial.

E quando acontece saírem ilesos de atentados (como aconteceu com Hitler) ou alcançarem êxitos notórios em qualquer sector da sua actividade (como foi o caso de Estaline), logo mandam tocar as tubas canoras e belicosas, a atestarem que, «verdadeiramente, este é o homem a quem o Destino entregou a salvação do seu povo».

E não é preciso que acreditem em Deus. Pelo contrário, quanto mais ateus, mais pretendem ser endeusados.

Mas estes deuses das democracias (porque se baseiam sempre nos favores do sufrágio universal, já que não lhes é possível dispor de qualquer outra fonte de legitimidade), como não possuem a paciência, a bondade, a longanimidade do Senhor do Universo, não respeitam no homem a liberdade que este recebeu

com a Criação (e em tão elevado grau que até lhe é permitido usá-la contra si próprio e contra Quem lha outorgou) e, confundindo unidade com unanimidade, reprimem toda a voz discordante da sua, mesmo que seja respeitável, porque «quem não é por eles é contra eles». Então, surge à luz do dia apenas a fauna dos que dizem: Sim, sim; assim seja.

E estes mesmos acabam por ser a perdição dos chefes totalitários, porque, não lhes falando verdade e mantendo-os alheados das realidades sob a influência da adulação, ocultam-lhes males que a tempo poderiam ser facilmente remediados e que, retardados, acabam por os tornar odiados de muitos que começaram por ser seus seguidores. E sobre esta planície, tão laboriosamente nivelada, reinará a paz de Varsóvia, porque todos os que *não eram por eles* foram condenados ao silêncio — ou ao silêncio dos cemitérios ou ao silêncio da sufocação intelectual.

Há graus diversos desta psicose política, sem dúvida.

Na História contemporânea, pode dizer-se que entre Mussolini e Estaline houve uma grande diferença. A mesma que há entre um tiro na nuca e uma purga de óleo de rícino. Mas o princípio original é o mesmo — o orgulho desmedido. E só difere na adaptação que dele é feita à idiosincracia dos *diferentes* povos.

Não é desta unidade nacional que desejamos falar, mas daquela que se alimenta da diversidade, que sabe harmonizar e conquistar o acordo no essencial, deixando que o pormenor seja discutido, anali-

sado e aprovado ou reprovado, sem consequências importantes quer numa quer noutra destas hipóteses.

Assim, na base deste conceito de unidade nacional está, logicamente, o livre exercício das liberdades legítimas, quer individuais quer colectivas, tanto de ordem económica — as adstritas à Família e ao Sindicato —, como de ordem administrativa — as próprias dos Municípios e das Províncias.

As liberdades são um atributo natural do homem. Mas, porque o homem é um ser livre, é, por isso mesmo, um ser responsável.

E do uso que faz da sua liberdade tem que dar contas neste mundo e no outro.

Quem se limita a cumprir ordens e não tem direito de iniciativa no âmbito das suas funções, é irresponsável; não se lhe pode pedir contas. É o que sucede nas acções militares, das quais só são responsáveis os chefes, os dirigentes, os comandantes. O simples soldado, assim como mal partilha da glória que a vitória traz, também não é responsabilizado pelas agruras e humilhações da derrota.

A não ser que, em qualquer emergência, tome ou tenha tomado atitudes independentes, derivadas da própria iniciativa, porque, então, tanto poderá ser condecorado ou promovido, se tiver êxito, como acabará fuzilado, se o não tiver.

Não há responsabilidade onde não há liberdade. Uma e outra caracterizam o homem, rei da Criação.

Mas, porque o homem é um ser social, aplicou o exercício das suas liberdades aos vários aspectos da sua personalidade, e, assim, pode-se falar de liber-

dades políticas, de liberdades sociais, liberdades religiosas, liberdades profissionais, etc.

É do livre exercício destas liberdades, devidamente ordenadas pela lei, limitando-as em relação a cada um, pelas liberdades alheias, que podemos dizer resultar a *unidade nacional*. É o único limite que legitimamente pode ser posto às liberdades do Homem — o exercício das liberdades do seu vizinho, do seu próximo. *A liberdade para tudo* que alguns analfabetos reclamam é uma ilusão de que só o homem da selva, teoricamente, poderá usufruir. E dizemos teoricamente, porque, não tendo este garantia alguma para o exercício das liberdades de que pode desfrutar, vive ilaqueado, mesmo no aspecto material, pelas limitações que lhe são derivadas da inferioridade das suas forças físicas e da preponderância dos elementos naturais. Todos os limites impostos às liberdades do Homem que excedam o quadro da defesa do Bem Comum são atentatórios da dignidade humana. E constituem uma violência revoltante se são obra de um grupo ou de uma facção dominante que procura a todo o transe evitar que os seus actos lesivos da comunidade, ou os abusos que vai cometendo ou já cometeu, ou consente que se cometam, sejam objecto de crítica, de censura ou de pública condenação.

Seja-nos permitido voltar à imagem da orquestra, muito do nosso agrado, talvez porque a consideramos símbolo da harmonia e, portanto, uma imagem flagrante da unidade baseada na diversidade. Numa orquestra de dezenas de executantes, é preciso, para que haja beleza e arte, uma abundância larga de

timbres, de intensidades e de alturas de sons. Duas condições são, porém, basilares: que, na partitura, a liberdade de execução de cada um seja sabiamente regulada, e que, a par disso, haja alguém, dotado de competência e de independência, para conjugar, ordenar, dirigir, lançar uns, conter outros, e oferecer aos que escutam uma unidade de sons traduzida em inefáveis harmonias.

Não basta, portanto, que cada executante saiba fazer uso do seu instrumento e ler a lei, a pauta que tem na frente. É preciso que haja um maestro que não seja objecto de discussão, ou de escolha, entre os ouvintes. E não daremos novidade alguma se adiantarmos que, quanto mais competente for o maestro, mais apreciável resultará a execução, isto é, o concerto. Façamos agora uma ligeira divagação: suponhamos que um dia, com o teatro cheio, um espectador, exibindo o seu bilhete da geral, subia ao palco e, à boca da cena, já com a orquestra alinhada, exclamava: Meus senhores. Não estamos em época de privilégios. Isto de reger orquestras não pode continuar a ser um monopólio de maestros e de quaisquer outros senhores que usam casaca. Proponho que a orquestra seja hoje regida por um de nós, designado por sufrágio universal de todos os presentes. No meio de grande entusiasmo, a proposta foi aprovada. Feita a eleição, segundo as normas clássicas deste dever cívico do voto (que começou por ser um sagrado direito), verificou-se ter sido designado, por maioria, para maestro daquela noite, o cidadão que ocupava o lugar número 23 da plateia.

E o concerto começou.

Alguém acredita em que tenha havido harmonia, unidade, beleza na execução da 5.ª Sinfonia de Beethoven, ou da Flauta Mágica de Mozart? O eleito não tinha preparação especial para a função, os músicos não tinham confiança nele, a parte da assistência que o havia escolhido aplaudia tudo, mesmo as maiores asneiras, e a parte que havia votado em outros pateava tudo, mesmo o que, por acaso, saía bem. Que pena — diziam alguns espectadores mais razoáveis e independentes — um homem tão inteligente, este regente eleito!

E nós acrescentaremos: Não basta, senhores espectadores, inteligência para reger uma orquestra. O regente até pode ser apenas medíocre. O que se exige em elevado grau é competência, educação especial, continuidade no exercício dessa actividade, brio e pundonor artístico que não podem ser atributos de um dirigente acidental.

Mas, enfim, todos estarão pensando que, se isto alguma vez acontecesse, seria de um absurdo extraordinário.

Pois seria. Estamos também de inteiro acordo.

E só nos admiramos de que nem toda a gente esteja de acordo em que é igualmente absurdo a designação, por processo semelhante, de quem há-de harmonizar, reger, dirigir a grande orquestra das actividades nacionais.

O regente é fundamental à unidade.

Mas fiquemo-nos agora por aqui, neste importante problema, e assentemos em que a unidade nacional, como corolário de exercício das liberdades individuais (pensamento e expressão), não está forçosamente rela-

cionada com uma imposição de unanimidade de opiniões, mas exige apenas uma adesão basilar a pontos comuns de significado nacional, sem prejuízo, e até postulando, uma diversidade de opiniões, todas orquestradas no sentido do Bem Comum.

*
* *

Poderá parecer a espíritos mais dados à dedução que a consequência última destas considerações sobre liberdades individuais seria a apologia da existência de partidos, no campo da governação pública.

Nada mais errado, porque entre partidos e unidade nacional existe um antagonismo, não só etimológico, como de ordem prática.

Os partidos são, por definição, os grandes inimigos da unidade nacional.

Mas há correntes de opinião que não podem ser ignoradas — dirão alguns... Pois há, mas não são as correntes de opinião que geram os partidos; são estes que dão origem a fictícias correntes de opinião, lançando nos espíritos os germes da inquietação, da indisciplina, dos ódios e das ambições pessoais.

Não há partido algum que se forme que não seja para a conquista do Poder, e daí a necessidade táctica de fomentar e sustentar lutas que possam ter por resultado final essa ansiada posse. Ora, este ambiente de lutas pelo mando cria um estado de alma análogo ao da guerra civil, primeiramente nos espíritos e depois nas ruas, como ensina a história dos acontecimentos contemporâneos.

Por outro lado, os adeptos, os filiados, aparte uma minoria de sinceros e de idealistas, constituem essencialmente clientelas ávidas de benesses, de retribuições à custa do erário público, como o atestam os orçamentos e os quadros de funcionalismo de quantos Governos conhecemos dependentes dos azares do sufrágio.

Na prática, os partidos transformam-se em agrupamentos de gente ambiciosa de mando ou de benefícios, a distribuir à custa da justiça, da equidade, da economia nacional, transformando cada vez mais o Estado numa empresa hipertrofiada de pessoas que quase nada produzem e se limitam a parasitar o esforço dos que trabalham e são obrigados a sustentar o regabofe.

Quem diz partidos diz pluralidade, e não pode, portanto, dizer unidade. E com a agravante de se tratar de pluralidade no essencial, que chega, muitas vezes, a estender-se ao próprio princípio da Nacionalidade.

Já não se trata de um pleno exercício de liberdades, porque não pode haver liberdade contra as liberdades, uma vez que estas só dentro da comunidade nacional podem ser exercidas e garantidas. Como natural evolução — não como exagero ou adulteração — os partidos tendem para a pulverização e tornam impossível o governo das Nações, pela instabilidade governativa, que geram o entrechocar dos seus interesses e a insatisfação das suas ambições.

Será então o ideal, o partido único?

Decerto que não, porque, como já foi dito de início,

este não cultiva a unidade — fomenta, sim, a unanimidade.

Não esqueçamos, porém, que por toda a parte onde o partido único tem feito a sua aparição, ele é a consequência lógica e fatal da existência e da obra dos partidos.

Um dia, o mais forte dentre todos, o que conseguiu agremiar mais gente, atrair mais simpatias, criar um sentimento de aversão à actuação partidista e preconizar a sua eliminação do ambiente nacional — esse, ganha a adesão dos que estão cansados de serem mal administrados, de serem mal governados, de serem mal dirigidos, e, por qualquer mecanismo dos muitos que há para se alcançar o que se deseja, toma conta do Poder.

A sua primeira preocupação é manter-se, é eliminar todos os outros que se lhe opõem, é aguentar-se, e, para isso, restringe todas as liberdades, comete os maiores atropelos e arbitrariedades, agrava os direitos fundamentais da pessoa e vai cobrindo tudo isso com o respeito à lei, a uma lei que ele próprio elaborou, talvez em transgressão das leis básicas da Nação e, às vezes mesmo, da moral. O êxito é assegurado pela vigilância da autoridade, também por ele nomeada e convenientemente armada.

É a ditadura que, dêem-lhe os obcecados as voltas que lhe derem, poderá durar muitos anos, mas nunca mais do que aqueles que durarem os que se arvorarem em ditadores. Mesmo assim, chegam para levar as nações e os povos à ruína moral e política.

Reconhecemos que, havendo liberdade de pensar, liberdade de falar, liberdade de escrever, há-de haver concordâncias e discordâncias, pontos de vista diferentes, ideias e iniciativas diversas.

Como se expressarão estas diversidades, ou como poderão expressar-se num regime de unidade nacional?

Cada assunto de interesse humano comporta opiniões diferentes que podem ser perfilhadas por muitos ou poucos, mas — assentemos desde já — todos competentes, isto é, com suficiente conhecimento de causa para opinar e apreciar.

O maior mal da democracia do sufrágio universal foi ter trazido para a rua a discussão dos diversos problemas que têm, na Nação organizada, ambientes próprios para serem discutidos e apreciados. Na rua, nada se resolve, ainda que muito se possa discutir. E a frase — da discussão nasce a luz — só não será errónea se a limitarmos à humilde, cerimoniosa e correcta troca de pontos de vista entre gente sabedora e conhecedora do assunto em causa.

Afora isto, podemos dizer que nasce muito mais luz, ou nasce quase toda a luz, para a Humanidade, do silêncio, quer dizer, do estudo calmo e quase ignorado efectuado na penumbra dos laboratórios, das bibliotecas, dos gabinetes ou mesmo das simples oficinas.

Haverá então correntes de opinião sobre quê? Sobre educação e ensino? Métodos pedagógicos? Programas? Onde poderão elas ter origem e manifestar-se?

Nas Universidades, nas Escolas, nas Academias científicas, nas Associações de estudantes, de encarregados de educação, etc.

Haverá também modos de ver diversos sobre a maneira de honrarmos a Deus e de Lhe prestarmos culto? Sobre sistemas morais? Quem poderá legitimamente manifestá-los?

O Episcopado, o Clero, as Ordens Religiosas, os Institutos Missionários, etc.

Sobre aspectos do trabalho, no que se refere à sua remuneração, às garantias necessárias ao trabalhador, isto é, à sua segurança, à sua reforma, à sua saúde, à sua emancipação?

Podemos, então, esperar opiniões dos Sindicatos de trabalhadores, dos Sindicatos de patrões, das Empresas, Companhias de Seguros de acidentes de trabalho, etc.

Pode ainda haver maneiras de ver diferentes quanto ao modo de se defender tudo aquilo que é nosso das cobiças dos estranhos, sejam simples pessoas ou povos vizinhos, e também quanto às garantias das liberdades de cada um?

Demos então a palavra ao Exército, à Polícia, à Magistratura, à Justiça, aos Juristas, etc.

Sobre métodos de produção, comércio, fomento, circulação de capitais, crédito, moeda, etc.?

Escutemos as Associações agrícolas, industriais e comerciais, o Bancos, as Cooperativas.

Ainda sobre o bem-estar dos povos, a sua saúde, meios de transporte e de comunicação social, etc.?

Podemos ouvir os Municípios, as Províncias, as Freguesias, as Misericórdias, etc., etc.

Falta algum ambiente onde as pessoas competentes e habilitadas possam discutir os assuntos do seu conhecimento e procurar resolução para os problemas da vida?

Parece que não e, no entanto, ao longo desta quase fastidiosa resenha, não topámos com sombra de necessidade de partidos políticos.

Mas falámos de pessoas competentes, de pessoas conhecedoras. E isto e aquilo contradizem-se. Talvez o maior mal do votismo é pôr todos a discutirem tudo, atribuindo tanta capacidade ao competente como ao incompetente, tanta importância ao honesto como ao desonesto, tanto valor ao ladrão como ao homem honrado. São todos representados, perante as urnas, por um papel que conta como um voto, indiferentemente, a somar a todos os outros. Não haverá ninguém sensato que seja capaz de defender o princípio da equivalência ou mesmo a superioridade de apreciação dos problemas humanos e nacionais por uma multidão heterogénea, desordenada e indisciplinada, e sua discussão no seio duma instituição, seja ela um Sindicato ou uma Academia, onde, quem nela tem entrada, sabe o que diz e assume a responsabilidade do que afirma.

Ora, meus senhores, Exército, Magistratura, Agricultura, Municípios, Sindicatos, Universidades, Misericórdias, etc., constituem a Nação organizada, são Corpos da Nação, cujo livre exercício, cujas liberdades, digamos, sempre serviram para limitar o poder dos Reis, que não hesitavam em reconhecer esses limites e perante essas liberdades se inclinavam sempre que eram legitimamente exercidas.

E porque eram Corpos e Corporações, a Nação era corporativa, ainda que o Estado não o fosse, ao contrário do que pode suceder quando o Estado se intitula corporativo e a Nação está longe de o ser, porque não goza da plenitude das liberdades individuais, ao lado das profissões e das liberdades locais a que tem direito. Não é lícito confundir estas duas expressões de corporatismo.

Nação corporativa é o símbolo da normal associação e harmonia daquelas liberdades humanas; não é como muitos erradamente pensam, a lousa a cobrir o coval onde elas foram enterradas. Corporação é escola de civismo, nunca pode ser aula de servilismo.

No seio destas Instituições deve reinar a democracia, não a democracia do sufrágio universal, mas a do sufrágio orgânico, com inteira liberdade de expressão, inteira liberdade de designação e inteira liberdade de exercício de cargos para os quais honrosamente se recebeu nomeação.

AS LIBERDADES LOCAIS

No quadro da unidade nacional, é forçoso encarar o problema da descentralização administrativa, ou seja, da faculdade conferida pelo Governo Central, a cada grupo populacional de grau determinado, de se administrar a si próprio, de gozar de certa autonomia, de usufruir os direitos inerentes à sua maoridade, sem ultrapassar os limites do âmbito nacional.

Acentuo, para evitar mal-entendidos, que me refiro

a uma descentralização administrativa e não a uma descentralização governativa.

Sempre as chamadas liberdades municipais constituíram, em Portugal, um princípio basilar da governação.

E os pelourinhos, armados em seu símbolo glorioso, eram erguidos na principal praça pública, frente à Casa Comum, aos Paços do Concelho, a atestar aos estranhos a capacidade dessas repúblicas do Rei, autorizadas a administrarem-se a si próprias.

São estas as liberdades administrativas que o grande doutrinador António Sardinha também designou por liberdades locais e que se estenderam até aos territórios do Ultramar, conquistados para a Fé e para o Império.

Mas a centralização tudo destruiu.

E, hoje, os Municípios estão transformados em empresas comerciais e industriais, de exploração dos que vivem na sua área, quase não pensando em outra coisa que não seja a cobrança de taxas, impostos, licenças, derramas, adicionais, etc. As Câmaras Municipais deixaram de ser o símbolo das liberdades protectoras para serem antes símbolos de opressão fiscal, e os Paços do Concelho tornaram-se em edifícios para os quais os povos olham com apreensão e desconfiança.

No território metropolitano, a formação de novos Municípios atingiu um ponto quase limite, e só pode ser baseada na posse de rendimentos capazes de garantirem o normal funcionamento dos serviços a que são obrigados e de todos aqueles com que os sobrecarrega a Administração Central. É também con-

dição essencial que dessa nova unidade administrativa não resulte enfraquecimento económico notável para aquela de que irá ser destacada.

Mas tudo isto deixou há muito de ter interesse e não é mais do que uma tradição moribunda, porque esses povos não se podem administrar a si próprios e até os homens que hão-de dirigir a sua vida lhes são impostos pelo Poder Central.

Esta sã democracia — a única que seria razoável e inteligente — foi também banida cegamente, sem se ter distinguido entre o que é muito mau (o sufrágio universal) e o que era muito bom (o sufrágio orgânico).

Nestes extensos territórios do Ultramar, a formação de novos núcleos populacionais é progressiva, e a atribuição de cartas de foral, como estímulo à expansão e à fixação, poderia prolongar-se por muito tempo.

Mas isso não tem igualmente interesse, em face do regime de sujeição administrativa, de sujeição económica, de sujeição financeira em vigor.

E, no entanto, se há época e terras onde o fomento da unidade nacional se torne obra meritória acima de todas as outras, é esta época em que vivemos e são estas terras de que falamos.

Um dos defeitos mais frequentes dos pais zelosos é o de se esquecerem que os filhos, a partir de certa idade, deixaram de ser crianças, deixaram mesmo de ser adolescentes e adquiriram a sua maioridade. E continuaram a tratá-los como crianças a quem se proíbe de sair depois do jantar e a quem se ameaça com sopapos em caso de desobediência.

E quando os filhos resolvem quebrar essa ilusão dos pais e abandonam o lar, esses pais experimentam uma surpresa atroz e um desgosto que os amachuca e os deixa de todo prostrados.

Se outro tivesse sido o seu procedimento, se houvessem dado aos filhos as liberdades devidas à sua idade e à sua mentalidade, estes teriam, a partir de certa idade, adquirido responsabilidade, iniciativa, contribuindo para o fortalecimento do património comum, e talvez mesmo se pudessem considerar capazes de continuar as tradições e a orientação familiar em que foram criados.

As Pátrias não são senão famílias de famílias.

Também elas têm de se acostumar a reconhecer naqueles núcleos humanos que trouxeram para um progressivo desenvolvimento, o desejo de uma vida própria, os direitos de maioridade, não no sentido de uma independência que ninguém sensatamente poderia preconizar, mas no sentido da livre manifestação da sua personalidade, a todos os títulos justa.

E este desejo tem a apoiá-lo tudo o que a idade suscita, e mais uma economia própria, raças e religiões diversas, e até pormenores culturais capazes de criar uma literatura, uma arte inteiramente regionais.

Cabe aqui afirmar que a descentralização administrativa não é uma qualidade que as Repúblicas possam cultivar. E quando, impensadamente, se propõem fazê-lo, correm risco de ver a descentralização atingir o plano governativo e transformar-se em independência.

É que nas Repúblicas todos discutem tudo e tudo vai ao leilão eleitoral, enquanto que nas Monarquias

há, pelo menos, uma coisa que não é posta em discussão — o Poder.

E nas autênticas, nas que não admitem o vírus da impropriamente chamada democracia, tudo o que se discute não é discutido por todos, mas apenas por alguns, pelos qualificados. Mas, qualificados todos são, não para tudo, mas apenas para algumas coisas, desde o cavador de enxada ao mais letrado.

Portugal é um dos mais antigos exemplos de unidade nacional.

O seu território metropolitano tem 800 anos de estabilidade: a língua é una e os insignificantes dialectos que se falam no País apenas assumem aspectos folclóricos e pitorescos.

A religião também se pode dizer que sempre foi una, graças à Inquisição, à qual temos que perdoar os excessos que cometeu — embora reduzidos, e que só a impiedade se tem esforçado por avolumar — em homenagem ao grande benefício de ter poupado Portugal (e também a Espanha) às lutas religiosas derivadas da Reforma, e que constituíram em França, na Inglaterra, etc., uma nódoa vergonhosa, ainda não apagada de todo. Os territórios com que alargou o Império e a Fé em Cristo ficaram, mercê do génio lusíada a constituir, não feitorias de exploração, mas partes integrantes do agregado nacional, gozando os seus habitantes sempre dos mesmos direitos e regalias.

É preciso que assim continue a suceder.

É preciso que as liberdades individuais nelas sejam atribuídas generosamente. Que outro tanto suceda com as liberdades económicas. E, sobretudo, que as liber-

dades administrativas possam em breve ser-lhes concedidas com magnanimidade por um Poder que não tenha receio de descentralizar nem necessidade de centralizar, por não ter necessidade de recorrer à luta eleitoral para se firmar no Poder ou para justificar a sua legitimidade.

As lutas eleitorais prolongadas para o Ultramar são um perigo para a unidade nacional, porque supõem a criação de partidos, agentes de dissociação e de desagregação.

Não queremos dizer que essa unidade esteja ameaçada, mas apenas que é preciso evitar exactamente que, por descuido, surja qualquer ameaça contra ela.

E se persistirmos neste oscilar entre a ausência de liberdades, por um lado, e o excesso de liberdades, por outro, essa ameaça surgirá fatalmente.

Assim não sucederá — diz-nos a nossa Fé, diz-nos o nosso patriotismo.

Cremos que não virá longe o dia em que a conjugação harmónica da autoridade com as liberdades permita que todos os portugueses se sintam bem na sua terra. Esta conjugação harmónica só se realizará quando o Poder Supremo for independente dos cidadãos; quando não depender do favor dos votos; quando não se discutir na praça pública, exactamente porque nem sequer pode ser posto em discussão; quando o Poder for hereditário e naturalmente transmitido.

IX

PÁGINAS FINAIS

PRÉDICAS DE UM MONÁRQUICO

I — AOS MONARQUICOS OPORTUNISTAS

Caros amigos:

Chamo-vos monárquicos oportunistas, e não simplesmente «oportunistas», porque a vossa qualidade de monárquicos é para nós quase sagrada.

Também não vos designo apenas por monárquicos, porque me apraz reservar esse título de nobreza para aqueles que nunca sacrificaram aos ídolos ou aos falsos deuses a pureza das suas convicções, nem jamais gozaram de licença ao serviço devotado de El-Rei.

Mas se esta distinção implica homenagem devida a estes, não a tomeis — vo-lo peço — como injuriosa para vós. Não está isso nas minhas intenções, porque acredito, sem reserva, que tudo tendes operado pensando no bem da Nação e no triunfo dos princípios tradicionais.

Creio, porém, que chegada é a hora de fazermos um rigoroso exame de consciência às atitudes de cada um, porque o dia de juízo da História talvez não ande já muito longe.

Desprezastes, caros amigos, a estrada real da vossa conduta política pela qual seguíeis em passo firme e seguro, para vos meterdes aos tropeções por atalhos

difíceis e mal demarcados, julgando que assim atingireis mais rapidamente os pórticos da «Cidade Nova» há tantos anos sonhada e desejada.

Ouvi dizer a muitos que se sentiam mais próximos dos seus ideais numa ditadura corporativa do que numa Monarquia democrática. Pagava-se assim tributo ao ambiente totalitarista mundial e, ao mesmo tempo, correspondia-se nobremente a uma promessa solene de restaurar na vida da Nação os princípios por que tanto lutámos e nos apaixonámos.

Depois, com o rodar do tempo, foi-se dizendo: *O fruto está a amadurecer. Saibamos esperar, porque depois é só colhê-lo.* Opinam agora uns que ainda não está maduro, enquanto outros protestam que ele já apodreceu, e terceiros clamam que foi surripiado. Por mim, limito-me a verificar a ausência de colheita e de fruto evidente.

Depois desta longa e dura caminhada, quantos e quantos de vós — não o negueis, amigos! — estão desiludidos, cansados e, mesmo, arrependidos!

É que à ilusão corporativa sucedeu-se uma realidade democrática *sui generis*, e quem começa a sentir-se mais *próximo* são os republicanos partidistas.

A outros ouvi explicar que era necessário formar frente comum contra a opressão, e que se sentiam melhor do lado da Liberdade, ainda que sem Deus, do que ao lado de totalitarismos mesmo besuntados de catolicismo.

E, no entanto, pouco tardou que assistíssemos ao repúdio, pelos próprios sequazes oficiosos dessa Liberdade, destes amigos sinceros, e impusessem ou aceitassem como condição *sine qua non* de um vislum-

brado triunfo o seu afastamento puro e simples. E, estalado o verniz da hipocrisia com que os acolheram, na ânsia de se aproveitarem gratuitamente da sua inteligência e do seu dinamismo, logo surgiram as mesmas objurgatórias, as mesmas invectivas, as mesmas calúnias e mentiras de há trinta ou quarenta anos.

Efémera amizade! Oportuna lição a ensinar que frente comum, sim, mas sob o signo da independência e da unidade. A união é falaz. E a unidade, graças a Deus, todos a temos sabido guardar, através o mar de intrigas, de confusões, de equívocos, de maquiavelismos e habilidades.

É uma grande força de reserva, que seria impossível não dar frutos num futuro cuja proximidade só depende, em grande parte, da vontade dos homens.

Lamento muito sinceramente a desilusão de uns e de outros, e sofro-a também, a ponto de não poder praticar a crueldade de a recordar inutilmente.

Certo é, contudo, que, mercê deste vosso desvio, as modernas gerações deixaram-se possuir do dilema, filho da ignorância doutrinária, de que para corrigir a orgia libertária só é remédio a repressão, o sufocamento das mais belas actividades humanas, especialmente do fundamental direito de expressão e de crítica; e que para obviar aos males da opressão, que por toda a parte se pretende confundir com a *ordem*, só o remédio da democracia partidista se mostra salutar e digno de confiança. Tendes, sem dúvida, fortes responsabilidades em que uma, duas, várias gerações de gente jovem sejam quase ignorantes dos princípios tradicionais da Nação Portuguesa, e tenham deixado

de aprender que existe um regime intermédio àqueles que é a Monarquia popular e representativa — garantia de todas as liberdades legítimas e inimiga intransigente, mas nobre, de todos os abusos e crimes que se acoitam à sombra das ideologias libertárias e desnacionalizantes.

Abandonastes a doutrinação, em que tantos de vós havíeis contraído fortes responsabilidades, e isso ocasionou que muitos, desprevenidos, mas guiados pelos vossos nomes e pela vossa presença política, tomassem os *factos* contemporâneos por autênticas *realizações*, quando, afinal, em grande parte, não passavam de contrafacções. E perante a vacuidade das mentalidades modernas e perante os equívocos gerados na consciência política dos que foram crescendo, vós alegais que tudo o que havia de ser dito estava ensinado e repisado.

Permito-me só fazer-vos uma pergunta: A quem foi ensinado e repisado? Aos que hoje têm mais de 45 anos? É certo. Mas achais isso suficiente? Dispenso-vos de responder.

Como avalio a vossa tragédia moral!

Tendo procedido assim, além do mais também, muitos por consideração para com o Poder, não pudestes evitar que pela boca desse mesmo Poder a vossa conduta fosse, neste aspecto, considerada inconveniente e censurável.

A vossa condição de monárquicos é, como dissemos, quase sagrada, para nós, pois sabemos muito bem que, desaparecendo o *único* motivo que nos separa, seremos de novo irmãos na conjugação de esforços e, esquecidas ausências e desacompanhamen-

tos, caminharemos de mãos dadas açodadamente em resgate do tempo perdido.

Mas esta hora é que vai tardando no relógio da ansiedade nacional.

Praticai, amigos, um acto de inteligência e de desassombro rompendo compromissos que honrastes plenamente, mas que caducaram por falta de cumprimento ou por adiamento ilimitado da outra parte. Vinde ocupar, de novo, o vosso lugar, ainda vago, ou apenas servido por substitutos ansiosos pelo regresso à penumbra donde se destacaram.

Ainda é tempo!

Todos, seremos suficientes para reconduzir Portugal ao trilho da sua História Gloriosa.

E estamos certos de que o vosso labor será tão intenso e fecundo, quão sincero é o clamor — *errávimus!* — com que lamentais o tempo perdido e as energias dissipadas.

II — AOS REPUBLICANOS PATRIOTAS

Caros adversários de hoje:

São numerosos nas nossas fileiras os antigos republicanos que, mercê da sua recta intenção, da sua culta inteligência e de séria meditação nas realidades da vida contemporânea, se converteram à ideologia monárquica.

E abundam muito mais os filhos já esclarecidos de republicanos ainda iludidos.

Isto bastante nos desvanece, mas não podemos sentir completa satisfação enquanto notarmos no

campo contrário a presença de muitos idealistas e honestos, de tantos «homens bons» cujo lugar deveria, sem equívoco, ser do lado de cá.

Só o respeito humano e certos preconceitos constituem obstáculo a que muitos destes reconheçam publicamente as instituições monárquicas como as únicas capazes de conciliar os interesses da pessoa com os interesses da colectividade.

Sei muito bem, senhores (é aos idealistas, aos dignos que me dirijo, e não ao refugo da sociedade ou aos «profiteurs» da política), que um dos principais motivos da vossa adesão aos ideais republicanos foi a sincera afeição que alimentais pela liberdade humana.

Nobre ideal esse, perante o qual me curvo sem constrangimento. Não que eu reverencie a Liberdade «para tudo»; mas apenas porque amo também as liberdades, filhas da independência outorgada por Deus a cada homem, e que nenhuma outra criatura tem direito de violar ou de limitar sem justo motivo.

Dessas liberdades, dessa independência, também eu sou dedicado adepto, e por isso compreendo a vossa paixão política.

Nada, porém, na Monarquia se opõe a essa inclinação da vossa mocidade, pois é, pelo contrário, nos regimes republicanos que, nascida a antinomia Liberdade-Autoridade, esta se tem ido cada vez mais a impor, em detrimento daquela.

E à medida que por esse mundo têm ido sendo depostas as Monarquias, sob o pretexto falso de constituírem obstáculo à liberdade, têm-lhes sucedido, a prazo mais ou menos longo, os regimes de autoridade ilegítima — consequência fatal dos abusos de uma

Liberdade ilícita. Pode dizer-se que hoje em dia, na generalidade das Repúblicas, há muito menos liberdade do que na generalidade das Monarquias actuais e do que havia nas Monarquias predecessoras daquelas.

E até noutras Repúblicas onde ainda os cidadãos usufruem certos direitos, estes vão, nuns casos, sendo progressivamente restringidos a pretexto de «defesa da Liberdade» e, noutros casos, paradoxalmente considerados excessivos pela Autoridade que espreita, carrancuda, a ocasião para se instalar e dominar em absoluto.

Na Monarquia autêntica, popular, baseada nas organizações naturais da Família e das Profissões, não há nem pode haver conflito entre Autoridade e Liberdade, porque sendo aquela naturalmente adquirida, não tem que ir buscar às limitações desta as possibilidades de existir e de se exercer.

Assim, caros adversários de hoje, o tão sedutor ideal da Liberdade que vos conduziu para a República acabará por vos orientar, e muito logicamente agora, para a Monarquia autêntica, depois da necessária rectificação de rumo.

Sei muito bem que, além desta simpática paixão, vós estais dominados por alguns preconceitos, dos quais o principal é considerardes os princípios monárquicos logradouro exclusivo de uma casta dominada pela nobreza — pela fidalgagem, como dizeis. É um autêntico preconceito que nada pode justificar e que a lição dos factos presentes e a da História, fácil e constantemente contradizem.

Olhai: Quem vos está falando não tem nas suas

veias uma só gota do chamado sangue azul. Mas tem sangue, não capilé. É plebeu autêntico, por ambos os ramos da sua progenitura. E, contudo, nem mesmo vós, por certo, duvidais do seu monarquismo e de que é capaz de dar lições nesta matéria a muitos titulares cheios de prosápia, mas destituídos de nobreza.

E, como ele, quantos mais têm, graças a Deus e à sua inteligência, ascendido neste campo a cargos directivos, sem se sentirem deslocados no meio dos autênticos nobres que, em igualdade de condições, os consideram e são por eles considerados!

Não sabeis vós, pela História, que o Povo foi sempre o terceiro braço da Realeza, em paralelo com o Clero e com a Nobreza? E nunca fez má figura, nem foi desconsiderado senão depois do advento das Repúblicas.

Outro preconceito a que estais agarrados é o da «vontade do povo». E considerais que ela se manifesta autenticamente, deitando cada um num caixote ou numa vasilha — como dizia Eça de Queirós — um papel onde está impresso o nome de um homem que ele desconhece, proposto para o exercício de funções que ele ignora. Ora, nós também queremos que o povo manifeste a sua vontade, mas consideramos que essa manifestação só será consciente e real quando cada um deitar no tal recipiente um papel onde estiver escrito o nome duma pessoa que ele conheça, indicado para o exercício de funções que não lhe sejam estranhas.

E isto só poderá efectuar-se em relação à massa populacional no âmbito da administração local e no

do exercício profissional. Não é tão simples? E disto deriva que nós somos os maiores respeitadores da vontade do povo. Tão respeitadores que até só lhe perguntamos aquilo a que ele saberá responder, para não o lançarmos no ridículo, como fazem as Repúblicas.

E somos tão respeitadores que, uma vez manifestada legitimamente a sua vontade, nunca a Monarquia procurou iludi-la, quer pela força quer pela astúcia.

São do conhecimento geral as prerrogativas do juiz do Povo, da Casa dos Vinte e Quatro, e os forais e liberdades outorgadas aos Municípios, essas verdadeiras repúblicas locais, como sempre foram designadas.

Recapitulando, dir-vos-ei que o vosso amor à liberdade, tanto como o vosso respeito pela vontade do povo e o reconhecimento de que não somos uma casta, vos devem passar a orientar para a Monarquia.

Mas, há ainda um óbice, é verdade. A vossa mística anda ligada a dois símbolos: um hino e uma bandeira. E se a inteligência é livre, o sentimento é quase sempre escravo. E em vós ele nutre-se claramente dos símbolos referidos.

Também isso não será obstáculo, caros adversários de hoje, porque a tal respeito podemos afoitamente negociar, uma vez que a única ideia que julgo assente nesta matéria é a de que os símbolos da Pátria na Monarquia futura não poderão, sob aspecto algum, representar o triunfo de um partido sobre o outro, mas sim a vitória da Nação sobre todos os elementos da Antinação. Não deverão humilhar nenhum português nem recordar lutas civis, pois convirá que só

sintetizem vitórias e heroísmo — coisas de que a nossa História está cheia a transbordar.

Irmãos portugueses. Nesta altura já não quero tratar-vos por adversários, porque sinto que estamos reconciliados. Não ignorais que chegámos a uma encruzilhada onde não podemos deter-nos por muito tempo. É preciso caminhar e, por isso, escolher o caminho.

Dentro do vosso republicanismo, dois deles podeis tomar. Ou vos agarrais a cadáveres confundindo silêncio com a ordem, e morte com a disciplina optando por cesarismos destruidores da personalidade e aniquiladores das vossas ideias de liberdade e de respeito pela vontade do povo; ou vos lançais abertamente no caminho oposto que vos conduzirá, ilusoriamente, ao mesmo termo de viagem, tomando estertor por afirmação de vida e considerando todos os atropelos como exercício pleno da liberdade.

É este o dilema terrível em que por todo o mundo se debatem os regimes republicanos, depois de duas guerras mundiais que sustentaram.

Mas, dentro do vosso patriotismo, um só caminho se vos depara — o da Monarquia. Aí vereis autoridade sem opressão, liberdades sem desordem, respeito sincero pela vontade da Nação, igualdade de todos perante a lei.

Entre o vosso republicanismo e o vosso patriotismo tem que se travar duro combate, porque sois homens de consciência.

Decidi-vos com presteza, pois cada hora que vamos vivendo é mais grave do que a anterior.

Se eu não tivesse a certeza de que o vosso patriotismo acabará por vencer o vosso republicanismo, não vos teria dirigido uma só palavra que fosse.

III — AOS CATÓLICOS EQUIVOCADOS

Caros irmãos em Cristo:

Tempos houve em que vos era lícito manifestar inteiro desinteresse pela política, sem que essa atitude pudesse ser apodada de indiferentismo ou egoísmo. Tal juízo seria até particularmente injurioso para vós que nunca vos poupastes a sacrifícios e a canseiras, na ânsia de expandir um ideal de salvação por que vos apaixonaste inteiramente.

Vistas bem as coisas, vós podíeis afirmar esse desinteresse, não porque julgásseis a política actividade desprezível ou destituída de importância, mas antes porque também vós, com o afã apostólico, servíeis igualmente a intenção dela — a de procurar o aperfeiçoamento da sociedade. Somente a diferença consiste em a política actuar sobre o ambiente social, influenciando todos os cidadãos, enquanto que a acção religiosa se dirige individualmente a cada um, para atingir a colectividade apenas na medida em que consegue somar êxitos singulares.

Eis, porém, que um dia foram instantemente solicitados a interessar-se e a intervir na «res publica» quantos do seu serviço se mantinham arredados, e desta forma se pregou uma espécie de nova Cruzada, de cujo serviço não são dispensados sequer os que se consagraram para sempre e inteiramente a Deus,

abandonando o mundo, as suas obras e as suas pompas.

E, assim, temos visto as próprias freiras — as esposas do Senhor — fazerem bicha junto às secções de voto, disputando no reino dos homens, elas que só ao reino de Cristo se dedicaram e se consagraram.

Não tomeis esta referência como censura para o facto, pois, além de que seria importuna, só tenho que me curvar, reverente, perante as necessidades e as conveniências que, porventura, o imponham aqui e além. Limito-me a frisá-lo como prova irrefutável de que a nenhum católico, por mais praticante que seja, é, hoje em dia, lícito dizer: «não me interessa a política».

Penso mesmo ser, pelo contrário, mais aos católicos do que a quaisquer outros, que compete dar a César o que é de César, até para terem o direito de, a todo o momento, reivindicar para Deus o que a Deus é devido e tão frequentemente Lhe é negado.

Desde, pois, que todos vós fostes chamados a abandonar o estado de massa amorfa — garantia do predomínio dos piores — e praticais esse acto inconsciente de votar, por inteira obediência e acatamento — o que, de antemão, vos absolve totalmente —, permito-me pôr perante a vossa consciência uma pergunta:

Que melhor será? Ou actuardes como cegos, tantas vezes guiados por outros cegos e dispostos, por isso, a apertar, risonhos e confiantes, a primeira mão que se vos estende e que julgais ser amiga, pois estais longe de conhecer tanto os homens como as ideias; ou, antes, procurardes elucidar-vos, a respeito destas e daqueles, sobre as matérias que sois chamados a

discutir, sobre os princípios que vos são oferecidos para escolha?

Permiti agora que, formulada a pergunta, eu vos ajude a achar uma resposta concreta e, se possível, definitiva, que é sempre o melhor para as consciências.

Diz-nos a História contemporânea que a intervenção maciça e cega dos católicos, como católicos, na política, tem sido o caminho de grandes desventuras para as Pátrias em que ela se efectuou. Olhai o exemplo da Áustria, em que foi seguida do Anschluss; olhai o da Espanha, em que foi o prólogo da guerra civil; olhai, ainda, o exemplo da França, depois do predomínio intenso do M. R. P.; e olhai, por fim, os prognósticos quanto ao futuro da Itália, onde ainda prevalece o artifício da chamada democracia cristã.

Forçoso é que cada um tenha consciência perfeita e conhecimento pelo menos sofrível dos actos que pratica. Mas eu sei que, para conseguirdes este resultado, a vossa inteligência está tolhida por alguns equívocos. O principal de todos é a ilusão em que viveis de que todos os regimes são bons, «porque a Igreja pode viver com todos eles».

Em princípio, não posso deixar de dizer que estou de acordo convosco, pois a Igreja, instituição divina, não pode estar dependente de qualquer sistema construído pelos homens. É preciso, todavia, excluir dessa palavra «todos», pelo menos os regimes comunistas, os maçónicos, os totalitários, etc. E é preciso também que vos recordeis de que não sois apenas filhos da Igreja, mas tendes, além disso, a qualidade de cidadãos. E se, como fiéis, não desejais escolher, deveis

fazê-lo na qualidade de homens dotados de liberdade intelectual.

Para isso, atentai no seguinte:

Na vossa vida, sois chefes de família e membros de uma profissão. Não vos parece preferível participar na política, nessas duas qualidades, a vos sujeitardes ao sistema democrático que desenraiza e desnatura, para tornar as pessoas simples algarismos de uma soma cuja prova a mostra errada a todo o momento?

Já reparastes que a vossa opinião de pessoas honestas e dignas vale tanto como a do devasso, a do ignorante, a do reconhecidamente incapaz, nesse sistema que já foi justamente cognominado de «o culto da ignorância»?

E, agora, dois aspectos que vós compreendereis muito bem: nas nossas orações, usamos a todo o momento as expressões «Rei», «Rainha», tradutores de confiança, de afecto, de submissão, e sintetizando nelas o Poder, a Justiça, a Providência, a recompensa prometida e até o perdão do castigo merecido.

Não temos, no nosso vocabulário místico (e ninguém seria capaz de nele as introduzir, por serem irreverentes), as expressões «chefe», «presidente», «ditador», «caudilho», etc. E o que é bom e está bem para com o sobrenatural, poderá deixar de ser o melhor se adaptado ao natural, guardadas, evidentemente, as devidas proporções entre o Criador e as criaturas?

Vós possuis também uma noção especial de «Unidade» e de «Eternidade». Não será de aconselhar que vos afeiçoeis, de preferência, a um regime em cuja essência figurem os princípios fundamentais da uni-

dade e da continuidade, ainda que condicionados pela fragilidade das coisas terrenas?

A vossa resposta a estas perguntas não poderá, porque sois inteligentes, deixar de marcar uma preferência pelos regimes corporativos (mas corporativos autênticos) e monárquicos hereditários.

Outro equívoco de que estais possuídos é o receio de que uma participação activa na política possa enfraquecer a vossa actividade no campo religioso. É o receio de, como dizeis, se pretender servir a dois senhores ao mesmo tempo.

Ora, não se trata de servir dois senhores, mas de adoptar uma nova maneira de servir um só Senhor.

Mesmo para os leigos de mais perfeita vida espiritual, não está determinado que eles só se interessem pelo reino de Cristo. Coisa louvável é, sem dúvida, este objectivo, mas o próprio Divino Mestre limitou-se a exortar os homens a que procurassem «em primeiro lugar» o Seu Reino, tal como no primeiro mandamento do decálogo se preceitua: «Amar a Deus sobre todas as coisas», e não, amar exclusivamente a Deus.

O que é preciso é que o católico, nas suas actividades familiares, profissionais, económicas, sociais e políticas, coloque, acima de tudo, Deus e os Seus direitos. O mais lhe virá por acréscimo, como foi prometido.

E os modos de O servir são tantos quantas as nossas faculdades o permitam.

Pois, caros irmãos em Cristo, depois desta longa prédica, pensai, escolhei e disponde-vos a dar o vosso esforço para o triunfo desta parcela da Verdade, porque, neste campo, também a fé sem obras é morta.

A nossa Causa nacional não se resigna a ver-se privada do concurso de qualquer português de sólida formação moral e elevada consciência política, mas só destes. A ignorância, a desonestidade e a inconsciência deixa-as para a democracia republicana, já que ela de tudo isto se mostra ávida.

IV — AOS QUE SE DIZEM INDIFERENTES

Senhores:

Se eu acreditasse nas vossas afirmações de indiferentismo político, seria também obrigado a ter por vós uma absoluta indiferença pessoal.

Começaria por experimentar intimamente um sentimento de inveja pelo dom com que havíeis sido favorecidos, de conseguirdes viver impassíveis no meio das lutas, dos choques, dos ruídos e dos clamores. Depois, decerto, sentiria por vós um profundo desprezo, porque ser indiferente em política é comer o pão que outros ganharam, é gozar a harmonia que outros estabeleceram usufruir a paz que outros conquistaram é, enfim, e em resumo, viver a vida que outros criaram. Ser indiferente em política é adoptar uma posição de parasitismo intelectual, filha de um egoísmo agudo, e que leva tantos a gozar benefícios recebidos de uma sociedade para cuja manutenção e aperfeiçoamento se recusam sistematicamente a contribuir.

Mas eu, sem quebra de respeito pela vossa palavra honrada, não acredito no indiferentismo que proclamais, embora acredite, sim, numa atitude de repugnância, de desprezo por tanta desorientação, por tanto

atropelo, por tanta violência publicamente apresentados como afirmações políticas, mas que são, única e simplesmente, manifestações reles de POLITIQUICE.

E como é à roda da questão de regime que as lutas sempre têm atingido a intensidade máxima, também é pelas questões de regime que vós mostrais a indiferença mais profunda.

Essa atitude de afastamento resulta, porém, incompreensível, se sobre ela fizermos incidir a luz de um raciocínio claro e sincero.

Estais, de facto, longe de vos desinteressardes da governação pública, mas entendeis que, boa ou má, ela será consequência da educação dos homens, servindo as divergências quanto a regimes unicamente para azedar e enredar as relações entre cidadãos. Mas, atribuindo vós à educação uma importância primordial (ou não fôsseis pessoas auteras e sisudas), esqueceis, por outro lado, ou ignorais que o ambiente educacional cívico para os povos é constituído, em larga extensão, pelo regime político.

Sois incompreensíveis, senhores!

Sabeis, através uma certa ilustração moral e religiosa, que «a ocasião é que faz o ladrão» e que muitas almas de «élite» só atingiram a perfeição cristã porque procuraram intransigentemente fugir às ocasiões em que poderiam cair em tentação, mas é-vos, afinal, indiferente que, na vida pública, estas ocasiões sejam múltiplas ou reduzidas, que haja muitas quedas, ou apenas raras, a lamentar.

Sois, de facto, incompreensíveis, pois deveríeis saber que são as más leis e a falta de disciplina e de respeito na sociedade, a ausência de prémio ou de

castigo, o que representa para todos aquelas ocasiões de prevaricar, de não cumprir, de ser infiel a si próprio, a Deus e à Pátria.

E a excelência das disposições legais, tanto como o zelo no seu cumprimento, estão dependentes do carácter do regime, porque é este que, em última análise, as enforma e lhes transmite, ou não, a seriedade, a equidade e também a humanidade de que necessitam revestir-se para serem boas e serem cumpridas.

Nos ambientes deletérios, mesmo os organismos mais saudáveis acabam por se contagiar e adoecer. Vós não pensais, por exemplo, que, na nossa Primeira República, todos os governantes foram desonestos, incompetentes ou mal-intencionados, ainda que nesses tempos houvesse inteira liberdade de o afirmar e até de o provar em relação a muitos deles.

Tão-pouco pensais, por maior que seja a vossa candura, que no regime seu sucessor todos tenham sido, sem excepção, modelos de inteligência, sabedoria, competência, etc.

No entanto, afirmais que neste se iniciou uma transformação na sociedade portuguesa. E eu pergunto: Qual julgais que foi a causa basilar dessa transformação?

Não queirais fazer-me crer que foram os sentimentos dos homens, pois estes só miraculosamente se transformam de súbito. Mas foram-no a regeneração do ambiente nacional, a modificação do clima social, operadas graças à instauração de um novo regime político. Sim, ao princípio foi fundamental a questão do regime. Apareceram, de facto, outros homens, mas

isso apenas prova que o outro regime só permitia o vicejamento dos que foram afastados e se afastaram, e repelia de si alguns dos recém-aparecidos; com o que lhe sucedeu, verificou-se o contrário — tornou possível o império dos melhores e o estiolamento dos maus.

Em 1926, iniciou-se uma autêntica modificação, não só de governo, como principalmente de regime; e se caminhássemos, então ou agora, em sentido inverso, ainda que conservando o mesmo governo, haveríamos de verificar o fenómeno contrário — insustentável posição dos honestos e dos leais, que se afastariam, para dar lugar aos mesmos, ainda que de nomes diferentes, já então na posse de condições propícias de existência e de multiplicação.

Talvez nunca houvésseis pensado nisto...

Pois pensai e raciocinai, para, quando chegar a hora de concluir, poderdes obedecer apenas aos ditames da inteligência iluminada pela boa vontade.

Então, estareis de acordo comigo em dizer: A Monarquia não é um regime ideal. Tem defeitos, como tudo o que é fruto do engenho humano. Mas, exactamente por isto, é o regime que, revestido das suas características tradicionais e paternais, melhor garante ao Homem o exercício da plenitude da sua personalidade, sabiamente orientada para o serviço da comunidade, mas sem o culto de nacionalismos estreitos e belicosos.

É certo, porém, que, no fundo, não haverá motivo para apagardes a vossa aversão aos truques partidistas, às arruaças e à agitação eleiçoeira. Mas passará a havê-lo no dia em que acreditardes que os

monárquicos em Portugal, embora às vezes participem nas lutas eleitorais, porque têm de aceitar a luta no campo onde ela se oferece, não constituem um partido político.

Deixai que digam o contrário os mal-intencionados e os pouco esclarecidos.

Se, em relação aos republicanos, aos socialistas, aos comunistas e, mesmo, a certos nacionalistas, se pode afirmar que «de degrau em degrau se chega a perder, num dado momento, a origem do pensamento que os inspira», tal suspeição não pode ser aplicada aos monárquicos.

Estes, por virtude mesmo do seu carácter de agrupamento restritamente nacional, são insusceptíveis de filiação em qualquer internacional, seja ela maçónica, financeira ou revolucionária.

Reparai até que, havendo agrupamentos monárquicos por todo o Mundo, e todos com princípios mais ou menos comuns, não há sombra de ligações internacionais entre uns e outros.

Além disso, não será preciso subir muitos degraus para se encontrar o inspirador das suas atitudes colectivas: o Rei, servidor dedicado, número um, do Interesse Nacional, em todos os tempos e sob todos os regimes.

Quando for possível fazer-se a história completa e desapaixonada da última guerra, muitos se admirarão de ter havido Príncipes que, nem mesmo em troca da garantia do seu trono, aceitaram pôr-se ao serviço de interesses estrangeiros, com possível afectação do interesse do seu país.

Por fim, sei que vós não acreditais na possibilidade

de mudança de regime em Portugal, o que está dentro da lógica da vossa posição agnóstica. Pois bem, esse acto de fé não é essencial, de início. Ele surgirá como uma consequência no dia em que considerardes necessária tal mudança. E esta necessidade impor-se-á ao vosso espírito quando tiverdes concluído pela superioridade do regime monárquico.

Para atingires este primeiro elo de tão curta cadeia, basta que, como disse, estudeis e vos interesseis pelas verdades políticas, associadas à lição elucidativa dos factos.

Então a vossa adesão, a vossa convicção, os vossos desejos, unidos aos de milhares e milhares, hão-de polarizar-se na vontade decidida de um homem talvez desconhecido, mas cheio de fé, a qual será, assim, accionada em hora de intensa angústia ou de magnífica exaltação nacional.

Estudai-vos a vós próprios e reconhecereis que os vossos sentimentos são mais de antipatia por uma coisa do que de indiferença por todas. O que é bem melhor.

V — AOS QUE TRABALHAM E SOFREM

Caros proletários!

Nem eu sei, ao falar-vos, em que medida as minhas palavras poderão inspirar-vos confiança.

Avalio como soa ironicamente, quase a troça, esta palavra «felicidade», aos ouvidos de quem, neste Mundo, sofre da triste condição proletária!

Vós a procurais com afinco, naturalmente, mas ides seguindo, desde há muito, caminhos errados,

atrás de falsos profetas, em quem tendes confiado.

Começastes por repudiar Deus e a Sua lei, dizendo que A RELIGIÃO É O ÓPIO DOS POVOS, quando aconselha paciência e resignação aos oprimidos.

Se vós me pudésseis responder, perguntar-vos-ia onde e quando foi que a religião aconselhou resignação para com as injustiças sociais derivadas da falta de consciência e de escrúpulo dos patrões. Também ela alguma vez a terá recomendado para com o gatuno que nos quer levar a carteira, ou para com o perro, que procura filar-nos as canelas?

Não. A resignação é um acto de conformidade com os desígnios de Deus e, por isso, só é de manifestar em face de ocorrências que não podemos evitar ou eliminar por nossas forças, como sejam certas doenças, calamidades, transtornos morais, etc.

É uma afirmação de confiança na Divina Providência que tudo sabe, e pode tirar o bem, mesmo daquilo que a nós parece mal irremediável.

Ao contrário do que dizeis, a História está cheia da voz da Igreja censurando severamente e condenando as clamorosas injustiças sociais pelo único poder que tem — a sua reconhecida força moral.

Não se deve confundir os princípios cristãos com o comportamento dos que se dizem seus adeptos e que provam, pelos seus actos, serem mais judeus do que católicos.

Ao lado disto, afirmais também que A PROPRIEDADE É O ROUBO.

Estou de acordo convosco em que propriedade e até a prosperidade de muitos foi, e tem sido, obtida à custa de desonestidades.

Mas isso só prova que possuir é a tendência natural de todo o homem e que, quando não se consegue alcançar a satisfação desse desejo por processos lícitos, ou a ambição incontida não se conforma com a lentidão destes processos, se recorre aos ilícitos.

Todo o homem quer possuir, para poder prover às suas necessidades, ser independente e livre. Em verdade, a propriedade seja do que for é uma condição essencial da liberdade.

Só é inteiramente livre (humanamente falando) o homem que não precisa de alugar o seu trabalho, a pessoa que, dentro do condicionalismo legal, faz o que quer, vai para onde quer e quando quer.

Como se consegue esta liberdade senão pela posse de bens? E como conseguistes vós, até agora, a propriedade do vosso vestuário, da vossa ferramenta, do vosso mobiliário? Sem dúvida, à custa do trabalho.

De facto, a propriedade é, em princípio, trabalho acumulado.

E outros que conseguiram juntar o trabalho acumulado por pais, sogros, avós, etc., puderam alargar a sua propriedade a uma residência, a uma quinta ou herdade, a uma oficina, a um estabelecimento comercial.

Não desejais vós, que pouco ou nada possuís, qualquer forma de propriedade? Decerto. E isso não quer dizer que sintais desejos de roubar. O vosso abatimento deriva, exactamente, do facto de nada possuirdes de apreciável, como se infere da expressão que tantas vezes usais: «uns com tanto e outros sem nada»!

É exactamente este o justo motivo da vossa indignação.

Muitos proprietários esquecem ou ignoram que têm uma função social a desempenhar, qual é a de auxiliar os desprotegidos e de fomentar a produção.

A propriedade não é o roubo. Mas quando ela se fecha no seu egoísmo deixa de ser inteiramente legítima. O que é preciso, nos tempos que correm, é varrer o egoísmo, recordando a uns e ensinando a outros os seus deveres, para se poder alcançar um equilíbrio tão necessário como urgente.

E não argumenteis com a «propriedade colectiva» dos socialistas. Isso é o mesmo que a não-propriedade, porque o que pertence a todos não é de ninguém.

Foi já o vosso amor à liberdade que vos levou desamparados para as forças do dinheiro, devido à dissolução em que consentistes das vossas antigas organizações profissionais.

Quando destes pelo prejuízo, fostes à procura de defesa e começastes por vos enfeudardes à democracia que ouvíeis dizer ser o Governo do povo pelo povo. Breve vos desiludistes, ao verificardes que ela era, reconhecidamente, o império das plutocracias e das oligarquias, mesmo ou, talvez, principalmente, quando se afirma socialista.

E, explorando o vosso cepticismo, alguns pretendem agora atrair-vos para o comunismo, para a chamada ditadura do proletariado, que não é senão a ditadura de um partido único, ou seja, da meia dúzia dos seus dirigentes.

Digo-vos, porém, desde já, que todas as ditaduras

e, portanto, também aquela, são filhas legítimas da democracia, ainda que esta se recuse a perfilhá-las, sob pretexto de que não se parecem com a mãe.

Mas, entre ela e as filhas, nota-se apenas uma diferença essencial: a democracia é a tirania do número; a ditadura é a tirania do... algarismo.

Compreendo plenamente a vossa angústia. A democracia deu-vos em teoria (só em teoria...) «liberdade para tudo», mas tirou-vos a garantia do pão quotidiano e, portanto, a base da autêntica liberdade. O comunismo oferece-vos a ração diária (se fordes do partido) e mais nada, porque vos priva de toda a liberdade.

Mas a vossa inteligência afirma-vos que há-de haver uma outra ordem social em que o homem possa comer em liberdade e com satisfação o pão que arduamente ganhou com o seu suor, porque isso é que é natural.

E tendes razão, caros proletários.

Essa ordem social, embora não instaurada em qualquer comunidade, existe, concebida pela inteligência esclarecida, à luz dos ensinamentos da história da Humanidade.

É aquela que se baseia nos agrupamentos naturais do povo, especialmente na família (ordem político-administrativa) e no Sindicato (ordem económico-social).

Não se trata de um sindicalismo revolucionário, com a «greve geral» como arma principal, mas de uma modalidade de sindicalismo a que outrora se chamou «reformista», fundado na colaboração cada vez mais necessária entre o capital e o trabalho.

É no seio dos seus organismos profissionais que

a posição do trabalhador se há-le valorizar e por meio deles que intervirá na administração pública e na luta pelas suas liberdades e prerrogativas humanas e sociais.

O mito da LUTA DE CLASSES, do ódio mortal entre patrões e operários, está a entrar, felizmente, no campo das efemérides históricas.

Baseava-se ela, em parte, nas aquisições da CIÊNCIA do século passado, denunciando a luta pela vida e o triunfo do mais forte na existência dos animais. Mas a Ciência deste século já demonstrou que essa noção está longe de poder ser a regra em toda a Natureza, e talvez seja apenas a excepção, em vista da exuberância das associações animais e, principalmente, do conhecimento das simbioses — verdadeiras afirmações de auxílio mútuo, com vista ao exercício das diversas actividades vitais.

Também o Homem não pode viver isolado. Ele é um ser eminentemente social. Daí o individualismo ser um erro político que já ninguém hoje defende com seriedade.

O exemplo da vida nas associações animais condiciona uma modificação na mentalidade social, tendente a transformar a luta irredutível, em colaboração inteligente e útil para todos.

* * *

Estes três erros, entre outros, vos têm trazido divorciados de tudo o que é nacional, cristão e, mesmo, profundamente humano.

Mas já verificámos que a religião, à parte o seu carácter sobrenatural de reguladora das nossas relações com DEUS, é a grande consolação dos que, neste mundo, são infelizes.

Esforce-se cada pessoa, cada classe, por melhorar a sua condição à custa de todos os meios legítimos e lícitos; mas permaneça intacta, para os mal sucedidos, para os incapazes, para os espoliados, para todas as vítimas indefesas da maldade humana, a esperança de que, na OUTRA VIDA, terão parte na reparação que lhes foi anunciada, há dois mil anos, pelas bem-aventuranças enunciadas por Jesus Cristo.

Verificámos também que a propriedade, na sua essência, é trabalho acumulado e fonte de riqueza e de produção, quando cumpre inteiramente os seus deveres sociais e económicos.

Verificámos, por fim, que a luta de classes é um mito e que, dentro de cada espécie de seres vivos, a associação é a regra e o auxílio mútuo domina o panorama da vida. Também o homem é, naturalmente, inclinado à associação e a inteligência afirma-nos que, para um fim comum e útil a todos, devem ser conjugados os esforços de todos.

Estou, porém, ouvindo duas objecções:

E quem nos garante que, no campo da colaboração, a nossa posição de mais fracos, de menos influentes, não será sacrificada à ambição da outra parte, menos escrupulosa e mais poderosa?

E quem nos garante que a propriedade, para que nós contribuímos, acabará por reconhecer os seus deveres e deixará de constituir um elemento de opres-

são para passar a apresentar-se como agente de progresso da colectividade?

Tendes razão nas vossas objecções. A garantia é a base de todos os contratos.

Donde vos poderá, então, vir ela?

Sem dúvida, do Poder, isto é, dos Governos. E, para isso, não deverão estes ser susceptíveis de passar para as mãos dos poderosos das forças económicas, dos ignorantes, dos maus ou dos incompetentes.

Garantida a vossa participação na vida administrativa do Estado, é preciso que o Governo supremo do agregado nacional não possa ser jogado aos dados e que à Nação naturalmente organizada corresponda um Governo também natural e naturalmente transmitido.

Ora, dai vós à imaginação as voltas que quiserdes e não encontrareis outro nestas condições que não seja o GOVERNO MONÁRQUICO.

Só o Rei que não deve o Poder a nenhuma classe; que não provém de qualquer camada social; que não vai assumir funções sem estar para elas preparado; que não precisa de criar amigos à custa da iniquidade — pode ser o árbitro supremo, o vigilante da justiça, a garantia do cumprimento dos contratos, da execução das leis, da aplicação do castigo aos transgressores de má-fé.

É por isso que nós, sendo sindicalistas e municipalistas, somos também MONÁRQUICOS.

O nosso monarquismo é mais uma consequência do que uma precedência. É também como consequência que nós vos convidamos a adoptá-lo.

Meditai no que vos digo nesta resumida prática. E sede corajosos, desassombrados e inteligentes na resolução que, decerto, não deixareis de tomar.

Nós não somos falsos profetas. O caminho seguro está aberto diante de vós.

DESILUSÕES... OU TALVEZ NÃO

Acostumaram-se muitos monárquicos portugueses, ao longo de sucessivos anos de inércia e de abandono, à lisonjeira ideia de que a Monarquia seria instaurada em Portugal por republicanos, os quais lha ofereceriam, naturalmente, num dia de nevoeiro, numa salva de prata guarnecida de belas flores.

Esqueceram-se de que é axioma histórico o conceito de ninguém se apossar do Poder para o entregar a outros e que ele nunca é recebido, mas sempre conquistado.

Daí, ficarem desagradavelmente surpreendidos sempre que, ao longo destes intermináveis anos, qualquer republicano com responsabilidades na direcção política tem afirmado que a questão de regime está resolvida e que a República é a forma de governo até à consumação dos séculos.

E, no entanto, esta surpresa é que é de admirar em monárquicos, esclarecidos como deveriam estar, que tal afirmação é um lema para todos os governantes republicanos, desde o mais rutilante ao mais desbotado, porque ela é da essência do espírito republicano.

Para este curioso modo de pensar político, o Rei de toda e qualquer nação deve, a propósito e a des-

propósito de tudo, perguntar aos seus súbditos se estão contentes com ele ou se preferem, antes, que ele se vá embora e leve consigo o regime. Mas, uma vez instalada a República em qualquer país, seja por que processo for, este regime é considerado definitivo e nem sequer, por isso, é de pensar que se consulte a nação sobre se ele lhe agrada ou passou a desagradar-lhe.

Citem-nos, os mais versados em História Universal, quantas foram as Repúblicas que puseram em jogo na roleta popular a sua existência. Contemporaneamente, que nos recorde, apenas uma a fez — a grega — e o resultado foi ter sido chamado de novo o Rei. Grande lição, que os republicanos dos nossos dias não esquecem, e que só serve para confirmar aquela repulsa do seu regime pelo plebiscito.

Mas, também a confirmar aquela obsessão política, permito-me afirmar que os governantes que tal promoveram ou consentiram, na Grécia, não eram republicanos; se o fossem, o problema não teria sido, sequer, posto, e, na hipótese afirmativa, eles não teriam deixado que o resultado fosse desfavorável à sua ideologia.

Em Portugal, logo desde 1910, a revolução recusou-se a submeter o regime instaurado à sanção popular. Depois, a questão de regime só foi posta, mediante a força das armas, pelos monárquicos, em 1919.

Venceram os republicanos, não por mérito próprio, mas beneficiando dos erros monárquicos, e tanto assim que não convenceram, pois, passados sete anos, foram escorraçados pela mesma força das armas. E de tal maneira a Nação estava divorciada da República dos

partidos, que o ostracismo destes republicanos já dura há 45 anos e não se sabe quantos mais durará, inclusivamente se não será perpétuo.

Não se pôs, em 28 de Maio de 1926, a questão de regime, porque os republicanos tiveram medo, como tiveram medo em 1940 — ano dos Centenários — e ainda após o falecimento do Marechal Carmona.

Os republicanos, para se instalarem, clamam pela vontade do povo; uma vez instalados, consideram que o povo não tem sombra de vontade.

Por isso nunca se põe a questão de regime. Nem em Portugal, nem na Rússia, nem nos países da Cortina de Ferro ou nas Repúblicas sul-americanas.

Só nas Monarquias é que se põe, não é verdade?

A Itália foi derrotada na última guerra. Era uma Monarquia, e logo foi perguntado ao povo se queria antes uma República. Tantas falcatruas rodearam o plebiscito que o Rei Humberto fez as malas e partiu. Ninguém por lá está contente, a avaliar pelas greves e pelos tumultos constantes. Mas, em face de tal descontentamento, pensa-se em perguntar ao povo se é seu desejo regressar à Monarquia dos Sabóias ou de qualquer outro ramo?

A Alemanha também foi derrotada duas vezes sucessivas. Da primeira vez era Monarquia, e logo foi implantada a República, mesmo sem plebiscito. Da segunda era República, mas não fez parte das condições do armistício perguntar ao povo se pretendia, desta vez, regressar à Monarquia.

De Gaulle, em França, nunca pensou em pôr o regime republicano em jogo, e até se desentranhava em vivas à República. Acabou por pôr a sua própria

pessoa em causa, convencido, na cegueira do seu orgulho, que obtinha nova vitória pessoal. Se tivesse posto, de facto, o regime em votação, era muito natural que o tivesse levado à perdição.

Todos os republicanos dizem que as Repúblicas não perdem. Não?! Então, se estão a tal ponto seguros da vitória, porque fogem constantemente ao desafio?

Ora, se é este o panorama universal, como poderia ele ser diferente em Portugal, senhores monárquicos desiludidos?

Bem compreendemos a dor de muitos que julgam ameaçados 45 anos de sacrifícios, de dedicação sincera, de renúncia penosa e, até, ingrata, a legítimas reivindicações e tudo o mais que daí tem resultado.

Mas é bom pensar que, se 45 anos são muito na vida das pessoas, são bem pouco na vida das comunidades nacionais.

Tudo o que a Nação ganhou com o vosso sacrifício e as vossas renúncias, não foi perdido para a causa da Monarquia, porque esta se engrandece com tudo o que engrandece a Nação.

Tudo se resume em recomeçar, porque, para além de nós, estão os nossos filhos e os nossos netos.

Posta ou não posta, haverá questão de regime enquanto houver necessidade de conciliar Autoridade e Liberdade, coisa de que as Repúblicas são, por definição, incapazes.

Haverá sempre questão de regime enquanto, a par das liberdades individuais, as liberdades municipais e regionais se sentirem aniquiladas pela centralização, que é característica administrativa inerente às Repúblicas.

Haverá sempre questão de regime enquanto a independência nacional perigar em face do jogo político que faz esquecer o Interesse Nacional, e a unidade (não a unanimidade) política andar ameaçada pelas lutas eleitorais, guerras civis em potência, e que são essenciais às Repúblicas.

A nossa missão é, pois, recomeçar.

Recomeçar sem constrangimentos; recomeçar com entusiasmo, com fé; e de olhos postos no futuro, que nos pertencerá, fatalmente, se continuarmos a crer e a querer.

Deixamos, é certo, com lágrimas nos olhos, muitos cadáveres pelo caminho. Cadáveres físicos e cadáveres morais.

Pois, paciência! Avante! Mesmo por sobre os cadáveres!

NOVOS MOTIVOS DE ESPERANÇA

«O desespero em política é uma insensatez»—disse e escreveu Charles Maurras.

Não sabemos se o inesquecível Mestre disse os porquês desta asserção, mas não se exige grandes congeminações para se compreender que, sendo as pugnas políticas uma arte com seu quê de jogo, cada parceiro terá de contar não só com a sua esperteza, mas também com a dos adversários; não só com os erros que cometa, mas igualmente com os dos outros jogadores. E, muitas vezes, sucede realmente que, em política, os erros de uma facção ou partido são fartamente compensados e neutralizados pelos de outra ou outro, pelas divisões, desavenças e lutas intestinas no campo contrário.

Além disso, os homens morrem, as ideias evolucionam e os acontecimentos internacionais reflectem-se na vida interna dos povos com uma intensidade, às vezes, tão forte e inesperada que faz ruir as estruturas mais bem arquitectadas.

Não. Não há que desesperar se os êxitos desejados tardam demasiado, nem mesmo se os inêxitos se vão acumulando. O que é preciso é persistir, é ir buscar constantemente ao fogo da Fé a energia necessária para recomeçar um labor aturado e incansável, com

a mesma constância com que o lavrador lança à terra, mais uma vez, a semente, depois de uma, duas sementeiras anteriores terem sido levadas pela cheia implacável.

Uma condição, porém, se exige para que o desespero ceda o lugar a um novo motivo de esperança — que se mantenha, tanto quanto possível, a união de esforços e a comunhão de pensamentos, à roda de orientadores à altura das circunstâncias, com prestígio pessoal, isenção e espírito de sacrifício, e nos quais a massa dos militantes tenha confiança e possa admirar a inteligência, a coragem, a firmeza, ou quando for preciso a maleabilidade, a prudência e a decisão no momento oportuno.

É a união a principal condição do trabalho construtivo e, mesmo, do trabalho de recuperação. Exige calma e serenidade, e é, por sua vez, fonte fecunda de empreendimentos, de engrandecimentos, de valorização.

O desespero só poderá levar a renúncias, a cisões, a dissidências. E que se ganha com isso?

Podem os espíritos individualistas e indisciplinados ansiar por actuar independentemente, em plena autonomia, julgando-se predestinados para uma missão transcendente, para ordenarem o que lhes pareça desordenado, para reformarem o que crêem estar velho ou degenerado.

Não se pretende negar que possam, uma vez por outra, ter razão, quer quanto aos motivos da sua posição, quer quanto às possibilidades que sintam dentro de si. Mas, na generalidade, essas atitudes são, pura e simplesmente, ruinosas.

Que têm ganho, através os tempos, os políticos mais ou menos ambiciosos, com as dissidências que têm provocado?

No nosso País, valerá a pena passar em revista, desde os tempos anteriores à República até aos dias presentes, os diferentes movimentos de amuo político, e registar o seu rendimento positivo.

E, particularmente no campo monárquico, podemos perguntar o que é que se ganhou com o repúdio de El-Rei D. Manuel II pelos dirigentes integralistas?

E, depois, com a Acção Realista, dissidência de dissidência?

Que se ganhou com a dissidência nacional-sindicalista? E, depois, com a cisão deste movimento em duas partes, ambas mortas a breve trecho, uma de inacção e outra de indigestões repetidas?

E resultou algum benefício para a ideologia monárquica, ou para a Nação, da divisão do seu campo em três acampamentos independentes, que cada vez se procura aproximar mais da rivalidade: os monárquicos do Estado Novo, os monárquicos aliados dos partidos republicanos e os monárquicos apenas monárquicos?

Nenhum. Só prejuízo, só retrocesso, apenas descrédito.

Bom é que as lições da História sirvam de qualquer coisa mais do que de simples punição moral.

Pode cada indivíduo assumir as atitudes pessoais que entender, em face deste ou daquele acontecimento, ou da ausência total de acontecimentos, mas não fará bem em tentar arregimentar outros às suas atitudes, procurando formar movimentos, embora com

garantia de financiamento, mas com finalidades ocultas ou demasiado transparentes.

Será sempre preferível actuar no próprio campo, procurando orientar, esclarecer, aconselhar e pôr a nu, sem cerimónia, o que julgam serem erros de orientação, de táctica, de estratégia, cometidos nos momentos cruciais da vida política dos povos.

E os que tenham errado, se na realidade erraram, quer por inabilidade, quer por inércia ou trilho indevido, breve sentirão, pelo vácuo que os rodear, o juízo que os seus pares fazem sobre a conveniência da sua presença ou sobre a necessidade do seu afastamento.

Bem-aventurados os que se queimam ao serviço de El-Rei!

Contra o desespero, há sempre novos motivos de esperança. O que é preciso é saber procurá-los com interesse, com fé e desejo humilde de ser útil e prestável. Os actos cegos de desespero, de movimentos irreflectidos, qual bracejar dramático de náufragos movidos só pelo desejo de *fazer qualquer coisa*, devem merecer a reprovação de todos os espíritos sensatos, mormente quando não conseguem ocultar de todo o selo da perfídia ou da suspeita de traição que trazem gravado no frontispício.

Composto e impresso
nas
Oficinas de São José
para a
Biblioteca do
Pensamento Político